



UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

**PRÁTICAS FUNERÁRIAS E CULTURA MATERIAL NOS SERTÕES DA
PARAÍBA: A NECRÓPOLE SÍTIO PINTURAS I, EM SÃO JOÃO DO TIGRE.**

JUVANDI DE SOUZA SANTOS

Recife – PE,

2009

JUVANDI DE SOUZA SANTOS

**PRÁTICAS FUNERÁRIAS E CULTURA MATERIAL NOS SERTÕES DA
PARAÍBA: A NECRÓPOLE SÍTIO PINTURAS I, EM SÃO JOÃO DO TIGRE.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Arqueologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito básico para a obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

ORIENTADORA:

Prof.^a Dr.^a Claudia Alves de Oliveira

CO-ORIENTADOR:

Prof.^o Dr. Ricardo Pinto de Medeiros

Recife – PE,

2009.

Santos, Juvandi de Souza

Práticas funerárias e cultura material nos Sertões da Paraíba : a necrópole sítio Pinturas I, em São João do Tigre / Juvandi de Souza Santos. – Recife : O Autor, 2009.

196 folhas : il., fig., gráf., tab.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Arqueologia, 2009.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. Arqueologia. 2. Restos humanos (Arqueologia) - Paraíba. 3. Morte. 4. Necrópole. 5. Índios Cariris. 6. Sítio Pinturas I. I. Título.

**902
930.1**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2009/06**

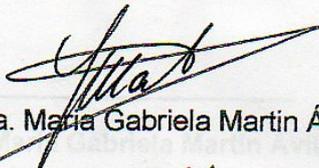


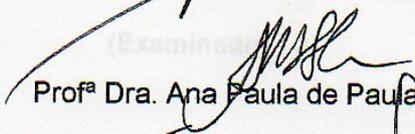
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

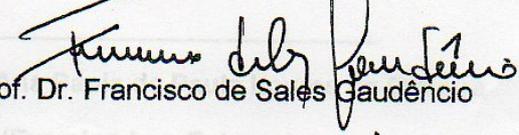
ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO JUVANDI DE SOUZA SANTOS

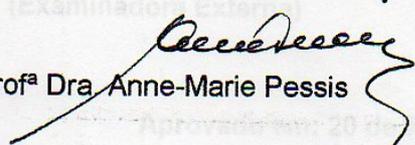
Às 9 horas do dia 20 (vinte) de fevereiro de 2009 (dois mil e nove), no Curso de Mestrado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Juvandi de Souza Santos** intitulada "*PRÁTICAS FUNERÁRIAS NOS SERTÕES DA PARAÍBA: A NECRÓPOLE SÍTIO PINTURAS I, EM SÃO JOÃO DO TIGRE*", sob a orientação da **Profa. Dra. Cláudia Alves de Oliveira**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**em Exigência**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: **Maria Gabriela Martin Ávila, Ana Paula de Paula Loures de Oliveira e Francisco de Sales Gaudêncio**. Assinam também a presente ata, a Coordenadora, Prof^a Anne-Marie Pessis e a secretária Luciane Costa Borba para os devidos efeitos legais.

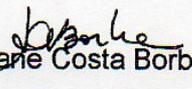
Recife, 20 de fevereiro de 2009


Prof^a Dra. Maria Gabriela Martin Ávila


Prof^a Dra. Ana Paula de Paula Loures de Oliveira


Prof. Dr. Francisco de Sales Gaudêncio


Prof^a Dra. Anne-Marie Pessis


Luciane Costa Borba

AGRADECIMENTOS

Aos amigos e colaboradores:

- **A Prof^a Dr^a Cláudia Alves Oliveira, pela orientação;**
- **Ao prof. Dr. Ricardo Pinto, pela Co-orientação;**
- **Flávio Aguiar, topógrafo da escavação;**
- **Senhor Paulo, guia local e profundo conhecedor da APA das Onças;**
- **Vanderley de Brito, desenhista;**
- **Prof. Ronaldo Douglas, coordenador do laboratório de Anatomia da UEPB;**
- **Prof. Alexandre Durval Lemos, coordenador do laboratório de Odontologia da UEPB;**
- **Prof. Valderi Duarte Leite, coordenador do laboratório de Saneamento Ambiental da UEPB;**
- **Prof^a. Marlene Alves, Magnífica Reitora da UEPB, pelo apoio técnico/financeiro;**
- **Prof^a. Dr^a Célia Regina, Pró-Reitora de Administração da UEPB;**
- **Aos amigos acadêmicos da UEPB: Thomas Bruno e Allysson Allan, eficientes colaboradores na escavação do sítio Pinturas I;**
- **Ao Sr. José Genuíno, Prefeito Constitucional do município de São João do Tigre, pelo apoio nas atividades de pesquisas;**
- **Aos meus familiares;**
- **Aos professores, funcionários e companheiros de jornada da Pós-graduação em Arqueologia, da Universidade Federal de Pernambuco.**

SUMÁRIO

Lista de Figuras	i
Lista de Quadros	iii
Lista de Tabelas	iv
Lista de Gráficos	v
Resumo	vi
Abstract	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	8
APORTE TEÓRICO	8
1.VIDA E MORTE NOS GRUPOS HUMANOS	8
1.1. Práticas espirituais e rituais fúnebres	8
1.2. A morte como fonte de informação	12
1.3. Arqueologia da Morte	16
1.3.1. O desenvolvimento das práticas mortuárias	17
1.3.2. Rituais e tipos de enterramentos	19
1.4. A morte: enquanto fenômeno cultural	29
1.4.1. A Arqueologia das práticas funerárias	29
1.4.2. História da morte	30
1.5. As práticas funerárias, gêneros e mudanças	31
1.6. Breve revisão literária das pesquisas na Paraíba	33
1.6.1. Pesquisas arqueológicas em necrópoles na Paraíba	36
CAPITULO II	41
2.CULTURA MATERIAL COMO INDICADOR DE PERFIS CULTURAIS	41
2.1. Traços culturais e sua identificação num grupo	41
2.2. Os objetos funerários e suas classificações	43
2.3. Indicadores da cultura material de um grupo	45

2.3. Historiografia e práticas funerárias	46
2.4.1. Os Tapuias da Paraíba	48
2.4.1.1. Cariri e Tarairiú: grupos diferentes	56
CAPITULO III	67
3. METODOLOGIA	67
3.1. As análises em cemitérios	70
3.2. A Tanatologia arqueológica	70
3.3. Circunstâncias dos achados	73
CAPÍTULO IV	75
4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS	75
4.1. O município e suas características	75
4.2. Histórico do município de São João do Tigre	81
4.3. O sítio (descrição)	81
4.3.1. O cemitério sítio Pinturas I – escavação arqueológica de uma necrópole indígena nos Sertões da Paraíba	81
4.3.2. Decapagens	82
4.3.3. Observações gerais	83
4.3.4. O cemitério	86
4.3.5. Localização	87
4.3.6. O estado de conservação do sítio	87
4.3.7. Arte rupestre pré-histórica identificada no sítio Pinturas I, São João do Tigre – Pb	88
4.3.7.1. Os estilos rupestres	90
4.3.7.2. Análises de vestígios rupestres	91
4.3.7.3. As tradições de arte rupestre verificadas em São João do Tigre – Pb	93
4.3.8. O entorno	95
4.4. Material arqueológico evidenciado no sítio Pinturas I, São João do Tigre – Pb	98

4.4.1. Lítico	99
4.4.2. Material cerâmico	104
4.4.2.1. A caracterização de um grupo ceramista	105
4.4.3. Cerâmica de grupos indígenas do Brasil	109
4.4.3.1. Critérios analíticos da análise da cerâmica do sítio	
Pinturas I	119
4.4.4.2. Itens da ficha de análise	118
4.5. Adornos e enfeites corporais	126
4.5.1. Adornos	126
4.6. Ossos humanos	128
4.6.1. Ossos humanos do sítio Pinturas I	129
4.6.2. Ossos humanos (análise dos resultados)	133
4.6.3. Comentários	135
4.7. Análise de dentes humanos	136
4.7.1. Dentes humanos	136
4.7.2. Dentes humanos/problemas dentários	140
4.7.3. Estimativa de idade	141
4.8. Ossos de animais e dieta alimentar	142
4.9. Datas obtidas no sítio Pinturas I, São João do Tigre – Pb	144
CAPÍTULO V	145
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA E OUTRAS ANÁLISES DO SÍTIO PINTURAS I, SÃO JOÃO DO TIGRE-PB	145
5.1. A análise da cultura material	148
5.2. Material cultural e possível filiação desses materiais ao grupo humano dos índios cariri e seus antecessores	150
5.3. Arqueologia e meio ambiente	151
5.4. Conclusões/considerações acerca das atividades arqueológicas desenvolvidas no sítio Pinturas I, São João do Tigre - Pb	151

6. CONCLUSÕES	154
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
8. ANEXOS	163

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O município de São João do Tigre, Paraíba, Brasil	75
Figura 2 – Áreas totalmente desprovido de cobertura vegetal arbórea, causada pela ação antrópica	79
Figura 3 – Sítio arqueológico Pinturas I, São João do Tigre-PB (vista panorâmica)	82
Figura 4 – Croqui da área escavada do sítio Pinturas I (Fase inicial)	85
Figura 5 – Planta baixa do sítio Pinturas I, São João do Tigre-PB	86
Figura 6 – Vista panorâmica do sítio Pinturas I, (painéis rupestres visíveis a partir da subida para o abrigo)	89
Figura 7 – Figuras rupestres do sítio Pinturas I.	94
Figura 8 – Vista parcial dos painéis rupestres do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB	95
Figura 9 – Vista do entorno do sítio Pinturas I, a partir do local da escavação	96
Figura 10 – Serrote das pinturas, visto a partir do entorno do sítio	96
Figura 11- Sítio Pinturas III, São João do Tigre – PB	98
Figura 12 – Desenhos esquemáticos de parte da coleção lítica do sítio Pinturas I	104
Figura 13 – Parte do material lítico coletado no sítio Pinturas I	104
Figura 14 – Reconstituição de peças da cerâmica coletada no sítio Pinturas I, São João do Tigre-PB	119
Figura 15 – Marca do acordelamento. Etiqueta 01.01.03	120
Figura 16 – Cerâmica escovada. Etiqueta 01.55.01	121
Figura 17 – Marcas de roletado plano. Etiqueta 01.01.03	121
Figura 18 – Polimento da superfície externa. Etiqueta 01.020.01	122
Figura 19- Borda reforçada externamente com apêndice. Etiqueta 01.04.01	122

Figura 20 – Marcas de roletado plano. Etiqueta 01.020.01	123
Figura 21 – Adornos corporais coletados no sítio Pinturas I, São João do Tigre-PB	128
Figura 22 – Situação em que os ossos humanos se apresentavam no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB	135
Figura 23 – Dentes com elevado grau de abrasividade coletada no sítio Pinturas I, em São João do Tigre-PB	137
Figura 24 – Carapaça de tatu, sítio Pinturas I, São João do Tigre-PB	144
Figuras 25 a 28 – Plantas baixas das decapagens da quadrícula 1A	163-166
Figuras 29 a 36 – Plantas baixas das decapagens da quadrícula 1B	167-174
Figuras 37 a 40 – Plantas baixas das decapagens da quadrícula 2A	175-178
Figuras 41 a 48 – Plantas baixas das decapagens da quadrícula 2B	179-186

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características dos Tapuias Cariri e Tarairiú, segundo Pompeu Sobrinho	50
Quadro 2 – Grupos formadores das nações Tarairiú e Cariri, segundo Pompeu Sobrinho	50
Quadro 3 – Provas cabais, segundo Elias Borges, das diferenças entre Cariri e Tarairiú na Paraíba	54
Quadro 4 – Divisões de tribos Cariri e Tarairiú na Paraíba	55
Quadro 5 – Material lítico coletado no sítio Pinturas I, São João do Tigre-PB	100
Quadro 6 – Material lítico do sítio Pinturas I, tipologia e quantidade	101
Quadro 7 – Material lítico evidenciadas nas decapagens do sítio Pinturas I	102
Quadro 8 – Reconstituição da cerâmica do sítio Pinturas I, São João do Tigre-PB	118
Quadro 9 – Cerâmica do sítio Pinturas I, quanto a análise tecno-tipológica	118
Quadro 10 – Total de fragmentos de cerâmica do sítio Pinturas I	118
Quadro 11 – Adornos corporais coletados no sítio Pinturas I, São João do Tigre-PB	128
Quadro 12 – Ossos humanos coletados no sítio Pinturas I	132
Quadro 13 – Vegetais identificados num raio de 1 Km do sítio Pinturas I, São João do Tigre - PB	189
Quadro 14 – Animais identificados nas proximidades do sítio Pinturas I, São João do Tigre-PB	193
Quadro 15 - Fragmentos de cerâmica coletado na escavação arqueológica do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB	194

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição absoluta dos elementos permanentes	137
Tabela 2 – Distribuição absoluta dos elementos decíduos	138
Tabela 3 – Distribuição absoluta e percentual do índice de cárie dental	139

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Decoração externa, em percentagem, do cerâmico do sítio Pinturas I 123**
- Gráfico 2 – Decoração interna, em porcentagem, da cerâmica coletada no sítio Pinturas I 124**
- Gráfico 3 – Tipo de queima da cerâmica coletada no sítio Pinturas I 124**
- Gráfico 4 – Classificação do antiplástico da cerâmica coletada no sítio Pinturas I 125**

RESUMO

O trabalho visa analisar as possíveis práticas funerárias de grupos humanos dos Sertões da Paraíba, tomando como estudo de caso a necrópole sítio Pinturas I, em São João do Tigre, na microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba. A região é dominada pelo bioma caatinga e no entorno do sítio Pinturas I encontram-se vários sítios com as mesmas características geoambientais e culturais, sugerindo um padrão de escolha pelos antigos habitantes da região. A historiografia mostra-nos que a área era habitada desde o período do pós-contato pelo grupo humano que foi denominado de Cariri. Partindo da premissa que podemos estudar e conhecer a vida de um grupo humano através da morte de seus indivíduos, apresentamos como principal objetivo desta pesquisa o estudo das estruturas funerárias do sítio Pinturas I, procurando-se identificar se o grupo ou os grupos que ocuparam este sítio apresentam as mesmas características descritas na historiografia do período do contato. A metodologia baseia-se em duas etapas distintas: levantamento de dados historiográficos acerca das temáticas abordadas, como morte, práticas funerárias e cultura material e sondagem arqueológica do sítio Pinturas I, para evidenciar o material arqueológico. De forma geral, os dados obtidos na escavação foram poucos satisfatórios, tendo em vista o elevado grau de antropismo do sítio. Mesmo assim, verificou-se que as figuras rupestres existentes no abrigo não apresentam ligações com os indivíduos ali inumados, bem como tratar-se de sepultamentos relativamente recentes, com datações obtidas através do método absoluto TL, que demonstra serem os corpos inumados do período posterior ao contato, sugerindo, possivelmente, tratar-se de indivíduos pertencentes aos índios Cariris. O elevado grau de antropismo acabou por inviabilizar algumas análises capazes de aferir o perfil cultural desse grupo humano; no entanto, dentro de nossas possibilidades e limitações, realizamos levantamento incipiente do *modus vivendi* desse grupo através da cultura material resgatada na escavação arqueológica, levando-nos a conhecer melhor suas características e atuação nos Sertões da Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE: Necrópole indígena, índios Cariris, Sítio Pinturas I e Sertões.

ABSTRACT

The history shows us that the area was inhabited since the period of post-human contact by the group that was called Cariri. On the assumption that we can study and learn about the life of a human group through the death of their individuals, present as the main objective of this research to study the structures of the funeral site Pinturas I, trying to identify the group or groups that occupied this site have the same characteristics described in the historiography of the period of contact. The work aims to examine the possible funerary practices of human groups in the Sertões of Paraíba, taking as a case study of the necropolis Pinturas I site in São João do Tigre. São João do Tigre, in the microregion of Cariri West of Paraíba. The region is dominated by Caatinga biome and around the site Pinturas I have been several sites with the same characteristics geoenvironmental and cultural, suggesting a pattern of choice by the ancient inhabitants of the region. The methodology is based on two distinct stages: Historiographic survey data about the issues addressed, such as death, funeral practices and material culture, and archaeological site survey Paintings I, to highlight the archaeological material. Overall, the data obtained in the excavation were unsatisfactory, in view of the high degree of anthropic Site. Still, it was found that the pictures in the cave shelter not have connections with the individuals buried there, and it is relatively recent burial, with datings obtained by the method absolute TL, which shows the bodies are buried in the subsequent period the contact, suggesting, possibly, it is Cariris individuals belonging to Indians. The high degree of anthropic finally able to disable some tests measure the cultural profile of the human group, however, within our possibilities and limitations, we survey the emerging *modus vivendi* that group through the material culture recovered in archaeological excavation, leading us to know their characteristics and performance in the Sertões of Paraíba.

KEYWORDS: Necropolis indigenous, Indians Cariris, Pinturas I site and Sertões.

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta como temática principal as práticas funerárias de grupos humanos pré-históricos e/ou históricos dos sertões da Paraíba, tomando como estudo de caso a necrópole do sítio arqueológico Pinturas I, no município de São João do Tigre.

A região onde se insere o objeto de estudo, no caso o sítio Pinturas I, apresenta em seu entorno, bem como em todo o Sertão da Paraíba, uma grande quantidade de necrópoles indígenas com características comuns: enxovais representantes da cultura material dos grupos humanos, abrigos rochosos em elevações (serrotes) que se destacam na paisagem ou afloramentos rochosos, proximidades a corpos d'água e a presença, em muitos deles, de pinturas rupestres. Não sabemos se fora o mesmo grupo humano executor das figuras rupestres que utilizam esses ambientes para inumar seus indivíduos.

Observamos no semi-árido paraibano que as necrópoles indígenas concentram-se em locais que, no geral, caracterizam nichos ecológicos naturais de rara beleza, o que pode ter contribuído para a sobrevivência dos grupos humanos que ali viveram e enterraram seus mortos.

As constantes morte e meio ambiente vêm ganhando crescente projeção nos estudos arqueológicos de grupos humanos pré-históricos e históricos. O ambiente, ou a sua escolha para inumar os indivíduos é uma questão cultural. Por outro lado, a morte não deixa de ser um marcador de identidade de um grupo, pois cada grupo pratica seus rituais, enterram seus mortos de forma diferente e acreditam num ou outro caminho que levará o falecido para uma outra vida. Assim, a morte não é o fim para muitos na sociedade, mas sim o começo de dois processos básicos: o primeiro biológico, que se dá com a decomposição da matéria orgânica; e, o segundo, que se processa para uma suposta vida além túmulo, segundo preconizam os grupos humanos.

A diáspora ou dispersão do homem pela Terra começou por volta de 100 mil anos AP., com o *Homo sapiens*. Originário da África, segundo parte significativa dos cientistas que trabalham com a evolução do homem e dispersão pelo planeta é de lá que têm encontrado os vestígios mais antigos dos ancestrais do homem (LEAKEY e LEWIN, 1996). Com essa diáspora, o homem pré-histórico carrega o costume que se mantém até hoje de prestar honrarias aos entes falecidos: sejam rituais simples, bem como locais similares para enterrar seus mortos; sejam rituais complexos e grandiosos

empreendimentos arquitetônicos e de engenharia, como mostra em sua extraordinária obra Herman Geog Schreibeer, *Ruínas Célebres*, de 1960.

Paralelamente a construção de singelos túmulos, por exemplo, no Egito Antigo, eram construídas as grandes pirâmides, que nada mais eram do que locais para depositarem os restos mortais de homens, significando com isso o fausto, a hierarquia, o poder, além de acreditarem existir outra vida além túmulo. Outra preocupação que sempre esteve ligada às crenças e atividades fúnebres é o respeito aos ancestrais em sua vida pós-morte terrena, seja para garantir sua ajuda, seja para aplacar sua ira. Gabriela Martin (2005: 177) coloca que “os cuidados dos restos mortais asseguram a concórdia com os espíritos vivos dos que se foram”. Observa a autora que será a partir do Paleolítico Superior que o homem em todo o planeta começa as práticas ritualísticas fúnebres, indicando, a partir de então, sua preocupação com a vida pós-morte e com os ancestrais falecidos, pelo menos no tocante à preservação de sua memória.

Assim, a Arqueologia que se dedica a estudar o passado dos grupos humanos que viveram no planeta, faz uso do estudo dos túmulos para entender o *mudos vivendi* de uma determinada etnia.

É ainda Gabriela Martin (Idem: 178) que afirma que povos que viviam em condições precárias investiam seus recursos e partes de suas vidas no preparo para a morte e na referência dos falecidos.

As inúmeras práticas de inumar o cadáver ou dar um destino considerado decente ao morto, de acordo com cada grupo, têm se transformado numa fonte de pesquisa inesgotável para ciências como a Arqueologia e Antropologia: a incineração, o enterramento primário ou secundário, seja em cova ou igaçaba, a mumificação, a prática de acender ou não fogueira no momento das atividades, o enxoval, e a escolha do lugar... São indicadores culturais que mudam muito lentamente e que, portanto, demonstram o próprio processo de evolução cultural dos grupos, bem como possíveis interações intertribais e conhecimento do meio.

Na Pré-história, com a tomada de consciência do homem, têm-se início as primeiras preocupações com uma suposta vida pós-morte; o homem começa a criar locais especiais para depositar o falecido, bem como realizar rituais acreditando que aquilo contribuiria para ajudá-lo na passagem de uma para outra vida. Entre os egípcios, essa crença chegou ao seu apogeu, sob tal ponto que a vida era preparada para a morte, desde a gênese do indivíduo. Na Idade Média, segundo Oliveira (2006:1954), “o período das expressões macabras”, a morte era vista ora como castigo,

ora como libertação, enquanto que no período denominado de Modernidade, a morte passou a ter um viés romântico. No século XX, camufla-se a morte, ela torna-se menos presente na vida social do mundo da rapidez e tecnologia. Passa-se, não a evitar a morte, mas a adiá-la. É uma espécie de vergonha que o homem do século da tecnologia adquiriu e, alcançá-la prematuramente é ser fraco e não ter o devido domínio sobre a vida. A morte, na visão de Aries (1988: 340), é um fracasso do homem moderno que tem acesso à tecnologia e, portanto, os meios para adiá-la ao máximo.

Os rituais pós-morte se perpetuam no tempo e espaço. Em pleno meado de século XX, Rondon observou traços ritualísticos que remontam a observações, via escavações e análises de materiais arqueológicos, utilizados na Pré-história. O exemplo pode servir de demonstrativo para entendermos quão lentamente mudam os rituais, a escolha do local para o sepultamento e a importância da Historiografia, da Etnohistória e Etnoarqueologia em conhecer o grupo humano via morte. Os *Emerenham* eram povos contactados por Rondon e sua equipe que viviam errantes em regiões da margem do rio Amazonas. Enterravam seus mortos em cemitérios. Ao verificar a morte, deixavam o morto dentro da rede até a hora do enterro. Ao redor da rede com o defunto, parentes e amigos, aos gritos, lastimavam-se, dirigindo palavras ao mesmo. Chegando a hora do enterro o cadáver é levado em uma rede até o local da sepultura; é acomodado numa cova muito funda; em suas “extremidades é aberto um rego que recebe varas sólidas à altura dos pés e da cabeça e onde é armada a rede, com o cadáver dentro, de maneira que não fique encostada a terra” (RONDON, 1953: 273). Em torno da rede ficam os objetos do morto. Sobre a rede são passadas ripas que servem de travessas e postos juçaras, formando uma espécie de cobertura que por cima despeja-se a terra fechando a sepultura.

Sobre as sepulturas constrói-se uma barraca, onde são postas aí as armas e utensílios do morto.

Durante vários dias, são levadas comida e água colocadas em vasilhas de cerâmica sobre o túmulo ou junto à cova. O costume de depositar objetos pessoais do defunto junto ao mesmo, dentro da sepultura, vem sendo estudado há muito, e tem-se percebido ser uma característica milenar.

Sempre as grandes tragédias que abalaram a humanidade e causaram muitas mortes, mexeram com o imaginário popular, chocaram, pois a espécie humana sempre teve verdadeiro fascínio “pelo sofrimento e morte...” (OLIVEIRA, 2006: 1953). A morte é um fenômeno dúbio, ao passo que causa espanto para uns e fascínio para outros.

Hoje, como ontem, a morte mete medo e causa espanto. Todos e em todos os tempos trazem um olhar sobre a morte. A morte não é vista de mesma forma por todas as sociedades do planeta. Algumas a veem como normal, o fim de um começo ou o começo de um fim; outras sociedades a veem como algo pernicioso, que corta o elo entre a magnífica vida por mais miserável que seja e o invisível, o desconhecido.

A morte é um fato. Entretanto, fora vista de forma diferente no tempo e espaço, mas é notório que todas as sociedades a veem como algo sombrio, inexplicável: “todos os seres vivos são atraídos pela morte. Desses seres é, entretanto, o homem o único que conseguiu criar, da ameaça de continuidade e de imortalidade em todas as suas múltiplas e concebíveis formas uma espécie de vida mais rica de sentido, na qual o homem redime a precariedade do indivíduo”, escreve Lewis Muntora... (LAYTANO, 1975: XIII): os estudos de práticas mortuárias, seus rituais fúnebres e a escolha do próprio ambiente para o processo, tornaram-se essenciais para a identificação de caracteres culturais de um grupo humano, pois permite o acesso aos objetos que acomodaram os mortos, possibilitando a identificação de seu uso contemporâneo, ajudando na formação de cronologia. E ainda dá acesso às peculiaridades de ornamentos e formas de objetos, o que pode ser seqüenciado, partindo da lógica do mais simples para o mais complexo, além da possibilidade de identificar áreas de produção de achados. De forma geral, o cuidado com os mortos é uma preocupação constante da espécie humana, daí a morte ser importante fonte de informações sobre o grupo étnico que está sendo estudado e seu ambiente de atuação.

Partindo da premissa que podemos estudar e conhecer a vida de um grupo humano através da morte de seus indivíduos, apresentamos como principal objetivo desta pesquisa o estudo das estruturas funerárias do sítio Pinturas I. Procura-se identificar se o grupo ou os grupos que ocuparam esse sítio apresentam as mesmas características descritas na historiografia no período do contato sobre os índios Cariri. Esse grupo étnico vivia na região no período do contato. Procura-se como objetivos secundários, identificar as atividades realizadas no abrigo, a caracterização da tecnologia dos habitantes da região que inumaram seus indivíduos no abrigo, analisar os recursos explorados no ambiente pelos indivíduos desse grupo humano, suas práticas mortuárias e comparar as práticas mortuárias deste sítio com outras necrópoles escavadas na região.

Nossa temática pode ser considerada, em nível de Paraíba, de relevante importância por dois motivos básicos: (i) é o precursor no campo da Arqueologia da

Morte na Paraíba; (ii) visamos comprovar ou não o que a historiografia tem relatado acerca dos grupos humanos que viveram na região, os índios Cariris, bem como a possibilidade de entender como se dava suas práticas fúnebres e sua cultura material, já que é possível estudar a vida de um grupo através da morte de seus indivíduos.

Em todo o mundo tem-se verificado atividades ritualísticas de passagens, da vida para a morte; de forma geral, existe uma crença num suposto processo de continuidade da vida terrena. Os grupos humanos acreditam, quase sempre, existir uma passagem que os ligue a outra vida ou dimensões e é com esse pensamento que se prepara o corpo para essa passagem e para a 'vida' pós-morte que está por vir.

As análises realizadas por restos esqueléticos encontrados em um cemitério, podem fornecer dados sobre os hábitos alimentares e costumes, além dos descartes de lixo domésticos dos grupos humanos que viveram e ocuparam a região da necrópole. É dessa forma que buscamos respostas para questionamentos que a historiografia tem levantado sobre os antigos habitantes dos Sertões da Paraíba, como hábitos que se perpetuam: sepultamentos em igaçabas, covas e rituais de incineração descritos por cronistas, a exemplo de Elias Heckmans.

Não existe pesquisa científica sem um problema básico, claro e definido. Nesse sentido, para a comprovação ou não de nossas hipóteses, questionamos nesta pesquisa se existe ou não ligação entre os restos esqueléticos inumados no sítio Pinturas I e os antigos índios da região, ou seja, o grupo humano denominado de Cariri? As práticas funerárias do sítio Pinturas I são as mesmas dos outros já identificados no Nordeste do Brasil? Os grupos que enterraram os seus mortos foram os mesmos que realizaram as pinturas rupestres que existe no abrigo Pinturas I?

Trabalhamos com a hipótese que foram os índios Cariris e seus antecessores que usaram o abrigo para sepultarem seus mortos, ou seja, neste sítio deveremos encontrar as mesmas características descritas pelos cronistas acerca da temática em tela. Trabalhamos também a hipótese de que não teria sido o (s) mesmo (s) grupo (s) que enterravam seus mortos e pintaram o abrigo Pinturas I. Por fim, que não existia dinamicidade e heterogeneidade nos processos de enterramentos no sítio Pinturas I.

A metodologia utilizada nesta pesquisas seguiu duas etapas distintas: a primeira etapa constitui no estudo da documentação disponível acerca da nossa temática, especialmente os registros etnográficos, bem como da região geográfica em apreço. Na segunda etapa realizamos uma prospecção onde foi feita uma sondagem de 2X2 mts, quadriculando-se a área e escavando-se até o afloramento rochoso.

Estruturamos o nosso trabalho, em cinco capítulos. No primeiro capítulo intitulado de Aporte Teórico, tratamos da questão Morte, tecendo comentários sobre a visão que teóricos e pesquisas já realizadas, especialmente no Nordeste do Brasil, tentam explicar o fenômeno em si. A morte, ou ao menos a visão que se tem desse fenômeno e o que o homem faz para esquecê-la ou lembrá-la, é cultural, daí a necessidade em mostrar as práticas funerárias a que os grupos humanos sempre fizeram uso desde tempos imemoriais.

No segundo capítulo, tratamos basicamente dos objetos funerários, o enxoval, como forma de demonstrar a cultura material de um povo, pois é perceptível atualmente, através dos estudos arqueológicos do enxoval fúnebre, o *modus vivendi* de um grupo humano. Leva-se para o túmulo parte daquilo que o indivíduo usava quando em vida; assim, pode-se chegar aos traços da cultura material através dos rituais e dos materiais arqueológicos, bem como o próprio estilo de vida do grupo. Ainda neste capítulo, abordamos, em linhas gerais, os sepultamentos dos índios dos Sertões da Paraíba do pós-contato e as pesquisas arqueológicas na Paraíba.

No terceiro capítulo, apresentamos a metodologia geral do trabalho e mostramos pormenores das atividades arqueológicas realizadas no sítio Pinturas I; as minúcias da escavação arqueológica.

No quarto capítulo, traçamos, em linhas gerais, as características geoambientais da área estudada, mostramos o material arqueológico coletado e os resultados das análises desses materiais. De forma ilustrativa, descrevemos e enquadrados sucintamente as figuras rupestres do sítio Pinturas I como sendo uma característica marcante dos locais em que eram escolhidos para enterramentos, especialmente aqueles que apresentam longo período de ocupação, como é o caso da necrópole do sítio Pinturas I.

Por último, no quinto capítulo, traçamos o esboço geral através de análises e comparações dos dados coletados, via historiografia e análises arqueológicas acerca do sítio Pinturas I, com outras necrópoles do Nordeste do Brasil.

Dessa forma, o sítio Pinturas I pode ser considerado a primeira necrópole escavada de forma sistemática nos Sertões da Paraíba e seus resultados só demonstram que as práticas ritualísticas e a cultura material, bem como a escolha do

ambiente para inumação desde tempos pré-históricos por certos grupos humanos, levavam em consideração para a escolha do lugar algumas características ambientais.

Concluimos sugerindo que mediante as análises do material arqueológico e as datações obtidas e, apesar de ser apenas um estudo de caso, tratar-se de uma necrópole em que foram inumados indivíduos pertencentes ao grupo humano dos índios Cariris e seus ancestrais, ocupantes da região e descritos largamente pela historiografia.

O sítio Pinturas I identifica-se, pelas características observadas com outras necrópoles escavadas no Nordeste do Brasil; apesar do elevado grau de depredação em que a mesma se encontrava, conseguimos resultados satisfatórios com relação à cultura material do grupo humano que ali viveu e inumaram seus mortos no pré e pós-contato, mas dificultando a observação das práticas funerárias dos mesmos no abrigo.

CAPÍTULO I

APORTE TEÓRICO

1. VIDA E MORTE NOS GRUPOS HUMANOS

1.1. Práticas espirituais e rituais fúnebres

Gabriela Martin (2005: 307) mostra-nos que é possível através da análise dos “comportamentos sociais e com restos ósseos das necrópoles identificarmos as características físicas e patológicas de grupos humanos”.

Entende-se que uma necrópole e/ou cemitério é um local utilizado para enterrar (inumar) os mortos; o enxoval fúnebre é o conjunto de objetos depositado com o morto pelos seus (XIMENS, 2001).

O estudo de uma necrópole e o que nela se encontra (o enxoval) é capaz de fornecer ao arqueólogo informações precisas sobre costumes, crenças, tecnologias e a complexidade da teia social de um grupo.

Os rituais fúnebres (atividades desenvolvidas pelos parentes do falecido quando da sua velação e/ou do sepultamento) refletem a preocupação do ser humano, desde tempos imemoriais, com os seus e o que teriam ou não numa pós-morte. Em todo o planeta se verifica essa preocupação.

No Brasil, Gabriela Martin (2005: 308) informa o patamar de conhecimentos que temos hoje, especialmente no Nordeste, sobre rituais fúnebres. Segundo a pesquisadora, quatro importantes necrópoles escavadas por Arqueólogos da região têm nos fornecido importantes dados sobre as práticas ritualísticas e de enterramentos na Pré-história, além do ambiente. São elas: *Gruta do Padre*, *Furna do Estrago*, *Pedra do Alexandre* e *Sítio Justino*. Outras necrópoles já foram escavadas nesta área, mas a importância dessas quatro necrópoles é justamente pelas formas diversificadas de rituais fúnebres identificados, pela quantidade de sepulturas, pelos enxovais e pela localização geográfica em que essas necrópoles estão inseridas, fornecendo dados dos *modus vivendi* desses grupos humanos.

A explicação para uma diversidade imensa de formas de sepultamento nessas necrópoles é justificada pelo longo processo cronológico (temporal) de ocupação do abrigo, como necrópole.

Os túmulos vêm sendo percebido pela Arqueologia Pós-Processual como excelentes fontes documentais. A junção artefato/ambiente levantada por Worsoal mostra que encontrados juntos, num mesmo ambiente, provavelmente foram, também, utilizados juntos. É a partir desse norte que os túmulos passam a ser vistos como excelentes fontes documentais, pois é comum encontrarem-se artefatos diversos que pertenciam ao morto, uma verdadeira cápsula do tempo, no dizer de Marily Simões Ribeiro. Realizando-se o contraste, como recomenda Bunge (1985), pode-se chegar a identificação de uma cultura de ampla abrangência territorial. A partir dessa observação, pode-se também, por exemplo, perceber o status do indivíduo dentro de um dado grupo, mediante o contraste de sepultamentos e os materiais encontrados num sepultamento junto ao cadáver. Basicamente fora isso levado a cabo nas principais necrópoles do Nordeste, transformando-as em importantes fornecedoras de informações.

Desde séculos que existe a preocupação com os túmulos e com as informações que eles possam conter. Mas foi no século XIX, mais precisamente em 1886, que foi apresentado um novo enfoque com o objetivo de compreender e interpretar a simbologia fúnebre (abordagem antropológica) de um grupo a que inclusive ainda é aceita nos meios científicos: a de que “os rituais mortuários eram fruto do medo do espírito do morto e eram usados como meio de controle dos vivos sobre estes mortos”. Assim, entende-se que “... as oferendas, as pedras sobre os túmulos e as vestimentas do morto são ilustrações deste temor e tentativas de controle” (RIBEIRO, 2007: 45). O medo da morte e do morto, partindo do modelo exposto anteriormente, já fora percebido em sepultamentos, como aqueles ocorridos durante a Peste Negra em fins da Idade Média na Europa.

Nas primeiras décadas do século XX, a Arqueologia Evolucionista continuava com suas variantes Difusionista e Migracionista, enquanto tendências explicativas, mostrava que o contato cultural entre grupos culturais distintos causava alterações na difusão e/ou migração de traços culturais de um para outro grupo, numa reciprocidade nem sempre perceptível para os indivíduos dos grupos. Os estudos de práticas mortuárias do período visavam mostrar apenas as tipologias, buscando identificar

contatos culturais, semelhanças ou não no processo de enterramento dos mortos. As duas correntes aqui tratadas partem do princípio que grupos étnicos distintos apresentam características culturais (materiais ou imateriais) semelhantes, devido a transferência, amigável ou não, entre os grupos. Para o Migracionismo, a difusão dar-se através do deslocamento migratório, enquanto que o Difusionismo admite a hipótese de um contato direto entre grupos, levando a uma suposta imitação ou compilação de certos traços culturais que antes eram particulares do primeiro grupo. Para os seguidores dessas correntes, os túmulos são excelentes indicadores de difusão ou migração de costumes dos processos de sepultamento. Esta vertente pode possibilitar entender e identificar fronteiras culturais baseada na ideia de que um certo grupo cultural dominou uma região e difundiu seus traços culturais na área de ocupação. A grande questão destas correntes talvez esteja em não acreditar na criatividade humana, de inovar de acordo com suas novas necessidades motivadas por fatores diversos: hostilidade do ambiente, aumento demográfico, etc. Trigger (1989: 151) assegura que esta linha pode ser contestada na medida em que não se leva em consideração a capacidade inventiva do homem, e que, de forma simultânea, venha a desenvolver objetos semelhantes em espaços geográficos e períodos temporais diferentes.

Partindo de uma visão Funcionalista, as relações sociais de indivíduos de um dado grupo étnico aparecem durante sua existência, como também se manifestam no momento de sua morte: “a morte desequilibra a organização social, mas não aniquila a personalidade social do morto, apenas a transforma” (RIBEIRO, 2007: 62); através da observação e interpretação do cadáver depositado no jazigo, bem como o material (enxoval) fúnebre que acompanha o indivíduo pode-se, na visão Funcionalista, servir de compreensão do status social do indivíduo dentro do grupo. Essa teoria levantada inicialmente por Radcliffe-Brown, em 1922, será adotada e difundida amplamente por Binford na década de 1970. Dessa forma, tem sido nosso objetivo o de demonstrar, através dos mortos e da morte, como viviam os grupos humanos em uma dada região da Paraíba. O principal exemplo da viabilização dessa perspectiva vem das quatro importantes necrópoles escavadas no Nordeste do Brasil, verdadeiro referencial para os estudos de necrópoles em toda a região.

No geral, a morte, desde tempos imemoriais até hoje causa desconforto e os rituais fúnebres podem ser vistos como uma quebra do medo, um processo de

reintegração dos que ficaram, ou seja, dos que permanecem vivos, frente ao golpe da perda. O evento em si gera emoção, pois é uma manifestação social em homenagem àquele que partiu, sem que o grupo tenha uma explicação lógica. Para o fato, o certo é que a solidariedade social foi quebrada, houve um rompimento do elo natural que unia a todos do grupo. Dar conforto ao morto pode ser visto, percebido e apreendido como uma forma de gratidão, tristeza, dor pela partida, mas medo pelo retorno. O ritual pode ser encarado como sendo, também, uma forma de agradar a própria morte, fazendo-a permanecer no suposto lugar que está distante dos vivos.

A partir de 1960, entra em cena uma nova versão da Arqueologia com cunho mais interpretativo que irá vigorar no final do século XX e início do XXI. A necessidade em tornar a Arqueologia uma ciência interpretativa e não somente descritiva, partiu de Bennet e Taylor nos anos de 1943 e 1948, respectivamente; foi só a partir de 1962, que Binford consegue a tão essencial reestruturação da Arqueologia, tornando-a uma ciência aberta, realmente interdisciplinar, principalmente por se buscar a união entre a Arqueologia e a Antropologia. Sendo assim, Binford (1962) consegue o inusitado ao sugerir que haja uma compreensão da cultura dos grupos humanos através de sua cultura material, reconstruindo o comportamento humano de tais grupos. A base teórica da Nova Arqueologia baseou-se na Teoria Geral dos Sistemas (TGS), que passou a ver a cultura não apenas como uma estrutura estática, mas sim como processos que se autocomplementam. As alterações no sistema social de um grupo são respostas aos fatores externos e internos aos quais o grupo está intrinsecamente ligado. A Nova Arqueologia possibilita, entre outras coisas, a reconstrução do meio ambiente e a compreensão dos vestígios dentro de um contexto cultural. O estudo de necrópoles pode fornecer tais dados na medida em que os materiais arqueológicos possibilitam a reconstituição dos subsistemas da organização de um grupo econômico, social, político, cultural e ambientalmente falando, sendo esta última constante de suma importância no processo de conhecimento dos ambientes passados (paleoambiente) e, portanto, o *modus* de vida das populações.

Fundamental nesse período é a lei denominada de o Princípio do Menor Esforço, de Leslie White, que parte do princípio que um sítio não está isolado, mas sim faz parte de um contexto macro, pois os grupos humanos necessitam realizar o menos de esforço possível para conseguir o máximo para a sua sobrevivência, daí que, tal lei, serve como referencial para a compreensão do macro, a partir do estudo do micro, que

pode ser um simples cemitério indígena, como estamos a abordar a partir do estudo de uma necrópole no Cariri Paraibano.

A partir do estudo de uma necrópole, dentro de uma abordagem dos estudos das práticas funerárias de um grupo étnico, as contribuições para a reconstrução do passado são imensas: afora as explicitadas anteriormente, a reconstrução do paleoambiental mediante a análise de pólen e restos ou vestígios alimentares nas sepulturas, associados aos objetos (enxoval) pode fornecer dados precisos acerca das condições ecológicas do passado. Da mesma forma que a Nova Arqueologia vê nos sepultamentos uma excelente fonte de dados para compreender o mundo pré-histórico, a busca por assentamentos e o estudo do seu contexto tornaram-se imprescindíveis nos estudos arqueológicos contemporâneos.

Ponto fundamental que advém com a Nova Arqueologia é o cruzamento de culturas, mediante, por exemplo, o contraste, seja de materiais arqueológicos de supostos grupos étnicos diferentes, ou no contraste das próprias hipóteses levantadas, da historiografia. Portanto, o uso da analogia tornou-se ferramenta indispensável na Arqueologia Processual e Pós-Processual, aceita quando as condições são favoráveis para a união dessas duas correntes distintas. Pode-se entender a situação sócio/cultural/ambiental de um grupo pouco conhecido mediante comparações com grupos similares já estudados pela ciência.

A questão da análise comparativa em práticas mortuárias foi inaugurada por Ucko a partir de 1969, sistematizando a prática de analogias para entender o comportamento humano.

Binford (1971: 9-10) sinaliza com uma questão de suma importância que vem sendo discutida desde o início do século XX: a vida social. Através do tratamento dado ao corpo pós-morte, bem como, o maior grau de ruptura nas atividades do grupo para inumar o indivíduo, com o objetivo de dar um melhor tratamento mortuário, pode ser um forte indicador capaz de reconstituir desde a posição do morto no grupo, como o grupo em si e o ambiente em que viveu e morreu. O enxoval, nesse sentido, torna-se peça fundamental no processo de reconstituição do *modus vivendi* do grupo.

1.2. A morte como fonte de informação

A grande contribuição da Arqueologia das práticas mortuárias talvez esteja em fazer com que os mortos falem pelos vivos, mediante a análise de variáveis como idade, sexo e status social via análise do enxoval fúnebre que por ventura contenha na cova associado ao cadáver (MACHADO, 1995) (MACHADO, 2001). A complexidade de certo grupo étnico pode refletir na representação da morte, via processo de inumação de um indivíduo. O achamento de práticas ritualísticas diferentes numa mesma necrópole pode muito bem mostrar caminhos distintos: primeiro que o grau de complexidade da sociedade evoluiu a tal ponto que se diversificou o sistema de sepultamento da população; segundo, pode indicar que um grupo sobrepujou o outro, impondo seus costumes, enfim sua cultura.

A Nova Arqueologia possibilitou, através da Arqueologia Comportamental, a possibilidade de reconstruir o comportamento dos grupos humanos que deram origem aos restos arqueológicos. Desde Binford, a partir de 1962, que esta linha vem conseguindo novos adeptos, pois existe há possibilidade de compreensão do contexto da vida do grupo, oferecendo condições básicas de ler o passado e, a partir daí, traçar o perfil cultural de um grupo.

Marily Simões Ribeiro aponta os cinco princípios básicos capazes de explicar, via material arqueológico, o funcionamento social do grupo, sendo o estudo de necrópoles locais ideais para aplicar tal método: procura, manufatura, uso, manutenção e descarte. Outros processos são vistos como secundários: estocagem, transporte e reciclagem dos objetos manufaturados encontrados em contexto com os esqueletos. Parte-se do princípio de que os vestígios arqueológicos produzidos pela mão do homem podem nos oferecer as condições básicas para conhecer as atividades do grupo que os produziram. A Arqueologia Comportamental considera o material encontrado numa necrópole como sendo ou não de descarte social, em outras palavras, o descarte pode ser visto, também, como materiais que não mais eram úteis para o indivíduo, pois que estava morto, nem mais para o grupo, pois aqueles materiais pertenciam ao que havia morrido, portanto, deveriam acompanhar seu dono. Por outro lado, o material encontrado no túmulo pode ser visto, ainda, como uma re-significação do objeto, que perdera sua significação originária e passa a ter uma nova função simbólica de, por exemplo, acompanhar seu dono numa vida além túmulo.

Com Lévi-Strauss, nos anos de 1960, cria-se o processo de ordenamento, possibilitando a classificação das semelhanças e diferenças, essencial para traçar perfis culturais de grupos humanos que habitaram uma mesma região.

A Arqueologia Pós-Processual, uma das tendências a qual tentaremos enquadrar nosso trabalho, surge nos idos da década de 1980, como uma contraproposta a Arqueologia Processual. A Arqueologia Pós-Processual visa o reencontro com a História, entendendo as sociedades arqueologicamente estudadas via através dos materiais arqueológicos por estas produzidas, numa perspectiva diacrônica, rompendo com a busca por leis universais capazes de explicarem universalmente o comportamento humano. Nessa nova perspectiva, cada sociedade tem suas especificidades, com características próprias, geradora de sua própria história. Na Arqueologia Pós-Processual é postulada como síntese histórica, aproximando-se da Antropologia para melhor compreensão do comportamento do homem em relação ao meio e ao seu próprio grupo. O Pós-Processualismo visa à compreensão mais geral do homem dentro do grupo. Existe a possibilidade não só em descrever os vestígios arqueológicos de um sítio, mas compreender as alterações sociais, políticas, econômicas e ambientais deste e do grupo, numa constante inter-relação de dinamismo social. A Arqueologia Pós-Processual apresenta papel significativo no tocante à compreensão do papel do indivíduo dentro de um contexto arqueológico, ressaltando o papel do indivíduo enquanto agente social transformador da cultura de certo grupo cultural (RIBEIRO, 2007: 93).

Neste sentido, a cultura material permite, partindo de uma visão Pós-Processual, realizar uma leitura de significados, capaz de interpretar o cotidiano de indivíduos pertencentes a um dado grupo étnico. Os mortos falam aos vivos, “simbolizam a si mesmos, representam aquilo que se quer que se pense sobre a família, sobre o grupo social e sobre o morto” (RIBEIRO, 2007: 96). O sepultamento do corpo é visto como mais uma etapa social e não como um mero resíduo incidental. O funeral é visto como um reflexo da sociedade dos grupos dos vivos, servindo para a (re) construção mesmo que parcial, do mundo dos vivos dos grupos humanos passados.

A Arqueologia Pós-Processual faz largo uso de análises ósseas, o que tem permitido um significativo avanço das interpretações a partir de dados provenientes dessas análises; já se observa ser capaz de identificar doenças, dietas, momentos de stress, dentre outros problemas que atingiu o indivíduo, através da Osteoarqueologia,

em suma, da análise dos restos ósseos encontrados nos sítios. O estudo dos ossos deve ser precedido do estudo do local onde os mesmos foram encontrados, pois que o meio influencia a qualidade do material ósseo encontrado. Através do estudo químico, por exemplo, dos dentes, pode-se chegar a uma possível dieta do grupo, de modo a poder se chegar a uma provável economia do grupo. O desgaste dos ossos pode servir como indicativo das atividades cotidianas desenvolvidas pelos membros do grupo. Através de uma análise mais acurada dos ossos, pode-se chegar, por exemplo, via DNA ou C 14, a idade, sexo, doenças hereditárias, etnias, etc.

Serve-se atualmente da análise óssea para se chegar a pistas que sejam capazes de identificar rituais mortuários, como por exemplo, marcas nos ossos podem servir, depois de uma profunda análise, para perceber que instrumentos cortantes foram utilizados para o descarte num ritual secundário pós-morte. Essa análise pode mostrar, também, o perfil de adaptação do indivíduo e por extensão do grupo, ao meio, bem como, através do Número Mínimo de Indivíduo (NMI), quando da impossibilidade em se contar o número de esqueleto, ter uma idéia da quantidade de corpos inumados numa necrópole. Esse tipo de estudo pode, inclusive, chegarem a estudos demográficos de uma região, a partir dos vestígios funerários, sendo capaz de se oferecer estimativas populacionais, relações entre gêneros, taxas de mortalidade infantil, expectativa de vida ao nascer, etc. Trata-se de um novo ramo da Arqueologia denominada de Paleodemografia. Questiona-se, por exemplo, se uma necrópole pode realmente servir de testemunho ocular para o estudo demográfico, pois nem todos foram ali enterrados; e aqueles que morreram em guerra longe de seus acampamentos (comum desde a Pré-história e largamente relatado pela Etnografia)? É possível que os mortos inimigos sejam sepultados no território que pereceram? Para Ribeiro (2007: 113), sim, o que geraria o fenômeno da transumância, ou seja, os mortos “de uma mesma população poderiam deixar seus vestígios em diversos locais afastados de suas comunidades de origem”.

Um sítio cemitério, segundo Binford (1971), Ribeiro (2007) pode ser considerado, ao menos em sua estruturação organizacional, um reflexo da organização social do grupo que o produziu. Visto a partir da Teoria do Reflexo, o mundo dos mortos pode ser visto como uma extensão do mundo dos vivos. Uma necrópole não pode ser vista como algo distante, ela deve ser interpretada como uma extensão do

grupo étnico que o produziu, que escolheu o lugar para ali depositar seus entes queridos.

1.3. Arqueologia da morte

Os esqueletos humanos são considerados, pela Arqueologia, os vestígios que os colocam mais próximos do passado dos homens. O estudo dos restos esqueléticos de indivíduos leva a compreensão, por parte do arqueólogo, do cotidiano das pessoas ou do grupo humano que quer entender. Em outras palavras, são excelentes fontes de informações para a Arqueologia.

As necrópoles indígenas podem fornecer dados sobre a expectativa de vida de uma população, a oscilação entre maior número de mortos do sexo masculino em certos períodos e os do sexo feminino em outros. A questão é que nem sempre dispomos de material arqueológico em quantidade e/ou qualidade para tais estudos. O que se preserva, especialmente no semi-árido nordestino onde os solos são salinos e pH que varia de 4 a 6, os restos esqueléticos se decompõem rapidamente, são pequenos fragmentos que pouco pode informar.

De forma geral, os esqueletos se preservam em locais mais protegidos e estáveis (quimicamente falando), em entradas de cavernas ou abrigos rochosos, geralmente calcários.

Os mais antigos esqueletos do Brasil foram encontrados em cavernas calcárias, como é o caso de Luzia, com 12.000 anos de idade, e Zuzu, nos abrigos rochosos na Serra da Capivara, Piauí, com cerca de 10.000 mil anos de sua morte.

A Arqueologia da Morte está extremamente ligada à Antropologia Biológica (Paleopatologia), que se dedica a estudar, via análise da morte, aspectos da vida do indivíduo e do grupo.

Ao encontrar esqueletos com certas anomalias, o arqueólogo pode interpretá-las e concluir que aquela população apresentava, por exemplo, déficit alimentar, causador de certa deformidade que poderia atingir parte do grupo, ou, ao contrário, pode entender se havia a preocupação do grupo em cuidar dos enfermos ao encontrar um esqueleto em que houve uma fratura e esta fora tratada e sua consolidação perfeita.

A questão alimentar pode também ser estudada pelo arqueólogo e sua equipe na análise de um esqueleto. Ossos finos podem indicar uma dieta alimentar não adequada, pobre em certos nutrientes, assim como uma tendência natural para diminuir a altura das pessoas do grupo.

Os dentes são excelentes indicadores de boa ou má alimentação. A incidência de cáries, por exemplo, é maior em grupos agricultores do que em grupos coletores/caçadores, pois os produtos cultivados apresentam uma maior percentagem de sacarose e glicose, causadores de cárie.

1.3.1. O desenvolvimento das práticas mortuárias

As atividades ritualísticas de sepultamentos acontecem desde a Pré-história até os nossos dias. Cidália Duarte observou que entre os grupos neandertais no Vale de Lapedo, em Portugal, essa prática já era comum.

Os neandertais, segundo Mithen (2002), eram parecidos com os homens ditos modernos, mesmo sendo considerados poucos dotados de inteligência, especialmente pela habilidade no trato tecnológico com o material lítico e no uso de complexos rituais pós-morte. Entretanto, sua arte e outras tecnologias (como o uso de cerâmica, osso, madeira e marfim), deixavam a desejar se comparadas ao homem moderno, o que levou Steven Mithen a concluir que os neandertais apresentavam uma cultura limitada (AZEVEDO, 2008). Para se chegar ao homem moderno, capaz de exercer atividades complexas, só com a conexão entre os vários processos cognitivos do homem; em outras palavras, suas inteligências: a inteligência social, técnica e naturalística (MITHEN, 2002: 213). A união dessas ações cognitivas possibilitou que o homem, por exemplo, fosse capaz da elaboração de idéias cada vez mais complexas. Dentre elas estão os sepultamentos e suas práticas. O homem alcança este poder transformador, a meu ver, geral para o planeta, no estágio de evolução que a ciência denomina de Paleolítico Médio para o Paleolítico Superior, sendo a fase final do desenvolvimento cognitivo da mente humana. Nas palavras de Carlos Azevedo (2008: 38); esse período foi importante porque “tornou o homem senhor absoluto do seu mundo, capaz, então, de pensar, criar e refazer suas ações...”

Apenas o ser humano pratica rituais fúnebres para com seus mortos. Daniela Cisneiros Silva (2003: 15) define o termo ritual funerário: “O ritual funerário pode ser

definido como um padrão de comportamento utilizado em contexto de morte pode criar e manter o senso de conexão de um sistema social.”

Geralmente, cada grupo humano pratica um ritual fúnebre diferente, sendo, portanto, um excelente indicador para se traçar o perfil cultural de um grupo.

Alguns animais até podem praticar algumas atividades que, aparentemente, demonstrariam um ritual fúnebre. Na verdade, apenas a espécie humana (*sapiens*) tem a capacidade de abstração e é essa capacidade que levou o homem a proteger, preservar e crer numa vida pós-morte. A morte sempre foi objeto de preocupação entre as mais diversas sociedades do planeta, sejam estas mais ou menos desenvolvidas.

Existem evidências que antes mesmo do surgimento do *Homo sapiens sapiens*, por volta 80 mil anos AP, o homem já praticava atividades fúnebres.

Silva (2003: 16-17) afirma que essa preocupação advém do Pleistoceno Médio e Superior, quando neste último período, a prática de enterramentos mais elaborados e acompanhados de atividades ritualísticas cada vez mais complexas, tornou-se comum. Adornos, ferramentas, enfim o enxoval fúnebre aparece a partir do Pleistoceno Superior em várias partes do planeta.

Um dos grandes questionamentos que tem sido feito é o que teria levado o homem, desde a Pré-história a tratar seus mortos, construir gigantescas obras de engenharia e arquitetura para guardar os restos de falecidos.

Silva (2003: 17) aponta pelo menos três características básicas para se enterrar os mortos: 1. O incômodo do mau cheiro; 2. O horror da decomposição; 3. A preservação do corpo para a vida pós-morte. Acrescenta, ainda, o início de uma sociedade cada vez mais complexa que criou novos valores, entre eles, o medo pelo desconhecido. A morte é o desconhecido; a criação no imaginário popular do apego a vida terrena, passando a criar uma espécie de extensão dessa vida, acreditando que ela se prolongaria além túmulo; não se pode descartar, graças à complexidade da sociedade da criação das religiões, motivada, nos seus primórdios, pelo medo, o não saber explicar o imutável ou o mutável e os acontecimentos naturais. As religiões tentam explicar o que Victor Hellern, et alli (2001: 09) chama de “questões existenciais”, por dizerem respeito a nossa existência. De forma geral, as questões existenciais surgem em todas as culturas do planeta, mesmo que nem sempre se

busquem os mesmos caminhos para respondê-las. No entanto, assegura os autores de *O Livro das Religiões* que as questões existenciais, como: quem sou eu? Como foi que o mundo passou a existir? Que forças governaram a história? E, talvez o principal dos questionamentos: o que acontece conosco quando morremos? São estas questões que formam as bases das religiões e seitas do planeta. São elas que causam medo e respeito pelo que morreu.

O destino do corpo, segundo Silva (2003), é dado de várias formas, variando com o status social do indivíduo, a causa *mortis*, o grau de heroísmo, o sexo e a idade. Cada grupo cria um estilo próprio para enterrar seus mortos: catacumbas, mausoléus gigantescos, ou pequenas covas (fossas) e/ou sepultamento em igaçabas nas cavidades naturais. São algumas das inúmeras formas encontradas pelos homens para darem um destino honroso ao ente falecido.

Silva (2003: 19-20) vê os rituais fúnebres de um grupo numa apresentação em três momentos diferentes:

rito de separação, quando o indivíduo morre, não pertencendo mais ao mundo dos vivos; ritos de transição, quando ocorre o sepultamento para que seu corpo fique salvaguardado e ele encontre o caminho dos mortos e rito de incorporação, quando este é integrado novamente ao mundo dos vivos em espírito.

Nesse sentido, a morte passa a ser mais um rito de passagem, o último de uma série que começa com o nascimento do indivíduo.

1.3.2. Rituais e tipos de enterramentos

Em todo o planeta, grupos humanos diferentes criaram mecanismos diferentes para inumar e lembrar seus mortos.

No Brasil, duas formas básicas de práticas funerárias já foram identificadas, segundo V. Schmidt: enterramento e incineração.

O enterramento é a “deposição deliberada de corpos sob a terra” (SILVA, 2003: 21). Existem várias formas de enterramentos: direto ou indireto na terra. A diferença está nos cuidados com o morto. No direto, abre-se apenas a cova e deposita o indivíduo; no indireto, além do processo anterior, o corpo é envolvido em folha ou outro material qualquer antes de ir para a cova. Os enterramentos ainda podem ser individuais (com um único indivíduo, numa urna, por exemplo) ou coletivos. O

enterramento coletivo ocorre quando vários corpos são sepultados numa mesma cova. Quando se enterram vários indivíduos numa gruta, por exemplo, mas em covas ou urnas diferentes, tem-se um enterramento individual.

Ainda podem se apresentar de forma primária (primeiro ritual com o corpo ainda articulado, geralmente em cova), e o secundário dá-se quando o corpo passa por um segundo processo de inumação, em cova ou em urna. Geralmente neste tipo de enterramento, são depositados na cova ou urna apenas os ossos, pois a parte mole do defunto, caso ainda existisse quando da exumação, passaria por um processo de descarnar, pintura dos ossos e novamente inumado ou emparedado, como observou Leon Clerot em sepultamento na região de Itabaiana, Paraíba, em meados do século XX (1969). O sepultamento secundário é caracterizado pela não existência da conexão anatômica do esqueleto.

O enterramento secundário não é uma prática em todos os grupos pré-históricos e históricos das Américas. Grupos como os dos índios Araweté apenas abriam a sepultura, observava se as partes moles tinham desaparecido e voltava a preencher novamente com terra a sepultura.

Necessariamente os sepultamentos secundários não ocorrem nos mesmos lugares que os primários, havendo uma certa mobilidade dos locais de sepultamento, bem como o tempo que se levava entre uma e outra atividade. No geral, na região Nordeste do Brasil, a difusão de enterramentos secundários foi bastante desenvolvida entre grupos humanos pré-históricos.

Aparecem sepultamentos secundários em sítios de meia encosta, nos vales e terraços dos rios bem como em sítios a céu aberto, mas principalmente, no caso da Paraíba, em abrigos rochosos de tamanhos diversos. Em suma, não se pode falar num padrão definido para sepultamentos sejam eles primários ou secundários para o Nordeste.

Desde tempos imemoriais e em várias partes do planeta, que os grupos humanos vêm fazendo uso de ambientes diversos para inumação dos mortos: cavernas, templos, abrigos-sob-rochas, ravinas, cemitérios, aldeias, moradias, etc.

O ato de incinerar ou cremar o corpo é muito antigo em todo o planeta. Consiste na queima total ou parcial do indivíduo. A partir desse ato a culminância pode

variar da prática de parentes falecidos, até a guarda das cinzas em recipientes diversos. Tais práticas foram comum no Brasil colônia. Elias Herckmans em sua *Descrição Geral da Capitania da Paraíba* (1985) foi um dos primeiros cronistas a descrever os pormenores do endocanibalismo praticado pelos índios tapuias Tarairiú, habitantes dos Sertões da Paraíba. O endocanibalismo consiste em comer a carne humana dos entes falecidos através de práticas ritualísticas pouco divulgadas pelos cronistas, acreditando os praticantes que não existia melhor lugar para guardar o parente morto do que dentro de si (HECKMANS, 1985).

Daniela Cisneiro da Silva (2003: 23) afirma que “a queima completa do corpo e a posterior ingestão de cinzas misturadas a bebidas ou comidas... não deixa vestígios para a Arqueologia Pré-histórica.” Já foram verificados, em alguns sítios arqueológicos na região do Seridó e Curimataú da Paraíba, prováveis locais que serviram para práticas ritualísticas dos Tarairiú, com a presença de fragmentos de ossos queimados e calcinados. Se for comprovado se tratar esses locais de centros ritualísticos para a prática do endocanibalismo, cai por terra a hipótese levantada por Silva (2003), sobre o total desaparecimento dos restos mortais dos grupos humanos que praticavam a incineração e o endocanibalismo.

A prática da cremação sempre existiu na Pré-história e em tempos históricos. Entretanto é difícil de ser identificado devido o elevado grau de fragmentação do material ósseo. A Gruta do Padre é uma das poucas necrópoles do Nordeste onde se verificou essa prática. No sítio Alcobaça foram verificadas atividades ritualísticas em que se acendiam fogueiras sobre os defuntos e não a cremação, não se carbonizando os ossos.

Com o contato, muitos grupos étnicos foram obrigados a abandonarem suas práticas ritualísticas de sepultamentos, pois com aldeamentos forçados, eram agora obrigados a sepultarem os mortos em cemitérios cristãos.

Com relação ao uso de corantes nos enterramentos primários e secundários são mais comuns em enterramentos de crianças. Já em sepultamentos primários femininos, não aparecem tais características no Nordeste do Brasil.

A datação mais antiga para um sepultamento com vestígios de ocre ou hidróxido de Fe aparece a partir de 5790 ± 60 anos AP., num enterramento secundário no sítio Pedra do Alexandre, no Rio Grande do Norte, e o mais recente data de 860

anos AP., para um enterramento primário do sítio Dunas de Zorababel, no rio São Francisco.

No Nordeste do Brasil, existe uma predileção por enterramentos individuais (primário) ao enterramento duplo. Apenas na Pedra do Alexandre, no Rio Grande do Norte, foi identificado um sepultamento duplo e muito provavelmente se trata de um sepultamento com intrusão.

Foram identificados, no Nordeste, sepultamentos secundários duplos ou múltiplos. No sítio Alcobaça, foi encontrado o maior número de esqueletos por covas com datações recentes (1812 ± 26 anos AP.).

A posição e acomodação do esqueleto foram pouco mencionadas na literatura arqueológica do Nordeste até o momento.

A busca da padronização do enterramento serve para revelar principalmente as particularidades de um grupo étnico.

Quanto à orientação do corpo na cova, varia de acordo com cada grupo, alguns orientam o corpo de acordo com os pontos cardeais; outros grupos orientam o corpo para a aldeia (MARTIN, 2005).

Vários grupos envolviam o corpo em esteiras e os sepultavam em posição “horizontal deitado de costas com a cabeça para Leste” (SILVA, 2003: 110). Há casos de sepultamentos em Jirau, camas de varas que têm orientação diversa, mas nunca a cabeça deve ficar orientada para Oeste. A cabeça quase sempre está voltada para o Leste ou Norte. Na Furna dos Ossos, em São João do Cariri e no sítio Pinturas I, em São João do Tigre, graças ao elevado grau de antropismo não foi verificada nenhuma dessas características.

O processo de acomodação do corpo em posição fletida com os membros flexionados, sejam eles inferiores ou superiores, têm sido comum no Nordeste do Brasil. A acomodação com o corpo totalmente estendido tem sido raro no Nordeste, sendo o decúbito lateral direito e/ou esquerdo mais comum.

Acredita-se que os sepultamentos em posição fetal seriam efetuados logo após a morte do indivíduo, pois algum tempo depois que o indivíduo morre, o corpo fica enrijecido, dificultando o sepultamento.

Corpos sentados em covas não são comuns em enterramentos pré-históricos. Provavelmente um dos poucos exemplos do Nordeste venha do Piauí, no Sítio Toca do Gongo I, onde acredita-se que um corpo sem a cabeça, separada do restante do esqueleto, fora colocado em posição vertical sobre a fossa.

De forma geral, as escavações já realizadas até o momento em necrópoles na região Nordeste têm mostrado a predominância de estruturas em covas em relação aos sepultamentos em urnas.

Sítios como Cana Brava, Toca da Baixa dos Caboclos, Toca do Gongo II, dentre outros, são necrópoles onde foram inumados este tipo de enterramento. Na Paraíba, existem relatos sem muita credibilidade de urnas depositadas em cemitérios a céu aberto e em abrigos rochosos.

Silva (2003: 114), afirma que apenas o “sítio Toca dos Caboclos possui enterramento de um adulto masculino em urna”, partindo do princípio de que a maioria dos achados de esqueletos em urnas trata-se de sepultamentos infantis. Tal informação não tem sentido lógico, já que igaçabas foram inumadas contendo ossos de indivíduos adultos, na Paraíba, no município de Olivedos, tratando-se de uma atividade secundária.

Quanto ao formato das fossas funerárias das necrópoles do Nordeste, há uma predominância de fossas circulares, sejam para enterramentos primários ou secundários. Mas há também registros de fossas retangulares no sítio Toca do Paraguai, com datação de 7000 ± 100 AP. O predomínio de covas circulares está ligado à forma como o indivíduo é sepultado, geralmente em posição fetal. Mesmo nos sepultamentos secundários quando os ossos são depositados concentrados em covas, geralmente estas apresentam-se rasas e circulares.

O preenchimento das covas, em parte significativa dos sepultamentos do Nordeste, sejam elas circulares ou retangulares, o delineamento é feito por pedras. A cronologia mais antiga para este tipo de delineamento vem do sítio Toca dos Coqueiros (9870 ± 50 anos AP.), de um sepultamento secundário e na Toca da Baixa dos Caboclos uma datação de 230 ± 50 anos AP., de um enterramento primário.

O uso de material vegetal para forrar a cova a ser depositado o defunto já foi identificado em vários sepultamentos do Nordeste. Apesar do material utilizado ser

bastante fugaz, existem datações de 7000 \pm 100 anos AP. para a presença de restos vegetais no fundo de uma cova no sítio Toca do Paraguai.

Essa preocupação do corpo não tocar a terra foi mencionada por cronistas no pós-contato, sendo que vários grupos humanos, a exemplo dos Tupinambás já praticavam tal atividade ritualística. O uso de casca de certas árvores e esteiras envolvendo o corpo do defunto foi uma prática até certo ponto comum. Parece-nos que havia a preocupação de o corpo não tocar a terra ou então evitar que determinados animais cavassem e tivesse contato com o morto, especialmente o tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*). Tem sido comum o achamento de sepultamentos individuais no interior da Paraíba com uma pesada laje de granito sobre a cova, como que lacrando o local para que não houvesse violação do mesmo; não podemos, no momento, auferir um padrão de sepultamento partindo desta observação haja vista os poucos estudos sobre o assunto.

Sobre as dimensões das covas identificadas no Nordeste, tem-se notado que são pequenas, ajustando-se ao corpo flexionado. Eram também, pouco profundas principalmente quando o indivíduo era sepultado em abrigos rochosos.

Com relação à cultura material associada aos enterramentos já estudados no Nordeste, quatro tipos básicos já foram identificados: acompanhamentos funerários (enxoval) que são os elementos encontrados juntos ao corpo o que poderia simbolizar o status ou então uma prática comum entre os grupos. Alguns grupos envolviam seus defuntos em esteiras e juntos a eles seus objetos pessoais, talvez acreditando numa vida após a morte. O enterramento com alimentos e objetos de uso cotidiano também foi comum (beijus, mendubis – amendoim e cabaças com água) eram os alimentos mais comuns. Além desses objetos, as armas e utensílios domésticos também podiam ser enterrados com o morto: tacape, pilões, flautas, apitos, machados, pontas de projéteis, etc.,

Sobre os envoltórios, dependia do grupo étnico, podendo ser de cestarias, esteiras que envolviam o corpo, até cordões que serviam para amarrar o corpo para que ele ficasse em posição fletida.

Contas de colar e pingentes de pedra e osso são os adornos mais facilmente encontrados ao redor do pescoço e nos membros superiores dos esqueletos. Tanto em enterramentos primários quanto secundários tem sido comum o achamento desses

adornos, em todas as idades e sexo. Geralmente os adornos que o morto levava consigo eram os mesmos que ele usava quando em vida.

Por último, a utilização de fogueiras sobre o enterramento ou nas suas laterais ou extremos do esqueleto tem sido comum em sepultamentos do Nordeste. Acredita-se que a fogueira acesa após o ritual fúnebre servia para iluminar o caminho do morto na vida pós-morte.

Tudo isso só demonstra a dinâmica das sociedades pré-históricas e históricas. As mudanças que se processavam especialmente nos rituais fúnebres, eram lentas, e geralmente estavam associadas às próprias mudanças, fossem do grupo ou as proporcionadas pelo ambiente. Pode-se reconstruir a vida cotidiana, ou ao menos alguns de seus traços quando em vida, através de seus rituais fúnebres, pois o(s) indivíduo(s) deixava(m) transparecer no processo de enterramento do ente falecido, traços do seu cotidiano, usos e costumes, servindo para o arqueólogo como importante ferramenta da construção da etnicidade de um grupo, principalmente aqueles que foram extintos e que os relatos historiográficos são efêmeros.

O sepultamento em urnas (igaçabas) foi registrado em toda a região Nordeste, do litoral ao Sertão. Este tipo de enterramento, tanto já foi identificado como primário, como também secundário. Os primários, os corpos eram amarrados fortemente e (nas urnas) introduzidos, sendo pouco comum; já o enterramento secundário em urnas é mais comum e encontrado com frequência, sejam urnas isoladas ou coletivas. No caso do sepultamento secundário em urnas, primeiramente o corpo era sepultado, depois exumado ou incinerado e guardando-se nas urnas os ossos ou as cinzas. Há casos de se encontrar nas urnas apenas o crânio ou parte do esqueleto. Às vezes encontram-se urnas com ou sem enxoval fúnebre.

Assim, podemos informar os tipos básicos de enterramentos do Nordeste do Brasil, são: (i) sepultamentos primários e secundários, em covas e urnas; (ii) sepultamento em covas circulares e retangulares; (iii) sepultamentos com os indivíduos (cabeças) voltado para a nascente e/ou a aldeia; (iv) posição fletida do corpo na cova; (v) prevalência de sepultamentos individuais mais não se excetuando os coletivos; (vi) uso da cremação por parte de alguns grupos humanos; (vii) uso de lajes sobre os cadáveres; (viii) acompanhamento freqüente de enxoval fúnebre.

A inumação em igaçabas ou camucim, com o indivíduo em posição fetal, os braços como que amarrados às pernas, também foi verificada entre inúmeros grupos indígenas do Brasil. Geralmente a cova onde ia ser depositado o defunto era aberta pelo parente mais próximo do morto e o enterro era acompanhado por todos da aldeia. Não era rara a colocação de oferendas sob a cova, à comida fúnebre (ABREU, 1987).

Gabriela Martim (2005: 316) alerta para outra questão interessante: é quanto ao tipo de cerâmica utilizada. Afirma a pesquisadora que não existem grandes diferenças da cerâmica para fins domésticos e para fins funerários, seja com relação às formas e a decoração, o que variava apenas no tamanho, sendo, portanto, as urnas (aribes ou igaçabas) maiores.

As urnas funerárias podiam ser colocadas nas aldeias, em cavernas ou abrigos-sob-rochas, nestes ambientes, enterradas a pequena profundidade ou emparedadas. Na Paraíba, Leon Clerot (1969) informa que encontrou urnas funerárias emparedadas no município de Itabaiana.

Sílvia Maranca escavando sítios funerários em São Raimundo Nonato (Toca do Gongo I), encontrou, num mesmo nível estratigráfico, nove sepultamentos, sendo quatro em urnas, secundários, encontravam-se os ossos longos e os crânios dos indivíduos. Havia tampas, nas urnas, feitas com vasilhas de cerâmica ou cabaças e cinco enterramentos em fossas, primário, “com o corpo em posição fetal deitado com a peculiaridade de a cabeça aparecer separada do tronco e colocada em posição vertical sobre a fossa, separada do resto do enterramento por uma camada de sedimentos de 15 a 20 centímetros” (MARTIN, 2005: 317). Foram encontrados em três fossas, sacolas de caroá, juntas do esqueleto. Sílvia Maranca, ao analisar as características destes enterramentos, acredita que essa diversificação ocorria devido a uma certa estratificação social que já deveria existir na sociedade.

Nas áreas litorâneas, os índios do tronco lingüístico Tupi-Guarani, agricultores, praticavam, com frequência, o rito da incineração, bem como faziam uso de urnas. Nestes locais, foram encontradas urnas funerárias decoradas com desenhos geométricos e multicores, utilizadas para guardar ossos e cinzas.

A cremação existia e foi verificada por inúmeros cronistas: os Caingangues de Santa Catarina faziam grandes fogueiras e colocavam em cima os cadáveres, encolhidos, numa quase posição fetal. Os Tarairiús num ritual denominado de

endocanibalismo assavam seus parentes e os comiam. Entre os Aveicomas, que também cremavam seus falecidos, as cinzas eram colocadas em covazinhas. Entre os Cariris (Jê), percebemos o costume de sepultamento primário em que o cadáver era enrolado em trançado de caroá e depositado na cova, juntamente com seus adornos, bem como sepultamento em urnas. Desconhecemos os motivos dos Cariris e seus ancestrais utilizarem mais de uma forma de inumação dos mortos.

Inicialmente ocorria o sepultamento primário em covas na aldeia, depois dava-se a inumação secundária, também nas aldeias, em locais isolados. No geral, os dados existentes sobre os sepultamentos Tupi no litoral são poucos, haja vista os poucos estudos arqueológicos desenvolvidos e publicados até o momento.

Com relação a sepultamentos envolvendo os índios Cariris, praticamente inexistem relatos. O que existe em nível de Paraíba são informações imprecisas e estudos inconclusos, geralmente mostrando-se algumas atividades arqueológicas em necrópoles do interior, mas sem datações que comprovem se tratar de sepulcros Cariri, a não ser uma única datação obtida através do método da TL no cemitério Furna dos Ossos, em São João do Cariri, obtendo-se um período temporal de ocupação do cemitério de 190 anos, períodos estes em que os índios Cariris ainda viviam na região (SANTOS, 2008a).

Gabriela Martin (2005: 317) aponta as formas de inumações (enterramentos), primários utilizados pelos grupos pré-históricos do Nordeste do Brasil. Assim temos:

- 1- Sepulturas em covas individuais com o corpo na posição lateral fletida e ausência de mobiliário fúnebre;
- 2- Corpos na posição lateral fletida, com enxoval funerário consistente em colares de contos e pingentes de osso, de conchas marinhas, de pedra e dentes de animais, além de espátulas, apitos e flautas que aparecem também nos enterramentos masculinos. Acrescento a este ponto o enterramento junto ao esqueleto de animais da fauna local e de outras regiões, verificados em sepultamentos no Sítio Alcobaça;
- 3- Utilização de fibras trançadas, desde datas muito antigas, para embrulharem os corpos ou para forrarem a cova onde o morto seria depositado, registra-se o uso de cestas de fibras para enterrar crianças e bolsas de fibras trançadas como mobiliário. Esta característica leva-nos a afirmar serem esses grupos humanos

praticantes dos rituais fúnebres citados anteriormente detentores da tecnologia de fabricarem cestaria e tapeçaria, fossem de caroá ou de taquara ou de outra fibra vegetal disponível em cada região;

- 4- Prática de acender uma fogueira no lugar do enterramento, não para queimar o corpo, mas como forma ritual ou purificadora. Em alguns sítios do interior da Paraíba, como o Sítio Capim, no Seridó, foi detectada uma grande quantidade de ossos calcinados aflorando ao solo, num pequeno abrigo rochoso com pinturas rupestres. Este sítio foge ao exposto por Gabriela Martin neste ponto;
- 5- Separação ritual da cabeça do tronco;
- 6- Utilização de vasilhames cerâmicos de vários tamanhos e formas, como mobiliário fúnebre acompanhando o morto, às vezes cobrindo parte de seu corpo;
- 7- Deposição em urnas cerâmicas com o corpo em posição fletida;
- 8- Enterramentos coletivos com os ossos cuidadosamente arrumados, pintados e cobertos de pigmentos vermelhos em cova forrada de lajes e pedra;
- 9- Ossos de criança pintados e cobertos de pigmentos vermelhos finamente peneirados;
- 10- Incineração total ou parcial dos corpos; ossos calcinados e as cinzas depositadas em covas em abrigos-sob-rochas;
- 11- Deposição das cinzas e ossos queimados em urnas funerárias;
- 12- Enterramentos secundários, em urnas com inumação dos ossos depois de limpos.

Não há como desassociar ritos funerários do contexto sócio-cultural de um grupo. Os rituais fúnebres, a magia, os ritos de passagens, etc., são demonstrativos de atividades culturais que caracterizam um grupo étnico. Hoje já se sabe que as populações indígenas pré-históricas praticavam cultos aos mortos de formas diferentes, mesmo que conservadas com relação ao culto praticado, mas ao menos de uma coisa já existem dados que comprovem certa mudança, mesmo que lenta, nos rituais fúnebres: a inumação, por exemplo, ou o enterramento dos falecidos, sejam em cova ou em igaçabas, precedem a incineração. Isso mostra que mesmo os procedimentos fúnebres, ritualísticos sofreram transformações. Em outras palavras, o homem começou o processo de incineração, pelo menos no Brasil, muito tempo após ter iniciado a prática de inumação, talvez auferindo que houve um desenvolvimento nas práticas ritualistas em enterrar seus defuntos e/ou um aperfeiçoamento do processo de

destino dado ao morto, marcado, talvez, pelo próprio desenvolvimento cultural dos grupos humanos que aqui viviam.

Enfim, pelo exposto até o momento, entende-se que as populações pré-históricas do Nordeste do Brasil realizaram diversas atividades ritualísticas funerárias de inumação, exumação e incineração, o que só corrobora com a hipótese da existência de uma quantidade grande e diversificada de grupos humanos que habitaram a região, refletindo isso, nas suas práticas ritualísticas e funerárias. Portanto, o estudo dessas práticas serve como possíveis identificadores culturais de cada grupo.

1.4. A morte, enquanto fenômeno cultural

A morte enquanto fenômeno natural é igual para todos os seres vivos. Torres (1997: 169) assegura que a grande diferença do homem para os outros seres vivos está no “tratamento que lhes damos”; nesse sentido a morte é vista como fenômeno cultural.

Existem grandes lacunas com relação a quando o homem começou a inumar seus mortos. Torres (1997: 170) mostra três períodos temporais distintos sobre a questão do sepultamento:

- 1- Existe um momento no qual não aparecem sepulturas nos registros arqueológicos. O que nos leva a crer que a prática de sepultamento ainda não existia.
- 2- Num segundo momento, as sepulturas começam a aparecer nos registros arqueológicos, ou seja, começa a ocorrer a prática de sepultamento.
- 3- Por fim as sepulturas aparecem no registro arqueológico de forma ampla e diversificada, a inumação é amplamente realizada.

Afirma ainda a autora que o homem não abandona seus mortos, ao tempo que questiona como os grupos nômades dariam destino aos corpos dos falecidos. Ela parte do princípio que inicialmente, antes do homem conhecer os processos ritualísticos fúnebres, o corpo seria abandonado como fazem os outros animais. Só muito tempo depois é que o homem começa a se preocupar com o destino que se daria aos restos mortais dos seus falecidos.

1.4.1. A Arqueologia das práticas funerárias

A Arqueologia da Morte nada mais é do que um ramo da ciência arqueológica que se dedica ao estudo das práticas funerárias, dos ritos e simbologias utilizadas pelos grupos humanos para identificação dos rituais de enterramento ou outro método

qualquer de prática ritualística ligada à morte; tem início no ano de 1970, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Anterior ao termo Arqueologia da Morte, países como, por exemplo, a França, antes de assim adotá-lo, faziam uso de termos como Arqueologia dos Cemitérios ou ainda Arqueologia Funerária e, no Brasil, também se utilizou durante muito tempo essa terminologia, ampliando o conceito para entender todo o processo que envolve desde as crenças, os símbolos, as idéias que envolviam a morte em grupos pretéritos e seus rituais fúnebres.

Na Dinamarca, utilizava-se o termo “Bureal Archaeology”, referindo-se o termo bureal, segundo Ribeiro (2007: 19) “... a qualquer destino que se dê ao corpo do morto (inumação, cremação etc), sem que haja uma relação direta com a idéia de enterro”.

A Arqueologia da Morte visa a estudar os remanescentes das práticas ritualísticas que envolveram a morte do indivíduo e o que o cercou nos processos pós-morte: o funeral, o enxoval fúnebre, os restos materiais utilizados no provável ritual quando do sepultamento, cremação, etc, os vestígios materiais das quais fazia parte o defunto e especialmente a simbologia da prática funerária.

Partindo do exposto, Marily Simões Ribeiro questiona até que ponto terminologias como Arqueologia da Morte, dos Cemitérios, etc, são favoráveis, pois todos estes conceitos deixam brechas, inspiram dúvidas, não retratam determinados aspectos das práticas fúnebres a que foram submetidos os grupos humanos. A autora sugere então que se use o termo Arqueologia das Práticas Mortuárias, por ser abrangente e não se deter a um único aspecto da atividade de se dar destino final ao corpo de um indivíduo, pois contempla desde o ritual fúnebre em si, o enxoval, até o entendimento, via análise da cultura material associada ao cadáver, à compreensão da sociedade a qual aquele indivíduo pertencia.

1.4.2. História da morte

Tudo leva a crer que os primeiros enterramentos humanos apareceram a pelo menos 130 mil anos AP. Os Padres A. e J. Bouyssonie e L. Bordon, em 1908, escavaram uma caverna no sul da França, nas proximidades de La Chapelle – aux-Saints. Tratava-se de uma caverna pequena, com cerca de 5 metros de comprimento e o sedimento já muito próximo do teto, mas que na parte mais profunda onde não se acreditava nada mais encontrar, depararam-se com um esqueleto (ou restos dele) preparado ritualisticamente para ser sepultado, tratando-se de um ser humano

neandertal. O enxoval fúnebre encontrado é uma prova que os neandertais já se preocupavam com uma vida espiritual pós-morte.

Miranda (1995) afirma que a morte é o clímax do trágico, sendo o trágico o que caracteriza o mundo atual.

A morte é solene e sagrada e provoca exaltação, êxtase, medo (MORIN, 1988).

A morte serve, também, de agregação. Prevalece nos rituais, ontem e hoje, o ímpeto do coletivo, partilha-se a dor dos entes falecidos. Tudo agora é em conjunto: o ritual, a inumação e a ajuda e apoio ao que fica. Até a saudade é coletiva, pois muitos a sentem e não apenas aqueles ao qual pertencia o morto. A dor torna-se coletiva. O ritual de inumação ou outro qualquer que envolva o morto leva a dor causada pela morte para o espaço público.

Oliveira (2006: 1955) afirma ser a morte a única coisa que unifica os homens. Os rituais nada mais são do que momentos de comunhão, de emoção e afeto, às vezes o oposto.

Atualmente, a morte tem outra expressão ou conotação. Fugimos dela. A mídia são nossos olhos perante a morte do outro. São eles (os canais de comunicações) que contam as vítimas e seus horrores. Ao mundo contemporâneo não pode ser dado o mal-estar de vivenciar tal barbárie. Sabemos que é o fim, mas sem sentir, ver de perto, apenas presenciar os números, ameniza-se o apocalipse.

Ao arqueólogo e antropólogo, compete-lhes o olhar sobre a morte dos outros, reconstituir o processo fúnebre, mas com a iminência da nossa própria morte.

Na atualidade, verifica Oliveira (2006: 1959) temos dois tipos de morte: a anunciada, ou seja, aquela em que o indivíduo morre antes mesmo de morrer e é a mídia que tem esse papel, é a morte prematura, que ceifa alguém, digamos que 'antes do tempo'.

1.5. As Práticas funerárias, gêneros e mudanças

Numa necrópole indígena, de acordo com Nelson e Ayalon (2002: 2), o gênero pode ser visto como uma simples construção cultural, enquanto o sexo é puramente biológico. Na análise de práticas funerárias e até de rituais fúnebres, a Arqueologia da Morte pode mostrar que homens e mulheres assumem, culturalmente falando, gêneros

diferentes, percebidos através dos adornos e do enxoval que acompanha o morto. Entretanto, existe a possibilidade dos dados representativos da cultura material serem mal interpretados, por exemplo, pelo viés da identificação sexual. Ribeiro (2007: 124) informa-nos que houve casos de corpos travestidos ou com dois espíritos, em suma, uma mulher apresentar características ou adornos aparentemente pertencentes ao sexo masculino. Não tem sido levado em conta que possa ter havido que um indivíduo sepultado tivesse assumido, quando em vida, o gênero oposto ao seu e que isso repercutiu no seu enterramento. Não estaria correto atribuir, só e somente só, a análise da cultura material (adornos, por exemplo), uma única variável capaz de aferir gênero.

As práticas mortuárias são, sem dúvida, de longa duração. Não se modificam rapidamente, daí a necessidade e importância de escavações arqueológicas em necrópoles, pois através destas, pode-se perceber o tempo e o grau de interferência, ou não, que certo grupo étnico sofreu devido às relações interétnicas impostas ou não. Em outras palavras, impera-se a permanência, mesmo que com mudanças nos campos social e econômico. Não queremos afirmar com isso que a manutenção de um padrão funerário numa região, não implica numa acomodação social, sem alterações. Da mesma forma que uma mudança perceptível no padrão fúnebre não pode ser atribuída apenas às mudanças sociais de um grupo. As práticas mortuárias de um grupo étnico geralmente estão consolidadas e difíceis de serem alteradas. Exemplos existem em todo o Brasil quando os cemitérios cristãos passaram para o domínio secular. Revoltas contra tal atitude vista como insana e anticristã foram verificadas no Brasil, talvez o exemplo mais marcante seja a destruição de um cemitério na Bahia (Salvador), pela população local no século XIX, que ficou conhecida como cemiterada.

Dependendo do momento, como em caso de guerras e epidemias, a prática de natureza conservacionista de um determinado padrão funerário pode sofrer alterações, voltando ou não, depois de sanado o problema, às velhas práticas. Ao se analisar um dado padrão, torna-se imprescindível que se analise o contexto geográfico e histórico, principalmente entre grupos humanos que tiveram contato com o costume europeu de sepultamento, pois é evidente que certos grupos sofreram imposições externas, o que pode ter contribuído para aferir mudanças significativas no modelo.

Pader Júnior (1982) alerta para a existência de dois aspectos fundamentais a serem considerados ao se trabalhar com a Arqueologia da Morte: primeiro, as práticas funerárias são ritos que representam ou apresentam uma sociedade, pois os objetos ali

insumos e o ritual em si são identificadores de um grupo; segundo, são partes da estrutura social individual e também do grupo (RIBEIRO, 2007: 147).

As práticas mortuárias são, sem dúvida, um bom indicador de contatos e mudanças culturais. A partir delas, percebe-se desde as relações intergrupais até o cotidiano do grupo, visto a partir de um ou mais indivíduos; doenças e métodos de curas podem ser identificados em restos esqueléticos de uma necrópole, mas dependendo, especialmente, do estado de conservação do material exumado.

1.6. Breve revisão literária das pesquisas na Paraíba

Foi Ambrósio Brandão no papel representativo de Brandônio que provavelmente aponta nos *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1966) a presença de um sítio arqueológico, do tipo arte rupestre, provavelmente com gravuras às margens de um tal rio Arocoajipe. Rocha (1998: 10) citando Irineu Ferreira Pinto (1977), afirma que o governador holandês da Paraíba, no período compreendido entre 1636-39, teria mencionado a existência de uma pedra lavrada na Paraíba, acreditando ter sido a mesma citada por Ambrósio Brandão. Tal afirmação não tem uma fundamentação científica, o suposto sítio não fora localizado, segundo Brito (2006).

O padre Francisco Menezes entre 1799 a 1806 percorreu os Sertões o que hoje chama-se de Nordeste do Brasil em busca dos supostos tesouros deixados ou pelos flamengos (holandeses) em suas incursões pelo interior quando do domínio da região, ou pelos seus co-irmãos cristãos, os jesuítas, ordem religiosa chegada ao Brasil no início da colonização, obtendo fama por acumular supostas riquezas. Na verdade, o padre acreditava serem os sítios arqueológicos de arte rupestre sinais indicadores dos enterramentos das riquezas desses dois grupos humanos. Em suas andanças, o padre desenhou e registrou algumas centenas de lugares que indicavam a passagem de grupos humanos pré-históricos na região.

Talvez a grande contribuição do padre Francisco Menezes tenha sido a de dividir os registros arqueológicos em conjuntos distintos: um com pinturas e o outro conjunto com gravuras, assegura-nos Rocha (1998: 12).

O padre Aires de Casal menciona, também no período colonial, sinal provavelmente de pinturas em tonalidade vermelha no alto da Serra do Teixeira, hoje na Mesorregião do Sertão paraibano.

O século XIX pode ser visto como o século dos mencionamentos sobre os achados arqueológicos nos confins da Paraíba.

As Revistas do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano estão cheias de passagens sobre esses achamentos em áreas da Paraíba, não apenas achados arqueológicos, bem como paleontológicos a exemplo do famoso fóssil de Campina Grande relatado “em carta de 22 de julho o anno passado (1889) communicou-nos o Sr. Irineu Joffily, nosso distincto consócio, residente na cidade de Campina Grande, província da Parahyba do Norte, o seguinte” oferecendo ao Inst. Arq. de PE, um curioso espécime de ossos fósseis, “encontrados na catinga da Navalha desta comarca” (JOFFILY, 1890: 23).

John C. Branner (1904) e Carlos Frederico Hartt (1895) foram importantes pesquisadores que fizeram anotações acerca dos traços da Pré-História da Paraíba, enfocando, especialmente, a presença de gravuras próximas aos corpos d’água.

Francisco Soares da S. Retumba no final do século XIX, em suas andanças a serviço da Coroa brasileira com o objetivo de visualizar e estudar locais propícios para a construção de açudagem, em seus relatórios encaminhados aos órgãos competentes provincial, menciona constantemente a presença de sítios arqueológicos, provavelmente sítios com gravuras, já que este pela sua função e objetivos buscava os boqueirões e leitos de rios propícios à construção de barragens artificiais e acabava por se deparar com tais sinalações. Retumba talvez tenha sido um dos primeiros a perceber a semelhança dos caracteres gravados e/ou pintados nos afloramentos e matações do interior. Rocha (1998: 14) observa que, a partir do século XIX, os relatos deixam pouco a pouco de lado a mera forma de mencionar os locais de sinalações para, a partir de então, entrar num nível mais científico, comparando-se painéis, talvez no intuito em se buscar alguma explicação “lógica” para aquelas ocorrências.

Um dos casos mais interessantes de uso indevido da Arqueologia deu-se através de uma carta datada de 11 de setembro de 1872, escrita por um tal Joaquim Alves da Costa e endereçada ao Presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, o Senhor Visconde de Sapucahy. Trata-se da famosa carta/documento que continha os famosos desenhos fenícios contidos em um sítio arqueológico numa não identificada Fazenda Pouzo Alto, perto da Paraíba. A carta/documento foi encaminhada ao Dr. Ladislau Netto, membro da comissão de

Arqueologia e Etnografia do Instituto. Ladislau caiu numa muito bem armada “arapuca”, identificando desenhos como sendo um texto de origem fenícia, ao qual o traduziu e o divulgou nos principais centros mundiais. Comprovada a irregularidade e a própria procedência duvidosa da carta, já que autor e fazenda (endereço) nunca foram localizados, Ladislau Netto pagou um preço elevado pela divulgação prematura da carta. Caiu no desprezo dos grandes cientistas do mundo na época, o que o levou a reconhecer seu erro um ano depois da divulgação da carta. Ladislau Netto levou a bancarota o bom nome do Instituto bem como o seu, caindo em descrédito e no ostracismo a partir de então. Enfim, questiona-se se Ladislau Netto seria ou não inocente. O certo é que o ocorrido fora o resultado desastroso de teorias hoje vistas como absurdas divulgadas durante todo o século XIX e perpetuando-se no XX: a que fenícios e gregos, egípcios, hebreus e até grupos da suposta Atlanta, o continente desaparecido, teriam vindo às Américas em tempos longínquos.

Durante todo o século XX, persistiu a teoria de um povoamento euro/asiático/Atlântida das Américas, especialmente do Brasil. Ludwig Schwerhagen (1970) é um dos mais citados por aqueles que resolveram escrever sobre a Etnografia do povoamento das Américas.

Um ótimo referencial para futuras prospecções de necrópoles no interior da Paraíba vem de Coriolano de Medeiros (1950) e Leon Clerot (1969), que visitaram sítios em vários pontos do Estado.

Ruth Trindade de Almeida (1979) limitou-se a descrever os sítios rupestres do interior da Paraíba, na região que ela convencionou chamar de Cariris Velhos.

Afora essas vagas citações, nenhum trabalho sistemático fora feito até então com o objetivo de estudar os supostos padrões funerários dos grupos humanos do interior da Paraíba. No geral, estes trabalhos não apresentam as práticas funerárias das necrópoles nem tampouco as contextualizam e analisam os rituais fúnebres com evidência arqueológica de prática cultural de um grupo.

Além da escavação realizada por Armando Laroche, nos anos de 1960, na região do município de Monteiro, no Cariri paraibano, apenas uma outra escavação arqueológica foi realmente levada a cabo no interior da Paraíba com resultados que merecem confiabilidade. Trata-se da Dissertação de Mestrado em História, com ênfase em Arqueologia, pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE -, de Francisco

Eugênio P. G. da Rocha (1998), que prospectou e escavou um sítio arqueológico no município de Vieirópolis, no alto Sertão da Paraíba, com o objetivo principal de se buscar uma primeira datação absoluta para os grupos humanos do interior. A escavação arqueológica ocorreu no ano de 1997 – no sítio Serra Branca I e se obteve uma datação relativa (indireta) de 7.000 anos para o nível mais profundo da sondagem II, através do método de inferências de dados geomorfológicos, a 90 cm de profundidade. Posteriormente fora realizada uma datação através de um método absoluto C 14, através de carvões encontrados na parte mais profunda do sítio obtendo-se uma idade aproximada de 7 mil anos AP.

Afora os citados, limitam-se os estudos arqueológicos da Paraíba a breves discussões e relatos de propeccções em jornais e revistas locais.

1.6.1. Pesquisas arqueológicas em necrópoles na Paraíba

Vários leigos e intelectuais desenvolveram pesquisas arqueológicas dentro dos limites territoriais da Paraíba, um deles foi Armando Laroche, que escavou no início da década de 1970 uma necrópole indígena na Serra do Acaí, na Fazenda Caroá, na época, município de Monteiro, no cariri Ocidental paraibano, atualmente a área pertence ao município de São João do Tigre e dista cerca de 7Km do sítio Pinturas I.

Laroche (1981) descreve todo o entorno do sítio por ele escavado como sendo de rara beleza natural. Registra a presença de sítios rupestres na região e a presença de remanescentes dos índios Xucurus, os antigos donos das terras da região, hoje aldeados no estado de Pernambuco (Pesqueira). Laroche pode ser apontado como um dos únicos a tentar relacionar os restos mortais da necrópole por ele escavada como pertencendo aos antigos habitantes da região, os Cariris. Suas pesquisas não sofreram continuidade na região do Tigre.

Acerca do sítio/necrópole, Laroche aponta suas principais características comuns em outros sítios/necrópoles da imensa região cultural denominada de Cariris Velhos. Este sítio encontra-se no alto da serra, pois segundo as informações do autor, era preciso subir uma grande rampa granítica até chegar ao local que, além de ser um sítio cemitério, era também um sítio rupestre, com pinturas em vermelho. Esta é uma outra importante característica desses ambientes: a identificação de pinturas rupestres que podemos enquadrá-los atualmente em pelo menos duas tradições: a Agreste e

Nordeste. Em outros cemitérios da região identificaram-se as mesmas características, comprovadas por Armando Laroche, na serra do Acaí (BRITO, 2008).

Os achados dos vestígios ósseos do referido cemitério se deram, como em outros cemitérios indígenas da região, através do transporte dos sedimentos que cobriam os vestígios arqueológicos, fazendo aflorar, no solo, fragmentos de esqueletos ali, sepultados. Inicialmente, teria sido o Dr. João de Deus de Oliveira Dias o descobridor do sítio, que encontrou uma mandíbula humana.

A atividade realizada por Laroche e sua equipe em Monteiro-PB, deu-se de forma rápida, pois só dispunham de um dia. Abriu-se em corte estratigráfico que consideramos uma sondagem com cerca de 2,60 m por 1,30 m e 70 cm de profundidade, peneirando-se cerca de 1,6 m³ de sedimentos.

O principal achado arqueológico se deu a 40 cm de profundidade, no segundo estrato, o que nos leva a concluir que a equipe trabalhou com estratos artificiais de 20 em 20 cm. Encontraram-se dois enterramentos humanos, apresentando os crânios em ótimo estado de conservação, mas com o restante dos ossos em completo estágio de deterioração. Os achados arqueológicos estavam sob um estrato de terra de aluvião e por baixo, encontraram-se pedras (talvez numa espécie de lastro), característica muito comum em fossas (covas) de sepultamentos humanos no Nordeste do Brasil.

A escavação arqueológica (sondagem) foi dividida em quatro níveis: Nível 1 – de 0 a 20 cm., encontrando-se restos de fogueiras, ossos humanos dispersos (mandíbula, dentes humanos e material lítico); Nível 2 – de 20 – 40 cm, terra aluvionária amarela, séltica, concreções de óxidos de Fe, pedregulhos diversos, matações de granito-gnaíssico, presença de vestígios de dois esqueletos em posição fetal, decúbito lateral direito. Artefatos líticos, colares de osso, resíduos de lascas de quartzito, quartzo leitoso hialino e citrino, talvez parte do enxoval fúnebre dos defuntos. No nível 3 – de 40 – 60 cm, encontrou-se terra residuária esbanquiçada, argilosa, talvez cinza, como era costume até certo ponto comum em enterramentos em fossa, verificado por Gabriela Martin em várias necrópoles no Nordeste do Brasil. Encontraram-se também pequenos matações manchados de caulim, apresentando tonalidade branca. A presença de ossos calcinados, comum também em necrópoles do Nordeste do Brasil. Fragmentos de ossos de pequenos animais, cinzas e carvões e a presença de coprólitos. O autor não afirma nem tampouco nega serem esses restos de animais,

cinzas e carvões provenientes ou não de ritual fúnebre, ou, no caso dos ossos dos animais, se seriam depositados pelo homem ou se teriam uma presença natural. No nível 4 – 60 – 70 cm, ossos humanos que haviam aflorados nos “primeiro e segundo níveis apresentavam traços de ocre vermelho” (LAROUCHE, 1973: 76).

O pesquisador verificou a ausência completa de cerâmica, o que nos leva a conjecturar que se tratava de sepultamentos de povos caçadores/coletores que ainda não tinham o devido conhecimento do uso da cerâmica. Outra hipótese é a de que este grupo humano ao realizar o sepultamento dos seus falecidos não usava utensílios de cerâmica, fosse no enxoval ou fosse no próprio ritual fúnebre.

O sítio escavado por Laroche ficou caracterizado pela presença de material lítico bem e mal acabado, sendo enquadrado no que ele considera de “Fase Brocotó”, talvez numa tentativa de enquadrar o material numa tradição lítica, identificado inicialmente em Bom Jardim, Pernambuco. O material lítico coletado foi enquadrado no perfil micro, por se apresentarem diminutas.

Identificaram-se práticas ritualísticas no processo de enterramento fúnebre, como a presença de cinzas e incineração.

Como adorno, apareceu colar de contas de ossos; para Laroche, mostrava-se bastante primitivo, sem acabamento, levando-nos a imaginar tratar-se de sepultamentos muito antigos. Por outro lado, Laroche afirma que a ausência de cerâmica, bem como a presença de toscos materiais líticos não é prova suficiente para atestar a antiguidade dos esqueletos, pois que os crânios pareciam indicar um sepultamento recente.

Sobre os crânios, depois de analisados, os resultados são os seguintes:

- Crânio n. 1 – indivíduo de idade avançada, com cerca de 1,44 m, o que levou Laroche a conjectura da idéia do nanismo. O crânio foi pintado com ocre vermelho, o que deve se tratar de uma atividade ritualística pós-morte (sepultamentos secundários).

Laroche afirma, pelas dimensões do crânio, tratar-se de um microcéfalo, porque sua capacidade encefálica chega a 1.250 cc. Enquadra o crânio como sendo branquicéfalo.

Observando a dentição do crânio Nº 1, Laroche afirma que o mesmo sofrera grande abrasão, provavelmente causada por mastigação de alimentos mal preparados e abrasivos. Observou ainda o pesquisador que os dentes incisivos estavam ausentes e que estes teriam sido extraídos em vida, talvez parte de um ritual.

- Crânio Nº 2 – indivíduo masculino jovem e de pequena estatura. O crânio também estava manchado de ocre, levando-nos a acreditar tratar-se de um enterramento secundário. Percebeu Laroche que os ossos da face não mais existiam, acreditando ele tratar-se de uma atividade mutiladora proposital. Laroche enquadrou o crânio como sendo uma Sub-bronquicéfalo ou Mesatocéfalo com a capacidade cefálica de 1.228 cc.

Ao analisar os ossos do crânio, especialmente mandíbula, Laroche afirma que “o aspecto... é brutesco; os dentes são pequenos em relação ao vigor da ossatura” (LAROUCHE, 1973:83). Essas mesmas características foram apontadas pela literatura como sendo características dos Cariris do contato. Conjecturamos, pois, terem sido os indivíduos exumados ancestrais dos Cariris pós-contato.

Armando Laroche não considera a atividade desenvolvida, no cemitério da Serra do Açaí como uma verdadeira escavação arqueológica de superfícies amplas, mas uma “trincheira escavada no patamar aluvional do paredão pictográfico da Serra do Acaí deve ser considerada apenas como um simples teste” (LAROUCHE, 1973: 83).

Conclui, ainda, o autor que o abrigo do Acaí pode ter servido de indicador de pelo menos três fases culturais distintas que ocuparam aquele espaço, pois acredita-se que o lugar fora ocupado para pouso, talvez por grupos de caçadores/coletores temporários e cemitério.

Talvez o ponto crucial dos comentários de Laroche sobre o perfil cultural dos indivíduos sepultados no abrigo do Acaí é quando ele cita Quatrefages, afirmando que “esses indivíduos pertenciam a várias tipologias étnicas, todas, porém, estreitamente aparentadas” (LAROUCHE, 1973: 84). Isso só corrobora com a hipótese levantada por muitos estudiosos sobre a heterogeneidade dos grupos humanos pré-históricos e históricos que habitaram o nosso território.

Laroche trabalhou prospectando e realizando escavações arqueológicas nas áreas fronteiriças entre Pernambuco e Paraíba. Até bem pouco tempo, acreditava-se

que ele não teria desenvolvido pesquisas no território paraibano. No entanto, este relato prova o contrário do que seus biógrafos escreveram.

CAPITULO II

2. CULTURA MATERIAL COMO INDICADOR DE PERFIS CULTURAIS

2.1. Traços culturais e sua identificação num grupo

Talvez uma das formas mais fáceis de identificar um grupo étnico seja através da identificação de seus traços culturais, principalmente os que divergem de outros grupos. A cultura arqueológica ou material pode nos fornecer através do contraste entre utensílios de grupos diferentes, as informações necessárias que sirva como identificador de um grupo, em suma, traçar seu perfil cultural. Gordon Childe (1949) talvez tenha sido quem melhor apresentou essa tese, ao afirmar que:

...Características culturais como traços resistentes às mudanças, sendo o fator da resistência aquilo que permitirá identificar as diferentes culturas. Assim, identificados os traços culturais de um determinado grupo, era possível persegui-los nas diversas regiões e obter um mapa de sua área de domínio ou influência. Dentre as características às mudanças estão as práticas de enterramento (RIBEIRO, 2007: 51-52).

Já para Kroeber, ele vê, por exemplo, as práticas mortuárias como uma espécie de modismo, modificáveis mediante o contato interétnico (RIBEIRO, 2007).

Assim, as práticas culturais não seriam estáveis. Gabriela Martin (2005) afirma que um dos traços identificados da cultura de um grupo que menos muda são justamente suas atividades ritualísticas fúnebres, perpassando décadas sem que se vejam alterações significativas capazes de nos fornecerem informações precisas acerca de trocas culturais.

Rondon em suas expedições logrou efeitos fantásticos ao identificar determinados símbolos tribais, único de um grupo, capaz de servir como identificador étnico. As excelentes fotografias feitas pela equipe de Rondon servem, hoje, de análise para identificar nações indígenas. Nas fotografias pousadas de duas jovens índias Carajás com pequenos círculos tatuados na região zigomática (face, próximo ao nariz e olhos), esses círculos eram feitos com a “orla do cachimbo em brasa. Na ferida recente é pingado o caldo do genipapo, que fixa indelevelmente esta “marcação da tribo” (RONDON, 1953: 224). Fotografias pousadas em que aparecem um índio e uma índia Carajá com seus cachimbos típicos da tribo dos Aricacó, da nação Carajá mostram que o fumo era habitual entre todos, sem distinção de idade nem sexo e, certas indumentárias, como o cachimbo que os índios Aricocó usam são características daquele povo, servindo, portanto, como identificador étnico/cultural/grupal.

Entre os índios Craôs, de Pedra Branca, na região do Tocantins, a equipe de Rondon identificou a corrida de tora, idêntico ao que já fora amplamente explicitado pelos cronistas sobre os Tapuias que habitaram a Paraíba, especialmente entre os Tarairiú. Herança de um passado comum? Provavelmente sim, já que os Craôs assim como os Cariri e Tarairiú são enquadrados nos grupos lingüísticos Gê (Jê) ou Macro-Gê (Jê).

Como foi verificado por cronistas que os Tapuias da Paraíba se depilavam completamente, deixando apenas os pelos da cabeça, Rondon verificou essa característica em 1944 entre os índios Emerenhom, do Amazonas, ligados ao tronco lingüístico Tupi-Guarani, bem como a total obediência das mulheres e crianças aos seus maridos, que eram adeptos da poligamia.

Cada grupo étnico índio tem um modo próprio de ser, bem como uma visão de mundo específico. Tribos de um mesmo grupo, às vezes apresentavam características materiais diferentes. Como, então, falar em tradição cultural, ou em homogeneização, num só povo? A diversidade cultural se manifesta justamente na heterogeneidade material e imaterial desses grupos (mitos, arte, língua, tradições, armas, tralhas, economia, história, cantos, pinturas, nos rituais da morte, de passagem, etc.): “Apesar de suas diferenças culturais, os grupos étnicos atuais têm se dado conta de que compartilharam uma mesma história de exploração e de violação de seus direitos mais elementares” (GRUPIONI, 1999: 9).

Mesmo nos dias atuais, a tentativa em se reconhecer como índio ainda é vista de forma preconceituosa e carregada de intolerância. Como no início da colonização, o índio ainda é visto como um entrave, como os fósseis que emperram o desenvolvimento do país.

O Brasil não conhece seu passado índio. A Paraíba não conhece parte da sua história, que é índia e está no subsolo do nosso território. O abismo cultural entre branco e índio no Brasil foi e continua sendo gigantesco. O censo comum vê os antigos índios e seus remanescentes como fósseis vivos de um passado que deve ser negado e esquecido.

O conhecimento que temos são fragmentados, eurocêntricos e parciais sobre esses grupos humanos. Sobre estes grupos, são os relatos oficiais que mostram suas versões, quase sempre distorcidas. Vemos na Arqueologia uma forma de, ao menos,

resgatar a cultura material desses povos, identificando-os enquanto gente, enquanto seres pensantes, homens que construíram a nossa história.

Foi à literatura dos cronistas que criou um esteriótipo índio, criou um modelo de selvagem, indolente, animal de carga, antropófago, inculto, adorador do diabo, comedor das imundices da terra, que viviam nus, andavam descalços, adoravam tupã e jaci, eram nômades, preguiçosos, dentro d' água durante todo o dia, harmonia perpétua com a natureza. Ao pensarmos dessa forma caímos no discurso da homogeneização índia do Brasil. Nunca existiu um índio genérico, um modelo pré-estabelecido, mas sim, povos distintos de uma riqueza cultural gigantesca, com identidades próprias, ou seja, com perfis culturais próprios, com elementos de sua cultura material capaz de identificá-los enquanto povos diferentes. Cada grupo índio era diferente do outro, na forma de ver o mundo, no modo de ser e de viver (GRUPIONI, 1999).

A idéia de um índio (leia-se grupo) fóssil nunca existiu de fato. Os índios sempre se transformaram e se adaptaram em função de novos conhecimentos, fosse um contato com outros grupos ou em contato com os colonizadores. Sempre aconteceram trocas. Sempre aconteceram reações.

Pessis (2005: 1), analisando a importância de objetos diferentes produzidos por uma comunidade, pode servir como formas de apresentações da identidade de um grupo. Esses objetos seriam “possível associar lembranças coletivas e histórias sobre acontecimentos, construindo assim, um acervo de explicações que representava a memória social”. Se enquadram no exposto, além dos ritos diversos de um grupo (danças, rituais de passagem, etc.), a própria cultura material (vestígios líticos, cerâmicos, madeira, etc.), e as imagens produzidas por estes grupos (figuras rupestre, pintura corporal, pintura nos utensílios, etc.), são definidores de um grupo. Cada grupo humano cria suas tecnologias de sobrevivência, que adapta os homens aos rigores que o meio pode lhes proporcionar.

2.2. Os objetos funerários e suas classificações

A tipologia ou classificação dos objetos funerários de um grupo permitem a identificação cultural e o conhecimento do processo de evolução da linha cronológica de certo grupo étnico.

As escavações arqueológicas em necrópoles aferem a possibilidade em resgatar os vestígios arqueológicos de um grupo étnico, compreendendo conhecimentos sobre as crenças, a arte, a moral, os costumes e rituais adquiridos pelo grupo com o passar do tempo.

A prática funerária e o que contém o enxoval que acompanha o morto servem como identificador dos traços culturais de um grupo. A análise dos vestígios materiais associados à morte serve de importante indicador da vida sócio-econômico-político-ambiental de um grupo. A partir da interpretação dos vestígios materiais de um dado grupo, pode-se compreender os traços sociais/econômicos/políticos da sociedade que produziu aquele material, onde a sociedade é composta por sistemas que se interligam e se completam. O artefato em si não fala, não tem serventia, só quando ele é associado a um grupo, que faz parte de um sistema, é que torna-se capaz de responder as perguntas necessárias e de se obter dados confiáveis sobre o grupo que o produziu.

Nas sepulturas, observando-se o enxoval, pode-se perceber o status do indivíduo através da riqueza da cultura material associada; existe a possibilidade em uma necrópole de se reconstituir a estrutura social de um grupo étnico.

Nesse sentido, os objetos criados pelo homem os quais representam sua cultura material, bem como a imaterial, fazem parte de seu sistema simbólico e representam as necessidades de um grupo.

É possível estudar a vida de um grupo através da morte. Para a Arqueologia da Morte (ramificação da Arqueologia Processual), sim. É possível integrar e interligar os ritos funerários com as relações sócio-econômico-políticas do grupo, através da análise do sistema de enterramento de cada grupo.

Silva (2003: 31-32) aponta ser possível tal estudo na medida em que pode-se dividir o estudo e a interpretação dos enterramentos em quatro áreas, a saber: 1. Área funerária, que consiste em identificar a forma, demarcação, relação com o habitat e a organização interna das necrópoles; 2. A tumba, que nada mais é do que observar a forma, a orientação, a investigação da energia empregada na construção e o número de indivíduos supostamente sepultados na necrópole; 3. O corpo, analisa-se o tratamento, a disposição, doenças e curas, o DNA e a Paleodemografia; 4. Por fim, o

acompanhamento, onde se analisa a classe, a quantidade, a origem, valor, riqueza e disposição microespacial.

Partindo do exposto, tem-se um conhecimento amplo de todo o processo ritualístico de sepultamento dos indivíduos de um grupo; sendo capaz de se traçar um esboço/perfil/padrão fúnebre e cultural.

Os objetos funerários que fazem parte da cultura material de um grupo representam, também, os traços individuais. De forma geral, os objetos são produzidos por alguém com uma finalidade e utilidade. Em suma, pode-se através da cultura material traçar o perfil do indivíduo e envolvê-lo no contexto social mais amplo, no grupo.

Nesse sentido, de amplitude e abrangência em se conhecer o todo (Indutivismo) através do micro, entra em cena a Arqueologia Pós-Processual, pois, numa necrópole, pode-se analisar através das práticas fúnebres um contexto social mais amplo, fornecendo dados que sejam capazes de entender o *modus* de vida do indivíduo e, por extensão, do seu grupo.

2.3. Indicadores da cultura material de um grupo

São os vários materiais arqueológicos capazes de fornecer informações acerca do perfil cultural de um grupo. Tudo introduzido no jazigo pelos seus, são fortes provas e testemunhos de vida do que partiu e dos que ficaram: cerâmica, material lítico, restos faunísticos e florísticos e especialmente os adornos de matérias-primas diversas, servem de testemunho do *modus vivendi* do grupo.

Um grupo étnico pode apresentar formas diferentes de sepultamentos. Por exemplo: Já identificamos em áreas de domínio dos índios Cariris que pelo menos duas formas básicas de acomodação do morto se processavam: o enterramento em cova e em igaçaba.

Silva (2003: 38), ao analisar a obra de L. Binford, *Mortuary Practices*, aponta que

O tratamento diferenciado dentro de um mesmo grupo cultural, pode ser entendido a partir de quatro variáveis: sexo, idade, status e filiação social. Segundo ele, quanto maior o status do morto, maior será o grau de envolvimento da comunidade no ritual.

Daniela Cisneiro Silva (*Apud*, O'SHEA, 2003: 38), vai além de Binford e aponta seis categorias gerais para buscar através dos sepultamentos grupos étnicos distintos,

mesmo que habitem uma mesma região, são: 1. Aspectos biológicos (número de indivíduos, sexo e idade); 2. Preparação e tratamento do corpo (disposição e posição do morto na sepultura); 3. Características da sepultura (forma, dimensão e profundidade); 4. Acompanhamentos funerários (variedades, quantidades e formas), trata-se do enxoval fúnebre que pode ou não acompanhar o morto; 5. Localização (área do enterramento, distribuição espacial dentro da necrópole); 6. Aspectos ambientais (condições ambientais ao tempo do enterramento, através de vestígios de pólen e insetos). Acrescento ainda outra categoria, o estudo do entorno (busca dos locais de retirada de matérias-primas e entender as condições ambientais do entorno da necrópole).

Tais categorias podem apresentar dificuldades em serem levantadas e percebidas, especialmente quando a necrópole encontra-se vandalizada.

2.4. Historiografia e práticas funerárias

Os estudos historiográficos sobre práticas funerárias servem como modelo comparativo neste campo, na Pré-história e no período pós-contato.

Algumas práticas fúnebres como as praticadas pelos índios Tarairiús e descritas por cronista como Elias Herckmans (1985), mostram que esses índios praticavam a incineração e consumiam a carne e os ossos dos falecidos, sendo tal costume uma prática que provavelmente herdaram de seus ancestrais da Pré-história. Gabriela Martin (2005) afirma que as práticas ritualísticas fúnebres de um grupo mudam lentamente, portanto, pelos estudos historiográficos e etnohistóricos, existe a possibilidade de se identificarem tais rituais da Pré-história e a partir daí compreender e traçar o perfil de um grupo.

Desde o século XIX, que estudos historiográficos se preocupam em entender de forma comparativa os enterramentos, dentro de contextos culturais diferentes, ou seja, em sociedades heterogêneas.

Mas será a partir de F. Boas, no século XX, que tem início a preocupação em se entender cientificamente os rituais fúnebres de grupos diferentes. Boas partiu do princípio de que processos técnicos e culturas materiais de grupos que se assemelham são, até certo ponto, parecidos em vários aspectos, inclusive nos rituais fúnebres. No

entanto, não são idênticos. Variáveis como matéria-prima e ambiente podem interferir no processo, criando diferenças.

Vários cronistas que escreveram acerca de rituais fúnebres no Brasil pós-contato, devem ser consultados para um melhor entendimento sobre as práticas de enterramentos humanos, pois como muito bem assevera Silva (2003: 49), “essas fontes apontam características de práticas funerárias realizadas ainda hoje por grupos indígenas, ou mesmo práticas antigas recuperadas pela tradição oral desses povos.” Desprezá-las, portanto, seria descartar fontes importantes documentais que servem de demonstrativo dos rituais pré-históricos. O estudo dos rituais fúnebres, arqueologicamente falando, está apenas começando no Brasil e, quando se tenta buscar modelos comparativos na literatura para entendê-los, percebe-se quão vago ainda são esses estudos. As unidades funerárias do período do pós-contato, por exemplo, têm sido pouco estudadas. Existe um estigma em considerar as necrópoles como pré-históricas, havendo uma aversão às possíveis necrópoles históricas.

Os costumes indígenas em sepultar seus mortos eram extremamente heterogêneos, daí a importância em estudar suas formas de enterramentos e rituais fúnebres.

Pero Lopes de Sousa (1964: 66-67), em suas andanças pelas terras do atual Nordeste, observou um sistema de sepultamento até então não referendado pela literatura, o qual descrevemos a seguir:

E andando pela terra em busca de lenha para nos aquetermos fomos dar n'hum campo com muitos páos tanchados e reides, que fazia hum cerco, que me pareceu à primeira que era armadilha para caçar veados; e depois vi muitas covas fuscas, que estavam dentro do dito cerco das reides: entam vi que eram supulturas dos que morriam: e tudo quanto tinham lhe punham sobre a cova; porque as pelles, com que andavam cobertos, tinham ali sobre a cova, e outras maças de pão, e azagaias de pão tostado, e as reides de pescar e as de caçar veados: todos estavam em contorno da sepultura, e quizeram mandar abrir as covas: depois houve medo que acudisse gente da terra, que o houvesse por mal. Aqui juntas estariam 30 covas.

Nota-se no relato de Pero Lopes que essa necrópole foge a idéia que ainda hoje existem sobre os cemitérios índios do Nordeste do Brasil, que no geral, apresentam-se em abrigos rochosos, cobertos de blocos de pedras os cadáveres. Outro ponto interessante é o uso de espécie de roupas de pele sem citar de qual ou quais animais eram confeccionadas, sendo que o indivíduo ao ser sepultado, sua roupa e outros instrumentos eram postos sob sua cova.

A sepultura é o local onde os seus depositaram os restos mortais do(s) indivíduo(s). É de suma importância que ao se estudar uma necrópole, leve-se em consideração que ela faz parte de um espaço e que este era o local em que o grupo vivia e morria, tirava desse ambiente seu sustento e suas matérias-primas básicas.

A xilogravura de Thevet em que aparece a inumação de um índio Tupinambá dá-nos uma idéia de como o processo ocorria ao menos entre os Tupis e alguns grupos Tapuias: abertura de cova, atividades ritualísticas diversas e se o indivíduo era um cacique, por exemplo, o cadáver era lavado, ungido de mel, pintado, recoberto de fios de algodão, vestido de plumas e outros adornos, além do enxoval que nada mais era do que os seus pertencentes. Em quase todos os sepultamentos escavados até o momento, bem como na literatura, há evidências de que algo era feito para que a terra não tocasse o corpo.

Acreditava-se que atar o indivíduo especialmente na posição fetal tinha o objetivo de prendê-lo a cova e não deixá-lo vagar para assustar os vivos. O hábito do “tirar o dó” é percebido ainda hoje entre parentes que têm alguém morto, seria, então, o que chamamos atualmente de luto. Da mesma forma que aconteciam danças e bebedeiras para homenagear o defunto, atualmente nas comunidades mais afastadas dos centros urbanos, existe ou persiste o costume de “beber” o defunto.

2.4.1. Os Tapuias da Paraíba

O número de índios que existiam, no Brasil, e especialmente no território da Paraíba do pós-contato é incerto. Fala-se em cerca de 100 mil índios na Paraíba, distribuídos em pelo menos duas grandes nações: uma habitante do litoral e outra do interior.

Lowie (1963) coloca que os Tapuias faziam parte das chamadas tribos marginais, na verdade, essa confusão vem do período inicial da colonização, quando desde Gabriel Soares de Sousa atribui-se a esses grupos funções marginais por não se adequarem ao modelo de civilização imposto pelos europeus.

Afora os poucos relatos escritos, especialmente sobre os holandeses, o início do século XX vê surgirem alguns estudos principalmente através de observações feitas, *in loco*, por estudiosos do quilate de Mario Melo, Pompeu Sobrinho, Hildebrando Menezes, dentre outros. Esses estudos servem atualmente de subsídios importantes

para aqueles que se dedicam a estudar a cultura material e imaterial dos Tapuias, especialmente daqueles grupos já extintos, como é o caso dos Cariris e Tarairiús da Paraíba. Foram esses estudos que conseguiram indicar diferenças, principalmente no campo lingüístico, entre os vários grupos étnicos Tapuias do Nordeste.

Para Pompeu Sobrinho, os Tapuias são vistos como um grupo autônomo, com diferenças marcantes dos Tupis.

Pompeu Sobrinho (1935) fez uma importante descrição historiográfica do que ele classificou como sendo as três áreas culturais dos proto-índios do Nordeste do Brasil: 1. A região do litoral, povoada pelos Tupis da costa, mas projetando-se até a chapada do Ibiapaba, no atual Ceará e na região dos Sertões do Vale do Rio São Francisco, especialmente na área que hoje se encontra o estado da Bahia; 2. A região sublitorânea, povoada pelos Tarairiús, sendo subdivididos em duas subnações: os janduis e os Canindés; 3. A área do interior que abrangia os Sertões da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará, Piauí e Maranhão, povoada pelos índios Cariris. Nesta divisão territorial Pompeu Sobrinho não leva em consideração que áreas, por exemplo, sublitorânea da Paraíba, como a área do Pilar, eram povoadas por índios Cariris, acabando por generalizar e cometer erros em definir prematuramente grandes extensões de terra para, só e somente só, uma nação.

Na área de predominância dos Tapuias Cariri e Tarairiú, Pompeu Sobrinho assegurava que os outros povos pertencentes a grupos étnicos/lingüísticos diferentes eram habitantes dessas regiões, em menor número: jê, Fulniô, Karaiba. Atualmente, os Tapuias são inseridos, segundo pesquisadores como fazendo parte do tronco lingüístico jê (Gê).

Mas talvez o ponto principal das pesquisas de Pompeu Sobrinho tenha sido o de mostrar que existiram diferenças marcantes dos traços culturais entre estes dois grupos, em síntese, Cariri e Tarairiú apresentavam e se viam como povos diferentes, principalmente com relação aos elementos lingüísticos. O Quadro 1, sintetiza o pensamento e estudo de Pompeu Sobrinho com relação às principais diferenças que separam um grupo étnico de outro:

CARACTERÍSTICAS	
TARAIRIÚ	CARIRI
- Praticante do endocanibalismo; - Fabricação da rede de dormir;	- Ausência dos traços expostos sobre os Tarairiús.

<ul style="list-style-type: none"> - Ausência da agricultura; - Práticas de atividades natatórias; - Arte oleira; - Uso de botoques nas orelhas e de tambetás nos lábios; - Uso e fabricação de alpercatas de palha trançada; - Uso e fabricação de propulsor de dardos; - Ocultação do pênis com a dobra da pele dos testículos, levantada e presa com atilho ao corpo. 	
---	--

Quadro 1 - Características dos Tapuias Cariri e Tarairiú, segundo Pompeu Sobrinho.

Fonte: Adaptado de LINDOSO (2007: 29).

Não podemos deixar de observar que as práticas ritualísticas em se dar destino ao morto são adversas entre estes dois grupos que habitaram os Sertões da Paraíba: um grupo cremava os corpos e, ritualisticamente, os comiam. Eram os Tarairiús. O outro grupo, os índios Cariris, utilizava-se dos mesmos sistemas de inumação que tantos grupos do Brasil: sepultavam seus mortos em covas e/ou em igaçabas, geralmente em locais escolhidos no ambiente.

O que caracteriza a cultura material e imaterial de um para outro grupo é a presença ou ausência de traços culturais inexistentes ou existentes no outro. No Quadro 1 exposto anteriormente não expusemos traços dos Cariris por se apresentarem, na visão de Pompeu Sobrinho, o contrário ou ausente no exposto sobre a nação Tarairiú.

Mais uma vez recorremos a Pompeu Sobrinho, desta vez para mostrarmos o que ele chama de grupos que formam as nações Tarairiú e Cariri (LINDOSO: 2007:29), que na verdade são as aldeias, ou conjuntos de aldeias, independentes que se uniam ou não em determinados momentos (Quadro 2).

GRUPOS FORMADORES DAS NAÇÕES TARAIRIÚ E CARIRI	
TARAIRIÚ	CARIRI
Jandoins, kanindé, paiaku, jenipapo, jenipabuçu, javó, kamaçu, tukuriju, arariu, xukuru (xacó)	Kipéas (Bahia), dzubukuas (Bahia e Pernambuco), Bultrins (Paraíba), Sabujas (Bahia), Kaririaçu e Kariu (Ceará).

Quadro 2 - Grupos formadores das nações Tarairiú e Cariri, segundo Pompeu Sobrinho.

Fonte: adaptado de Lindoso (2007: 29).

José Elias Borges (1993: 23), analisando a obra de Elias Herckmans, assim descreve os tapuias Cariri e Tarairiú na Paraíba:

A. OS CARIRIS

Dividiam-se em várias nações; habitavam transversalmente a Pernambuco; uma das nações (dos Cariris) tinha por "rei" Kerioukeiou; uma outra nação reside um pouco (mais longe de que, de onde e de quem?), sendo a dos (Caririwasys) e o seu "rei" é Karupotó; uma terceira nação, cujos índios se chamam Carerijouws (Carijós). Com relação a esta terceira "nação", Borges não apresenta quem supostamente seria seu "rei".

O exposto inspira algumas dúvidas, tais como: Se constituía nações, qual o território limite de cada uma, já que o próprio Borges chega a colocar que algumas delas habitavam transversalmente até o Rio Grande do Norte? Quando tais "reis" governaram? Apenas durante a invasão holandesa na Capitania da Paraíba, que se deu entre 1634 e 1650? O antes e depois, como estavam organizados tais povos? Quais suas características materiais capazes de apresentá-los enquanto uma "nação"?

B. OS TARAIRIÚS

De igual forma, Elias Borges, baseado na leitura da "*Descrição Geral da Capitania da Paraíba*", aponta algumas características dessa etnia:

Os Tarairiús estavam divididos em duas nações: uma, tendo Janduwuy como rei e a outra parte tendo Caracará como seu rei. As terras deste último "se acham no Ocidente do Rio Grande e Cunhaú" (BORGES, 1993: 23); por outro lado, Elias Borges afirma que as aldeias dos Tarairiús não tinham lugares fixos, apresentando, portanto, características seminômades. Isso foge da compreensão do que fora exposto anteriormente quando o autor citado menciona a existência de fronteiras e de certa estrutura administrativa, incabível para povos nômades e seminômades.

Elias Borges, analisando a obra de Irineo Jofilly "*Notas Sobre a Paraíba 2*", aponta erros grosseiros do que ele considera um dos maiores historiadores da Paraíba em fins do século XIX: o primeiro deles é de fazer desaparecer quase que inteiramente o que ele chama de "raça", no caso dos Cariris; segundo, Jofilly teria generalizado que no interior, ou seja, nos Sertões da Paraíba, era habitado apenas pelos Cariris; terceiro, vê os Tarairiú como sendo uma quarta nação, pertencente ao que ele chama de "raça numerosa" (BORGES, 1993: 24), sendo que a primeira nação seria a dos Cariris propriamente dita, tendo por rei Kereiou, a segunda seria os Caririways, e o seu rei era karupotó, a terceira nação era a Caririjous, sem apontar quem seria o rei e a

quarta a já exposta anteriormente (os Tarairiús), tendo como reis Janduwý e Caracará, que governariam partes destes povos.

Ainda analisando Jofilly, Borges cita que estes povos, os Tarairiús, habitavam as regiões mais elevadas do interior, geralmente mais frias.

Em suma, Jofilly teria confundido o exposto por Elias Herckmans quando este, de forma genérica, chamou os povos dos Sertões de Tapuias e não de Cariri.

Tudo leva a crer que o próprio nome Tapuia venha a ser português, já que, de acordo com Elias Borges, tal topônimo não existe na língua Tupi e talvez tenha sido utilizado como referências àqueles grupos que se sublevaram contra os portugueses.

Elias Borges mostra os prováveis limites entre as duas grandes “raças” existentes no território da Capitania na época do contato, levando em conta os topônimos dos acidentes geográficos do interior, nomes estes estranhos ao Tupi, ou a língua geral. E dá exemplo: Paó, Cayaré, etc., todos, nomes Cariris. Tais acidentes geográficos distariam, em média, vinte léguas do litoral, área do domínio dos Tupis.

Borges talvez tenha sido o primeiro pesquisador paraibano a levantar, através de documentação e dos relatos dos cronistas, provas cabais que mostrem a existência de pelo menos três etnias diferentes no território paraibano, enquadradas em pelo menos dois importantes troncos lingüísticos: Tupi, representado na Paraíba na época do contato pelos Potiguaras e depois os Tabajaras e aquelas nações representando o tronco Jê, também chamadas de Tapuias, sendo os Cariris e os Tarairiús, ambos com inúmeras aldeias que, às vezes, recebiam os nomes de seus chefes e que emprestaram seus nomes aos acidentes geográficos do interior, em especial aos locais onde teriam sido contactados ou aldeados.

Elias Borges num esforço sobrenatural conseguiu diferenciar através do que ele chama de oito provas, o que era Cariri e o que era Tarairiú, já que, de acordo com suas palavras, não haveria dúvidas sobre as tribos Tupis e suas características. Portanto, é de suma importância mostrar o que diferenciaria as etnias (que ele chama sempre de nações), Cariri e Tarairiú.

Para uma melhor compreensão, sintetizaram-se as oito provas no Quadro 3 que se segue:

PROVAS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E DIFERENÇAS	
	CARIRI	TARAIRIÚ
1ª Prova: Monografia de Elias Herckmans	- Com relação aos Cariris, sempre eram chamados de Tapuia Cariri ou simplesmente Cariri;	- A monografia de Elias Herckmans sempre se refere aos Tarairiús como tapuias;
2ª Prova: tipo racial	- Segundo Pompeu Sobrinho, os Cariri eram de menor estatura, apresentando características raciais (físicos) totalmente adversas dos Tarairiús; Borges ainda coloca que os Cariris estavam, fisicamente falando, mais próximos dos Caraíbas, Aruaques e Tupis, mas sem, no entanto, fazer um contraponto entre estes e os Cariris; Pompeu Sobrinho os enquadrrou no tipo "racial" Brasilídio, acreditando que chegaram as Américas por cabotagem, a cerca de 8.000 a.C.;	- Os Tarairiús tinham grande estatura, força e corriam velozmente; - Eram doliocéfalos e mesocéfalos, que teriam se originado das correntes migratórias via Behring; classificados como sendo do tipo racial Láguido, a pelo menos 30.000 a.C. chegaram ao continente.
3ª Prova: A antropofagia	- Não eram antropófagos, pelo menos no período pós-contato; enterravam seus mortos em igaçabas como os da etnia Tupi; sendo que era comum o enterramento ou o emparedamento em grutas;	- Já os Tarairiús praticavam o endocanibalismo, comendo de forma ritualística seus próprios parentes; vários cronistas relataram esta característica dos Tarairiús;
4ª Prova: Os costumes	- Não apresentavam as práticas culturais/ritualísticas dos Tarairiús; - Usavam cordões nodados para contar os anos; - Eram ictiófagos (alimentando-se de peixes e cobras do Sertão).	- De acordo com os relatos holandeses, seus aliados, os Tarairiús praticavam corrida de toros; dividiam-se, nas festas, em duas metades, a MOIETIES, uma prática comum entre os Jês ⁽¹⁾ . - Não usavam nenhum mecanismo parecido para contar os anos; - Alimentavam-se com mel de abelhas e nos momentos ritualísticos misturavam mel aos ossos triturados dos falecidos e bebiam;
5ª Prova: Os estudos dos etnólogos, antropólogos e historiadores	- Autores nacionais, como Thomas Pompeu Sobrinho, Carlos Studart Filho, Estevão Pinto, Geraldo Lapenda, etc., estudavam estas etnias separadamente, como veremos mais adiante; já entre os estrangeiros, aparecem os estudos de Salvador Canals Frau, da Argentina; Robert Lowie, norte-americano, etc.	- Estudos do norte-americano, Hohenthal, em 1950, estudou os Sucurú da etnia Tarairiú, de Ararobá (Cimbres-PE) e os distinguiu dos Cariris;
6ª Prova: O ambiente ecológico e agricultura	- Os Cariris localizavam-se, geralmente nos rios permanentes, nos vales mais úmidos e nas regiões altas de clima mais ameno; - Plantavam milho, feijão, abóboras; - Usavam uma espécie de enxada primitiva; - Praticavam ritos dedicados à colheita; - Viviam em regiões abrejadas, como as de Fagundes, do Paó, do Pilar, etc.	- Tarairiús viviam nas regiões secas do Curimataú, Seridó e Sertão, geralmente junto aos rios temporários; - Agricultura pouco desenvolvida; - Eram nômades (sic); - Não tinham habitações fixas;

<p>7ª Prova: As línguas Cariri e Tarairiú – diferentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existem mais informações reais, porém pouco conhecidas na Paraíba; - Existem três livros básicos: a gramática e o catecismo de Mamiami e o catecismo de Bernardo de Nantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Havia apenas topônimos registrados em livros de sesmarias, misturados aos nomes Cariris; - Kurt Nimundaju e Geraldo Lapenda, nos anos de 1930, foram os primeiros a identificarem características lingüísticas dessa etnia verificando-se diferenças entre as duas línguas; - Encontram-se algumas semelhanças entre o vocabulário dos Tarairiú e as raízes de palavras dos índios Jês, segundo a análise de Matoso Câmara.
<p>8ª Prova: As declarações dos “reis” dos Tarairiú</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Os Cariris, segundo os documentos holandeses e relatos dos “reis” Tarairiú, eram inimigos dos Tarairiús; - Os Cariris já eram conhecidos pelos portugueses desde fins do século XVI, sob a denominação de Obacatiara ou Abacatiara, conforme Fernão Cardin; - Carcará os denominava de Wayana, “índio tapuia” na língua Cariri; - Temos como principais representantes dos Cariris na Paraíba e em Pernambuco, que viviam na parte Oriental do planalto da Borborema: os Cariris Assu, Cariris propriamente ditos e os Dzubucuí – Cariris; - Provavelmente, o centro de dispersão dos Cariris seria a Bahia e o rio São Francisco. 	<ul style="list-style-type: none"> - Um dos primeiros cronistas a falar dos Tarairiú foi o holandês Jeannes de Laet, em sua História ou Anais, sendo um dos primeiros a falar dos tapuias de Janduí (Tarairiú); - Existem relatos, dos holandeses, dos contatos com os Tarairiús e a união deles com os neerlandeses na tomada da fortaleza de Santa Catarina; - Há relatos de que o comandante polonês, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, teria feito acordo nos combates contra os portugueses; - Os índios kereryjous (carijós? Segundo Herckmans?). São os índios Fulniós, antigos Carijós, aldeados em Águas Belas – PE, falam uma língua Yathé, diferente do Cariri, do tupi e do Tarairiú (foram considerados um grupo isolado⁽³⁾ por volta de 1930); antes eram tidos como Cariri; eram mais próximos, portanto, dos Tarairiús e estavam filiados ao tronco Macro-Jê; - Tinham, segundo Caracará, pelo menos quatro tribos inimigas: os Jenhos, tendo como cacique kischonon; a segunda tribo, os Wayanas, tinha por cacique Aracapa Assu; a terceira tribo Cariry e seu cacique era Kimiou Koiou, que mantinham amizade com os portugueses; e, a quarta Cariry Assu, tinha por Cacique Carapotó;

Quadro 3 – Provas cabais, segundo Elias Borges, das diferenças entre Cariri e Tarairiú na Paraíba.

Fonte: Adaptado de Borges (1993: 27-35).

Ao levantar as provas que sintetizamos no Quadro 3, quisemos mostrar, com isso, existirem dois grandes grupos étnicos distintos no que hoje é o interior do território paraibano na época do contato. Foi através da documentação e dos relatos dos cronistas dos séculos passados que o autor chegou a tais conclusões, inclusive realizando um cartograma onde localiza as etnias que, segundo ele, viveram na Paraíba. A região onde atualmente localiza-se o município de São João do Tigre, área de nossas pesquisas, era habitada pelos índios Cariris na época do contato.

Ele alerta para um problema grave ao qual já incorreram vários pesquisadores que tentaram escrever, classificar e localizar os Tapuias Cariris e Tarairiús na Paraíba: que “muitas tribos tinham nomes diferentes e a grafia em idiomas estrangeiros distintos atrapalhou ainda mais a classificação”... e, “os portugueses, em muitos casos, designavam a tribo ou o grupo pelo nome do cacique, ou rei” (BORGES, 1993: 35).

Outro ponto que serve de alerta é com relação aos Tarairiús que mudavam o nome de sua tribo com certa freqüência, na medida em que morria o cacique e outro o substituía, adotando-se, como etnônimo, o nome do chefe falecido. Elias Borges coloca que isso gerou confusão entre aqueles que pesquisavam o assunto, pois passavam a acreditar tratar-se de várias tribos diferentes, quando na verdade não eram, mas sim, a mesma.

As principais tribos Cariri e Tarairiú com sua localização principal que serviram de base para a escavação arqueológica e os devidos levantamentos estão representadas no Quadro 4:

CARIRI	LOCALIZAÇÃO
- Chocós e Paratiós	Monteiro e Teixeira (fronteira com Pernambuco);
- Carnoiós (curinaios)	Cabaceiras e Boqueirão;
- Bodopitás (Fagundes)	Na região da Serra de Bodopitá, em Fagundes;
- Bultrins	Cariris de Pilar e Alagoa Nova;
- Icós	Rio do Peixe, Sousa e região de Conceição;
- Coremas	Rio Piancó;
TARAIRIÚS	LOCALIZAÇÃO
- Janduís	Rios Piranhas e Sabugy (Santa Luzia e Patos); Seridó e Curimataú;
- Ariús	Nos rios Piranhas, Sabugy e Seridó e região de Patu (Rio Grande do Norte);
- Pegas	Rios Piranhas e na região da Serra de João do Vale (Pombal e Catolé do Rocha);
- Panatis	Pombal e outras regiões dos rios Piranhas e Pinharas;
- Sucurus	Bananeiras, Cuité, rios Curimataú e Trairi, depois deslocados para região dos Cariris Velhos (Monteiro) em 1662;
- Paiacus	Fronteiras do Rio Grande do Norte e Ceará; região do Apodi e Ribeira do Patu (ambas no Rio Grande do Norte);
- Canindés	Fronteira do Rio Grande do Norte e Ceará; região do Curimataú;
- Genipapos	Fronteiras do Rio Grande do Norte e Ceará;
- Cavalcanti e (Ariús)	Em Campina Grande, sendo vistos como uma facção dos Ariús;
- Vidais	Fronteiras do Rio Grande do Norte e Ceará.

Quadro 4 – Divisões de tribos Cariri e Tarairiú na Paraíba.

Fonte: Adaptado de Borges (1993: 35-36).

Um último alerta feito por Elias Borges é com relação à área territorial desses grupos, pois eles não eram fixos, haja vista o processo de nomadismo ao qual estavam submetidos, como também, ao processo de descimento e aldeamentos forçados, em verdadeiras missões religiosas, misturados para facilitar a catequização, o que teria contribuído para a destruição, de forma gradativa, dos seus hábitos e costumes. Houve também, principalmente no período Pombalino, transferências de remanescentes indígenas de um lugar para outro, com o objetivo primeiro de formar vilas e cidades. No período holandês, foram realizadas transferências com diversos fins.

Borges ao realizar tal levantamento fez uso de vários cronistas dos séculos passados que visitaram a região, a exemplo de Baro, Nantes e Jacó Rabi, dentre outros. São estes que merecem os verdadeiros créditos acerca dos comentários expostos até então sobre os Tapuias.

2.4.1.1. Cariri e Tarairiú: grupos diferentes

O termo Tapuia foi homogeneizado no século XVI devido à percepção de assimilação das diferentes línguas faladas nos Sertões; em outras palavras, designou-se de Tapuia aos grupos não falantes da língua geral.

É interessante que os grupos Tapuias só aparecem na cartografia portuguesa a partir do século XVII, quando os Tupis migram maciçamente para o litoral, provavelmente expulsando em definitivo os Tapuias para os Sertões. Os erros se sucedem tanto com relação aos Tapuias quanto aos Tupis.

Os Tarairiú, por exemplo, era um grupo que habitava do litoral ao Sertão, pelo menos na Capitania do Rio Grande.

Barbosa (2007: 79), talvez cometa os mesmos erros que cronistas dos séculos passados cometeram ao mostrar que Panatins, Coremas, Paiacus, Icós, Arius, Cariri, etc., seriam grupos étnicos distintos, não pertencentes a certa nação, mas como se cada grupo citado anteriormente formasse uma nação independente. Pelas leituras dos cronistas e pesquisas documentais, os grupos aqui citados ou se enquadravam na nação Cariri ou na Tarairiú, mas provavelmente todos pertencendo ao tronco lingüístico Macro-jê. Para Bartira Ferraz Barbosa, os índios Cariris podem ser enquadrados no que ela chama de língua isolada, sem explicar de qual (is) fontes retirou as informações

para concluir o exposto, talvez baseado no mapa de Kurt Nimuendaju que via os Cariris como grupo isolado.

Para Greg Urban (1992: 99) havia no Nordeste pré-histórico e pós-contato uma diversidade de línguas tapuias muito grande, algumas delas isoladas outras faladas por um número significativo de aldeias que teriam dado origem ao tronco lingüístico Macro-jê. A grande confusão existe nos dias atuais em classificar determinadas línguas nesse grupo é que os povos foram extintos, a exemplo dos Tarairiú, sem que tivessem sido estudados de forma sistemática e de existirem poucos registros escritos sobre eles. Atualmente nos lembra Barbosa (2007:75), no Nordeste do Brasil apenas os Fulniôs de Águas Belas (PE) fala o ya-thê, do tronco lingüístico Macro-jê. As demais foram perdidas com o tempo.

Para Jan de Laet (Apud WAGNER, 2002: 109), um dos 19 diretores da Companhia das Índias Ocidentais, reconhecia e distinguia dois grupos de índios no Brasil: os Tupi, que viviam arranhando o litoral, o povo da costa do Brasil e os Tapuias. Sobre este último, ele coloca que viviam no interior, não tinham uma língua comum, ou seja, falava-se um *mister* de línguas, ao contrário dos Tupi que falavam uma língua comum e, coloca que os Tapuias estavam distribuídos em 76 tribos.

Os Tapuias eram vistos como selvagens e indomesticáveis, lutando uns com os outros, sem esperança de serem convertidos a fé cristã.

Mas talvez a importante contribuição de Laet sobre as tribos Tapuias seja com relação a sua heterogeneidade. Entre os Tapuias, ele nomeia duas tribos que viviam em cabanas, uma em cavernas, tribos que viviam como nômades e três tribos agrícolas. Algumas delas chegavam mesmo a aprender a língua comum e assim começava a entender a fé cristã, pois os Jesuítas podiam ensinar nessa língua (WAGNER, 2002: 109).

Vilma dos Santos Cardoso Monteiro (1980: 27), apresenta um conceito de Tapuia que foge a todo e qualquer conceito baseado na etnografia. Ela baseia seu conceito numa suposta “agressividade” dos pertencentes a “tribo Cariri” e, graças a essa característica que seria “peculiar” nesses índios, Tapuias, então, “significa inimigos”.

O termo Tapuia usado por Gândavo fazia referência inicialmente a uma tribo específica de índios que habitavam o Maranhão na sua parte oriental, sendo considerados da mesma nação dos índios Aimorés.

Mais tarde, o termo Tapuia passa a designar um conjunto de tribos reconhecido pelos outros com traços e identidade diferentes daqueles grupos do litoral, os de língua geral (GÂNDAVO, 1995).

Para o venerável padre Anchieta a terminologia Tapuia queria dizer escravo, pois que todos os outros grupos humanos que não são de sua nação, ou seja, não pertencem há essas hordas de índios selvagens têm por tais como escravo e com eles fazem guerras (ANCHIETA, 1584: 310).

Para Simão de Vasconcelos, os Tapuias falavam mais de cem línguas e eram vistos como povos selvagens, aguerridos e fazedores de guerra, inimigos conhecidos de todas as outras nações indígenas e de algumas das suas próprias, daí serem conhecidos pela alcunha de contrários ou inimigos.

Frei Antônio Maria de Santa Jaboatão definia os índios Tapuias através da sua grande heterogeneidade de línguas faladas e por habitarem o interior. Eram, para ele, os naturais da terra que vivia nos confins e vastidões dos Sertões e não falantes da língua boa ou geral, tendo cada nação a sua língua particular.

Pedro Pontuni (2002: 68) de forma contundente coloca que o termo Tapuia não pode ser compreendido apenas como um simples etnônimo, mas sim, uma terminologia histórica construída desde tempos remotos pelos que habitavam o litoral na época do contato, os Tupi, que possivelmente expulsaram em tempos incertos; serve também como uma espécie de divisor territorial entre os do Litoral (Tupi) e os dos Sertões, no caso específico da Paraíba os Cariri e Tarairiú.

Eram os bárbaros, na visão dos Tupi e depois dos próprios colonizadores por serem indolentes hostis e não aceitarem pacificamente a colonização, escravidão, quebra de sua cultura e expropriação das terras.

Para Robert H. Lowie (1963), o termo Tapuia sempre foi confuso de definir. Tapuia seria um termo vazio e geral para designar um bando de aldeias com uma realidade etnográfica confusa, pouco estudada e conhecida, indicando uma realidade

difícil de ser explicada e de difícil classificação, tanto para os colonos quanto para os etnógrafos que se dedicaram a estudar os Tapuias.

Tapuia para William Hohenthal seria um etnônimo limitado utilizado para designar determinados índios “de ergologia específica, que se caracterizam pela ausência de aldeias fortificadas, pelo desconhecimento de Jirau e esteiras de dormir, e que cozinhavam em fornos subterrâneos” (LINDOSO, 2007: 30). Dirceu Lindoso vê a citação desses traços como pouco para classificar um grupo étnico.

Para Estevão Pinto, Tapuia seria a designação para grupos humanos “sem unidade cultural ou lingüística autônoma”, seriam, enfim, hordas humanas marginais, portanto, assim como Lowie, Pinto via a terminologia como vazia, geral.

Pompeu Sobrinho acabou por limitar e generalizar o termo Tapuia “a qualquer realidade etnográfica que não fosse Tupi”. Tal colocação assenta-se no que fora divulgado pelos cronistas desde o início da colonização: quem não pertencesse ao grupo Tupi automaticamente era Tapuia.

Pompeu Sobrinho via como representantes desse grupo apenas os índios Cariris e Tarairiú. O que parece é que Th. Pompeu Sobrinho os cita mais por perceber que estes dois grupos étnicos foram os que conseguiram, em parte, sobreviver ao genocídio imposto pelos colonizadores com o início da colonização, sendo, portanto, os sobreviventes conhecidos. Os demais grupos Tapuias, nessa visão, foram extintos antes que a ciência os descrevessem. Isso leva-nos a conjecturar, portanto, terem existido outros grupos Tapuias na Capitania da Paraíba.

O Padre José de Anchieta (Apud BARBOSA, 2007: 69), diz que as “diversas nações de outros bárbaros de diversas línguas a que estes índios (os Tupi, Carijós) chamam de Tapuya”, que teria o significado de “escravo, porque todos os que não são de sua nação tem por tais e com todos tem guerra”. Assim percebe-se que para o Pe. Anchieta os Tapuias, ou os povos que não falavam a língua geral, do interior, eram aqueles selvagens, que viviam em constantes guerras contra outros do interior ou contra aqueles do litoral.

Na visão de Simão de Vasconcelos (1777: 109), Tapuia eram considerados os inimigos conhecidos “... de todas as mais nações de índios: com esta, (os Tupi) e

algumas das suas, trazem guerras continuas. E destas tão conhecidas inimizade lhe veio o nome de Tapuia que vale o mesmo que de contrário, ou inimigos”.

Já para Batista Caetano, Tapuia seria o composto de *Tapy-ei*, significando comprados, aprisionados, cativos ou recuo e/ou chusma; *taba-eyi*, a recuo ou a Plebe do povo. Nesse sentido, ler-se de forma pejorativa como povo que deve ser escravizado por se apresentar inferior. Outro termo seria *Tapyi*, significando choça, cabana, talvez essa terminologia seja uma corruptela de *tog-péi* ou *to-pil*, significando com pequena; *top*, significando folha, sufixo de *Tapuol*, folha em Chilidunque, língua dos nativos chilenos.

Martius afirma que existiram várias línguas Tapuias, destacando três, mas dando ênfase a língua Jê. Depois, com os estudos, verificou-se que uma delas pertencia ao tronco lingüístico Macro-jê.

No geral, as várias formas utilizadas por cronistas dos séculos passados para se referirem aos povos não Tupis, habitantes ou não dos Sertões, foram as mais diversas possíveis: Tapuia, Tapuzas, Tapiea, são apenas alguns, mas que servem de demonstrativo da grande heterogenidade dos grupos humanos do interior.

Tapuias ainda foram vistos como os povos contrários aos Tupis. Todo e qualquer inimigo deste, na visão de Cadim.

Nesse sentido surge uma espécie de bipolaridade indígena do Brasil: de um lado os Tupis do litoral, do outro, os Tapuias do interior, diversificados em língua e costumes, sem catequese, pois, como se fazer uma gramática para cada povo Tapuia, se existiram tantos?

Bartira Ferraz Barbosa afirma que as línguas Tapuias foram desprezadas pelos colonizadores, com exceção da língua Cariri, estes formavam numerosas tribos que habitavam os Sertões. A língua Cariri apresentava dialéticos parecidos com os da língua geral, provando, talvez sua antiguidade na região. Menos belicosos que outros grupos, como os Tarairiús, sua língua foi estudada por Mamiani. Ao contrário dos Tarairiús, que só chegou aos nossos dias alguns poucos verbetes, geralmente apreendidos pelos holandeses, seus aliados. O exposto ate o momento reforça a tese, portanto, da existência de pelo menos dois grupos humanos constituídos por Tapuias na Paraíba.

Em documento escrito em Lisboa e datado de 24 de Abril de 1683, um fato memorável merece aqui ser destacado. Ao tratar, o documento, de como os índios deveria ser tratado fossem pelos missionários ou por agentes civis, o documento faz menção e distinção entre os índios: "...Proibir-se que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que fosse, nem induzisse índios, nem Tapuias sem licença dos padres..." (BARBOSA, 2007: 148).

Fica claro que em pleno final do século XVII que os Tapuias dos Sertões ainda eram vistos como os selvagens, indolentes, hostis, incapazes de não receberem a fé Cristã, portanto, adoradores do Diabo e assim deveriam ser vistos: diferentes dos índios (Tupi?) catequizados, mansos e aldeados. Cabia aos Padres o mando sobre os índios, pois foi lhes dado à incumbência de transformá-los em homens.

Jean Nienth via como verdadeiros assassinos, piores do que todos os outros brasileiros, ou seja, mais sanguinários do que os Tupis do litoral. Selvagens.

Ambrósio Brandão (1966: 216) assim via os índios dos Sertões:

Trazem os cabelo crescidos como o de mulheres, com serem geralmente tão temidos que é bastante um só Tapuia para fazer fugir muitos, e assim entram mui poucos por grandes aldeias mui confiadas, e delas tomavam tudo o que querem, sem ninguém lhe ir mão, e ainda as próprias mulheres lhes deixam levar, tão grandíssimo mudo lhes tem cobrado.

Gabriel Soares de Souza (1971: 205) os via como gente brava, silvestre, indômita, habitantes do interior.

Guilherme Piso dizia que, os Tapuias eram ferozes, truculentos, indomesticáveis, verdadeiros felinos.

A literatura e os documentos da época colonial do Brasil, bem como as representações pictóricas dos pintores da época em telas que mostram os índios, eram quase sempre europeus que buscavam criar um estereótipo sobre os índios para justificar a conquista, fossem através das guerras ou pela imposição da fé cristã, viam esses índios como bárbaros. Para isso sempre mostraram seus aspectos belicosos e seus rituais vistos como cruéis e ligados ao Demônio.

Tzvetan Todorov (1993: 25) de forma clara conceitua o termo bárbaro e o porquê dos europeus verem os índios como tais, são os que crêem que os outros, a sua volta,

são bárbaros. Todos os homens são iguais, mas nem todos o sabem; alguns se crêem superiores aos outros, e é preciosamente nisso que são inferiores.

Os europeus quando aqui chegaram encontraram grupos humanos vivendo num sistema quase comunal, totalmente diferente do que se via na Europa renascentista. Os europeus se viam como modernos e desenvolvidos, e viam como bárbaros, selvagens, justamente por não conhecerem nem viverem a moda européia, os índios. Foi a partir dessa constatação que os europeus perceberam o poder que poderiam exercer sobre os outros, principalmente pelo uso da persuasão através das armas.

Desde o início da colonização que houve nas palavras de Maria Idalina da Cruz Pires (2002: 17), um desprezo generalizado por estes povos dos Sertões, os Tapuias, falantes de inúmeras línguas e que em muitas das capitâneas impediam o processo de ocidentalização dos portugueses, enfim, de interiorização da conquista do interior. O desprezo pelas línguas e costumes foi uma constante entre os colonizadores, especialmente para com os povos considerados bárbaros. A dizimação foi tamanha que inúmeros grupos vistos como bárbaros foram extintos antes mesmo de serem descritos pelos cronistas. Muitos povos bárbaros não foram linguisticamente falando, classificados e, pouco foi conhecido seus costumes. A historiografia, de forma geral, transmitiu uma idéia etnocêntrica, distorcida do real, daí ter se perpetuado a idéia de selvageria e barbárie desses grupos humanos. Idalina Pires chama esses índios do interior, a partir da visão eurocêntrica, de “índios problemas” em contraposição aqueles do litoral, considerados índios-bons” (PIRES, 2002: 18). A não aceitação do mundo dito civilizados por parte de muitos grupos Tapuias, suas reações, levaram-nos a serem vistos como traíçoeiros, selvagens e bárbaros.

Ao contrário do que afirma Idalina Pires que o extermínio dos Tapuias era esquecido pelos colonizadores, vejo o processo de forma contrária, fazia-se questão de mostrar, inclusive com ordens expressas de El-rei, dos Governadores-Gerais ou dos capitães donatários, as atrocidades cometidas, como bem mostrou Pedro Puntoni em vários documentos em sua obra *A Guerra dos Bárbaros*.

Frei Vicente do Salvador (1931: 9), afirma que vários escritores da época colonial “chamam línguas travadas os numerosos falares tapuyas, diversos da língua geral. Os que falavam esta chamavam Nheengahibas, Tapuyas, Guayanases etc. aos de línguas travadas.

Berta Ribeiro (1984: 23) faz afirmações um tanto quanto repetida na literatura e no discurso de intelectuais do século XX, como todos, a autora (re) afirma o discurso que já dura cerca de 500 anos:

Quando a frota de Cabral chegou às costas do Brasil, ainda encontrou grupos Tapuias que resistiam à pressão Tupi: os Guainá, cujos descendentes seriam os Kaingang de São Paulo e do Paraná, os Goitacá do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que seriam os Puri, coroados e Coropó do século XIX, os Aimoré (botocudos) da Bahia e os kariri do nordeste, além outros.

É simplesmente incrível como se sucedem os relatos literários no Brasil. Até o momento, não se apontou, por exemplo, se os Cariris viviam no litoral de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Afirma que viviam no litoral do Nordeste é escapar de críticas sobre as afirmações infundadas que se tem feito sobre a presença de Tapuias nessa região. Quais as evidências arqueológicas que comprovem tal teoria, ao menos nas capitanias citadas anteriormente? Sabe-se que os Cariris, na época do pós-contato, formavam um grupo humano totalmente adaptado a situação hostil do semi-árido, processo este que requer, no mínimo, alguma dezenas de anos.

O que se conhece, até o momento, seja através de relatos literários ou mesmos de pesquisas arqueológicas, é que os Tupis, após o contato, enfurnaram-se nos Sertões, fugindo dos colonizadores.

Para Berta Ribeiro, Tapuias eram aqueles grupos filiados ao tronco-linguístico jê e grupos de índios considerados isolados.

Atribui-se aos jê uma pseudo-nacionalidade territorial brasileira, pois não fora detectado a existência de outros grupos falantes das línguas do tronco em outras partes do imenso continente.

Berta Ribeiro cai na mesma armadilha que tantos cronistas caíram, numa quase visão eurocêntrica, demonstrando um total descaso ou desconhecimento da cultura material dos Tapuias, afirmando que, tais povos, apresentam “cultura material mais simples” (RIBEIRO, 1984: 23). Mas o que é mesmo ter uma cultura material simples? Por outro lado, afirma a autora que a organização social desses grupos era mais complexa do que aquelas sociedades representantes dos Tupi e dos Aruak e Karib. Mas, o que é possuir uma organização social mais complexa? A cultura material não seria uma consequência da complexidade social de um grupo?

A autora, analisando vários cronistas, informa o que muitos já colocaram, a visão pejorativa sobre os Tapuias: bestiais, selvagens, etc. e, insere, por exemplo, os Tarairiu, como pertencente ao tronco-linguístico Macro-jê, falante da família lingüística jê. Da mesma forma, faz tal inserção aos índios kariri (Cariri) do Nordeste.

Sobre os Cariris (kariri ou kiriri), a autora tece os velhos comentários de sempre, que resumimos nos pontos seguintes:

1. Viviam na zona árida do Nordeste; mas afirma que habitavam as áreas de Pernambuco e Bahia. Não se sabe baseado em quem ou no que, a autora deixa de fora os Sertões de outras capitâneas, como a da Paraíba;
2. O nome Kariri, significa tristonho, calado, silencioso;
3. No início (mas qual início e quando? Quais provas materiais para tantos autores fazerem tais afirmações?), sendo expulsos pelos Tupiniquim e depois pelos Tupinambá (grifo nosso). Finalmente, que os expulsou primeiro?
4. Afirma categoricamente terem sido os Cariris aqueles Tapuias que tomaram partido pelos holandeses, tornando-se inimigos dos portugueses. Percebe-se o mesmo erro de muitos cronistas contemporâneos. Na verdade, segundo os cronistas holandeses (Herckmans, Baro, Hoet, etc., que a autora cita), foram os Tapuias Tarairiú que tomaram o partido dos holandeses e foram extremamente perseguidos e exterminados pelos portugueses no pós-período holandês.
5. Atribui-se, só e somente só, a miscigenação dos índios Cariris com os lusos, a formação do povo acablocado do Sertão nordestino atual, principalmente o porte físico;
6. Afirma que a família kariri era formada de vários grupos, como: os Tremembé, habitantes do litoral paranaense, do Gurupi ao Camaci; os Kamaru, Dzubukuá, Kipea e Sapuya; os Xukuru-kariri, Xokó-Kariri, de Pernambuco e Alagoas, são seus descendentes. Na verdade, os Xukuru-kariri, aldeados em Águas Belas são a mistura de dois grupos étnicos distintos de Tapuias: os Xukuru e os Kariri que, por questões de conveniência resolveram habitar o mesmo território;
7. Com relação aos últimos descendentes índios, aqueles remanescentes do que restou com o trágico contato, vem talvez, o mais absurdo da obra de Berta Ribeiro (1984: 24), ao afirmar que na Paraíba existem apenas os “potiguaras e os pataxó” (sic). Até o momento, não existem relatos literários, arqueológicos ou outros da existência, no contato, dos Pataxó na Paraíba, quanto mais aldeados aqui. Isso só

mostra um total desconhecimento da autora com relação aos antigos e modernos habitantes do território da Paraíba.

Atribui-se a Cardim, no ano de 1584, quem primeiro usou o topônimo Cariri para definir os povos do interior.

Os Cariris eram os ocupantes dos Sertões de Dentro, em síntese, as partes mais distantes do litoral, aprofundando-se pelo São Francisco. Já os Tarairiús ocupavam mais o Sertão de Fora, áreas mais próximas do litoral, o que, inclusive, facilitava suas incursões ao litoral. Os Tarairiús estavam subdivididos em diversas nações, sempre em guerras intertribais. Suas subnações levavam os nomes de seus caciques (ou reis), a exemplo dos Janduis, Icós, etc. Pedro Pontuni afirma que dos vários grupos étnicos Tapuias do interior, são dos Cariris e dos Tarairiús que se têm um maior número de informações culturais de seus costumes e cultura material.

Os Cariris foram descritos por vários cronistas a partir do século XVI (Herckmans, Macgrave, Baro, Nantes, etc.). Existiam diferenças lingüísticas, pelo menos 04 (quatro), entre o grande grupo étnico ou dialéticos diferentes: Camaru, Sapuia, Dzubucua e o Quipea. Praticamente no final do século XIX, os Cariris já estavam extintos em várias capitanias e em vias de extinção em outras.

Os Tarairiús ficaram conhecidos pelos principais representantes, os Janduis, fortes aliados dos holandeses. Puntoni (2002: 84-85) relata que os Janduis foram descritos por Elias Herckmans, Roulox Baro, Jacó Rabbi e nas pinturas de Albert Eckhout. Os Tarairiús pela sua hostilidade eram considerados aliados perigosos, sendo os seus movimentos seguidos pelos holandeses, evitando-os de se aproximarem do litoral. Jandui era tratado pelos holandeses como um amigo perigoso e feroz. Em 1639, Jandui com 2.000 de seus guerreiros ameaça atacar Natal, e é impedido pelos holandeses que convencem seus filhos de desistirem da empreitada e voltar aos Sertões. Pela proximidade que este grupo humano tivera com os holandeses, com a expulsão destes do território, os índios se viram desamparados e perseguidos pelos portugueses, o que os transformam nos principais protagonistas das Guerras dos Bárbaros, principalmente nas Capitanias do Rio Grande e Paraíba.

Há relatos interessantes na literatura sobre práticas fúnebres: Estevão Pinto (1935) informa que alguns grupos de índios no pós-contato deixavam o corpo imerso no rio para que alguns peixes realizassem o trabalho de limpa dos mortos. Fazendo

uso de uma *Juquiá*, os peixes entravam no gradio, alimentavam-se da carne, mais não conseguiam sair com os ossos e depois era realizada a cerimônia fúnebre.

A Arqueologia fornece apenas parte das informações dos rituais fúnebres, a outra parte, com os devidos cuidados, cabe aos relatos dos cronistas que percorreram e conviveram com os remanescentes dos povos pré-históricos da região.

A forma de enterramento como também a causa da morte interfere na cerimônia fúnebre e como o indivíduo é sepultado. A junção da Arqueologia, da Antropologia, da Etno-História e da Etno-Arqueologia torna-se imprescindível nos novos estudos dos rituais fúnebres e das práticas espirituais dos grupos pré-históricos que habitaram o Nordeste do Brasil.

Nas tribos indígenas brasileiras no pós-contato, foram identificadas práticas de rituais fúnebres diversas, mostrando a existência de certa heterogeneidade dos grupos como também certa diversidade das práticas ritualísticas.

CAPÍTULO III

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi iniciada com o estudo da documentação disponível acerca da nossa temática, especialmente os registros etnográficos, bem como da região geográfica em apreço. Paralelo a esta atividade, foi feita coleta de informações geoambientais referentes à área de pesquisa, especialmente das características naturais do entorno.

Na segunda etapa foi realizada a prospecção do sítio arqueológico Pinturas I, em São João do Tigre – PB. Para as atividades de campo foi adotada a metodologia proposta pelo PRONAPA, estabelecendo um corte de 2x2 metros para escavar o sítio.

Estamos cientes de que o modelo citado e utilizado por nós “apresenta sérios prejuízos”, como bem alertou Oliveira (1991: 59), pois restringe a possibilidade de conhecer todo o sítio arqueológico, como acontece quando se trata de uma escavação de superfície ampla, limitando-se o conhecimento, seja com relação à própria utilização do espaço, seja com relação à identificação dos vários materiais arqueológicos do sítio.

Não seguimos o limite de profundidade pré-estabelecido pelo PRONAPA, que estabelecia estender a escavação até 50 ou 75 cm depois que o material arqueológico cessasse de aparecer. Adotamos o modelo de escavar o sítio até que se comprovasse que o solo estaria estéril, no caso de cavidades naturais, quando alcançasse o piso lajeado e no caso de sítios a céu aberto, quando não mais se tivesse indicativos de materiais arqueológicos.

Resolvemos, também, seguir a metodologia do PRONAPA, especialmente ao se escavar as cavidades naturais, onde os sedimentos geralmente são depositados pela ação eólica ou pluvial e sofrem forte ação antrópica e/ou de animais que buscam os abrigos rochosos para viverem, perturbando o solo arqueológico. Assim, trabalhamos com decapagem por técnica de níveis artificiais de 10 cm, contribuindo para uniformizar as comparações entre os sítios escavados na Paraíba, que apresentam, especialmente as cavidades naturais, numa certa homogeneidade estratigráfica e geológica.

Para não caírmos nos mesmos erros que caíram os pesquisadores do PRONAPA que trabalharam, em parte, com a metodologia exposta, pois acreditava-se que nas regiões estudadas só haviam ocupações recentes, não se levando em consideração encontrar vestígios de ocupações antigas, daí advindo nossa preocupação em escavar o sítio até o seu limite máximo (profundidade), exaurindo-se todas as chances de não obter material arqueológico a grandes profundidades, já que escavamos o sítio até seu limite máximo de ocupação, o que proporcionou amplo conhecimento sobre o processo de desenvolvimento e ocupação dos grupos humanos na área estudada, mesmo que este não seja nosso principal objetivo.

Com o objetivo de fornecer-nos uma idéia do geral, optamos por realizar cortes-estratigráficos, em pequena escala para verificação do comportamento das camadas estratigráficas, por camadas artificiais, permitindo-nos uma coleta sistemática de amostragem das camadas mais superficiais (superfície) até as camadas mais profundas do sítio, alcançando o solo estéril em vestígio arqueológico. A análise do material arqueológico serviu de indicativo para futuras intervenções intensivas (superfícies amplas) no respectivo sítio trabalhado, bem como em sítios existentes em seu entorno, principalmente se quisermos o estabelecimento de uma seqüência de ocupação regional de um dado grupo étnico.

Os restos arqueológicos esparsos foram coletados. Todos os fragmentos de cerâmica, lítico e ossos humanos foram coletados para outras posteriores análises e contextualização.

Para a execução desta 2ª etapa da pesquisa, seguimos os seguintes passos:

PASSO 1 - avaliação de terreno com localização com GPS do sítio arqueológico. Esta avaliação foi efetuada a partir de uma prospecção na área descrita pela bibliografia como sendo locais de habitação dos índios Cariris, onde se deu importância à presença de vestígio material na superfície (machado, cerâmica indígena, estruturas, ossos humanos, dentes humanos, etc.) que determinou onde seria realizado o corte-sondagem.

Para a sondagem arqueológica, levou-se em consideração a localização dos possíveis habitats do grupo humano da região onde sepultou seus mortos. O ambiente em si, especialmente pela repetição do local escolhido por este grupo humano para sepultar seus mortos, foi um importante fato que nos condicionou a escavar o sítio

Pinturas I, pois as características do local que serviu de necrópole são semelhantes a outras da região do entorno, bem como de outras necrópoles já escavadas e estudadas no Nordeste do Brasil.

A escolha do sítio para a sondagem deveu-se, também, à análise de fatores básicos: relatos documentais da existência de aldeamentos na região, bem como de outras necrópoles; verificação *in situ* e detecção de material cerâmico, lítico e vestígios de ossos humanos e outros materiais arqueológicos; relato da população que reside na região sobre a existência, no passado, de índios vivendo na respectiva área.

PASSO 2 - Realização de uma sondagem através da abertura de quatro quadrículas. A sondagem visou identificar a cultura material do grupo humano ali inumado e aspectos relevantes de suas possíveis práticas funerárias. Este trabalho de campo contou com a caracterização estabelecida a partir da bibliografia. De forma geral, a sondagem visa identificar concentrações de material arqueológico e a obtenção de uma correlação espaço-temporal entre as ocorrências.

PASSO 3 - Análise e classificação do material arqueológico encontrado; envio de material para datação por Termoluminescência (TL). Devido ao fato de todos os indícios vestigiais, superficiais ou não, encontrados na Paraíba, serem denominados como sendo, de população indígena, mas até o momento não se tem nenhum material datado e identificado, sendo de suma importância que se realize tal processo como forma de comprovar a existência desses grupos em áreas do interior da Paraíba e a influência na cultura material desses povos por parte dos europeus. Sendo assim os materiais arqueológicos oriundos da escavação foram encaminhados para os seguintes laboratórios: 1. Cerâmica, enviado para ser datada no laboratório LACIFID da USP; 2. Lítico, tratado, desenhado e identificado no LABAP/UEPB; 3. Ossos humanos e de animais, enviados para o laboratório de Anatomia da UEPB, 4. Dentes humanos enviados para o laboratório do Departamento de Odontologia da UEPB; 5. Sedimentos (solo) para análise de pH e salinidade, enviado para o laboratório de Saneamento Ambiental da UEPB/UFCEG. As cerâmicas foram reconstituídas nos laboratórios da UFPE. A topografia do sítio e as plantas baixas foram elaboradas por Onésimo Santos, Doutorando em Pré-história (Paris X); os desenhos e croquis foram feitos pelo artista plástico Vanderley de Brito.

PASSO 4 - contraposição dos dados bibliográficos com os dados arqueológicos; a documentação e a literatura existentes foram o guia, tanto para atestar as diferenças como as semelhanças com os grupos da época do pré-contato e/ou do contato, bem como, percebermos semelhanças ou diferenças de enterramentos em necrópoles do Nordeste do Brasil.

3.1. As análises em cemitérios

Devem-se analisar, no cemitério estudado, traços como a cronologia do cemitério e a quantidade de esqueletos, pois cemitério muito antigo e poucos esqueletos podem significar uma área que servia para o sepultamento de indivíduos de um único e pequeno grupo ou indivíduos pertencentes à certa hierarquia social.

A observação e análise da cultura material presente podem indicar se eram grupos de horticultores, caçador-coletores, ou ambos, que não tinham um único ambiente para enterrar seus mortos, mas sim, vários locais.

A análise historiográfica acerca de relatos sobre necrópoles, pode chegar à distinção quanto ao tipo de adornos e enterramentos, se em cova ou em urna funerária, bem como ao grupo étnico praticante da inumação e rituais.

3.2. A Tanatologia arqueológica

A Tanatologia visa à identificação dos restos humanos nas sepulturas. Santos (2002: 260), apresenta os principais elementos que devem ser observados no processo de enterramento (inumação de um indivíduo):

- Osteoscopia – Que é a identificação dos restos esqueléticos;
- Perinecropsopia – É a descrição técnica do local da exumação;
- Exumação – retirada dos restos do esqueleto e do enxoval (quando houver);
- Identificação de tecido e manchas de origem humana; pigmentação, estrias causadas pelo processo de raspagem para retirada do tecido mole, etc.;
- Identificação de tecido ósseo humano – identificação taxonômica dos ossos exumados;

O autor apresenta uma metodologia que deve ser seguida no processo de análise dos restos esqueléticos exumados dos indivíduos, capaz de identificar não só a causa *mortis*, mas o perfil cultural, a forma de enterramento e até a estratificação social daqueles indivíduos, além da idade, sexo e alterações ou variações morfológicas.

Os exames de radiologia sugeridos pelo autor visam evidenciar lesões ósseas, bem como esclarecer a natureza dessas lesões e indicar a provável doença causadora da lesão que não pode ser identificada na análise macroscópica, *in situ*, realizada quando da exumação do esqueleto.

Os exames Histológicos e Histopatológicos visam a identificar “estruturas celulares normais e estruturas celulares patológicas, identificando, portanto, a causa *mortis* provável dos indivíduos” (SANTOS, 2002.: 261).

Em parte, compete a Antropologia Física estudar os restos mortais inumados e exumados nos sítios arqueológicos. A Tanatologia trata, especialmente, do processo de exumação de restos humanos, necessariamente não têm que ser restos pré-históricos (ARQUEOLOGIA DA MORTE, 2008).

O estudo tanatológico pode fornecer ao arqueólogo informações precisas sobre doenças, idades e sexo (SANTOS, 1999). Com relação, por exemplo, a idade, o estudo da epifisi dos ossos, mandíbulas, ossos longos, etc., são importantes indicadores; já com relação ao sexo, o exame do tórax, fêmur, do útero e do perônio são bons indicadores; já as doenças congênitas e deformadoras são utilizadas pela Antropologia Física e Forense como indicativo de causas *mortis*.

A Tanatologia ainda oferece o aspecto operacional, ou seja, “que visa identificar, nas sepulturas e nos restos esqueléticos elementos que permitiam um melhor conhecimento do indivíduo inumado,” (SANTOS, 2002: 263), e até os elementos culturais relacionados diretamente ao indivíduo inumado.

Não existe uma forma padrão para exumação de um esqueleto. Tudo depende de dois fatores básicos: 1. O material ósseo (condições dos ossos); 2. E as exigências do projeto em si, ou seja, tanto as ações humanas quanto as naturais afetem destruição aos restos esqueléticos.

Resgatar o esqueleto *in situ* deve, antes de mais nada, passar por um longo processo de questionamentos de como e para que proceder a escavação e a

exumação do esqueleto. Perguntas como: 1. Quais as condições dos ossos? 2. Que fatores contribuíram para a descoberta dos restos dos esqueletos? 3. Que informações poderão me fornecer a exumação? 4. Que técnicas e procedimentos utilizar para que os impactos sejam mínimos? (SANTOS, 1999: 62).

Os rituais fúnebres, quando possíveis de serem identificados, são fornecedores de informações precisas, capazes de inferirem informações concretas sobre o grupo humano. O material fúnebre (enxoval) pode fornecer subsídios para entender, por exemplo, o comportamento social e cultural do grupo, quiza econômico. Os ossos em si fornecem, quase sempre, informações acerca das características físicas e patológicas do indivíduo e, por extensão, do grupo.

Os ossos estão sujeitos a diversas formas (naturais e antrópicas) que podem levar a sua desintegração. O próprio tempo pode alterar sua consistência, fraturando-os; em contato com o sol, que geralmente acontece nos abrigos rochosos em que a sobreposição de cadáveres e alguns afloram, seja pela ação de pequenos animais, seja pelo intemperismo, tornam-se esbranquiçados; a água, por exemplo, pode provocar a hidrólise dos componentes orgânicos do osso (osseína), o que o torna uma característica esponjosa úmida, esfacelando-se ao toque; o pH do solo é decisivo para a conservação ou não do material; a parte orgânica do osso é bastante vulnerável à ação de ácidos, o que contribui para a perda de sua parte mineral, comum quando o osso tem contato direto com urina de animais que visitam o local; o fogo provoca a destruição total ou parcial da substância orgânica, mas preserva, às vezes, a parte inorgânica, o que o torna poroso, friáveis, visto apenas no microscópio, além de se tornar pulverizado, quando se toca nele; em solos alcalinos, podem ocorrer alterações na composição química dos ossos, tornando-os frágeis e fraturáveis, da mesma forma que nos solos com níveis de acidez elevada, os ossos tornam-se quebradiços.

Fatores químicos, físicos, biológicos e mecânicos podem interferir na estrutura dos ossos, alterando possíveis resultados, que se devem levar em consideração nas análises e resultados.

Percebe-se, então, que a técnica para a escavação/exumação do esqueleto varia de acordo com as condições observáveis *in situ*; enfim, as técnicas, como bem alerta Santos (1999: 67), devem variar de acordo com as variações observadas no local e do processo fúnebre: sendo um sepultamento primário, secundário, de

incineração ou associado e de acordo com as condições dos ossos, determinarão a técnica/modelo a ser utilizado.

Dessa forma, tentamos seguir algumas das importantes técnicas propostas pelo autor quando das atividades de inumação dos restos mortais do sítio Pinturas I. Algumas delas foram prejudicadas devido ao elevado grau de antropismo da área.

3.3. Circunstância dos achados

O sítio arqueológico Pinturas I trata-se de um enorme serrote que forma um grande abrigo sob rocha com inúmeros blocos caídos de tamanhos diversos. Entre estes blocos aflora cerâmica (fragmentos), material lítico (lascas) e uma grande quantidade de ossos humanos fragmentados e friáveis, além de adornos corporais.

Um dos motivos que nos levou a realizar a escavação arqueológica naquele local deu-se, também, pela presença de figuras rupestres nas rochas suporte do abrigo. Tais características, necrópole associada a figuras rupestres, têm sido comum na região do Cariri paraibano.

Nos municípios de São João do Cariri, Prata, Monteiro, Camalaú e Serra Branca, todos no Cariri Paraibano, foram identificados locais de sepultamentos com as mesmas características observadas no sítio Pinturas I. Em todos esses municípios a literatura tem mostrado ter sido área de domínio, quando do contato, dos índios Cariris

O local da escavação que apresenta sedimentos propícios para a escavação, mede um total de 6,43 de comprimento por cerca de 2,16 mts. de largura, variando essas medidas de acordo com o local. A área escavada correspondeu acerca de 1/3 da área total do sítio em que se encontram restos de materiais arqueológicos, especialmente fragmentos de ossos humanos. A posição do abrigo está voltada para as posições Norte e Leste, pois a imensa abertura do mesmo favorece uma visão de pelo menos 180º do seu entorno.

Quando do início da escavação, foram removidas do local dezenas de blocos de pedras, provenientes do processo de descamação do próprio abrigo que estava sob o material arqueológico. Estes, visivelmente haviam sido totalmente remexidos e muitos materiais retirados de um para outro local do sítio, daí porque encontramos centenas de fragmentos de ossos acomodados (entulhados) em uma das extremidades da

quadricula 1B. Acreditamos que vândalos estiveram antes no local, provavelmente com o objetivo de retirar “botijas” e removeram o solo.

Os achados arqueológicos encontravam-se totalmente fora de contexto, o que nos impossibilitou de traçarmos a(s) possível(is) prática(s) funerária(s) dos indivíduos ali inumados, bem como o perfil cultural.

CAPÍTULO IV

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

4.1. O município e suas características

O município de São João do Tigre está localizado na microrregião do Cariri Ocidental (Cariris Velhos), que por sua vez localiza-se na mesorregião da Borborema.

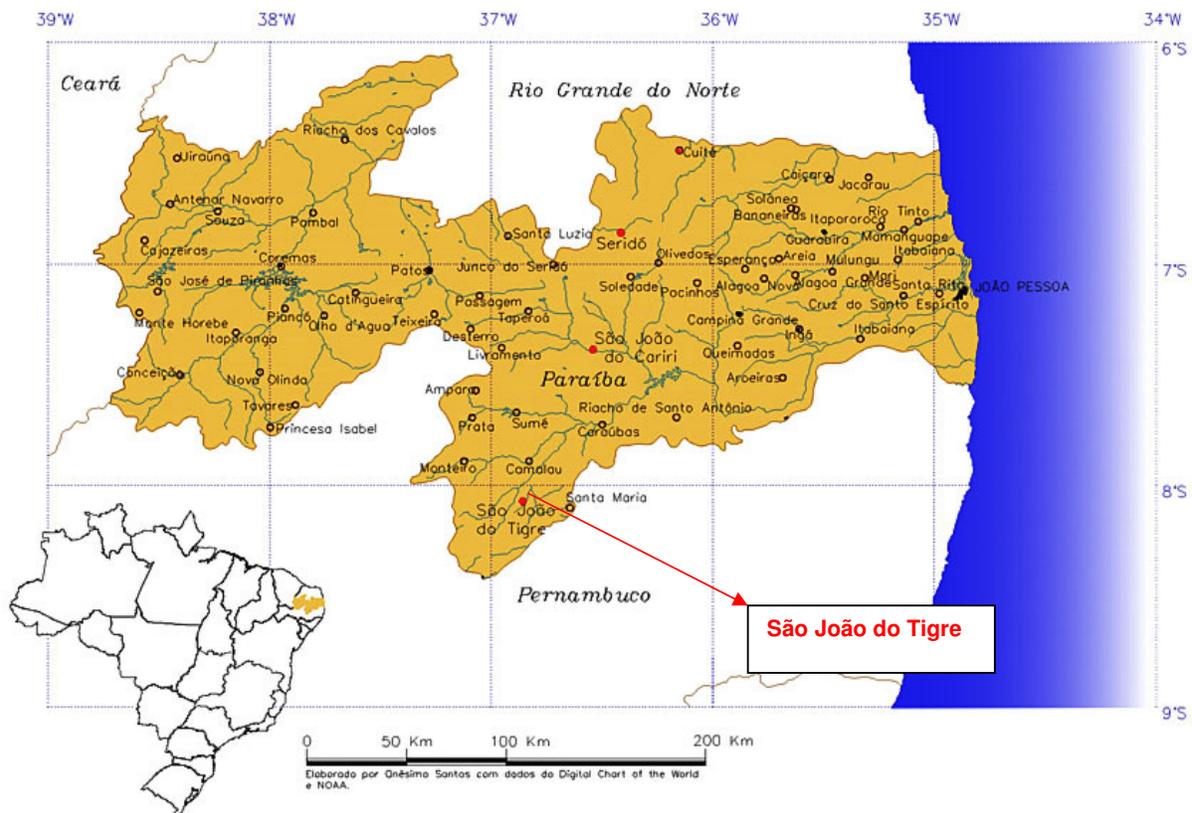


Figura 1 - O município de São João do Tigre, Paraíba, Brasil.

O estado da Paraíba, a exemplo da região Nordeste, apresenta uma série fisionômica de caráter físico ambiental com zonas bastante diversificadas. No município de São João do Tigre estas características são evidentes, especialmente por localizar-se o município, no Planalto da Borborema.

São João do Tigre localiza-se na porção mais a Sul do Estado, tendo como limites os municípios de São Sebastião do Umbuzeiro a Oeste, a Leste o estado de Pernambuco, a Norte o município de Camalaú e a Sul do estado de Pernambuco.

O município abrange uma área territorial de 812,43 Km², com uma densidade populacional de 5,51 hab/Km² e uma população total de 4.481 habitantes, de acordo com dados do IBGE (2005).

O município insere-se nas seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul: 7° 56'24" a 8° 17'43"; longitude Oeste: 42° 58'04" a 42° 34'04" já pelo sistema UTM, o município apresenta as seguintes coordenadas: 9121882m N a 9082551m N de latitude Sul e 723647m E a 767554m E de longitude Oeste (GEOPED, 2004: 2).

A região é caracterizada por apresentar cotas altimétricas bastante elevadas, sendo que as elevações não apresentam altitudes inferiores a 550m e as cotas mais elevadas podem chegar aos 1000 m, como a serra do Paulo, ponto culminante do município e o segundo mais elevado da Paraíba (SANTOS, 2008b).

De acordo com o Geoped (2004: 5), o município de São João do Tigre apresenta quatro unidades lito-estratigráficas:

1. São as áreas de sedimentos de deposição recente, as planícies aluvião-coluvional, geralmente datadas do período Cenozóico, do Quaternário; portanto são áreas recentes;
2. Relaciona-se ao Neoproterozóico, geralmente datados do Pré-Cambriano, sendo constituídos por granitos de vários tipos, granodioritos, biotita, diorito e quartzo;
3. Refere-se ao Mesoproterozóico, constituída por rochas gnaissicas, granadas, biotita, muscovita e semito;
4. Refere-se ao Paleoproterozóico, constituído por gnaisses, ortognaisse, muscovita, biotita, diorito, migmatitos e rochas calcissilicáticas, com ocorrências de intrusões de calcário cristalino.

O Nordeste do Brasil sempre foi caracterizado por uma grande diversidade de climas e está ligada ao relevo, a estrutura geológica e as correntes naturais de ventos, o que afeta sensivelmente a vegetação.

O Planalto da Borborema pode ser apontado como sendo um grande divisor de climas na Paraíba. Na sua parte ocidental, as massas de ar quentes e úmidos que provêm do Oceano Atlântico “sofrem um movimento oscensional ao atingir os contrafortes do Planalto da Borborema” (GEOPED, 2004: 8). Na vertente oriental do Planalto da Borborema, caracterizado por suas gigantescas escarpas, onde se localizam as áreas de Brejo (Areia, Bananeiras, Borborema, etc.), há um favorecimento

maior das chuvas do tipo orográficas, mais abundantes, dando uma tonalidade e características diferentes a vegetação dessas regiões. As massas de ar que percorrem a Borborema em várias direções são mais secas, o que converge para baixos índices pluviométricos, perdendo parte de sua umidade.

A temperatura da região, pelas características já expostas, é elevada, com uma média anual em torno dos 25° C, mas havendo dias que ultrapassam os 40° C. Geralmente à noite, como é comum nessas regiões, a temperatura cai aos 20° e até 17° C, tanto nos períodos chuvosos como nos períodos quentes.

A precipitação média pode variar de acordo com os anos, pois o município está totalmente inserido na região denominada de Polígono das Secas. Mesmo assim e graças à altitude da região, há anos em que chove entre 500 e 800 mm, o que ultrapassa as médias das regiões semiáridas.

Em se tratando de amplitudes térmicas, são grandes e bruscas, com variações de temperaturas entre a parte de maior insolação (o dia) e as noites (frias), causando fortes impactos (inversão térmica) perceptíveis nos afloramentos rochosos da região, graças a esse fenômeno.

De acordo com a classificação climática de Koeppen, que serve de modelo para todo o planeta, destacam-se, na Paraíba, dois grandes grupos: o primeiro caracterizado pelo clima tropical chuvoso, tendo o litoral e as áreas de brejo seu ponto de atuação; o segundo tipo é o de clima seco, com características de áreas desertas ou semidesertas que abrangem quase todo o interior do estado da Paraíba, especialmente a região por nós estudada, dos Cariris Velhos.

A classe climática predominante no município de São João do Tigre é o BSh, com características de clima seco, tipo estepe, com uma estação seca no outono e temperatura média mensal do período que pode chegar aos 18°C e com uma estação seca no inverno. No Cariri temos, portanto, um inverno seco, sem chuvas e um verão chuvoso. Mas há a ocorrência dos anos considerados atípicos em que, devido os fenômenos naturais há a escassez de pluviosidade, o que ocasiona a chamada seca verde, quando os índices pluviométricos são inferiores aos das médias anuais, bem como existem anos, também atípicos, em que os índices pluviométricos ultrapassam a média anual.

Na região de município do São João do Tigre, as características florísticas não se apresentam diferentes do restante do semiárido da Paraíba. De forma que as

plantas são caducas, mas com espécies que não apresentam essa característica, e espinhentas, totalmente adaptadas ao rigor climático que caracteriza o semiárido.

As plantas são de formações diversas: Xerófilas lenhosas, espinhosas e suculentas; o tapete herbáceo estacional pode, ainda, ser percebido, especialmente nas áreas que não sofreram fortes impactos ambientais. As folhas das plantas são pequenas, finas e compridas, mas existindo plantas que fogem a esta regra. A presença de plantas com reservas subterrâneas foi verificada em toda a região, a exemplo do umbuzeiro, planta nativa do semiárido.

Encontramos inúmeras espécies de caatinga arbórea na região: marmeleiro, catingueira, pereiro, mororó, faveleiro, quebra-faca, angico, jurema preta, cipaúba, caraibeira, aroeira, baraúna, dentre outras (CAMACHO, et alli. 2005).

Com relação à caatinga arbustiva-arbórea fechada, as áreas são pequenas e dispersas, geralmente no cume das serras mais elevadas, apresentando dois substratos horizontais distintos: um com plantas entre 3 e 4 metros, geralmente constituído de mata secundária e um outro substrato arbóreo com plantas que chegam a 6 e até 8 metros. Estas últimas são vistas em menor quantidade, tendo em vista o elevado grau de degradação da região. Geralmente estas plantas são cortadas e servem para diversos fins: construções, cercas e principalmente lenha. Identificou-se no município três aspectos ou níveis de comportamento da caatinga na região: a arbórea aberta fechada, sendo este último nível mais raro graças a ação antrópica acentuada na região. Ao contrário do que mostra o relatório elaborado pela Geoped (2004), que afirma que as características onduladas e montanhosas da região contribuem para a preservação dos níveis de vegetação arbustiva arbórea aberta e arbórea fechada, são estas áreas de elevadas cotas altimétricas que vêm sofrendo forte ação antrópica, para a retirada da vegetação para diversos fins bem como transformar essas áreas em roças de feijão, milho, mandioca e outras culturas de subsistência, conforme se verifica na Figura 2:



Figura 2 - Áreas totalmente desprovidas de cobertura vegetal arbórea, causada pela ação antrópica.

A vegetação de caatinga no município de São João do Tigre está assim distribuída, de acordo com o zoneamento elaborado no início da década de 2000 pela empresa Geoped. Em visita recente ao município, verificamos a urgência em se rever os dados expostos abaixo: vegetação arbustiva arbórea aberta, com cobertura em cerca de 17% do território municipal; a vegetação arbustiva arbórea fechado em 43% do município; vegetação arbórea fechada em cerca de 5% do município; área de preservação permanente em cerca de 8% de área do município; e 27% do território seria área de antropismo (GEOPED, 2004: 12).

Os solos existentes no semiárido do Nordeste, pela sua gênese, não favorecem a evolução pedogenética, acarretando a existência de solos rasos, pouco profundos e pouco evoluídos. Dependendo da região, eles se apresentam mais ou menos férteis.

Em São João do Tigre, os solos apresentam-se em três ambientes edafológicos, a saber: 1º são os solos que apresentam superfície pouco evoluída: são os solos aluissolos eutróficos; 2º são as superfícies semievoluídas, caracterizada pelos solos do tipo Bruno não cálcico; 3º são as superfícies não evoluídas, caracterizadas pelos litossolos, associados aos afloramentos rochosos de diversos tipos.

De acordo com dados do Geoped (2004: 12), os solos do município estudado apresentam-se assim distribuídos:

- solos litólicos: 46,70% da área territorial do município;
- solonez solodizado: 0,20% da área territorial do município;
- solos aluviais: 3,10% da área territorial do município;
- regossolos: 10,70% da área territorial do município;
- Bruno não cálcico: 39,40% da área territorial do município.

Arqueologicamente falando, o conhecimento dos solos, da vegetação, dos recursos minerais, etc., de uma dada região, serve de fortes indicadores dos prováveis meios de subsistência dos grupos humanos que ali viveram.

De forma geral, observou-se que o índice hídrico da região em estudo apresenta valores em torno de -30% classificando a região como semiárida. No município, segundo o estudo de zoneamento elaborado pela Geoped (2004), observou-se que o índice de umidade é sempre inferior a 10%, em outras palavras, o rendimento em termos hídricos da região é fraco e o índice de aridez é muito elevado, reafirmando ter o município características de semiaridez.

O município de São João do Tigre assenta-se na bacia do rio Paraíba.

Os rios da região apresentam-se de dois tipos: intermitentes e efêmeros, características de toda região semiárida. O município possui uma boa rede de drenagem, apresentando ótima capacidade de armazenamento superficial, graças ao relevo acidentado e montanhoso da região, formando vales em V com estreitos boqueirões. Das várias sub-bacias existentes no município, a do Riacho Santa Maria é a mais importante. É provável que a região, em épocas passadas, apresentasse situação hidrológica mais favorável que a atual, favorecendo a instalação de grupos humanos no território.

A água e o ar são dois componentes básicos do solo que preenchem os espaços porosos existentes. A água em regiões de semiaridez é de extrema importância, porque o seu mau uso pode causar danos irreparáveis para os solos e para todo o ecossistema, incluindo, neste contexto, o homem. A capacidade de maior ou menor percolação da água no solo e seu armazenamento no lençol freático pode variar de um para outro lugar e tipos de solos diferentes.

A fauna da região do entorno do sítio pode ser vista como uma pequena representação do existente na APA das Onças. O tipo e porte dos animais variam de acordo com o horário do dia e épocas do ano. Durante as horas de insolação o comum são pássaros, a exemplo de rolas, papa-capim, golado, dentre outros e insetos em grande quantidade. Comum também são os sons causados pela grande concentração de macacos que habitam os vales da região. A noite, ouve-se especialmente as onças preta e vermelha ou suçuarana, além de outros animais de hábitos noturnos, como as corujas, insetos e veado catingueiro, além de serpentes que procuram sair de seus abrigos neste horário para evitar as horas de alta insolação.

4.2. Histórico do município de São João do Tigre

A denominação Tigre tem origem do nome dado às onças pintadas (*Pathera onça*), dada por Linnaeus em 1758.

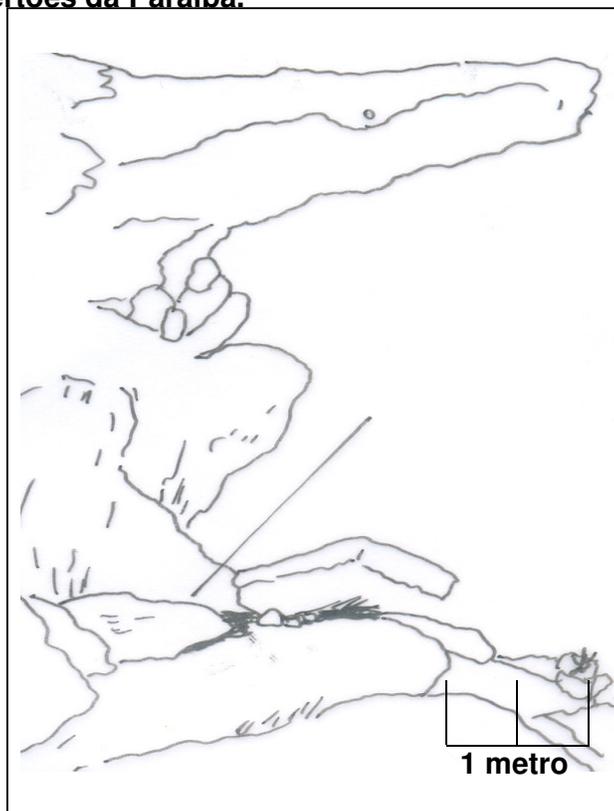
As onças pintadas existentes, na região, eram chamadas de tigre, para diferenciá-las das onças pardas ou suçuarana (*Felis concolor* Linnaeus), ambas vistas na região.

Inicialmente, na área que hoje corresponde ao município, existiam três fazendas: Tigre de Baixo, Tigre de Cima e Tigre Novo, pertencentes a Candido José Bezerra, um grande sesmeiro na região. O povoado de São João do Tigre nasceu onde inicialmente existia a Fazenda Tigre de Baixo.

O município de São João do Tigre teve três outros nomes: inicialmente, em homenagem a família que fundou o povoado, este chamou-se de Tigre dos Medeiros, que mais tarde, chamou-se Jacarará e por último São João do Tigre.

4.3. O sítio (descrição)

4.3.1. O cemitério sítio Pinturas I – escavação arqueológica de uma necrópole indígena nos Sertões da Paraíba.



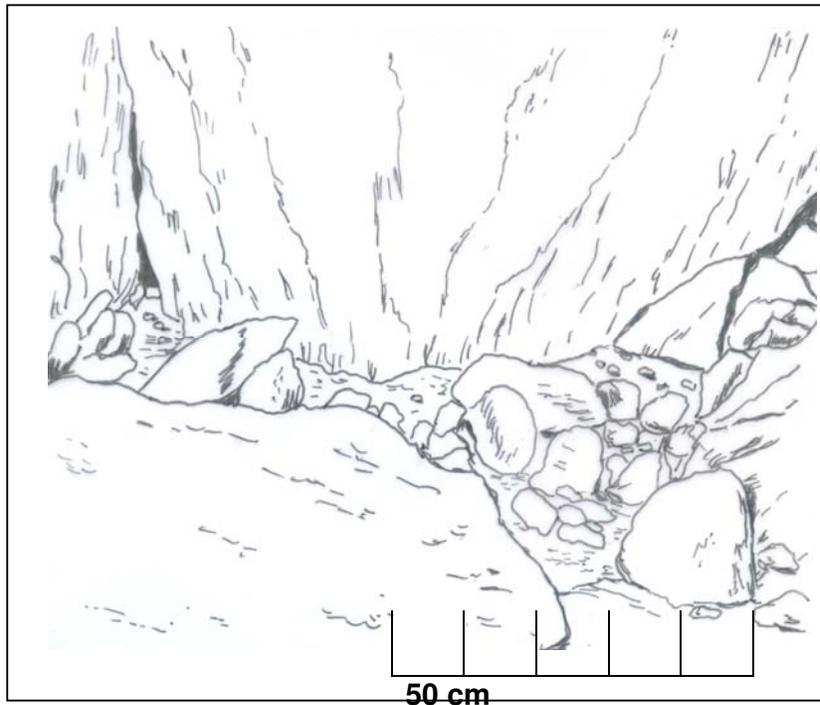


Figura 3 - Sítio arqueológico Pinturas I, São João do Tigre – PB (vista panorâmica).

Trata-se de um serrote cujo dorso é formado por inúmeros blocos de granito, organizados de modo a dispor um abrigo rochoso com cerca de 5 mts de profundidade (da parede suporte até a linha de chuva), contendo em suas paredes internas cinco painéis com pinturas rupestres em vermelho em pelo menos duas tonalidades. O referido Serrote foi denominado pela população local de Serrote dos Caboclos das Pinturas, ou simplesmente Pinturas; encontramos além de inscrições rupestres, outros diversos testemunhos da passagem dos homens pré-históricos e históricos na região, principalmente ossos e dentes humanos. O local em si é uma necrópole primitiva onde acreditamos tratar-se de enterramentos de índios Cariris ou seus ancestrais que habitavam a região na época do contato e ali permaneceram até serem extintos ou mesclados na população que ocupou a região desde o final do século XVI.

4.3.2. Decapagens

Utilizamos a técnica de decapagem artificial (10 cm) para as quatro (04) quadrículas que foram escavadas no sítio Pinturas I, haja vista o elevado grau de depredação em que se encontrava o sedimento juntamente com o material arqueológico, tornando-se impossível trabalharmos na coleta do material através de decapagens naturais. As informações seguintes sintetizam os pormenores das

decapagens realizadas nas quatro quadrículas abertas no sítio Pinturas I (1A e 1B, 2A e 2B).

Na quadrícula 1A foram realizadas 04 (quatro) decapagens, alcançando-se o solo estéril a 40 cm de profundidade (Anexo A).

Resumimos a seguir os principais achados arqueológicos da quadrícula 1A:

- * Presença de material arqueológico, ossos e dentes humanos em elevado estado de deterioração;
- * Sedimento argilo-arenoso em todas as decapagens;
- * Presença de fragmentos de cerâmica;
- * Ausência de adornos corporais;
- * Presença de material lítico lascado com evidências de ser exógeno.

A seguir apontamos as principais características observadas nas decapagens da quadrícula 1B:

- * Presença de ossos e dentes humanos em estado friável e quebradiço;
- * Presença de contas de colar de pedra e ossos;
- * Presença de cerâmica e material lítico lascado;
- * O sedimento da quadrícula apresentou-se durante toda a escavação do tipo argilo-arenoso.

As plantas baixas das decapagens da quadrícula 1B encontram-se no Anexo B.

A seguir apontamos as principais características observadas nas decapagens da quadrícula 2A:

- * Presença de ossos e dentes humanos friáveis e quebradiços;
- * Presença de contas de colar de osso;
- * Presença de material cerâmico;
- * Presença de material lítico lascado;
- * O sedimento das decapagens dessa quadrícula foi do tipo argilo-arenoso.

As plantas baixas das decapagens da quadrícula 2A encontram-se em Anexo C.

A seguir apontamos as principais características observadas nas decapagens da quadrícula 2B:

- * Presença de dentes e ossos humanos friáveis e quebradiços;
- * Presença de cerâmica e material lítico lascado;

* Presença de um pingente de dente de porco-do-mato, perfurado em uma de suas extremidades;

* O sedimento de todas as decapagens da quadrícula foi do tipo argilo-arenoso. As plantas baixas das decapagens encontram-se em anexo D.

4.3.3. Observações gerais

A quadrícula 1A foi finalizada na decapagem de número quatro (30 – 40 cm);

A quadrícula 1B foi finalizada na decapagem de número sete (60 – 70 cm);

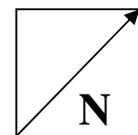
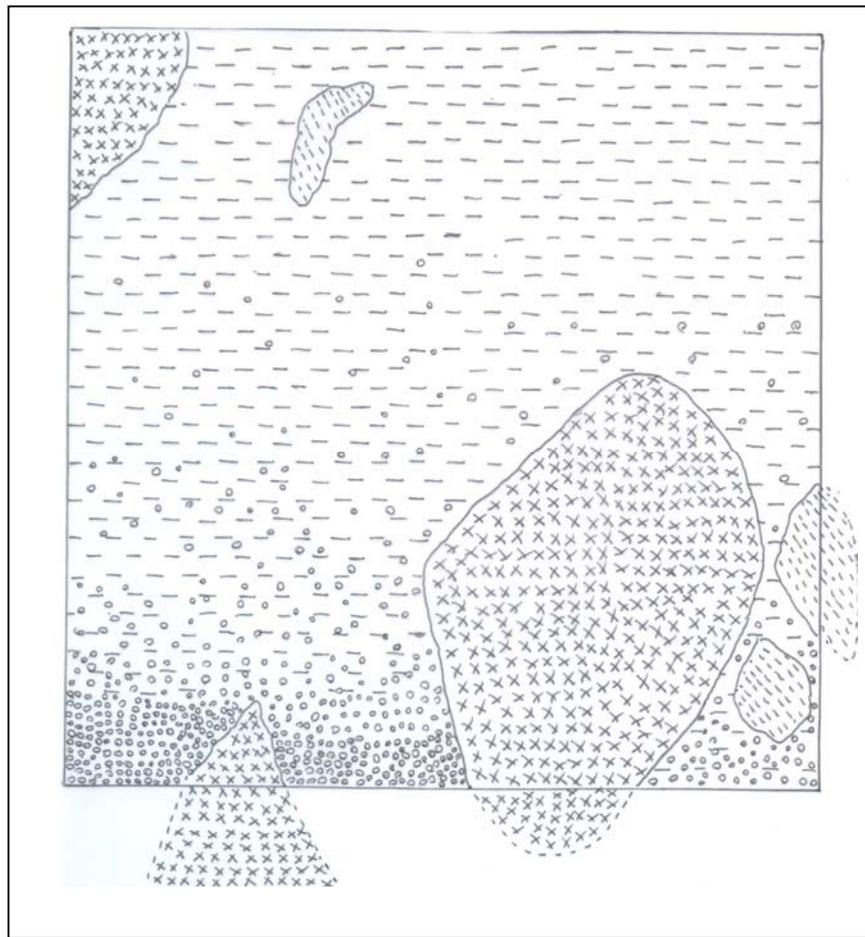
A quadrícula 2A foi finalizada na decapagem de número três (20 – 30 cm);

A quadrícula 2B foi finalizada na decapagem de número oito (70 – 80 cm), sendo, portanto, a mais profunda das quatro quadrículas abertas no sítio.

Observamos que nos extremos das quadrículas, especialmente as de números 1B, 2A e 2B, existira uma grande quantidade de materiais arqueológicos, quebradiços e fora de contexto. Acreditamos que esse imenso amontoado de material arqueológico deve-se ao intenso remeximento do sítio por vândalos que visitam o lugar em busca de tesouros (botijas, especialmente). Acreditamos, ainda, que o jazigo continha vários esqueletos e foram exumados aleatoriamente, sendo que o material arqueológico foi sendo acomodado nos extremos das quadrículas 1B e 2B.

Todo o material retirado das quadrículas foi peneirado, para que nada se perdesse, sendo, inclusive, recuperada, na peneira, quantidade significativa de materiais arqueológicos, que foram devidamente etiquetados e ensacados para posteriores análises.

A Figura 4 representa a área escavada do sítio Pinturas I, num total de quatro quadrículas, 2X2 mts.

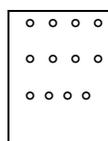


Escala: 1 - 100

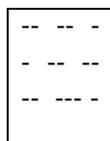
LEGENDA



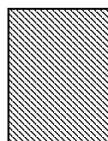
Bloco Granítico Fixo



Fezes de Caprino



**Sedimento/Material
arqueológico**



Bloco Granítico Solto

Figura 4 - Croqui da área escavada do sítio Pinturas I (Fase inicial).

Na quadrícula 1B recuamos o piquete em exatos 30 cm, devido à existência de um bloco de pedra tipo espigão, aflorante em uma de suas extremidades.

Na quadrícula 2B, recuamos cerca de 15 cm, pelo mesmo motivo da quadrícula 1B.

A Figura 5 traz a planta baixa do sítio Pinturas I, o formato do abrigo e área escavada dentro do mesmo, com as respectivas quadrículas devidamente enumeradas.

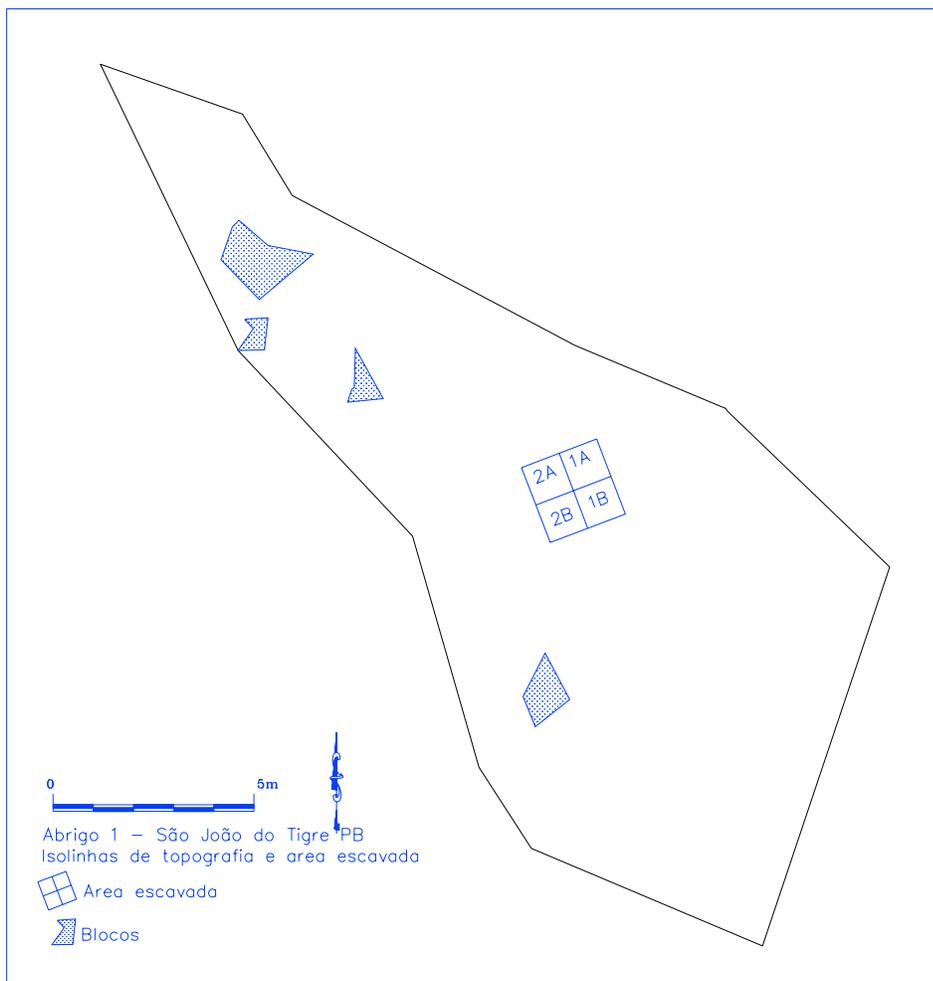


Figura 5 - Planta baixa do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

4.3.4. O cemitério

Comprovadamente o sítio Pinturas I é um sítio arqueológico, tanto de arte rupestre quanto um cemitério indígena, haja vista a grande quantidade de ossos humanos que aflorou quando da escavação arqueológica desenvolvida no local entre os dias 14 e 18 de abril de 2008, bem como, os vários painéis rupestres nos blocos suportes do abrigo.

4.3.5. Localização

O sítio Pinturas I está localizado a Leste da cidade sede do município de São João do Tigre, no extremo Sul do estado da Paraíba, fronteira com o estado de Pernambuco, em uma região de grande densidade de ocorrências arqueológicas.

O sítio Pinturas I localiza-se na Área Proteção Ambiental - APA das Onças -, sendo a maior área de proteção ambiental (cerca de 36 mil ha) e a menos estudada e conhecida (SANTOS, 2008b: 2), acerca de 240 km de Campina Grande. O sítio Pinturas I dista cerca de 12 km da cidade de São João do Tigre e o acesso se dá por estrada carroçável.

O sítio encontra-se nas seguintes coordenadas: Altitude: 659 mts. em relação ao nível do mar; latitude Sul: 08º 0,8'14.6"; longitude Oeste: 36º 48'55.3"

4.3.6. O estado de conservação do sítio

De forma geral, quanto ao sítio em si e seu entorno, sofreram depredações, muitas delas irreversíveis por parte do homem.

A ambiência é um fator determinante para se entender o *modus vivendi* de um grupo e, portanto, não pode ser desprezado.

Alerta Vanderley de Brito (2008: 2) que nossa

sociedade moderna perdeu as relações com o meio ambiente, é escrava de tecnologia e quase um alienígena em seu próprio planeta. O que causa um afastamento vertiginoso entre nossa sociedade e o entendimento da natureza do homem primitivo.

É preciso olhar o sítio com olhares do passado, abandonando a paisagística atual, pois a mesma sofreu transformações relevantes, desfigurando o local e acelerando o processo de degradação. Para tanto, faz-se necessário que certas perguntas sejam feitas ao material arqueológico e devidas análises. No caso específico do sítio Pinturas I, não tivemos as reais condições, nesse momento, da realização de análise que aferrissem dados de um passado mais distante da região estudada, como o Paleoambiente.

As atividades de escavação do sítio Pinturas I foram prejudicadas pelo elevado grau de depredação do ambiente onde jaziam os restos esqueléticos de alguns indivíduos.

Os ossos humanos, dentes humanos, contas de colar, fragmentos de cerâmica e material lítico aflorando ao solo em montículos nas extremidades das quadriculas são provas incontestes dos atos de vandalismo que se processaram no local, a tal ponto de inviabilizar uma futura datação radiocarbônica dos achados, nem tampouco obter informações mais precisas que favorecessem entender os rituais fúnebres dos índios que ali foram sepultados, provavelmente os índios Cariris.

Um das atividades mais interessantes desenvolvidas antes e durante a escavação do sítio Pinturas I, foram às palestras para a comunidade, especialmente com o recebimento de centenas de alunos da região que visitaram a escavação, desmistificando o mito da botija e mostrando-lhes o papel do arqueólogo num sítio arqueológico.

4.3.7. Arte rupestre pré-histórica identificada no sítio Pinturas I, São João do Tigre – Pb

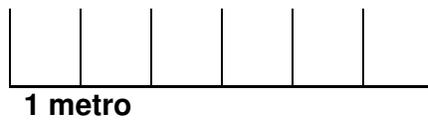
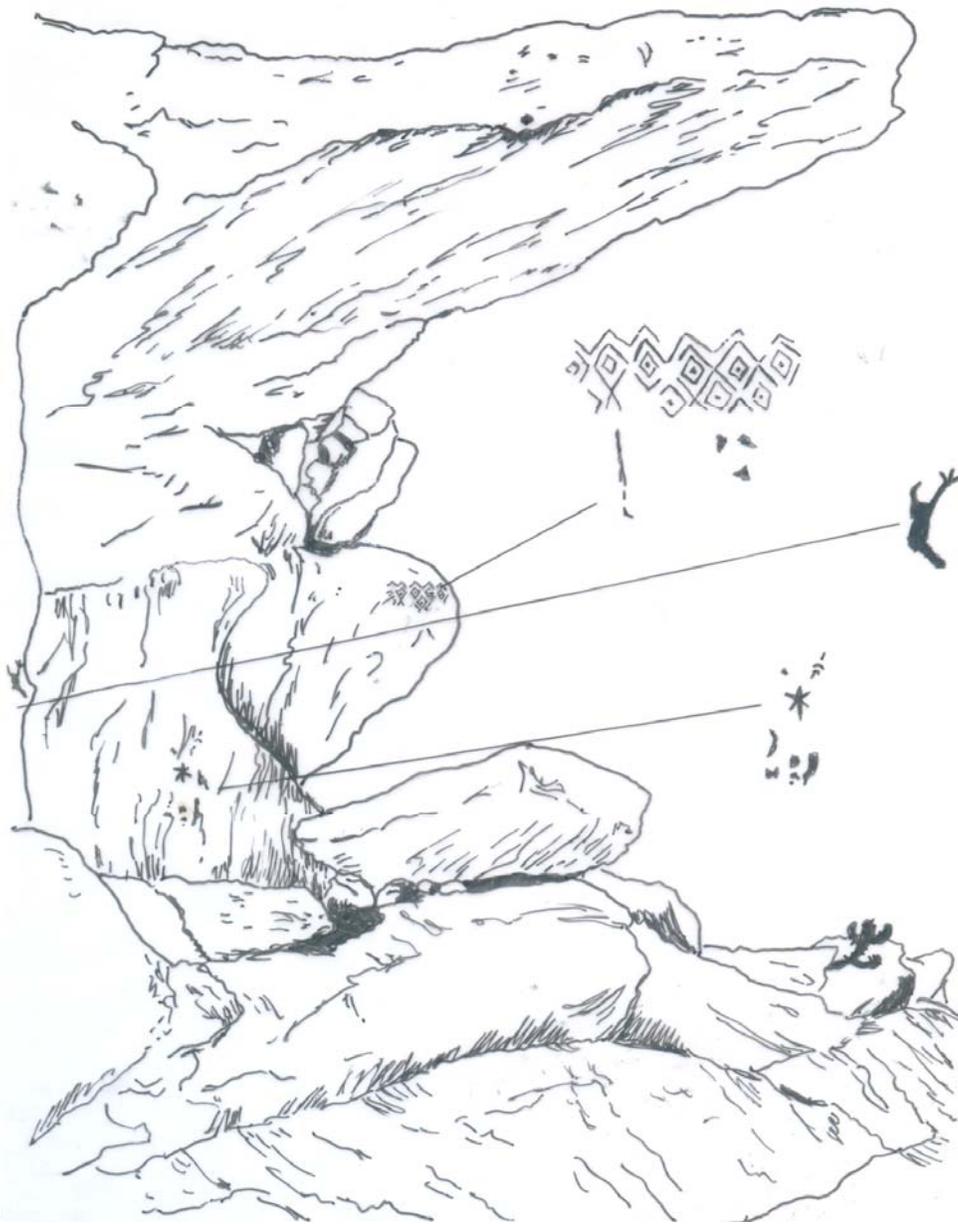


Figura 6 - Vista panorâmica do sítio Pinturas I (Painéis rupestres visíveis a partir da subida para o abrigo).

Pelos dados coletados através das pesquisas de campo e laboratoriais, é possível que os grupos humanos que fizeram uso do abrigo rochoso do sítio Pinturas I, em São João do Tigre, Paraíba, que inumaram ali seus indivíduos não foram os

executores das figuras rupestres existentes no abrigo. Não foi encontrado, na escavação do referido sítio, nenhum material que possamos ligar os indivíduos ali inumados aos executores das figuras rupestres.

As Pinturas e gravuras rupestres apresentam-se sempre em rochas suportes de diversos tipos. Na Paraíba já foram encontradas gravuras e pinturas nos três tipos de rochas existentes: ígneas, metamórficas e sedimentares.

As formas pelas quais os painéis rupestres com as figuras se apresentam são das mais diversificadas, de grafismos puros até o conjunto de figuras incapazes de serem identificadas.

Aguiar (2002: 7) afirma que existem “diversas técnicas combinadas e desenvolvidas pelos autores dos sinais rupestres”, que deram origem a uma gama gigantesca, em todo o planeta, de classificações. Portanto, para se identificar um sítio de arte rupestre, em especial o enquadramento em determinada(s) tradição(ões), é preciso observar as especificidades dos painéis, figuras e do grupo que as pintou/gravou.

As pinturas rupestres são denominadas de pictóglifos diversos. De acordo com a cor que se queria obter no desenho, variava-se a quantidade e o tipo do mineral e/ou vegetais. A cor mais comum encontrada nas figuras rupestres é o vermelho, geralmente obtido do óxido e hidróxido de ferro, encontrado em várias formas na Paraíba. Encontram-se, ainda, figuras em tonalidades pretas, que poderiam ser obtidas a tinta através de vegetais ou do manganês; já o branco, poderia ser obtido de alguns minerais que apresentam essa cor: calcário, por exemplo.

4.3.7.1. Os estilos rupestres

Acredita-se que, o homem pré-histórico e histórico, manifestou seus pensamentos através das figuras rupestres impressas nas rochas suportes.

Anne-Marie Pessis (2003) sugere a existência de tradições rupestres para o Nordeste do Brasil, sendo que algumas dessas tradições como a Nordeste, teriam seu ponto de dissiminação no Piauí e a Agreste a partir de Pernambuco e Paraíba.

Os elementos observáveis nos sítios rupestres do Nordeste do Brasil e especialmente nos sítios da Paraíba são os mais diversificados possíveis: fitomorfos,

zoomorfos, antropomorfos e figuras geométricas são as mais comuns expressões pictoriais.

Os motivos rupestres variam de grafismo para grafismo, bem como as rochas suportes e a área em que se encontram daí, ser tem classificados atualmente em tradições, sub-tradições e estilos.

4.3.7.3. Análise de vestígios rupestres

Anne-Marie Pèssis (2003: 75) afirma que “ as pinturas rupestres são uma porta de entrada para o conhecimento da vida na pré-história, mas devem ser observadas com um olhar que permita ir ale, sem interpretações infundads”.

Francisco Eugênio Paccelli Gurgel de Rocha (1998: 86) ao analisar os vestígios rupestres existentes no sítio Serra Branca, em Vieirópolis, Sertão da Paraíba, é contundente quanto à importância dos estudos dos grafismos rupestres, estes “representam a concretização do universo psico-cultural dos seus autores”.

Na confecção dos grafismos rupestres, forças externas e internas, complementam-se no processo final, internamente, o autor dos grafismos expõe sua psicologia e a cultura que lhe é intrínseca, bem como ao grupo ao qual pertence; externamente, o autor leva em considerações fatores como o ambiente ou suas práticas cotidianas. O resultado final, o painel em si, não pode ser visto como mera atividade abstrata, pois os grafismos estão cheios de significados simbólicos, representando, quem sabe, a vida do grupo, mesmo que seja praticamente impossível “buscar o universo subjetivo completo que reside no interior de um conjunto gráfico” (AGUIAR, 1998: 88).

Deve-se lê, ou tentar lê um painel cheio de representações gráficas? A resposta óbvia seria não, pois se corre o risco de cair no campo da mera conjectura; por outro lado, não se deve, só e somente só, apenas mencionar as figuras de um painel; talvez tentar buscar figuras comuns numa área arqueológica bem como as figuras que não se repetem, enquadrando-as em tradições, subtradições e estilos seja um caminho menos espinhoso para se trabalhar os sítios rupestres.

Anne-Marie Pèssis é contundente ao colocar que um “corpo como forma de comunicação social é parte indissociável do todo arqueológico” (AGUIAR, 1998: 88).

Assim, estudar por estudar um painel, sem o ligar aos demais existentes às vezes num mesmo sítio, bem como outros ao seu entorno e outros vestígios arqueológicos é simplesmente “chover no molhado”.

As imagens realizadas sobre suportes corporais ou materiais que precederão à escrita são determinantes de um dado grupo étnico.

Um grupo humano tem a capacidade de gravar e/ou pintar sobre suportes rochosos diversos, fornecendo informações, até certo ponto, preciso, fornecendo o seu cotidiano e o ambiente que o cerca.

Anne-Marie Pessis (2005: -2) assevera que os registros rupestres (gravuras e pinturas) são registros de realizações “de diferentes grupos humanos”, durante alguns milhares de anos, misturando às vezes, num mesmo espaço, em épocas diferentes, registrando, nos suportes rochosos cenas que marcaram essas culturas distintas.

Cristiane Bucu vê a expressão gráfica pictural como uma manifestação social, “portadora de uma mensagem cujo significado só pode ser compreendido no contexto social no qual foi formulado”. Interpretar os símbolos rupestres seria no mínimo irresponsável, pois o suposto código que poderia ser utilizado para decifrá-los simplesmente desapareceu juntamente com os grupos que pintaram e gravaram os símbolos.

Entretanto, o conjunto de figuras é um indicativo de um grupo sócio/cultural, pois cada grupo apresenta um sistema gráfico diferente com características próprias, capazes de mostrar o perfil cultural de cada grupo.

Só existe uma maneira de identificar e reconhecer as figuras rupestres é quando estas apresentam composição temática, mostrando temas específicos, cenas capazes de serem reconhecidas, identificando o mundo sensível dos grupos, sendo um caracterizador de cada grupo étnico, percebendo-se seus costumes e as temáticas que os grupos executores das pinturas valorizavam. A partir dessa concepção, pode-se enquadrar a arte rupestre em tradições.

No geral, o que define uma tradição rupestre são os tipos de grafismo representados nos painéis rupestres. É possível distinguir uma tradição, pois ela é caracterizada “pelos tipos de grafismos representados e pela proporção relativa que estes tipos guardam entre si”, como também dentro de uma tradição de arte rupestre

pode se verificar as sub-tradições, caracterizada por “critérios ligados a diferenças na representação gráfica de um mesmo termo é a distinção geográfica. Quando numa dada área aparece grafismos identificados apenas naquela região, sobressai-se um estilo caracterizado “pelas características das temáticas representadas” (BUCO, 2005: 4).

4.3.7.4. As tradições de arte rupestre verificadas em São João do Tigre – PB

Já na região de São João do Tigre, foram identificados vários sítios da Tradição Nordeste, os grafismos puros são abundantes, o que nos leva a conjecturar a possibilidade da existência de uma subtradição e/ou um estilo diferente para os grafismos da Tradição Nordeste dos Cariris Velhos da Paraíba.

Para Pessis (2003: 83) a Tradição Nordeste de arte rupestre é caracterizada por figuras capazes de serem reconhecidas, apresentando caráter antropomorfos e zoomorfos, bem como representações de plantas e outros objetos identificáveis. Essas figuras permitem “ a reconstituição de aspectos da vida das comunidades humans em épocas pré-históricas”.

Na área ainda foram identificadas figuras das Tradições Agreste e Itacoatiara. A Agreste é caracterizada pela presença de figuras (grafismos) de grandes tamanhos, geralmente isolados, sem formar cenas, e quando estas existem, são formados por poucos indivíduos e/ou animais.

A Tradição Itacoatiara é caracterizada pela presença de gravuras, que geralmente aparecem em blocos de rochas nas proximidades de cursos ou reservatórios naturais de água.

Para as pinturas nas quais geralmente não são reconhecidas pelo pesquisador, Pessis (2003: 88) sugere que elas sejam integradas numa classe única de grafismos, a qual ela designou, de forma preliminar, de Tradição Geométrica

No sítio arqueológico Pinturas I, identificamos pinturas rupestres (Figura 7) em duas tonalidades: vermelha e laranja, com dezenas de figuras rupestres subdivididas em cinco painéis.



Figura 7 – Figuras rupestres do sítio Pinturas I.

As figuras vêm sofrendo ação natural e antrópica. No geral, as figuras rupestres estão cobertas por pátina branca ou perderam a cor e as formas iniciais, graças à ação do tempo.

Apenas em um dos painéis ainda são visíveis uma série de losangos com um pequeno ponto no centro (Figura 7).

Os painéis rupestres do sítio Pinturas I estão assim dispostos: o primeiro painel encontra-se na base da subida para o abrigo, tratando-se de alguns poucos grafismos praticamente não mais visíveis; os demais painéis encontram-se na área onde fora realizada a escavação, sendo: um no bloco lateral que apresenta figuras recobertas com pátina, em tonalidade vermelha pouco visível (Figura 8); os demais painéis encontram-se na parte superior, logo acima da área escavada, que dividimos em três painéis. Nestes, parte das figuras desapareceram graças à pátina, o desprendimento das placas e as ações antrópicas, o que inviabilizou contagem e possíveis identificações das figuras, limitando nossa observação e análise.



Figura 8 – Vista parcial dos painéis rupestres do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

Enquadramos à arte rupestre do sítio Pinturas I na Tradição Agreste e na Tradição Geométrica, pois alguns grafismos são perceptíveis e outros irreconhecíveis, mas com aspectos geométricos.

Pela complexibilidade de análise das figuras rupestres, bem como a difícil tarefa de identificar motivos em subclassificações como: culturais, fitomorfas, zoomorfas, antropomorfas e astronômicas, não foi identificado nos painéis rupestres do sítio Pinturas I sobreposição de pinturas.

Como causa natural principal de degradação dos painéis rupestres, verificamos: presença de pátina, esfoliamento (descamação) da rocha suporte e casas de insetos; como ação antrópica, foi verificada arranhuras sobre as figuras e retirada de fragmentos da rocha suporte que contém desenhos rupestres.

4.3.8. O entorno

A escolha por abrigos rochosos para sepultarem seus mortos, os locais elevados, próximos a fontes essenciais de matérias-primas, como rios, por exemplo, matas e serras próximas, influenciaram a vida desses grupos humanos, pois temos detectado não apenas nos sítios por nós pesquisados, mas em outros, que o ambiente era favorável ao desenvolvimento das atividades culturais cotidianas do homem (Figura 9): as “influências ambientais no curso da experiência humana, sobretudo nas

Américas...” (WILCOX, 2002: 169) e em especial na área das caatingas, exerceu forte influência sobre os grupos humanos pré-históricos e históricos.



Figura 9 - Vista do entorno do sitio Pinturas I, a partir do local da escavação.

O entorno do serrote onde se encontra o grande abrigo está envolvido por uma linha de serrotes de menor dimensão e altitude, margeando o lado esquerdo do riacho Mulungu. Do lado direito do Mulungu, existem também pequenos serrotes e por trás destes, a imponente serra da Cascavel. O serrote onde se encontra a necrópole se destaca na paisagística da região, pela sua imponência (Figuras 9 e 10).



Figura 10 - Serrote das Pinturas visto a partir do entorno do sitio.

A vegetação do entorno é constituída por mata de caatinga com predominância de dois substratos arbustivos: um arbóreo e o outro herbáceo (vegetação rasteira e

vegetação que não ultrapassa os 5 metros de altura). A predominância faunística, como de comum em toda a imensa região semiárida, e de cactáceas, bromeliáceas e plantas caducifoleas diversas.

As rochas da região e do próprio abrigo são constituídas basicamente por granitos, mas nas proximidades do riacho Mulungu existe uma quantidade significativa de seixos (quartzo), bem como barreiras de argila que possivelmente foram exploradas pelos antigos índios da região.

Identificamos que vários pequenos córregos cortam a região e basicamente todos deságuam no riacho Mulungú, este distante, em linha reta, à direita da abertura do abrigo, cerca de 280 metros.

A área do entorno do sítio numa circunferência de 360° e a uma distância de cerca de 500 mts, tendo como limitantes características naturais, encontra-se bem preservada, mas, como verificamos, trata-se de uma vegetação secundária, pois a mata primária que ali existia, há muito foi derrubada para o abastecimento de lenha para as residências, caeiras e principalmente na construção de cercas.

Economicamente falando, a área é utilizada para a criação extensiva de gado, destacando-se o bovino e o caprino.

As culturas de subsistência limitaram-se as poucas plantações próximas ao rio e próxima a uma única casa existente a cerca de 800 metros do sítio: planta-se a palma forrageira, capim, milho, feijão e fava, servindo para o abastecimento familiar e do gado.

A estrada mais próxima do sítio Pinturas I encontra-se a cerca de 250 metros a esquerda do serrote. Esta estrada carroçável torna-se praticamente intransponível no período das chuvas.

Acerca de 300 metros a jusante do sítio Pinturas I, encontramos uma outra necrópole indígena, num pequeno afloramento rochoso que fica no pé de um pequeno serrote. Denominamos de sítio das Pinturas III (Figura 11) e o mesmo já sofreu ação de vândalos. Nele também existem pinturas rupestres. Identificamos, também, acerca de 1 km a montante do sítio Pinturas I, um sítio rupestre, que denominamos de Pinturas II, este, encontra-se num pequeno serrote em meio a blocos soltos de granito.

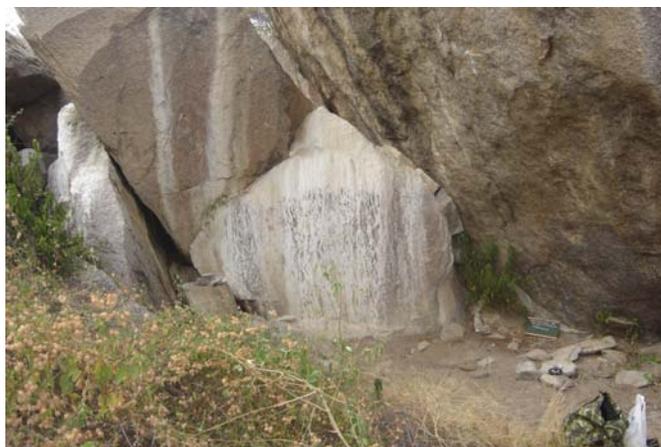


Figura 11 – Sítio Pinturas III, São João do Tigre – PB.

No entorno do sítio Pinturas I, foram observadas várias espécies vegetais e animais, sintetizadas nos Quadros 9 e 10 em Anexo E e F. Este tipo de atividade nos possibilita aferir os recursos que os grupos humanos que viviam na região faziam uso para suas atividades cotidianas e alimentares. As informações contidas nos quadros nos foram repassadas pelo Sr. Paulo, guia e profundo conhecedor da região.

Apesar da área já ter sofrido fortes ações antrópicas, a região em torno do sítio Pinturas I guarda uma grande quantidade de vegetais nativos (Quadro 13 – Anexo E).

Com relação aos animais identificados pelo nosso guia, o Sr. Paulo, citamos os principais, por ordem de família, separados por grupos zoológicos (Quadro 14, Anexo F). A metodologia foi à mesma utilizada para identificação dos vegetais: círculo de 360° num raio de 500 mts do sítio, pois aparecem como limitantes da área uma cadeia de serras e o rio Mulungu, além de uma estrada de rodagem.

Muitas das espécies citadas no Quadro 14 em anexo F, já foram extintas em praticamente todo o território da Paraíba, outras tantas encontram-se em vias de extinção na própria APA das Onças.

Há indicação de que existem espécies endêmicas na região e, talvez, algumas delas ainda não conhecidas da ciência.

4.4. Material arqueológico evidenciado no sítio Pinturas I – São João do Tigre – PB.

O material arqueológico oriundo da escavação do sítio Pinturas I é constituído de: ossos humanos, dentes humanos, material lítico, fragmentos de cerâmica, contas de ossos e pedra, além de alguns poucos ossos de animais e carapaças de tatu.

A descrição sumária do material arqueológico evidenciado no sítio Pinturas I, será acompanhada de rápidas introduções como forma de alicerçamento teórico e comparativo dos mesmos.

4.4.1. Lítico

O achamento de artefatos líticos, em especial material inacabado, trincado, devido o processo de fabrico de utensílios, especialmente pequenas lascas e núcleos, têm sido comum em sítios escavados em todo o Brasil (CHMYZ; 2006: 30). Este autor costuma atribuir este tipo de artefato a grupos humanos não ceramistas, que vai de encontro ao observado em nossas escavações do cemitério sítio Pinturas I e Furna dos Ossos, bem como no sítio acampamento Cabaças I, quando encontramos líticos lascados (especialmente núcleos e lascas), associados à cerâmica.

O material lítico, de forma geral, tem sido relacionado a grupos de coletores/caçadores; entretanto, nada impede que grupos horticultores os utilizassem.

Não queremos, neste trabalho, enquadrar o material lítico encontrado em tradições, como a Urubu e Humaitá, definidas pela presença ou ausência de pontas de projéteis, respectivamente. Preferimos não inseri-las em nenhuma tradição, mas apenas mostrá-las para não cairmos nos mesmos erros dos pesquisadores do PRONAPA (DE MASI, 2006: 52), que enquadraram esse material em tradições, hoje, questionadas.

Necessariamente os grupos humanos horticultores também são caçadores e coletores, necessitando, portanto, de material lítico diversos para o seu cotidiano (DE MASI, 2005:52).

No Nordeste do Brasil, excelentes trabalhos como o de Gabriela Martin (2005) e Armand Laroche (1973), dentre muitos outros, trabalharam com a presença de materiais líticos em sítios arqueológicos. No caso de Laroche, este conseguiu conclusões acerca do processo de evolução cultural de grupos pré-históricos do Nordeste através de análises de pontas de projéteis e outros fragmentos líticos, percebendo que o material lítico lascado se modificava de acordo com o período analisado.

Assim, o nosso material lítico foi separado por:

1. Artefatos bifaciais e unifaciais de grande porte;
2. Artefatos bifaciais e lascas de pequeno porte, de materiais diversos.

Obedecemos como critério de tamanho para enquadrá-los na tipologia anteriormente citada: comprimento: > 3 cm; largura: > 2 cm; espessura: > 0,5 cm; forma de bordo ativo: > 0,2 cm. As peças com até essas dimensões são enquadradas no ponto 1.

Não utilizamos o critério peso porque dependendo da matéria-prima, este pode ser mais ou menos denso.

- Observamos também retoques secundários nos dois grupos, o desgaste e polimento;
- Observamos se o material se trata de polido ou simplesmente lascado, bem como a tipologia (facas, pontas, mós, polidores, percutores, lascas);
- Observamos a prevalência do tipo de material lítico;
- Observamos os tipos de matéria-prima utilizados para a confecção das peças;
- Observamos se as lascas receberam ou não tratamento térmico;
- Observamos o desgaste do material.

Todos esses dados observados nos materiais líticos coletados, nos sítios podem ser melhores observados nos quadros esquemáticos que se seguem.

MATERIAL LÍTICO COLETADO – SÍTIO CEMITÉRIO PINTURAS I – SÃO JOÃO DO TIGRE – PB	
Artefatos bifaciais e unifaciais de grande porte	
Peças	Quantidade
Peças líticas > 3 cm de comprimento	81
Peças líticas > 2 cm de largura	62
Peças líticas > 0,5 cm de espessura	80
Bordo ativo > (0,2 cm)	95

Quadro 5 – Material lítico coletado no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

MATERIAL LÍTICO – ANÁLISE DA COLETA DO SÍTIO PINTURAS I – SÃO JOÃO DO TIGRE – PB		TOTAL DE PEÇAS
Peças com desgastes		67
Peças polidas		
Peças com retoques secundários		
Artefatos bifaciais		52
Peças simplesmente lascadas		123
Tipologias	Facas	
	Pontas	01
	Mós	
	Polidores	

	Percutores	02
	Lascas (Peq. Porte)	103
	Núcleos	36
Prevalência do tipo de material		
Matéria-prima básica	Quartzo diversos	123
	Sílex	
	Calcedônia	
	Outros	
Tratamento térmico		

Quadro 6 - Material lítico do sítio Pinturas I, tipologia e quantidade.

O total de peças líticas coletadas no sítio Pinturas I está representada no Quadro 7, abaixo. Optamos por apresentá-las de acordo com as quantidades de peças coletadas em cada quadrícula, num total de quatro quadrículas assim definidas: 1A e 1B, 2A e 2B. Portanto, temos:

MATERIAL LÍTICO		
QUADRÍCULA	DECAPAGEM	QUANTIDADE DE PEÇAS/CÓDIGO
1ªA	0 – 10	04 01-18-01 01-18-04
1ªA	10 – 20	16 01-45-01 01-45-16
1ªA	20 -30	08 01-118-01 01-118-08
1ªA	30 – 40	01 01-138-01 01-138-01
1B	0 – 10	05 01-61-01 01-61-65
1B	10 – 20	12 01-84-01 01-84-12
1B	20 – 30	13 01-98-01 01-98-13
1B	30 – 40	08 01-132-01 01-132-08
1B	50 – 60	07 01-143-01 01-143-08
1B	60 – 70	01 01-153-01 01-153-01
2ªA	Superfície	01 01-23-01 01-23-01

2ªA	0 – 10	01 01-24-01 01-24-01
2ªA	20 – 30	01 01-156-01 01-156-01
2B	0 – 10	05 01-04-01 01-14-05
2B	10 – 20	05 01-51-01 01-51-55
2B	10 – 20	08 01-33-01 01-33-08
2B	10 – 20	01 01-39-01 01-39-01
2B	20 – 30	03 01-68-01 01-68-03
2B	30 – 40	11 01-111-01 01-111-11
2B	40- 50	09 01-127-01 01-127-09
2B	50 – 60	02 01-139-01 01-139-02
2B	60 – 70	01 01-149-01 01-149-01
Total de peças líticas → 123		
Quadrícula 1A = 29; 1B = 46; 2A = 03; 2B = 45		

Quadro 7 - Material lítico evidenciado nas decapagens e superfície do sítio Pinturas I.

O material lítico coletado no cemitério sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB pode ser considerado numeroso, apresentando grande quantidade de lascas e fragmentos de quartzo. Foram recolhidas, ao todo, 123 peças, julgadas necessárias para o diagnóstico. A presença de núcleos e lascas pode ter servido para o preparo de utensílios diversos, já que o material é exógeno ao tipo de rocha do sítio, sendo que os mesmos são encontrados em grande quantidade nas proximidades do riacho Mulungu, distante cerca de 280 metros do cemitério.

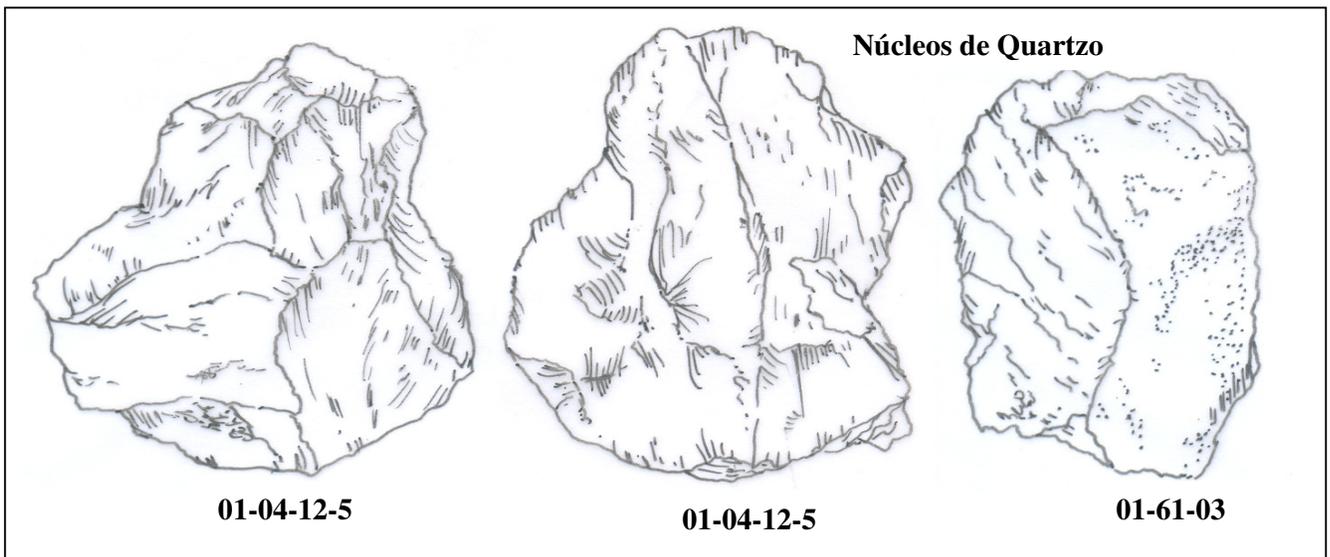
De forma geral, identificamos como técnica de acabamento das peças o lascamento escamado, tipo folheamento, provavelmente produzido com percutores de madeira dura, ossos ou outras rochas de grau de dureza superior àquela utilizada para ser lascada.

Não identificamos se as peças líticas provenientes do sítio Pinturas I faziam parte do enxoval fúnebre ou se fora ali depositada com outra finalidade, graças à descontextualização dos sepultamentos.

As evidências líticas encontradas na escavação arqueológica do sítio Pinturas I foram:

1. Raspadores, que correspondiam às lascas de (material), com pequenos lascamentos provavelmente de usos marginais;
2. Núcleos;
3. Lâminas pontudas que provavelmente seriam utilizadas para um primeiro processo de confecção de ponta de flecha, de quartzo hialino;

Os desenhos que se seguem servem de demonstrativo do universo de peças coletadas no sítio Pintura I, representando o conjunto lítico do sítio:



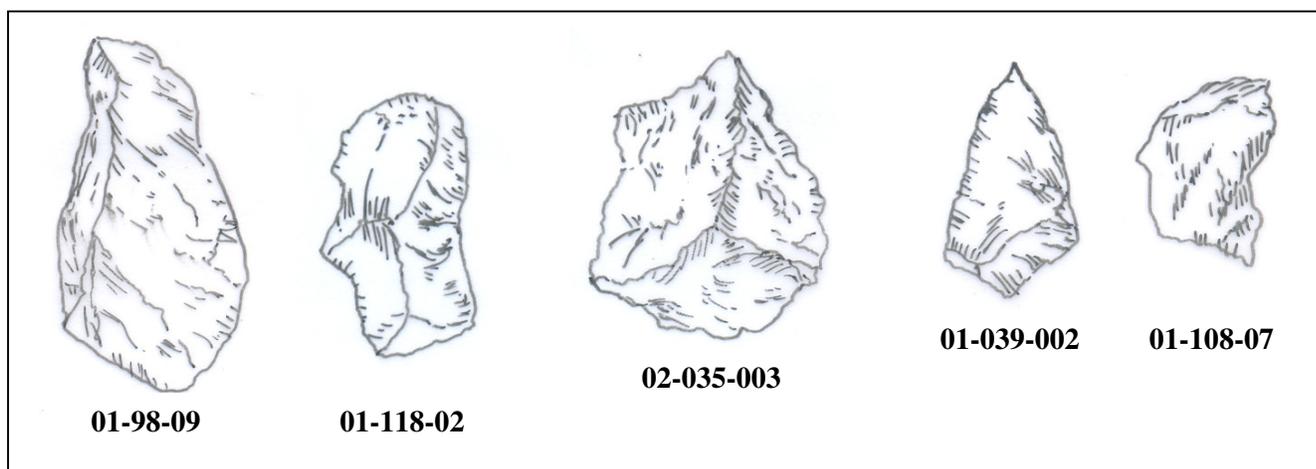


Figura 12 - Desenhos esquemáticos de parte da coleção lítica do sítio Pinturas I.



Figura 13 - Parte do material lítico coletado no sítio Pinturas I

O material lítico encontrado neste sítio é constituído de alguns fragmentos de quartzo leitoso e hialino; alguns apresentando formas definidas (Figura 12) e outros sem uma definição possível de forma. Alguns desses fragmentos poderiam ter sido utilizados como raspadores atípicos. Neles observa-se sinais de utilização em suas bordas. Acreditamos que este material tem procedência exógena, pois pela posição em que se encontra o abrigo, no alto do serrote, seria impossível seu transporte, para dentro do mesmo, sem a ação do homem.

Nas margens do riacho Mulungu identificamos grandes quantidades de núcleos e seixos que possivelmente serviram de matéria-prima para a confecção do material lítico encontrado no cemitério.

4.4.2. Material cerâmico

4.4.2.1. Cerâmica indígena

A cerâmica indígena é o material mais abundante nos sítios arqueológicos, especialmente em sítios acampamentos, talvez devido à facilidade de fabricação e também de quebra. Ela é uma invenção relativamente recente na história da humanidade, mas significou grande avanço tecnológico na Pré-História e difundiu-se rapidamente. Transformou-se em um material de uso cotidiano, ganhando novas formas e decorações. E a partir de então, o homem pôde armazenar e transportar diferentes materiais, como água e grãos.

Os primeiros artefatos cerâmicos utilitários apareceram associados ao aumento da sedentarização dos grupos humanos e ao desenvolvimento da produção de alimentos no Neolítico. Contudo, segundo Prous (1992), a cerâmica precedeu a agricultura na América (sambaquis colombianos), enquanto apareceu bem mais tardiamente no Velho Mundo e talvez no Brasil central. Por isso, os grupos ceramistas devem ser estudados com mais cautela, para que não seja atribuída uma característica que não é própria ao grupo de produtor da cerâmica. De acordo com Scatamacchia (1989), a cerâmica é um elemento necessário ao processamento ou mesmo armazenamento de algum tipo de alimento de origem vegetal, o que não significa que o fato possa ser ligado diretamente à origem da agricultura, tendo em vista que a necessidade pode ocorrer também para satisfazer a manipulação de plantas selvagens ou outras atividades do cotidiano que necessariamente não seja a agricultura.

O estudo da cerâmica indígena iniciou-se, no Brasil, em meados do século XIX, mas ainda sem critérios científicos. Estes critérios foram estabelecidos na década de 60, com o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Foram então determinados os parâmetros que identificavam tipos, fases e tradições ceramistas a partir de dados arqueológicos e também etnohistóricos e etnolinguísticos, tomando como elemento principal o tipo de antiplástico, decoração e formas dos vasilhames. Ficaram estabelecidas, também, cronologias para as fases e tradições baseadas no método proposto por Ford (1954). De acordo com as definições contidas na “terminologia brasileira para a cerâmica”, elaborada pela equipe do PRONAPA, obtemos as seguintes definições:

-Tradição: Grupo de elementos ou técnicas com persistência temporal.

-**Subtradição:** Variedades dentro de uma mesma tradição.

-**Fase:** Qualquer complexo (conjunto de elementos culturais associados entre si) de cerâmica, lítico, etc. relacionados no tempo ou no espaço em um ou mais sítios.

Para produzir a cerâmica, a primeira etapa é a aquisição de matérias-primas, que são basicamente a argila. Além dela, existem também outras matérias-primas, chamadas antiplásticos, que podem ser areia, cacos de cerâmica ou conchas moídas, cinzas e fibras vegetais, etc. Eles são adicionados à argila no intuito de dar mais consistência e resistência ao recipiente durante a secagem. Só então se inicia a confecção da peça. Nela, podem ser empregadas basicamente duas técnicas: acordelado e modelado. A primeira é a mais comum nas Américas, consistindo em fazer roletes de argila que vão sendo sobrepostos uns aos outros; a segunda é quando a peça é feita a partir de um bolo de argila. Em seguida, ela é deixada para secar, (geralmente à sombra) e então a decoração plástica é aplicada, que pode ser dividida em: alisada, corrugada, escovada, com apêndices aplicados, como asas, alças e apliques. Esta decoração chama-se plástica, porque modifica o relevo da peça e geralmente é feita antes da queima. Já a decoração pintada é feita após a queima e pode ser monocromática ou policromática. A parte mais delicada da fabricação é a queima. Na América, o forno não foi utilizado e eram feitas fogueiras. Grandes partes das peças se quebravam. Se durante o cozimento houver presença de oxigênio, diz-se que a peça é oxidante e a cor da peça será clara: amarela, creme ou vermelha. Se o tempo de cozimento for insuficiente, a peça será escura: cinza ou preta.

A cerâmica coletada no sítio Pinturas I, em sua grande maioria apresenta-se de cor cinza, ou seja, fora queimada de forma insuficiente.

Segundo Brochado (1977), os recipientes podem ser divididos em:

- **Panelas:** recipientes cuja altura é igual ou maior do que o diâmetro máximo;

- **Jarro:** recipiente cuja altura é igual ou maior do que o diâmetro máximo do bojo e que apresenta constricção na porção superior, formando um gargalo;

- **Tigela:** recipiente cuja altura é igual ou menor do que o diâmetro máximo;

- **Prato ou assador:** recipiente cuja altura é muito menor que o diâmetro, com base plana ou muito aplanada.

Para a análise da cerâmica, foi aplicada a metodologia técnico-tipológica, que constará do tipo e espessura do antiplástico, espessura da parede, qualidade da queima, técnica de manufatura, sendo que para os fragmentos de borda, serão considerados os tipos de borda, o que permitirão a reconstituição gráfica dos vasos.

As noções de técnica e de tecnologia recuam a datas longínquas e são associadas, freqüentemente, à ciência e à indústria. De acordo com Gordon Childe (1975), tecnologia é o estudo das atividades dirigidas para a satisfação das necessidades humanas, as quais produzem alterações no mundo material. É o conjunto de conhecimentos e instrumentos possuídos por determinada sociedade para se articular no ambiente. André Leroi-Gourhan (1984) parece compartilhar da definição de Childe, afirmando que tecnologia deve ser vista sob um ângulo ecológico, como resultado da interação entre homem e meio ambiente. Neste sentido, todos os membros da humanidade sentem a mesma necessidade de se adaptar a seu meio ambiente, e é dessa necessidade que surge um conjunto específico de técnicas, ou seja, a tecnologia característica de cada sociedade. Binford (1962) também busca na interação com o meio ambiente a explicação para a caracterização tecnológica dos grupos pré-históricos, e afirma que a tecnologia deve ser entendida como o conjunto de ferramentas e relações sociais que articulam a um organismo dentro de um entorno físico. Tal conceito pode e deve ser estendido a grupos humanos históricos do pós-contato.

A conceitualização de “técnica” apresenta dificuldades de se estabelecer uma única definição para sua utilização. De acordo com Mello (2005), uma definição mais ampla estabelecida por White, seria “o modo das pessoas fazerem as coisas”, enquanto que a de Mauss é provavelmente mais completa, “a técnica é um conjunto de movimentos ou atos, usualmente e na maior parte das vezes manual, organizada e tradicional, combinada para atingir um objetivo físico, químico ou orgânico conhecido” (SIGAUT, 1997: 423).

Para P. Lemonnier (1992), a técnica pode ser definida como uma ação humana efetiva, levada a cabo a partir da inter-relação de elementos, gestos, energia, objetos e conhecimento. No momento atual das ciências humanas, a maioria das correntes está de acordo em pensar que a abordagem da cultura e dos sistemas sociais não pode se fazer sem o estudo das técnicas (PLOUX E KARLIN, 1994 *apud* MELLO, 2005).

Segundo Cresswell (1989), a técnica permitiria ao homem organizar a natureza, e que apesar de não poder transformar esta com as suas técnicas, o homem veria abrir-se, graças à sua compreensão das forças e dos princípios, a possibilidade de dirigi-la segundo os seus fins. Uma técnica pode ser entendida como um meio de manipular ou de transformar os elementos do meio natural não humano com o objetivo de controlar ou de aumentar o domínio desse meio pelo homem. Para se obter um melhor conhecimento da técnica que foi empregada é necessária uma análise do processo técnico, que pode ser entendido como o conjunto de ações que não podem ser analisados separadamente umas das outras.

A tipologia pode ser definida como a ciência normativa de classificação dos objetos, vistos e lidos segundo determinados parâmetros e critérios de natureza morfológica e funcional. Esta categoria de vestígios foi abordada de maneira seletiva, muitas vezes no momento de sua própria coleta, sendo frequentemente selecionados apenas os materiais que se encontravam decorados ou, subjetivamente, os que eram considerados como susceptíveis de apresentar uma morfologia funcional. Os utensílios assim definidos com base em padrões morfológicos e decorativos eram associados, por comparação empírica, com utensílios modernos ou documentos etnográficos, a tipos funcionais específicos (BREZILLON, 1968 *apud* ALMEIDA, ARAÚJO, AUBRY, 2007: 299).

A tipologia é uma técnica que permite reconhecer, definir e classificar as diferentes variedades de utensílios que se encontram nos sítios arqueológicos pré-históricos e históricos e através desse conhecimento tentar inferir sobre todo tipo cultural, social, econômico e cronológico. Desta forma, tecnologia e tipologia estão diretamente relacionadas, são partes de um enfoque complementar que pretende oferecer-nos um conhecimento geral de como chegaram a utilizar-se dos recursos naturais na Pré-história. Portanto, os métodos (tecnologia e tipologia) são instrumentos criados para responder a uma necessidade de compreensão (MELLO, 2005), visando, então, traçar o perfil de um grupo mediante suas formas de apresentações.

A classificação dos objetos arqueológicos seja cronológico, tipológico, tecnológico ou espacial, são recursos que o arqueólogo emprega para tentar entender a evolução cultural dos grupos étnicos e sua adaptação a um determinado meio (MARTIN, 2005). Desta forma, o entendimento da tecnologia empregada que compõe o artefato se faz de extrema importância para se compreender o artefato em sua

utilização, bem como o contexto que fora confeccionado. Necessariamente não é necessário enquadrar o material resgatado em atividades diversas e tradições. O que buscamos, neste trabalho, é basicamente mostrar a funcionalidade dos objetos.

Bora (et alli. 2006: 108) em estudos realizados em sítios arqueológicos na região do estado do Amapá, depararam-se com grandes quantidades de pequenos fragmentos cerâmicos que, em muitos dos casos não permitem a reconstituição da peça, mas contribuem para o processo de comparação com peças encontradas em sítios do mesmo grupo étnico ou não.

Constituído por coleção cerâmica de superfície e outros encontrados nas respectivas decapagens, a coleção cerâmica foi estudada segundo o método quantitativo, objetivando o estabelecimento de cronologias culturais através de datações, bem como a tecnologia empregada para o fabrico dos utensílios reconstituídos. Para o estudo comparativo, fizemos uso dos modelos evidenciados por Gabriela Martin (2005).

Meggers (1973) propõem a descrição da cerâmica a partir da investigação e dos diversos graus de popularidade atingidos por sua tipologia. Outro objetivo nosso é o de buscarmos evidenciar a utilização diferenciada dessa cerâmica.

A coleção cerâmica coletada, neste sítio, é representada por 51 fragmentos (Quadro 11 – Anexo G).

4.4.3. Cerâmica de grupos indígenas do Brasil

Desde o início do processo de colonização que se divulga achados arqueológicos no Nordeste do Brasil, mas de forma sistemática, científica, essas pesquisas só começam realmente a partir da década de 1950 do século XX, com o objetivo inicial de traçar o perfil cultural de grupos humanos pré-históricos que habitaram a região, utilizando-se especialmente a cerâmica.

A cerâmica serve de estudo para a qualificação de uma sociedade, no mais, enquadrá-lo numa tradição, se for o caso.

Entretanto, a cerâmica, por si só, fora de um contexto macro, tem pouca validade no entendimento da vida grupal. Ela só "... adquire seu total valor quando é relacionada a outros componentes que fazem parte da vida desses grupos" (NASCIMENTO, et alli. 1991: 156).

A cerâmica e todas as suas etapas de confecção, bem como suas utilidades é significativo representante do conhecimento tecnológico de um grupo, capaz, portanto, de aferir um perfil aquele grupo, distinguindo ou não de outros grupos que vivam numa mesma área ou num mesmo enclave arqueológico.

Oliveira (2006: 31) analisando a tese de Doutorado de José Joaquim Justino Proenza Brochado, de 1984, onde este trata da questão da Arqueologia trabalhar e entender a história indígena, pois para ele não houve um rompimento brusco, imediato, uma descontinuidade da produção da cultura material dos povos pré-históricos para os povos históricos, ou seja, aqueles que os colonizadores aqui encontraram. Portanto, existe a possibilidade da reconstituição da história dos índios pós-contato através da análise de sua cultura material, com povos que aqui chegaram há milhares de anos:

Nessa perspectiva, a trajetória dos grupos étnicos pré-coloniais, portadores de tecnologia ceramistas identificadas na arqueologia teria uma continuidade história e cultural em tempos coloniais ou até mesmo nos dias de hoje.

Percebe-se que existe total condição de diálogos entre a Arqueologia, a Etnologia e a Etno-história, no sentido de auto se completarem e oferecerem, juntos, as respostas necessárias da nossa região do período do contacto.

Portanto, deve-se fazer uso de “analogias entre grupos étnicos atuais e tradições e estilos cerâmicos” (OLIVEIRA, 2006: 31), em especial para se analisar o processo de funcionalidade das vasilhas feitas a partir de argila, desde a Pré-história até os nossos dias, tendo, no geral, permanecido as mesmas funções, como bem observou SOUSA (2006:16), ao tratar da questão do fabrico de utensílios utilitários de cerâmica, especialmente por mulheres, sendo um velho costume ainda nos dias de hoje.

A produção de vasilhas de cerâmica, mesmo de forma artesanal, constitui-se na “execução seqüencial de uma série de operações lógicas (...)” A cerâmica pode ser entendida como o resultado de uma cadeia de gestos técnicos controlados, que envolve, desde a busca e seleção da matéria-prima, até o uso dos recipientes” (COSTA, 1996: 86).

Entende-se como operações essenciais no processo de confecção da cerâmica, a descoberta de fonte de matéria-prima, o processo de seleção, extração, transporte, preparação e queima, quando for o caso (RYE, 1988).

A cerâmica, graças ao longo processo de fabricação e a sua própria complexidade, não seria feita a esmo pelos grupos humanos que dominavam a técnica, ao contrário, a cerâmica (utensílios-vasilhas) sempre teve para o ser humano papel primordial, funcional.

Os gestos técnicos de confecção da cerâmica ou a sua cadeia operatória, ao menos em parte pode ser reconstituído pelo arqueólogo, mas com o objetivo básico de conhecer a vida cotidiana daqueles que utilizavam as vasilhas. A cerâmica ou o seu produto final, no caso os utensílios, não falam por si só, daí a importância em estudar a cerâmica através de grupos humanos que ainda a fabricam tal quais seus ancestrais.

Dessa forma, a cerâmica constitui-se num elemento cultural importante para que se possam determinar os elementos étnico-culturais de um grupo, em outras palavras, é um forte indicador para se traçar o perfil cultural de um grupo, sem que necessariamente os enquadre em uma tradição. Acreditamos que utensílios produzidos de argila por um mesmo grupo étnico pode apresentar características distintas, pois nem sempre as necessidades das aldeias são as mesmas, bem como variando de ambiente para ambiente, a época do ano em que se daria a confecção de utensílios, já que, no caso da Paraíba, as intensidades pluviométricas mudam de região para região, e, o barro, ou a argila, geralmente seria coletada na época da estiagem, onde naturalmente haveria uma facilidade em colocar em prática a cadeia de fabricação do utensílio. A argila, de forma geral, era coletada, como ainda hoje acontece em comunidades do interior, nas margens dos rios e riachos do semi-árido que, com muita frequência, são ricos em barrancos onde se apresentam essa matéria-prima. Necessariamente, os grupos indígenas ceramistas não viviam em áreas próximas a existência de fontes de matérias-primas, o que provavelmente os levava a se deslocarem com tal objetivo, guardando uma parte do material não utilizado para e como reservas futuras. Esta característica foi apontada por Lima (1986).

Acreditamos que os índios Tapuias Cariris e Tarairiús, pelo material cerâmico coletado nos sítios por nós escavados, tinham amplo domínio da técnica de confecção de utensílios, pois é preciso toda uma gama de pré-requisitos básicos para que o cansativo e demorado processo de confecção do utensílio não seja em vão, como por exemplo, é preciso eliminar as bolhas contidas na pasta antes da queima, para que a vasilha não quebre; para tanto, faz-se necessário conhecimentos técnicos mínimos para eliminação de bolhas, seja no processo de amassamento do barro ou quando a

vasilha já se encontra pronta. Percebe-se entre estudos etno-históricos de grupos que praticam a confecção da cerâmica, que a atividade é sazonal, obedecendo ao ciclo natural do ambiente, o que nos leva a crer ser uma herança dos grupos índios que praticavam esta atividade.

A cerâmica índia tinha, pelas dificuldades em confeccioná-las, um caráter utilitário.

Com relação à cerâmica dos grupos Tupi, afirma Aurélio Abreu (1987: 32) que eram “geralmente desprovidas de adornos, salvo uma faixa pintada à volta do gargalho ou da borda”.

Os museus Goeldi e Nacional organizaram grandes expedições no Norte do Brasil com o objetivo de prospectar sítios arqueológicos e estudá-los: a de 1870, coordenada por Barbosa Rodrigues, descobridora da cerâmica Miracangüera de Itacoatiara; a de 1792, (sic) de Ferreira Pena; A de 1882 de Ladislau Netto, registrando duas importantes tradições ceramistas da região: a Maracá e a Marajó; entre 1884 e 1885 até 1907 tivemos no Norte as expedições de Emílio Goeldi e Aureliano Lima Guedes, encontrando inúmeras necrópoles com urnas em cavernas próximas ao rio Cunani. A partir dessas expedições nortistas tem-se a divulgação no mundo da esteticidade da cerâmica Marajó.

Uma característica digna de nota é quanto à procedência dessas cerâmicas: a maioria provinha de cemitérios, encontrando-as intactas e muitas das vezes com materiais que fizeram parte dos rituais fúnebres. Essa cerâmica era encontrada as vezes em bom estado de conservação, pois os cemitérios indígenas são locais especiais, de difícil acesso e que servem de local propício para a guarda das urnas, deixando-os isolados do mundo externo, daí a importância das necrópoles como forma de se entender o *modus* de vida de um grupo, seu perfil sócio/cultural.

Como um dos principais objetivos dessas missões era o de coletar peças para os museus financiadores das expedições, muitas peças se perderam, principalmente os cacos, pois levava-se, numa espécie de rapinagem comum nesse período, apenas as peças inteiras, bem acabadas, que tivessem serventia principalmente para exposições.

Claudia Alves (et alli. 1991: 15) afirma que “valiosas coleções cerâmicas foram formadas muitas delas com objetos de origem desconhecidos”. E cita alguns dos principais colecionadores e suas respectivas instituições, bem como os destinos dessas coleções: “Algot Lange, 1913, coletou 4.888 peças, que foram cedidas (sic) ao American Museum of Natural History, de New York (...) Robert e Rose Brown, C. Farabee, Curt Nimuendaju, Ferreira Pena, Goeldi, Antonio Mordini...” praticaram, muitos deles, atividades de rapina, levando para seus países de origem o que de melhor, mais bonito e mais rico em detalhes fora encontrados nos sítios arqueológicos do Norte do Brasil, bem como em outras partes do nosso território.

Atividades como os de Antonio Mordini, entre os anos de 1926 e 1928 estudaram as tangas de cerâmica de Marajó; Heloísa Alberto Torres em 1930 e Helena Palmatary em 1939 estudaram as cerâmicas de tapajós e Marajó; Betty Meggers, em 1947 estudou as coleções de Steere, do University Museu da University of Pensylvania e do American Museum of Natural History, sobre a cerâmica Marajoara e, Frederico Barata que em 1944 a 1954 estudou as cerâmicas de Santarém. No geral, esses estudos, com algumas exceções, visavam apenas às atividades descritivas, sobre traços, formas e desenhos e não objetivos de ligar a cultura material ao grupo étnico que as produziu, bem como suas relações sócio-econômicas. Analisava-se, geralmente a tipologia da cerâmica e comparações com cerâmicas de outros pontos do Brasil visando identificar a influência dos traços das cerâmicas nortistas sobre as outras regiões, buscando-se, principalmente correlações dos pontos de dispersão, mas sempre a partir da região Amazonas.

Já para pesquisadores como Anygone Costa (1949), ver de forma nítida, qualitativamente falando, diferenças da cerâmica do Norte com a do restante do Brasil.

Nesta concepção, os grupos do Norte teriam um conhecimento bem mais profundo da arte ceramista do que os das outras regiões do Brasil, o que levou certos pesquisadores a conjectura que a cerâmica teria inicialmente surgido no Norte e irradiado pelo restante do Brasil.

Nesta linha de pensamento, a cerâmica do Litoral e dos Sertões eram vistas apenas como utilitárias, toscas, grosseiras, paredes espessas, sem pintura e ausência de adornos. As urnas mal fabricadas e mal cozidas, decorações feitas com as pontas dos dedos e as unhas (ALVES, et alli. 1991:16). Interessante de nota é que ao

contrário do exposto sobre a cerâmica do litoral e interior do Nordeste, é o que publicou Clerot (1969) e Albuquerque sobre achamento de urnas funerárias no interior da Paraíba. O primeiro encontrou urnas funerária de rara beleza no município de Itabaiana e, o segundo pesquisador, encontrou belíssima urna Tupi no município de Teixeira, no Sertão da Paraíba, contradizendo o que fora exposto anteriormente por autores como Angyone Costa.

Até os idos de 1950, os estudos sobre cerâmica indígena no Brasil estavam restritos a caracterização de seus aspectos gerais, como: primeiro, através das informações e cronistas viajantes que contactaram índios; segundo, as informações das primeiras expedições civis, militares e religiosas; terceiro, os resultados dos estudos das coleções dos museus e de poucas escavações arqueológicas com este fim.

Inicialmente, levava-se em consideração o tipo de cerâmica achada, servindo, apenas, para identificá-las. Portanto, esses primeiros tipos de cerâmica são:

1. Cerâmica de Maracá, da coleção de Ferreira Pena, de 1872, encontrada na Guiana Brasileira, nas proximidades do Rio Maracá: urnas funerárias de dois tipos: antropomórficos em forma de um mero cilindro com tampa; outras constituídas de pernas e braços, assentada sobre um banco e apresentando tampa, figurando a cabeça em forma de cone; e a cerâmica com característica zoomorfasta;
2. Cerâmica Santarém, colecionadas por Rose e Robert Brow e o etnólogo Nimuendaju, um dos muitos estrangeiros que serviu dos serviços “prestados” ao Brasil para retirar do país coleções inteiro para os museus da Europa. Essa cerâmica era caracterizada pela existência de “vasos pintados, cariátides de gargalho, decoração incisa, figurinhas humanas, cachimbos, e pela predominância das zoomórficas” (ALVES, et alli.: 17);
3. Cerâmica de Mirancanguera, esta cerâmica foi descoberta por Barbosa Rodrigues em 1870, em Itacoatiara, numa área de cemitério indígena uma cerâmica polida, com camada branca, desenhos pintados em preto e vermelho, gravados ou esculpidos, além de apresentar objetos em forma de taças de altos pés;
4. Cerâmica do Cunani – vasilhames encontrados em cavernas artificiais nas proximidades do rio Cunani, em 1895. São urnas funerárias com decoração pintada de vermelho sobre fundo branco;

5. Cerâmica Tupi-Guarani – não existe uma forma específica que caracterize a cerâmica Tupi-guarani. Ao contrário, existe uma grande diversidade de formas e decorações, apresentando linhas pontilhadas, corrugadas, incisões e pinturas vermelhas, tinta geralmente preta sob o engobe. Encontra-se este tipo de material em todo o país, especialmente no litoral;
6. Cerâmica de Marajó – caracterizada pela variedade de estilos de decoração e delicadeza do traçado geométrico. Grandes variedades de objetos eram fabricados pelos grupos humanos a qual filiou-se essa cerâmica: bancos, tangas, fusos, etc.

Percebe-se que a descrição dos grupos e da cerâmica produzida no Brasil, da Pré-História até o período do contato, está restrita há uns poucos grupos, a qual questionamos: e os Tapuias, seriam ceramistas? Se sim, porque não existem estudos sistemáticos que visem o estudo de sua cultura material, especialmente a cerâmica? Porque se dão grande ênfase as cerâmicas citadas anteriormente, em detrimento das poucas ou nenhuma pesquisas de outros grupos ceramistas, notadamente os Tapuias da Paraíba?

Atualmente já se sabe principalmente pelo achamento de urnas funerárias, que os índios Cariris faziam uso da cerâmica, bem como os índios Tarairiús e outros Tapuias do Nordeste existindo uma grande lacuna com relação a esses estudos em nossa região.

Foi só a partir da década de 1950 que resolveu abandonar os velhos métodos de pesquisas em cerâmica e adotar novos modelos que se baseia na análise tecnológica do processo de fabrico dos utensílios, mesmo assim, deixaram-se de lado, talvez por falta de estudiosos, grupos ceramistas de várias partes do país. É a partir daí que se usa a cerâmica como forma de se obter informações e indicadores do modo de vida dos grupos que confecciona a cerâmica. Estabelece-se, portanto, uma metodologia que seja capaz de “1. Segregar tradições culturais; 2. Estabelecer cronologias comparativas; 3. Indicar contatos e influências entre grupos étnicos; 4. Estabelecer sequências de desenvolvimento, utilizadas para identificar os estágios evolutivos e culturais” (ALVES, 1991: 19). Tal metodologia foi difundida no Brasil por Betty Meggers e Clifford Evans, especulativo-descritiva da Arqueologia no Brasil. Foi com o PRONAPA que esse método foi difundido no país.

Com o PRONAPA institui-se o método Ford para o estudo de cerâmica no Brasil. Dessa forma cria-se um modelo único padronizado para o estudo de interpretação de cerâmica arqueológica para todo o país. Através do PRONAPA, propagou-se os

pressupostos teóricos que iriam caracterizar uma linha de pesquisa imposta pelos norte americanos, talvez como consequência do momento político da época.

Enfim, pode-se concluir que o PRONAPA foi o órgão que disseminou o método Ford no Brasil e serviu de base acadêmica para a geração de arqueólogos que iria produzir pesquisas no Brasil até hoje, além de fornecer um quadro geral, a partir do uso e estudo cerâmico, da dispersão dos grupos humanos no território nacional, bem como sua difusão no Novo Mundo. Foi com o PRONAPA que se criaram termos como tradição, corte estratigráfico, fase, curva de frequência e seriação, ligada mais diretamente a cerâmica. Posteriormente, acrescentou a terminologia subtradição. Para o estabelecimento de uma seqüência cronológica com condições de identificar as influências culturais introduzidas nas áreas arqueológicas, seria necessário, apenas, de acordo com os métodos do PRONAPA, pequenos cortes estratigráficos nos sítios de uma dada área, ao contrário do que vai pregar a corrente francesa que estabelece que o sítio seja trabalhado exaustivamente durante anos. O método utilizado pelo PRONAPA tornou-se perfeito para inúmeros sítios da América do Sul, que são poucos profundos e apresentam artefatos que se limita a cacos de cerâmica e material lítico trabalhado, mas capazes de fornecerem importantes dados sobre a seqüência cronológica dos grupos humanos da região, bem como apresentar traços que sejam capazes de traçar o perfil cultural de um grupo.

Com o PRONAPA, que estabeleceu cinco grandes regiões para serem trabalhados exaustivamente durante cinco anos, ficou totalmente de fora o estado da Paraíba que, talvez por ironia do destino tivesse um sítio escavado na região de São João do Tigre em 1969, sem que se publicasse e divulgasse amplamente seus resultados.

No total, foram definidas pelo PRONAPA e persistem até hoje, nove tradições ceramistas, sendo que destas, sete são consideradas tradições regionais, apresentando "...formas simples, não decoradas, dos vasos e pela escassez de decoração, feita por incisão, ponteadas unculado, pinçado ou polido estriado" (OLIVEIRA, et alli, 1991: 39). As duas tradições que aqui chamamos de "Nacionais" seriam os Periperi do litoral da Bahia, vinculada à tradição Tupi-Guarani, caracterizada pela ênfase que foi dada ao tratamento das vasilhas: decoração pintada, corrugada, escavada e pela variedade de forma dos vasos e utensílios. E a segunda grande tradição seria a Neo-Brasileira, caracterizada pela junção de técnicas indígenas com

técnicas de fabricação de cerâmica européias. Registrou-se esses sítios em áreas de ocupação européia em quase todo o Brasil.

Com relação aos grupos humanos denominados de pré-ceramistas, foram encontradas evidências poucos confiáveis sobre eles, como: vegetação densa dos supostos locais onde viviam e “ausência” de material lítico e cerâmico em seus acampamentos.

Com o PRONAPA surgem dúvidas como: qual a velocidade de difusão das tradições e subtradições ceramistas no Brasil, quais as alterações nos meios de subsistência e no padrão de povoamento que acompanharam o processo de dispersão da tradição Tupi-Guarani em todo o Brasil? Qual o significado, se é que existe, da tradição Tupi-Guarani? Os sítios do litoral (geralmente sambaquis) e os pré-cerâmicos do interior seriam vestígios do mesmo grupo que se alternavam na caça e coleta em certas épocas do ano e desciam ao litoral em outras para a pesca e coleta de mariscos?

O que já se sabe amplamente é que os grupos humanos do interior fizeram uso de cerâmica e, não necessariamente, pertencente ao grupo étnico Tupi-Guarani. Tanto no Amazonas, quanto no litoral há pelo menos 1.000 anos já se fazia cerâmica pintadas e associadas a rituais fúnebres, como o uso de urnas.

O PRONAPA verificou que a cerâmica costeira devido às condições geográficas, apresentava características mais homogêneas, enquanto a cerâmica do Amazonas era mais heterogênea, devido à influência de grupos de outras regiões, do Norte e do Oeste. E quanto à cerâmica do interior do Nordeste, pouco se sabe. Segundo Gabriela Martin (2005), convencionou-se denominar de tradição Aratu a cerâmica do interior, ou seja, dos Sertões. Mas até que ponto a cerâmica Cariri pode ser enquadrada nesta tradição ceramista? No geral, inexistem estudos para tal afirmação.

Obtivemos através de alguns fragmentos de cerâmica recuperados na escavação arqueológica do sítio Pinturas I, as seguintes reconstituições e informações (Quadro 15). Considerando o agrupamento que propôs Brochado (1977), e largamente trabalhado por inúmeros autores, especialmente do Nordeste do Brasil, a cerâmica do sítio Pinturas I foi agrupada a partir da reconstituição e daí a função da utilização funcional (Quadro 8), num total de quatro peças:

RECONSTITUIÇÃO DAS PEÇAS CERÂMICA DO SÍTIO PINTURAS I		
TIPO	QUANTIDADE	SERVENTIA/USO/FUNÇÃO
Panelas		
Jarro		
Tigela	03	Cozinhar alimentos, guardar água.
Prato assador	01	Assar ou torrar alimentos ou usá-lo para comer.
Outros		
Total de peças reconstituídas		

Quadro 8 - Reconstituição da cerâmica do Sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB

A cerâmica do sítio Pinturas I, ainda foi trabalhada quanto à análise técnico-tipológica, conforme o Quadro 9, a seguir:

CERÂMICA RECONSTITUÍDA DO SÍTIO PINTURAS I – SÃO JOÃO DO TIGRE – PB		
ANÁLISE TÉCNO-TIPOLOGICA		QUANTIDADE
Tipos	Lábios (Bordas)	
	Apontado	
	Plano ou achatado	01
	Biselado	03
	Redondo ou arredondado	
	Dentado ou serrilhado	
Tipos	Borda	
	Direta	03
	Reforçada externamente	01
	Introvertida	
	Cambada	
	Vertical	
	Contraída	
	Extrovertida	
Tipos	Base	
	Plana	
	Convexa	
	Semi-convexa	
	Outros	

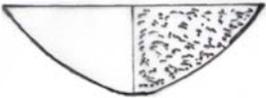
Quadro 9 - Cerâmica do sítio Pinturas I, quanto à análise técnico-tipológica.

Do total de peças recolhidas no sítio Pinturas I, verificamos que nenhum fragmento pertencia à base de uma vasilha, sendo, portanto a coleção constituída de fragmentos de bojo e borda (Quadro 10).

FRAGMENTOS DE CERÂMICA DO SÍTIO PINTURAS I	
Base	→ Sem ocorrências
Bojo	→ 47 fragmentos
Borda	→ 04 fragmentos

Quadro 10 - Total de fragmentos de cerâmica do Sítio Pinturas I

Do material cerâmico coletado no sítio Pinturas I, reconstituímos 04 peças, conforme Figura 14, sendo um prato/assador e três tigelas:

	<p> Escala: 2:10 Comprimento total: 22 cm Altura: 8,5 cm Etiqueta: 01-104-08 Recomposição a partir da borda direita (3,5 cm) Peça: prato/assador </p>
	<p> Escala: 2:10 Comprimento total: 30 cm Altura: 12 cm Etiqueta: 01-01-03 Recomposição a partir da borda direita (5,5 cm) Peça: tigela </p>
	<p> Escala: 2:10 Comprimento total: 34 cm Altura: 15 cm Etiqueta Nº 01-76-01 Recomposição a partir da borda direita (3,5 cm) Peça: tigela </p>
	<p> Escala: 2:10 Comprimento total: 34 cm Altura: 11,5 cm Etiqueta Nº 01-104-05 Recomposição a partir da borda direita (5 cm) Peça: tigela </p>

Figuras 14 - Reconstituição de peças da cerâmica coletada no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

4.4.4. Critérios analíticos da análise da cerâmica do sítio Pinturas I

A primeira etapa da análise foi à identificação da pasta, para isso, foram considerados os seguintes itens: presença ou não de antiplásticos, qual o tipo de antiplásticos e seu tamanho, além da textura da pasta. Desta forma, foram identificados três tipos de pasta: pasta 1: areia grossa, pasta 2: areia fina e pasta 3: sem aditivos.

Posteriormente foram criadas unidades, que são conjuntos, dentro de cada tipo de pasta, que possuem características comuns quanto à técnica de tratamento de superfície externa. Em seguida, dentro desses grupos, são formadas unidades, que correspondem a fragmentos que possuem o mesmo tratamento da superfície interna.

Para finalizar, seguiu-se a análise dos fragmentos levando em consideração os elementos técnicos e morfológicos. Este último, podendo ser observado na reconstituição da peça.

Elementos técnicos são: tipo de manufatura, técnica de tratamento de superfície e técnica de queima. Já os morfológicos caracterizam-se por indicar os tipos de objetos, tamanho, espessura, altura, etc.

Nos fragmentos cerâmicos, foi feita uma análise macroscópica, medição da espessura da parede e tamanho dos antiplásticos.

4.4.4.1. Itens da ficha de análise

1. **Reconstituição das peças:** As peças foram reconstituídas a partir dos fragmentos da borda;
2. **Manufatura:** A manufatura é a técnica de confecção das peças, que são 100% roletadas, ou acordeladas, uma técnica muito comum nas Américas.



Figura 15 - Marca do acordelamento. Etiqueta: 01-01-03

3. Decoração externa:

Alisado: 80 % das peças. Que é a técnica mais simples, pois consiste apenas em alisar a superfície da peça;

Escovada. 10 % das peças. São sulcos gravados na superfície por um objeto de várias pontas. Esta técnica pode ser compreendida como acabamento prático, pois a pressão exercida pelo objeto elimina as bolhas de ar que ficam entre os roletes.



Figura 16 - Cerâmica Escovada. Etiqueta: 01-55-01

Roletado plano: 2 % das peças. Quando os roletes, após a sua aplicação são aplanados na superfície, dando a impressão de um acordelamento por placas e não roletes.



Figura 17 - Marcas do roletado plano. Etiqueta: 01-01-03

Polido: 2 % das peças. Quando um seixo, por exemplo, é utilizado para alisar a superfície da peça, e ela acaba ficando lustrosa.



Figura 18 - Polimento da superfície externa. Etiqueta: 01-020-01

Com apêndices (asas ou alças): 6 % das peças. A presença delas é um fator que indica a funcionalidade da peça, pois, se foram colocadas, é porque havia a necessidade de suspender ou carregar as cerâmicas.



Figura 19 - Borda reforçada externamente, com apêndice. Etiqueta: 01-04-01

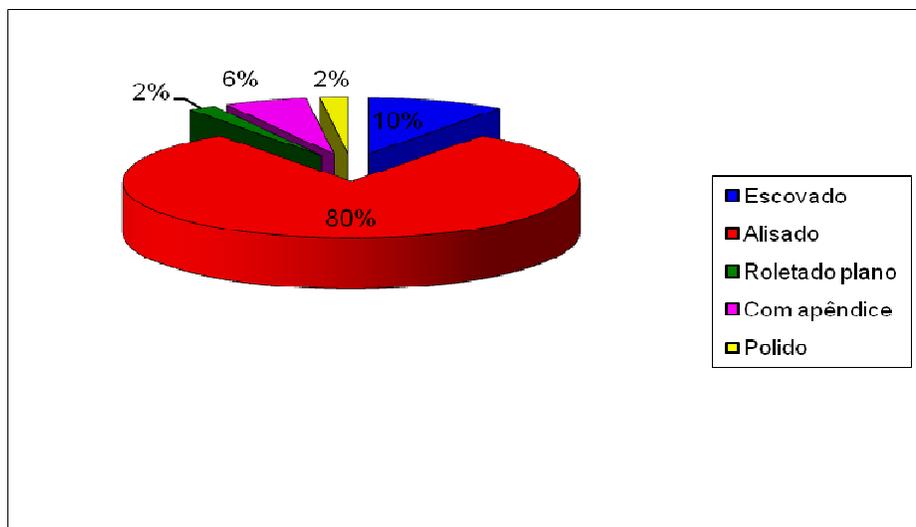


Gráfico 1 - Decoração externa, em percentagem, da cerâmica do sítio Pinturas I.

4. Decoração interna:

Alisado: 90 % das peças.

Escovado: 6 % das peças.

Roletado plano: 4 % das peças.



Figura 20 - Marcas do roletado plano. Etiqueta: 01-020-01

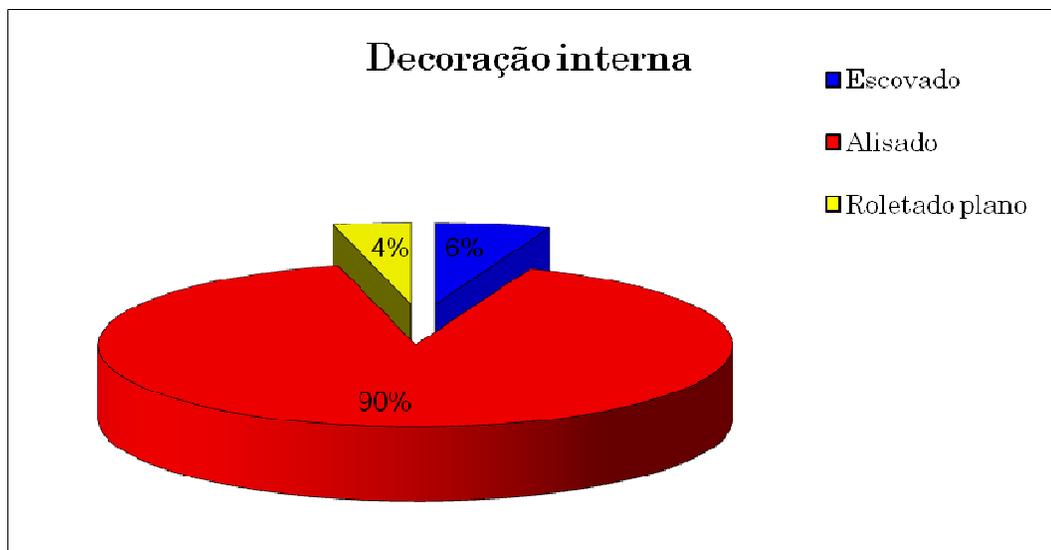


Gráfico 2 – Decoração interna, em percentagem, da cerâmica do sítio Pinturas I.

5. Tipo da queima:

Completa ou oxidante: 45 % das peças. Pode ser identificado, quando há uniformidade da cor, o núcleo dos cacos será da mesma cor da superfície.

Incompleta ou redutora: 55 % das peças. O núcleo da cerâmica é mais escuro, possuindo faixas de cor diferente. Além de possuir uma resistência maior à quebra.

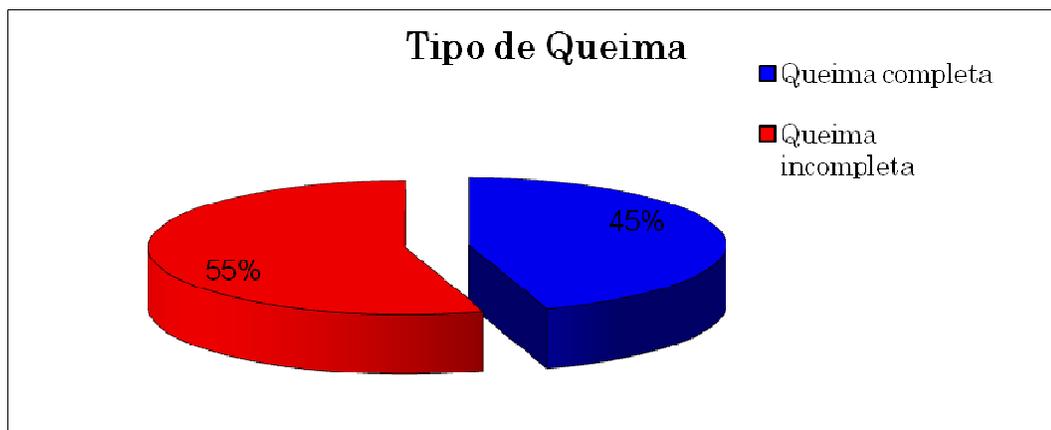


Gráfico 3 Tipo de queima da cerâmica coletada no sítio Pinturas I.

6. Antiplástico:

Partículas argilosas: grãos menores que 0,05 mm. 91 % das peças.

Finos: 0,05 a 1,0mm. 7 % das peças.

Médios: 1,0 a 0,25 mm. 2% das peças.

7. Tipo do antiplástico:

Areia grossa: Consiste em grãos de areia e quartzo.

Areia fina: Apenas grãos de areia.

Sem aditivo: Não possuem nenhum tipo de antiplástico.

8. Textura da pasta:

Fina: Grãos menores que 1,0 mm

Média: Entre 1,0 e 2,0 mm.

Grossa: Grãos maiores que 3 mm.

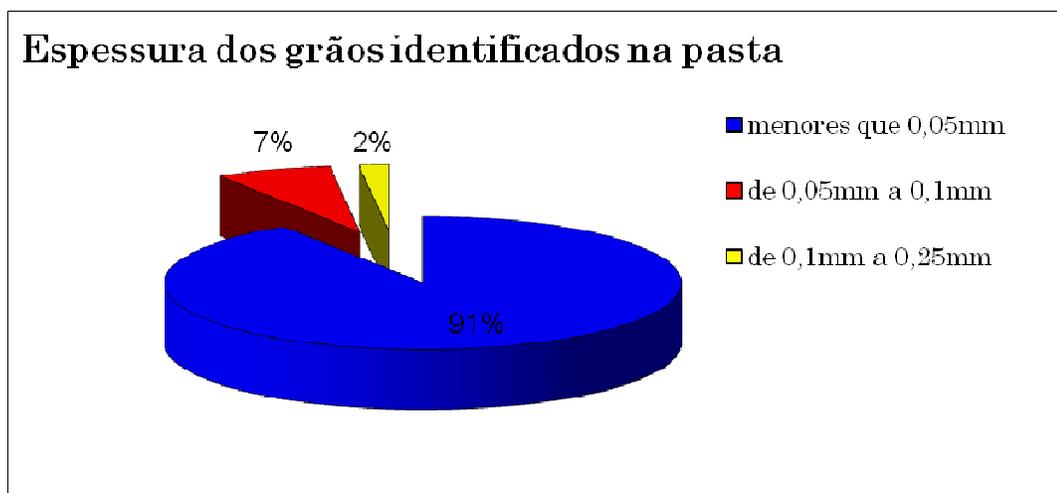


Gráfico 4 - Classificação do antiplástico da cerâmica coletada no sítio Pinturas I

9. Morfologia das peças:

Base: É o ponto de contato da vasilha com uma superfície no momento em que se mantém de pé.

Bojo: É o ponto de contato entre a base e a borda. A grande quantidade de bojos encontrados no sítio mostra que as peças quebravam-se com freqüência.

Bordas: Neste sítio, foram encontradas apenas bordas diretas, ou seja, não possuem nenhuma inflexão.

As análises cerâmicas indicam que o grupo humano, que viveu na região no período do pós-contato, tinha amplo conhecimento do processo de confecção de vasilhas utilitárias e do processo operatório de fabricá-los. Acreditamos, com isso, tratar-se de grupos humanos horticultores, com habitações fixas, tendo em vista o processo complexo e demorado que é a fabrico desses utensílios, sendo inconveniente para grupos nômades.

4.5. Adornos e enfeites corporais

4.5.1. Adornos

O uso de ossos animais e humanos por grupos humanos pré-históricos e históricos, estão restritos a adornos (contas de colares, pingentes, tambetás e instrumentos musicais – flautas e apitos). Esses pequenos adornos são encontrados geralmente em sepultamento pré-históricos e históricos, compondo o enxoval fúnebre do defunto.

O uso de madeira para o fabrico de adornos tem sido referenciado pela historiografia, relata-nos Martin (2005: 221); no entanto, os achamentos desses adornos são raros no Brasil tendo em vista a sua rápida decomposição.

Materiais diversos feitos de conchas, geralmente pingentes, muito bem trabalhados, já foram encontrados em várias necrópoles escavadas no Nordeste, especialmente no sítio Mirador, na região de Parelhas, no estado do Rio Grande do Norte.

Na necrópole Pedra do Alexandre, também no Rio Grande do Norte, encontraram-se pequenas tíbias de aves em forma de contas de colar. Na gruta do padre, no estado de Pernambuco, em escavações, contas de colar foram encontradas (MARTIN, 2005: 221).

Ossos de cervídeos (veado) foram encontrados no sítio-necrópole Pedra do Alexandre, mostrando uma grande diversificação em termos de adornos confeccionados de ossos diversos, o que corrobora com a idéia da existência de uma grande diversificação do uso de adornos pelos nossos índios.

Outra matéria-prima intensamente utilizada pelos povos pré-históricos e históricos, mencionada largamente pela historiografia, são as fibras. As principais utilizadas, especialmente no semiárido eram o caroá (*Neoglaziovia varegata Mez.*) e o Oricuri (*Cacos coronata Mart.*). Dessas fibras, os trançados para fins diversos (esteiras, cordas, confecção de tecidos) são os principais usos, tem sido até certo ponto comum

o achamento de esteiras feitas a partir de fibra de Caroá, envoltas em indivíduos inumados.

Em várias necrópoles indígenas do Nordeste pré e pós-colonial, existem indícios de trançados e cestarias: Furna do Estrago, Alcobaça, Furna dos Ossos (PB), dentre outros.

A arte plumária tem sido pouco encontrada em escavações pré-históricas e históricas no Nordeste do Brasil, tendo em vista a fragilidade do material e o elevado nível de salinidade dos solos, especialmente no semi-árido, o que impede a conservação desse e outros materiais fáceis de serem decompostos. Afirma Gabriela Martin (2005: 223-224) que as principais referências acerca da arte plumária advêm de fontes secundárias, principalmente de figuras rupestres que representam indivíduos com tais adornos.

Com relação à pintura corporal, são inexistentes os achados arqueológicos, apenas a literatura legou essa atividade, graças as observações dos cronistas sobre os índios do Brasil no pós-contato. Acredita-se que tanto o uso da arte plumária quanto a pintura corporal tenham servido para transmissão de mensagens e comunicação visual, provavelmente indicador de um código étnico. É através de informe secundário que temos, também, conhecimento deste tipo de adorno corporal, especialmente a arte rupestre. Calcula-se que desde o nono milênio AP., já existiam a atividade plumária e pintura corporal, segundo dados obtidos através de figuras rupestres.

A utilização de rochas diversas para a confecção de contas de colares, pingentes e botoques, tambetás etc., tem sido notificada através de duas fontes importantes: os achados arqueológicos fortuitos e em escavações científicas e através da literatura. Esta última relata intensamente o uso de tais adornos por inúmeros grupos indígena do pós-contato. As pedras escolhidas apresentam-se de diversas cores e diversos tipos de minerais e rochas, bem como o formato e tamanho dos adornos.

Outro tipo de adorno que tem sido comum o seu achamento como parte integrante do enxoval fúnebre, tem sido pingentes de dentes de certos animais. Na Pedra do Caboclo, em Pernambuco, vários desses adornos foram encontrados fazendo parte do enxoval de indivíduos ali inumados. Geralmente esses pingentes, que se destacavam das contas dos ossos e/ou pedra ou de certas sementes, ficavam pendurados na extremidade do colar, talvez servindo como forma de expressar força e coragem do seu proprietário, provavelmente um exímio caçador.

Apesar do elevado grau de depredação do sítio Pinturas I, coletamos e identificamos vários materiais arqueológicos (adornos corporais) de matérias-primas diferentes, descritos no Quadro 11 e na Figura 21 a seguir:

ADORNOS CORPORAIS	CARACTERÍSTICAS	QUNTIDADES
Contas de colar de ossos Conta de colar de madeira	- pequenas contas de colar de osso - Pequena conta de colar de madeira não identificada	03 01
Contas de colar de pedra/mineral	- Conta de colar de grande tamanho, confeccionada a partir do mineral Amazonita	01
Pingentes de dentes de animais	- Pingente de dente de porco-domato com uma perfuração na sua extremidade mais fina	01

Quadro 11. Adornos corporais coletados no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.



Figura 21 - Adornos corporais coletados no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

Tais adornos mostra-nos que os indivíduos inumados no sítio Pinturas I apresentam características semelhantes as encontradas em outros sepultamentos da região, ao menos no tocante a escolha de matérias-primas básicas para a confecção dos adornos, como observado no material coletado na Furna dos Ossos em São João do Cariri (SANTOS, 2008a).

4.6. Ossos humanos

4.6.1.Ossos humanos do sítio Pinturas I

O objeto de estudo da Arqueologia é o homem dentro de um contexto sócio/cultural/econômico e ambiental. Para alcançar esse objetivo, a Arqueologia faz uso do apoio de inúmeras ciências para buscar subsídios e, assim, poder explicar, através dos estudos da cultura material especialmente traços do seu cotidiano.

Todas as culturas humanas estão inseridas num ambiente e num dado ecossistema. Temos que considerar que o clima, o solo, a vegetação, a hidrografia, etc., são fundamentais e até certo ponto condicionantes no processo de aculturação do homem. Estaria correto afirmar que uma cultura humana é o resultado da adaptação desta a um determinado ecossistema. O homem busca no meio em que se instala os elementos básicos a sua sobrevivência e perpetuação de seu grupo. Até na morte busca essas características básicas. É justamente numa necrópole, através de uma análise interdisciplinar (dos ossos e do contexto), que se pode chegar a entender aquele grupo humano.

A Paleontropologia, que consiste na análise de restos humanos do passado, buscando seu processo evolutivo, a Antropologia Biológica (Física), que analisa o homem como ser biológico, a Osteologia que estuda os ossos (humanos e de animais) capaz de revelar a idade, o estado de saúde, doenças, etc., a Somatologia (Antropologia dos vivos) que visa estudar o homem relativamente quanto ao seu peso, altura, etc., Patologia, que se dedica a estudar as doenças capazes de serem observadas nos ossos exumados e a Biotopologia, que visa a estudar as variações numa população, utilizando os resultados para comparações, são algumas das ciências consideradas auxiliares que faremos uso no tocante às análises dos ossos coletados nas escavações, corroborando com o exposto por Frèdèric (1980), quando este afirma ser a Arqueologia detentora de uma dinâmica que atrai para si outras ciências, numa relação de interdisciplinariedade pouco vista nas outras ciências.

Segundo Cidália Duarte (1998: 108), “as explicações apresentadas por diversos investigadores para a acumulação de núcleos de ossadas humanas em grutas-necrópoles têm sido diversificadas”. Em todo o mundo, achados dessa natureza têm sido notificados, bem como, referências de esqueletos ou parte destes na superfície terrestre, inumações em urnas, emparedamentos, inumações em fossas, cremação, etc, bem como deposição de ossadas de forma primária e secundária dentro ou fora de um mesmo espaço funerário.

Dependendo da situação em que as ossadas são evidenciadas, o arqueólogo e sua equipe interdisciplinar podem interpretar fatores de ordene diversa; quase sempre, especialmente nas necrópoles que temos visitado e escavado na Paraíba, a ação depredatória contribuiu para perturbar o contexto arqueológico, inviabilizando certas interpretações, não oferecendo possibilidades plausivas de leituras do processo pós-deposicional.

Dessa forma, na necrópole escavada que evidenciaram materiais arqueológicos dos índios da região, podemos observar as seguintes limitações:

1. A deposição do sedimento no sítio Pinturas I, operada após a utilização do local como necrópole, pode ser considerada significativa, graças à ação antrópica;
2. A cavidade supracitada além de ter servido como necrópole, é um local de visitas de estudantes e caçadores que ali remexem o solo e acendem fogueiras, além dos caçadores de botijas;
3. Apesar dos locais de inumação terem sido aparentemente selados com pesadas lages de pedras, não impediram a violação dos mesmos pelo homem e por animais diversos que frequentam o lugar, especialmente caprinos que usam os abrigos para urinarem e defecarem, alterando, inclusive, a composição química do solo;
4. No geral, a necrópole indígena não apresenta sua integridade salvaguardada, especialmente por curiosos que visitam esporadicamente o lugar.

Na necrópole Pinturas I, verificamos que os ossos humanos se acumulavam e se sobrepunham, constituindo uma cadeia de deposições nem sempre cronologicamente explícita, graças ao amontoado de fragmentos ósseos, sendo inexistente uma seqüência estratigráfica sedimentar, sendo, portanto, de difícil interpretação a ordem cronológica das disposições funerárias. No caso do sítio Pinturas I, percebemos claramente que os ossos foram acumulados em áreas específicas. Esta característica fora verificada em várias partes do mundo, inclusive em escavações de necrópoles realizadas em Portugal (DUARTE, 1998: 110) e especialmente na Paraíba.

O procedimento em inventariar o NMI, tem como principal objetivo o de verificar quantos corpos poderiam ter sido inumados na necrópole (nas quadrículas escavadas) durante sua ocupação e, talvez identificar possíveis características de enterramento que levem, no futuro, possíveis padrões funerários para a região de domínio dos índios Cariris.

O NMI dos ossos e dentes realizados, principalmente, quando se tem grande quantidade de fragmentos não é, de forma alguma, definitivo, haja vista as limitações de tal qualificação. Qualquer resultado, portanto, são números aproximados. Digno de nota para corroborar com o exposto é que nos sítios por nós escavados foram deixados testemunhos, limitando, assim o NMI.

A necrópole da área por nós escavada, sem dúvida, é de uso coletivo e é bem provável que distintos processos fúnebres possam ter ocorrido no lugar.

Os resultados obtidos nas análises osteológicas podem ser resumidos em dois pontos básicos: os aspectos qualitativos e os aspectos quantitativos.

1- ASPECTOS QUALITATIVOS:

O material, em questão, apresentava-se bastante fragmentado, com quase nenhum osso inteiro. Dessa forma boa parte do material examinado voltou para as sacolas nas quais foi trazido sem ter sido identificado. Alguns ossos aparentavam tamanho reduzido, demonstrando serem de indivíduos de pouca idade ou até mesmo de outros mamíferos. Para o material identificado, em virtude da alta fragmentação, vários desses fragmentos podem pertencer a um mesmo osso, o que dificultou as estimativas quantitativas (Quadro 12).

2- ASPECTOS QUANTITATIVOS

Para o material identificado foram contabilizados para cada osso: o número de total de fragmentos (**N1**); o número de fragmentos com algum identificador que permitisse a identificação individual, evitando que se contasse 2 fragmentos de um mesmo osso (**N2**); e o número mínimo de indivíduos estimados para cada tipo de osso (obtidos dividindo o N2 pelo número daquele osso existente no corpo (**N3**)). Os resultados obtidos estão dispostos no Quadro 12, a qual também indica o acidente utilizado com identificador individual para cada tipo de osso.

TIPO DE OSSO	NÚMERO TOTAL DE FRAGMENTOS (N1)	NÚMERO DE FRAGMENTOS INDIVIDUAIS (N2)	NÚMERO MÍNIMO DE INDIVÍDUOS (N3)	ACIDENTE DO OSSO UTILIZADO COMO INDIVIDUALIZADOR NA CONTAGEM
ULNA	15	13	7	Incisura troclear
CALCÂNEO	7	7	4	O próprio osso
QUADRIL	12	8	4	Acetábulo

ESFENÓIDE	4	3	2	Canal óptico
MANDÍBULA	18	7	4	Gônio
MAXILAR	15	3	2	Fragmentos maiores
RÁDIO	24	18	9	Cabeça do Rádio
FRONTAL	9	6	3	Arco frontal
CLAVÍCULA	9	7	4	Corpo
TEMPORAL *	101	70	35	Meato acústico interno
ESCÁPULA	16	15	8	Cavidade glenóide
ZIGOMÁTICO	6	3	3	O próprio osso
ÚMERO	8	7	4	Epífise distal
TIBIA	19	7	4	Epífise proximal
PATELA	12	12	6	O próprio osso
OCCIPTAL	11	8	4	Protuberância occipital interno
FÊMUR	11	5	3	Epífises proximal ou distal
ESTERNO	1	1	1	Manúbrio
FÍBULA	6	5	3	Maléolo lateral
TALUS	14	14	7	O próprio osso
TARSO	6	-	-	Não foram individualizados
FALANGES	60	-	-	Não foram individualizados
VÉRTEBRAS	124	6	6	Processo odontóide do eixo
COSTELAS	111	6	3	1º par
METACARPO METATARSO	47	7	4	5º metatarso

Quadro 12 – Ossos humanos coletados no sítio Pinturas I.

Para todos os ossos, o valor obtido para o N3 quando este apresentou casa decimal, foi elevado para mais, considerando, dessa forma, o número inteiro imediatamente superior. Dessa forma, existindo 7 repetições para um identificador de um osso, por exemplo a tibia, o N3 foi obtido dividindo-se o valor de N2 por 2, já que existem 2 tíbias no corpo humano, obtendo-se 3,5 indivíduos, valor este considerado como 4 indivíduos.

Para as Falanges e os ossos do carpo não foram feitas individualizações para estimar-se o N2 e conseqüentemente não foi obtido também o N3. Poderia até ser

obtido dividindo-se o N1 pelo número de falanges e carpos existentes no corpo, 28 e 16 respectivamente, mas o resultado obtido poderia ser pouco confiável.

Alguns ossos, tais como a maxila, estavam extremamente fragmentados, e a individualização para a estimativa do N2 foi simplesmente separando-se o material menos fragmentado e observando-se aqueles que não poderiam pertencer a um mesmo osso.

Verifica-se que o osso cuja maior quantidade de fragmentos foi encontrada é o temporal, sobretudo de sua parte petrosa. Tal resultado era esperado, já que essa região apresenta alta concentração de cálcio, permitindo uma maior resistência e durabilidade para o mesmo. Dessa forma, foi utilizado como identificador o meato acústico interno, no intuito de se evitar a repetição de mais de um fragmento para o temporal, sendo este osso o que permitiu obter um N3 de valor mais elevado (35) o qual é o valor a ser considerado como o Número Mínimo de Indivíduos para o material analisado.

4.6.2. Ossos humanos (análise dos resultados)

O estudo apresentado é o resultado de uma escavação arqueológica realizada no ano de 2008, no sítio cemitério Pintura I, no município de São João do Tigre, estado da Paraíba, Brasil.

Foram abordados, na análise osteológica, ossos humanos (estas realizadas no laboratório de Anatomia Humana, do Departamento de Ciências Biológicas da UEPB). Três aspectos básicos foram observados: o paleodemográfico, o morfológico e o paleopatológico. De forma geral, o material coletado encontra-se muito fragmentado. Foram, ao todo, somados mais de 4 mil fragmentos de ossos, não sendo capaz de observar se havia ou não diferenças significativas entre o estado de fragmentação dos ossos de indivíduos adultos, jovens e crianças. Na maioria, os ossos mais fragmentados são longos e os menos fragmentados são os de pequenas dimensões e os mais densos. Essa característica tem sido comum em necrópoles da região, ou que sofreram ações humanas.

Para o NMI, fez-se uso da análise do osso temporal, por ter-se apresentado em maior quantidade devido a sua preservação e o elevado teor de cálcio existente nesse tipo de osso.

Observou-se, também, haver indivíduos de todas as faixas etárias inumados na necrópole.

Os resultados da diagnose sexual e etária levam-nos a concluir que estamos diante de uma população natural (normal, com representações de indivíduos de características naturais diferentes), pois ambos os sexos e praticamente todas as classes etárias estão ali representados.

Não conseguimos realizar as análises métricas dos crânios, tendo em vista o elevado grau de fragmentação dos mesmos, da mesma forma que os ossos pós-cranianos. Trabalhou-se apenas com análises métricas aproximadas de alguns fragmentos de ossos longos, como úmeros, fêmures, tíbias e rádios e alguns curtos.

Analisou-se basicamente a existência de patologias degenerativas e infecciosas, traumáticas, chegando-se às seguintes conclusões: Tudo leva a crer que tais patologias inclusive as observações nos dentes, estejam ligados à alimentação pobre em certas vitaminas, bem como, substâncias constituídas de partículas duras e abrasivas.

Os dados obtidos com a análise da patologia oral corroboram com os resultados obtidos para uma provável idade da morte dos indivíduos da necrópole em estudo.

Com relação ao estudo das patologias degenerativas, observou-se que a artrose é a mais frequente.

Com relação às lesões causadas por traumas diversos, não foi possível identificá-las.

Isso pode servir de indicador de que os indivíduos ali inumados não morreram de lesões infecciosas nem traumáticas, o que sugere que teriam morrido, possivelmente, devido a casos agudos (doenças virulentas, por exemplo), ou acidentes fatais. Só as infecções que se desenvolvem lentamente, tornando-se crônicas é que se tornam realmente visíveis no esqueleto, sendo perceptíveis na pós-exumação.

Não foi possível verificar possíveis cuidados “médicos” nos indivíduos, graças ao elevado grau de fragmentação dos ossos.

As devidas análises realizadas nos ossos dos indivíduos exumados na necrópole Pinturas I, não permitem-nos, no momento, a caracterização deste grupo humano, pois tais informações reunidas com outras a cerca das suas características culturais, podem vir a contribuir para o conhecimento mais profundo sobre o modo de vida desses antigos habitantes dos Cariris paraibanos, traçando melhor seu perfil cultural.

4.6.3.Comentários

Como os ossos da necrópole indígena do sítio Pinturas I estavam totalmente desarticulados, utilizamos algumas técnicas básicas para evitar o mínimo de impactos possíveis: evitar ao máximo a exposição dos mesmos a luz; escavamos os ossos em suas laterais, por cima e por baixo, quando as condições assim favoreciam, em seguida, os mesmos eram colocados em sacos de polietileno e etiquetados; alguns ossos friáveis foram acondicionados em plástico bolha; como não encontramos fragmentos de uma mesma peça anatômica, não foi preciso colocá-los num mesmo recipiente ou saco de polietileno. Não foi necessário utilizar a técnica de emblocamento dos ossos, pois os mesmos estavam completamente misturados, quebradiços e soltos no terreno, não estando envolvidos em torrões de sedimentos compactados (Figura 22).



Figura 22 - Situação em que os ossos humanos se apresentavam no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

Os ossos humanos analisados do sítio Pinturas I mostraram evidências de alterações físico-químicas e mecânicas pós-deposicionais, provavelmente atribuídas aos processos taxonômicos do próprio ambiente, sendo que mudanças diagenéticas e principalmente antrópicas foram comuns nos ossos daquela necrópole.

Acreditamos tratar-se de sepultamentos primários, pois não detectamos nenhum fator que nos leve a acreditar tratar-se de sepultamentos secundários. Não conseguimos identificar o tipo de cova nem tampouco a posição dos esqueletos no solo, como também a orientação dos corpos no evento, graças ao elevado grau antrópico que sofrera os esqueletos.

Não tivemos condições de identificar se dos indivíduos ali sepultados eram do sexo masculino ou feminino, pois crânios, pélves, tamanho e morfologia da mandíbula,

robustez do fêmur e das ulnas, que são ótimos indicadores de sexo, encontravam-se totalmente esfacelados, impossibilitando tal análise.

Apesar do elevado estado de fragmentação em que se encontravam os ossos humanos, percebeu-se em alguns deles existem processos degenerativos através de osteofitose.

4.7. Análise de dentes humanos

4.7.1. Dentes humanos

A partir da análise de um universo de 279 (duzentos e setenta e nove) elementos e fragmentos dentários descobertos no sítio Pinturas I na localidade de São João do Tigre, no estado da Paraíba, extraídos das camadas estratigráficas e em nível superficial, realizou-se uma seleção inicial em que se utilizou o critério de confiabilidade e qualidade do material, obtendo assim, uma amostra de 140 (cento e quarenta) elementos dentários. Posteriormente dividiu-se essa amostra de acordo com sua dentição, sendo 18 (dezoito) da dentição decídua (dentes de leite) e 122 (cento e vinte e dois) da permanente (dentes de osso). Em seguida, foi realizada a separação desses elementos em grupos (Tabelas 1 e 2). Após essa divisão, foi encontrado o maior número de elementos nos grupos dos caninos inferiores esquerdos e segundos molares superiores direitos, podendo estimar um número mínimo de 9 (nove) indivíduos adultos (ver Tabela 1). Em relação à dentição decídua, o grupo de elementos mais prevalentes foi o de caninos superiores esquerdos, com uma estimativa de um número mínimo de 3 crianças (ver Tabela 2). Também foi analisada a prevalência de cárie dentária a partir da inspeção visual e quando não possível utilizou-se a técnica radiográfica do tipo periapical. Constatou-se que 8 (oito) elementos apresentavam-se cariados de um total de 140 (cento e quarenta), isto é, um índice de 5,72% de dentes cariados (Tabela 3). Índice considerado significativamente baixo, levando em consideração às condições de vida desses indivíduos. Foi observado também o nível de abrasão desses elementos e foi constatado índice alto de abrasividade, sugerindo dessa forma, um consumo de alimentos extremamente consistentes, fibrosos e abrasivos. Com relação à idade cronológica dos indivíduos, não foi possível afirmar com exatidão. Porém, chegamos a conclusão de que a amostra era constituída seguramente por crianças (abaixo de 12 (doze) anos de idade) e adolescentes, uma vez que havia dentes decíduos e permanentes jovens (com raízes

não totalmente formadas - molares permanentes no estágio 6 a 8 de Nolla). Deduzimos também que possivelmente existiam adultos jovens e de meia idade, levando-se em consideração principalmente o grau de abrasividade dos dentes permanentes. Havia dentes com alto grau de abrasividade em nível de dentina e bem próximo à polpa dentária (Figura 23), sugerindo dessa forma, adultos de meia idade, já que a expectativa de vida desses indivíduos raramente ultrapassava os quarenta anos de idade. Já os de baixa e média abrasividade foram enquadrados como adultos jovens.



Figura 23 - Dentes com elevado grau de abrasividade coletado no sítio Pinturas I, em São João do Tigre – PB.

TABELA 1. Distribuição absoluta dos elementos permanentes

DENTE	ARCO	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE
Incisivos Centrais	Superior	Direito	0
		Esquerdo	1
	Inferior	Direito	4
		Esquerdo	0
Incisivos Laterais	Superior	Direito	0
		Esquerdo	1
	Inferior	Direito	3
		Esquerdo	7
Caninos	Superior	Direito	0
		Esquerdo	4
	Inferior	Direito	2

		Esquerdo	9
1ºs Pré-molares	Superior	Direito	3
		Esquerdo	6
	Inferior	Direito	5
		Esquerdo	6
2ºs Pré-molares	Superior	Direito	3
		Esquerdo	6
	Inferior	Direito	7
		Esquerdo	7
1ºs Molares	Superior	Direito	2
		Esquerdo	1
	Inferior	Direito	8
		Esquerdo	2
2ºs Molares	Superior	Direito	3
		Esquerdo	6
	Inferior	Direito	9
		Esquerdo	6
3ºs Molares			13
TOTAL			122

TABELA 2. Distribuição absoluta dos elementos decíduos

DENTE	ARCO	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE
Incisivos Centrais	Superior	Direito	1
		Esquerdo	2
	Inferior	Direito	1
		Esquerdo	0
Incisivos Laterais	Superior	Direito	2
		Esquerdo	1
	Inferior	Direito	0
		Esquerdo	0
Caninos	Superior	Direito	1

		Esquerdo	3
	Inferior	Direito	2
		Esquerdo	0
1ºs Molares	Superior	Direito	1
		Esquerdo	1
	Inferior	Direito	1
		Esquerdo	1
2ºs Molares	Superior	Direito	1
		Esquerdo	0
	Inferior	Direito	0
		Esquerdo	0
TOTAL			18

Tabela 3. Distribuição absoluta e percentual do índice de cárie dental

Saúde dental	Valor Absoluto	Valor percentual (%)
Hígido	132	94,28
Cariado	8	5,72
TOTAL	140	100

Fonte: Laboratórios do Departamento de Odontologia da UEPB.

Número total de dentes – 279 (duzentos e setenta e nove);

Número total de dentes analisados – 140 (cento e quarenta);

Número total de dentes cariados – 8 (oito);

Número total de dentes em formação (Estágio de Nolla) – 5 (cinco).

- 3 primeiros molares superiores direitos

- 1 segundo molar inferior direito

- 1 terceiro molar superior

Número Mínimo de Indivíduos – 12, sendo: (adultos, 09 indivíduos – criança, 03 indivíduos)

Através da análise de desgaste dos dentes (abrasão) bem como perda de dentes *in vivo*, pode-se inferir acerca de, por exemplo, os hábitos alimentares de um indivíduo.

A análise dos dentes do sítio Pinturas I apurou que:

- A quase ausência de cáries e de abscessos alveolares talvez esteja ligada ao tipo de alimento com pouca glicose que deveria fazer parte da dieta alimentar do grupo humano sepultado na necrópole do sítio Pinturas I.
- Já a abrasão dentária manifesta-se em quase todos os dentes analisados, especialmente em indivíduos possivelmente adultos. Em muitos dos dentes chega-se a verificar a perda parcial e total da coroa e a raiz quase funcional. Em muitos deles acreditamos que o grau de abrasão dentária chega a 7,8,9 e 10 - numa escala que vai de 1 a 10 (SMITH, 1984: 39-56). Em parte significativas dos dentes, o esmalte desapareceu completamente, bem como a exposição da dentina.

Acreditamos que a forte abrasão dentária verificada nos dentes coletados neste sítio se deve especialmente a três fatores básicos: 1. Fatores dietários; 2. Atividades mastigatórias; 3. Uso dos dentes como instrumentos de ferramentas para furar e/ou cortar matérias-primas.

- Alimentação baseada em vegetais fibrosos e duros, que causaram abrasão densa dos dentes, especialmente de indivíduos adultos;
- Elevado consumo de vegetais que desbotaram a cor natural dos dentes, sendo provavelmente o tabaco e vegetais ácidos.

4.7.2. Dentes humanos/problemas dentários

Os problemas dentários como cárie, abrasão, abscesso, cálculo dental e reabsorção alveolar vêm sendo tratados pela Arqueologia há algumas décadas no Brasil, objetivando, em especial se obter dados sobre os hábitos alimentares das populações e estimativas de idade. Trabalhos como o de Houbert (et alli. 2004) que estudaram arcadas dentárias de esqueletos provenientes de sítios arqueológicos escavados em Santa Catarina, Brasil, servem de referencial para os nossos estudos.

Como nossa proposta inicial não é a de trabalhar os problemas dentários, deixamos de elaborar modelos divisionais capazes de nos fornecer pormenores sobre os dentes coletados nas escavações, como procederam Houbert e outros, mas sim, apenas observar se os dentes apresentam cáries, abrasão e outros problemas, bem como buscar o NMI da necrópole (a parte escavada) e a possível idade dos indivíduos nelas inumados.

No sítio Pinturas I, por exemplo, percebemos que, graças ao elevado grau de degradação da necrópole, todos os dentes coletados sofreram queda pós-deposicional, já que maxila ou mandíbula também pequenos fragmentos, não se encontraram as mesmas com dentes inseridos.

De forma geral, o estudo dos dentes pode-nos aferir determinados indicadores do *modus vivendi* dos indivíduos, assim como os ossos de esqueleto. Em condições em que os ossos humanos, por exemplo, têm contato com solos que apresentam elevados níveis de salinidade (10,2), bem como pH ácido (6,2), os ossos se deterioram, ficam friáveis e quebradiços, dificultando análises diversas, enquanto que os dentes se mantêm com sua forma estrutural tal que o(s) indivíduo(s) o(s) possuía(m) antes da morte. Dessa forma, assegura Hugo Cardoso (2008: 2) que os dentes são melhores indicadores econômicos do que os ossos por serem menos sensíveis à condição socioeconômica a qual o indivíduo está inserido, bem como, passa a ser "... melhor indicador de idade, do que o desenvolvimento do esqueleto." Não queremos afirmar com isso que os dentes humanos não estão totalmente livres dos efeitos ambientais extremos, mas sofreram menos consequências degradantes do que os ossos humanos.

O desgaste dentário, sem dúvida, é um excelente indicador de condição de vida de um indivíduo, de sexo e idade, que nem sempre os ossos podem fornecer, especialmente quando se encontram friáveis e quebradiços.

4.7.3. Estimativa de idade

A dentogênese e a osteogênese vêm sendo largamente utilizadas como disciplina ou técnica capaz de proporcionar "elementos à estimativa de idade biológica e refletem tanto condições hereditárias como o impacto de carência nutricionais e/ou outras formas de estresse sobre os indivíduos" (SOUZA, 1993: 2). Dessa forma, os

estudos de dentes humanos são vistos como importantes fontes documentais, especialmente no tocante a relações de grupos humanos distintos pré-históricos e históricos com grupos atuais. A partir das informações obtidas, pode-se chegar, via comparação, ao estilo de vida das populações passadas em comparação com as atuais.

Apesar dos erros ou prováveis estimativas aleatórias de idades de indivíduos que viveram há séculos, a dentogênese ainda é considerada “menos sujeita a variações e, portanto, tida como um critério relativamente seguro para a estimativa de idade” (STEELE BRAMBLET, 1988, *Apud* Souza, 1993: 3).

Através do estudo dentário, pode-se obter, por exemplo, dados demográficos da região, dentários e patológicos, bem como o *modus vivendi* de um grupo humano.

4.8. Ossos de animais e dieta alimentar

Uma das formas de sabermos a dieta alimentar de um grupo humano é através de análises de ossos. A Zooarqueologia e a Paleobotânica podem fornecer dados precisos acerca do *menu* de um grupo. Outra forma em se obter tais dados é o de estudar o entorno circundante onde o grupo praticava suas atividades; mas afirmar categoricamente quais as espécies mais consumidas pelo grupo só através da análise e observação da presença de traços vegetais ou animais em conteúdos estomacais ou na forma de coprólitos (fezes fossilizadas) (FACCAT, 2008).

Em outros casos, ao arqueólogo cabe analisar os relatos historiográficos e/ou deduzir do contexto e das circunstâncias dos achados arqueológicos: grãos e ossos carbonizados numa estrutura de fogueira podem ser um ótimo indicador da dieta alimentar de um grupo, entretanto, são difíceis de se preservarem justamente por serem restos de alimentação e ficarem expostos aos animais e às intempéries.

Os restos de animais ou vegetais evidenciados numa escavação podem levar o arqueólogo a várias deduções: pode-se deduzir qual estação do ano aqueles animais e/ou vegetais foram consumidos; se o local era habitado sazonalmente ou não. Por outro lado, o arqueólogo corre sérios riscos ao realizar tais interpretações, principalmente em ambientes que se processaram fortes mudanças causadas por questões naturais ou antrópicas. Os restos de determinada espécie coletada na escavação poderá ou não ter existido no entorno do sítio ou ser exógena. O ideal é que

se colete amostras de vários sítios escavados pertencentes a um dado grupo cultural para a partir daí, emitir juízo de valor a respeito da dieta alimentar daquele grupo (QUEIROZ, 2002).

Com relação ao provável grupo étnico por nós trabalhado na região em apreço, já que se trata de grupo histórico (pós-contato), as fontes historiográficas informam o menu principal dos índios Cariris, sendo, inclusive, parte da dieta alimentar desses grupos incorporada à dieta dos colonizadores que legaram tais costumes às gerações futuras. Além dos restos macro botânicos e restos micro botânicos, impressões vegetais em argila, ferramentas, análise dos restos vegetais, análise química dos resíduos nos fios das ferramentas e em vasilhas, estratégias do uso das plantas com relação à estacionalidade e domesticação, contamos com informações precisas dos cronistas, bem como, todo um legado alimentar que o sertanejo contemporâneo adquiriu de seus ancestrais.

De forma geral, os restos faunísticos têm sido estudados em maior escala do que os restos florísticos como dieta alimentar de um grupo. Os grupos humanos do passado tinham a sua base alimentar mais voltada ao consumo de vegetais do que animais daí sugerir que os protos-índios seriam mais coletores do que caçadores e não ao contrário.

A análise do *menu* alimentar de um grupo merece alguns cuidados como: os restos alimentares encontrados no contexto arqueológico são realmente de origem antrópica ou simplesmente estão ali por causas naturais? Ou talvez por ação de outros predadores?

Necessariamente animais e vegetais podem, também, ter sido utilizados para outras atividades que não a alimentar: ritual, extração de couro, ossos e dentes, uso de fibras vegetais para amarrar o cadáver; fabricar fios para utensílios diversos e adornos, etc. Nesse sentido, a Tafonomia¹ poderá proporcionar respostas mais sólidas sobre os achados.

No sítio Pinturas I, em São João do Tigre, deparamo-nos com pequenos ossos de preá e mocó, além de carapaças de tatu (Figura 24). Acreditamos que estes ossos

¹ Estudo do que ocorreu com os ossos entre o momento em que os mesmos foram inumados e a sua exumação.

pertenceram a animais que frequentaram o lugar no pós-processo deposicional dos mortos. A relação de animais e vegetais por nós levantada nas imediações do referido sítio, pode, sem dúvida, ter servido de base alimentar para os grupos humanos que ali viveram, incluindo aí os ossos daqueles animais coletados na escavação arqueológica.



Figura 24 - Carapaças de tatu, sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

4.9. Datações obtidas no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

Tendo em vista o elevado grau de deteriorização em que se encontrava o material arqueológico coletado no sítio Pinturas I, optamos por datar fragmentos de cerâmica, haja vista o bom estado de conservação e o tamanho mínimo das peças.

Assim, foram datados no Laboratório de Cristais Iônicos, Filmes Finos e Datações - LACIFID/USP, dois fragmentos de cerâmica através do método de Termoluminescência (TL), obtendo-se uma datação de 196 anos AP. \pm 6 anos e uma segunda de 267 anos AP. \pm 10 anos.

Dessa forma conseguimos obter dados cronológicos ocupacionais para a inumação de indivíduos na necrópole do sítio Pinturas I. Temos, portanto, um período de ocupação do abrigo para as atividades de sepultamentos dos grupos humanos que viveram na região que compreende os séculos XVII e XVIII, período este em que os índios denominados de Cariri foram contactados e extintos na área em apreço, o que nos leva a levantar a hipótese de a necrópole Pinturas I ter servido como local de sepultamento para os indivíduos desse grupo humano.

CAPITULO V

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA E OUTRAS ANÁLISES DO SÍTIO PINTURAS I, SÃO JOÃO DO TIGRE – PB.

As características evidenciadas na escavação arqueológica do sítio Pinturas I, em São João do Tigre, fornecem-nos informações que sustentam a tese de terem existido no que hoje denominamos de região Nordeste, características comuns e peculiares observadas em várias importantes necrópoles da região, apesar do elevado grau de destruição antrópica e natural em que se encontrava o sítio Pinturas I.

Nas quatro importantes necrópoles citadas por Gabriela Martin (2005): Gruta do Padre, Furna do Estrago, Pedra do Alexandre e o Sítio Justino, evidenciaram-se materiais arqueológicos, comuns, também, no sítio Pinturas I, em São João do Tigre e em outras necrópoles já localizadas e parcialmente estudadas nos sertões da Paraíba.

Não identificamos, no sítio Pinturas I, o que fora identificado, por exemplo, no importante Sítio Justino. Lá, houve em outro uso do local pelo menos grupos humanos, que fizeram uso do sítio arqueológico como local de aldeamento.

Identificamos na região do sítio Pinturas I, local possível de aldeamento do grupo humano que ali viveu, fossem os índios Cariris da época do contato ou seus possíveis antepassados.

Partindo de dados empíricos e observacionais e dados obtidos em análise de outras necrópoles semelhantes, no Nordeste do Brasil, que o sítio Pinturas I, com relação ao sedimento, em parte é formado por processos pós-deposicionais, causados pela ação dos rituais fúnebres do grupo humano que ali selecionou aquele abrigo na paisagem como uma necrópole e/ou lugar sagrado, pois tal ambiente apresenta-se em destaque no meio de tantos outros serrotes e abrigos-sob-rocha. Esta característica também foi observada na necrópole Pedra do Alexandre, no Seridó do Rio Grande do Norte (MUTZENBERG, 2007: 115).

O material arqueológico evidenciado a partir da escavação arqueológica do sítio Pinturas I, pode ser considerado comum a outras necrópoles escavadas na região Nordeste. Em Buique evidenciaram-se fibras trançadas, enterramentos em cova. Em

Zorobabel, nas dunas de Rodelas (BA), inumaram-se inúmeros indivíduos com seus possíveis pertences (enxoval). No sítio Pinturas I, apesar do grau de fragmentação do material arqueológico (ossos, dentes, cerâmica, contas de colar e material lítico), o NMI revelou uma grande quantidade de indivíduos de várias faixas etárias e provavelmente de sexo masculino e feminino, provando tratar-se, também, de uma grande necrópole, equivalente em importância as principais já escavadas no Nordeste do Brasil.

No cemitério Pinturas I, identificou-se que os indivíduos ali inumados foram sepultados e não simplesmente colocados deliberadamente. Acreditamos que a forma básica de sepultamento na necrópole foi indireta, pois a presença de elementos da cultura material do grupo demonstra que houve cuidados básicos com os falecidos. Na necrópole em questão, pelo pequeno espaço em que os corpos foram inumados e pela grande quantidade de indivíduos, acreditamos ter sido a área de uso coletivo, com corpos que se sobrepunham a outros já previamente enterrados. Não identificamos se vários corpos foram sepultados numa mesma cova, apenas conjecturamos tratar-se de sepulturas coletivas pelos motivos já expostos.

Não percebemos se as sepulturas eram primárias ou secundárias, pois devido ao elevado grau de antropismo, não detectamos se os ossos estavam ou não articulados.

Não identificamos a presença de ossos pintados. É possível que existissem, mas devido ao elevado nível de salinidade do solo, bem como o pH elevada, os ossos apresentam-se com uma cor acinzentada, quebradiços e num processo natural de descamação, o que pode ter contribuído para fazer desaparecer qualquer vestígio de pintura nos mesmos.

Não identificamos atos de incineração nos milhares de fragmentos ossos analisados. Em contato com os sedimentos da necrópole, identificamos, durante a escavação, presença de cinzas, mas fora de contexto, o que limita nossa interpretação acerca do tema incineração naquela necrópole.

Não foi verificado na necrópole do sítio Pinturas I, se os indivíduos inumados tinham o corpo recoberto por lajotas de pedras, costume comum em sítios arqueológicos no Nordeste semiárido; no entanto, identificamos a existência de lajotas de granito sobre a área escavada, mas tomamos conhecimento que foram colocadas

por indivíduos que freqüentaram recentemente o local, como forma de reparar os danos causados ao patrimônio.

Não identificamos se os enterramentos eram individuais ou duplos, mesmo sabendo que no Nordeste do Brasil a predileção para enterramentos era individual.

Não identificamos pelo elevado grau de deterioração do material arqueológico, a posição e acomodação dos esqueletos ali inumados, bem como a orientação dos esqueletos dentro da necrópole.

Não identificamos, neste sítio, se os corpos eram envoltos em esteiras ou redes ou deitados em giraus de madeira ou pedra ou por sobre outro mecanismo qualquer que evitasse o contato direto do corpo com o chão.

Não tivemos condições de averiguar se os esqueletos foram depositados em decúbito, bem como certas posições, graças ao elevado grau de antropismo.

Não tivemos como identificar se as fossas em que os indivíduos eram inumados eram de formato quadrado, redondo, oval ou outra forma geométrica qualquer.

Com relação ao tamanho do abrigo rochoso em que jazem os restos esqueléticos dos indivíduos inumados no sítio Pinturas I, segue um padrão já identificado, no semi-árido do Nordeste, pois, tratam-se de lugares com poucas dimensões de largura, altura e profundidade que não ultrapassa 1 mts, mas sempre protegidos das intempéries.

Com relação aos adornos que compunham os enxovais do sítio Pinturas I, são de origem óssea, ao menos os que chegaram até nós; os de origem orgânica, devido a sua curta longevidade, além do elevado teor de salinidade do solo, se existiram no local, desapareceram; os adornos mais comuns nas necrópoles do Nordeste são pingentes e contas de colar, também identificados no sítio Pinturas I.

Não identificamos a existência de fogueiras por sobre os indivíduos, nem tampouco nas laterais do local que exumamos os restos esqueléticos dos índios ali sepultados.

O não achamento ou identificação de certas características comuns em outras necrópoles do Nordeste, mas ausentes no sítio Pinturas I, não invalidam a hipótese de não ter existido dinamicidade e heterogeneidade nos processos de enterramentos naquele local.

Não podemos afirmar que a cerâmica coletada no sítio Pinturas I, fazia parte de Igaçabas, mas que as reconstituições nos mostram ser uma cerâmica utilitária de pequenas vasilhas que, é possivelmente, tenham servido como parte de algum ritual fúnebre, mesmo que a pesquisadora Gabriela Martin chegue a afirmar que não existiam grandes diferenças entre a cerâmica utilitária e a utilizada como igaçabas. No nosso caso, chegamos à conclusão de ser uma cerâmica utilitária levando em consideração o tamanho das peças, o que seria pouco convincente, seu uso, como igaçaba.

Das várias formas de inumações primárias indicadas por Gabriela Martin para o Nordeste do Brasil, conseguimos identificar no sítio Pinturas I:

- Presença de enxoval fúnebre, mesmo que fora de contexto, ou seja, sem conseguirmos identificar a qual ou quais covas pertenciam;
- Presença de contas feitas a partir de ossos de animais e pingentes de dentes de animais;
- Vestígios de cinzas e fragmentos de carvões, mas sem a possibilidade de identificarmos atividades ritualísticas diversas;
- Utilização de vasilhames cerâmicos de vários tamanhos e formas, provavelmente como parte do mobiliário fúnebre;
- Enterramentos prováveis individuais e/ou coletivos.

Na necrópole do sítio Pinturas I, não conseguimos identificar nem o gênero nem sexo dos indivíduos ali inumados.

Por se tratar de uma necrópole indígena comprovadamente através de datação do material arqueológico cerâmico, não identificamos vestígios da cultura européia que possam ter interferido no modo de sepultamento dos índios da região.

Com relação à cronologia de ocupação da necrópole do sítio Pinturas I, as datações obtidas através de datações absolutas pelo método de TL., traçamos um período de ocupação daquele ambiente, enquanto cemitério, por um período de cerca de 2 (dois) séculos. Uma terceira datação de cerâmica encontra-se em andamento, que será incorporada a estes resultados a posteriori.

5.1. A análise da cultura material

Observamos, de acordo com atividades comparativas com outras necrópoles do Nordeste, tratar-se os grupos que inumaram seus mortos, de indivíduos horticultores/caçadores/coletores. As análises osteológicas e dentológicas, bem como a presença de cerâmica utilitária e materiais líticos possivelmente com as mesmas serventias, são testemunhas do *modus vivendi* do grupo humano que viveu na região.

Detectamos que além da necrópole sítio Pinturas I existem outros locais nas proximidades que apresentam características geo-ambientais idênticas, os encontrados no Pinturas I, como o sítio Jucurutu e Pinturas III (necrópoles), num raio de no máximo três quilômetros, que foram utilizados para o mesmo fim, provavelmente devido a superlotação da necrópole Pinturas I.

Acreditamos que os índios que usaram o local para enterramento dos mortos praticavam a agricultura, pois os grupos apenas coletores/ caçadores, por apresentarem características nômades, não enterravam seus mortos em locais constantes, bem como a literatura exposta tem nos mostrado tais evidências.

Identificamos nas proximidades das três necrópoles existentes na área, um local provável que deve ter servido de aldeamento para os índios da região. O local será prospectado a posteriori e encontra-se acerca de 2,5 km do sítio Pinturas I e a apenas 500 metros da necrópole Jucurutú.

A Tanatologia arqueológica foi, até certo ponto, prejudicada no sítio Pinturas I, devido o elevado grau de depredação da necrópole. Apenas atividades de exumação, identificação de alguns ossos humanos, primeira tentativa em se identificar traços da cultura material, mas foi inviabilizada a identificação de sexo, população, idade e causa *mortis*, ocorrendo, tais atividades, apenas em laboratório.

O processo de exumação dos restos esqueléticos do sítio Pinturas I, levou em consideração as condições de antropismo em que se encontrava o local; mesmo assim, foi adotado atividades que minimizassem maiores impactos no local, como adotar medidas de contenção dos perfis e evitar elevado peso por sobre os restos (fragmentos) ósseos e outros materiais do local.

Acreditamos que além das questões antrópicas, questões de ordem natural, tais como: pH elevado e altos índices de salinidade contribuíram para que o material

arqueológico, especialmente os ossos humanos, apresentem-se fragmentados, friáveis e quebradiços (Figura 22).

Os ossos que estavam em contato direto com o sol, durante algumas horas do dia, encontravam-se esbranquiçados e quebradiços; já os exumados, na escavação, encontravam-se friáveis e apresentando cor amarelada, sendo uma característica comum observada em outras necrópoles do Nordeste.

Não foi possível identificar, *in situ*, doenças osteológicas e de outras naturezas que possam ter causado a morte dos indivíduos, tais como: causas biológicas, químicas, mecânicas ou ambientais.

5.2. Material cultural e possível filiação desses materiais ao grupo humano dos índios Cariris e seus antecessores

Identificamos que o grupo humano que inumou seus mortos, no sítio Pinturas I, tinha conhecimento técnico da cadeia operatória de confecção de recipientes de cerâmica, o que nos leva a conjecturar tratar-se de um grupo ceramista, agricultor, mas não abandonando as práticas de caça e coleta e possivelmente a pesca; é possível, portanto, tratar-se de grupos sedentários ou semisedentários;

- Com relação ao material lítico, o material coletado era lascado; não identificamos se fazia parte do enxoval fúnebre;
- Com relação à presença de adornos corporais, o sítio Pinturas I, mostrou-se favorável, com contas e pingentes, provavelmente parte do enxoval de alguns indivíduos;
- A cerâmica, pela reconstituição, é utilitária e de pequeno porte, não sendo, portanto, recipientes para sepultamentos, mas talvez tenham feito parte do ritual fúnebre.

Não identificamos, até o momento em análise de cemitérios da Paraíba (Furna dos Ossos, em São João do Cariri), processos diferenciados de sepultamentos, indo de encontro ao que estabelece Daniela Cisneiro Silva que afirma poder existir numa mesma área, mesmo que pertencendo ao mesmo grupo humano, práticas fúnebres distintas. No Cariri paraibano ao menos e áreas de domínio dos índios Cariris, as características materiais e estruturais são mais homogêneas do que heterogênea, com ressalvas.

5.3. Arqueologia e meio ambiente

A região em que se encontra o sítio Pinturas I está inserida nos domínios das caatingas. Desde o final do Pleistoceno aos nossos dias, que as características geo-ambientais pouco mudaram. Dessa forma, os grupos humanos que ali viveram tinham profundo conhecimento do ambiente, pois retiravam dele o essencial à sobrevivência.

Em áreas semiáridas, pelas condições pouco favoráveis à sobrevivência e, portanto, a exigência de um maior tempo para conseguir o mínimo de matéria-prima, leva-nos a conjecturar que os grupos humanos eram de pequeno número, talvez grupos familiares que não ultrapassem cinquenta (50) indivíduos, mas que viviam próximos, ligados por laços consanguíneos e que utilizavam alguns ambientes comuns, como o(s) local (is) para sepultarem seus mortos.

Através da análise dos recursos disponíveis na região em apreço atualmente, tem-se uma idéia de que os grupos humanos do pré e pós-contato extraíam do próprio ambiente os recursos para a sobrevivência, em homeostase com o meio agreste.

Segundo levantamentos historiográficos, os índios do contato e, por conseguinte, seus ancestrais, viviam em homeostase com o ambiente, sendo que foi o contato e o domínio da região do Cariri pelo homem branco que quebrou uma teia em equilíbrio há milhares de anos. Os grupos humanos ocupantes da área em estudo viveram e retiraram das caatingas, sua sobrevivência. Portanto, eram seres totalmente adaptados e conhecedores do ambiente.

Segundo datação através do C 14 desde 7.000 anos AP que já existem indícios da ocupação humana nos Sertões da Paraíba (MARTIN, 2005), no início do Holoceno. Os estudos têm mostrado que, de forma geral, o ecossistema caatinga pouco mudou nos últimos 80 séculos na região, o que leva-nos a concluir termos grupos humanos totalmente adaptados na região no período do contato, bem como antes dele.

Como os atos de vandalismos fora intenso no sítio Pinturas I, é inseguro afirmar categoricamente que os indivíduos ali inumados pertenciam ao grupo humano dos índios Cariris; só novas pesquisas na região com atividades comparativas poderão refutar ou confirmar tratar-se de sepultamentos desses índios.

5.4. Conclusões/considerações acerca das atividades arqueológicas desenvolvidas no sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

Escavado em 2008, o cemitério indígena sítio Pinturas I, em São João do Tigre, Paraíba, constitui uma importante necrópole que pode contribuir para a caracterização do perfil cultural do grupo humano que habitou a região, possivelmente os índios Cariris.

Os trabalhos de campo e laboratorial foram desenvolvidos durante cerca de dez (10) meses, sendo que a intervenção arqueológica permitiu a quantificação de um número mínimo de indivíduos 35 (trinta e cinco) na área escavada do sítio. Estes números não excluem a possibilidade de existirem mais ossos ou fragmentos desses, bem com dentes humanos, por força de lei que exige que se deixe “intacta” parte do sítio, como testemunho para possíveis e futuras intervenções.

As características da necrópole sugerem que havia uma escolha prévia quanto ao lugar para as inumações, tendo em vista a repetição de necrópoles em serrotes de grau médio de dificuldade de acesso e a busca por abrigos rochosos e proximidade de corpos d’água e fontes básicas de matérias-primas e alimentos.

Com relação aos dentes humanos obtidos durante a escavação, num total de 279, sendo analisados 140 dentes, conseguimos realizar o NMI, obtendo-se 12 indivíduos (nove adultos e três crianças). Esses números vão de encontro aos 35 obtidos com a análise dos ossos humanos. A explicação mais plausível é que apenas cerca de 50% dos dentes foram analisados, pois os demais estavam impossibilitados de análise, bem como é possível que parte dos dentes tenha caído antes da morte dos indivíduos por motivos diversos.

Os adornos (contas de colar e pingentes) serão, no final deste trabalho, comparados com aqueles obtidos na necrópole Furna dos Ossos, em São João do Cariri e de outros sítios, que possivelmente servirão como ótimo indicador da cultura material desses grupos humanos.

Com relação aos ossos de animais, carapaças de tatu e ossos de preá e/ou mocó, acreditamos terem origem pós-deposicional já que esses animais ainda frequentam o local e perturbam o solo, como verificado numa das quadrícula em que aparece um buraco de tatu que conduziu inúmeros ossos humanos para o seu interior, sendo tal buraco, a nosso ver, recente.

Os procedimentos quanto ao material lítico e cerâmico serão os mesmos dos adornos, comparados entre si, como forma de extrair dessa comparação o máximo de informações possíveis sobre o perfil cultural desse (s) grupo (s) humano (s).

6. CONCLUSÕES

De acordo com os questionamentos levantados na problemática e os resultados obtidos através das análises realizadas, chegamos a algumas proposições e sugestões:

1. Com relação à existência ou não de uma suposta ligação dos restos esqueléticos inumados no sítio Pinturas I, e apetrechos da cultura material daqueles indivíduos com os índios Cariris, habitantes da região na época do contato, concluímos que devido ao elevado grau de deterioração em que se encontra o material arqueológico, especialmente dentes e ossos humanos, achamos ser inseguro fazer certa afirmação; entretanto, a historiografia tem nos mostrado que a área era habitada pelo grupo humano denominado de Cariri no pós-contato e as duas datações que obtivemos nos dão conta ser possível que a necrópole Pinturas I possa ter servido como local de sepultamento desse grupo étnico;

2. No entanto, com relação à cultura material desse grupo e o seu perfil cultural, concluímos ser insuficiente o material arqueológico coletado na escavação, o que nos leva a sugerir que se escavem outros sítios onde esse grupo humano habitou, colem-se mais materiais arqueológicos com o objetivo de consolidar ou refutar a idéia de que esses locais, especialmente o sítio Pinturas I, serviram de necrópole para os índios Cariris do pós-contato;

3. Com relação à semelhança ou não da necrópole Pinturas I com outras já escavadas e conhecidas seus resultados no Nordeste do Brasil, concluímos que inúmeros traços observados em necrópoles como a Furna do Estrago, o Sítio Justino, Pedra do Alexandre e a Gruta do Padre, Furna dos Ossos aparecem no sítio Pinturas I, como: material lítico lascado, cerâmica utilitária, adornos corporais, localização geográfica em destaque do sítio, elevada concentração de indivíduos inumados, dentre outros. No entanto, o elevado grau de antropismo do sítio inviabilizou outras análises que poderiam nos fornecer dados que fossem capazes de serem comparados com outras importantes necrópoles da região;

4. Com relação ao questionamento se as práticas funerárias do sítio Pinturas I são semelhantes ou não a outras de necrópoles da região, concluímos ser inseguro fazer tais afirmações. A escavação arqueológica do sítio Pinturas I nos mostrou que existem algumas semelhanças no tocante aos adornos (enxoval), material lítico e presença de

cerâmica, mas não tivemos condições de observarmos pontos fundamentais como: posição do esqueleto na cova, tipo de cova e os processos ritualísticos pós-morte;

5. Com relação à existência ou não de uma vinculação entre os indivíduos inumados no sítio Pinturas I e os indivíduos que pintaram as paredes suporte do abrigo, concluímos através da escavação arqueológica e das duas datações obtidas que não se trata do mesmo grupo humano, sendo, portanto, as figuras mais antigas do que os corpos sepultados na necrópole, levando-se em considerações datações de outras regiões acerca das figuras rupestres.

Associamos a idade dos esqueletos inumados no sítio Pinturas I as datações obtidas por TL através de fragmentos de cerâmica, acreditando que as cerâmicas encontradas e coletadas de vários níveis estratigráficos fizeram parte ou do enxoval fúnebre ou do ritual pós-morte. Assim, trabalhamos com a hipótese da similaridade, daí a necessidade em se obterem novas datações e dados mais consistentes para que possamos afirmar ou não que o local era uma necrópole dos índios da região, os Cariris.

Da mesma forma, acreditamos que a necrópole Pinturas I, em São João do Tigre, foi densamente ocupada para a única finalidade de sepultamento, já que não foi identificado, durante a escavação, material arqueológico que pudesse dar outra atribuição ao local. Assim, o sítio Pinturas I, que foi escavado parcialmente, cerca de 1/3, pode ser enquadrado como uma das grandes necrópoles indígenas do Nordeste do Brasil, graças ao número de indivíduos inumados na parte escavada.

Enfim sugerimos:

1. A escavação de outras necrópoles na região próxima ao sítio Pinturas I, como o sítio Pinturas II e o Jucurutu, para a coleta de materiais e as devida comparações;
2. A escavação de outros sítios em áreas de domínios dos índios Cariris, para o fornecimento de melhores dados e comprovação ou não de os mesmo terem vivido e inumados na região;
3. Atividades de Educação Patrimonial na região em apreço com objetivo de estabilizar o processo de destruição dos sítios arqueológicos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Aurélio. M. G. **Culturas indígenas do Brasil**. São Paulo: Traços, 1987.

AGUIAR, Rodrigo L. S. de. **Manual de arqueologia rupestre** - uma introdução ao estudo da arte rupestre na ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes. Florianópolis: IOESC, 2002.

ALMEIDA, F., ARAÚJO, A. C., AUBRY, T. **Paleotecnologia lítica: dos objectos aos comportamentos**. Paleoecologia Humana e Arqueociências. Lisboa: um programa multidisciplinar para Arqueologia sob a tutela da cultura/IPA, 2007.

ALMEIDA, Ruth Trindade de. **A arte rupestre nos Cariris Velhos**. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1979.

ANCHIETA, José de. **Informações do Brasil e de suas capitanias (1584)**. JM: Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões. S.d.

ARQUEOLOGIA DA MORTE. Obtido em: <http://.itaucultural.org.br/arqueologia>. Acesso em: 28 jun 2008.

AZEVEDO, Carlos. **Arqueologia** - Estudos e pesquisas. João Pessoa: Ideia, 2008.

BARBOSA, Bartira Ferraz. **Paranambuco: Poder e herança indígena** - Nordeste séculos XVI - XVII. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

BINFORD, L. **Archaeology as Anthropology**. American Antiquity, 28. 1962. pp. 129-137.

_____. **Mortuary Practices: Their Study and their potencial**. In: Brown, J. A. 1971.

BORA, Eloi; SGANZERLA, Eliane Maria; CHMYZ, Igor. A ocupação humana na área do Programa de Florestamento da Chamflora Amapá Agroflorestal, LTDA, 2006.

BORGES, José Elias. Índios Paraibanos - classificação preliminar. In: MELO, José Octávio de Arruda; RODRIGUES, Gonzaga (Orgs.). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo** - por uma seleção de autores. 2. ed. João Pessoa: GRAFSET, 1993.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

BRANNER, John C. Inscrições em rochedos do Brasil. In: **Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano**, tomo XI, Recife: 1904.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

BRITO, Vanderley de. O sítio arqueológico Araçoajipe - Paraíba. In: SANTOS, Juvandi de Souza (Org). **Pré-história: uma coletânea de textos didáticos**. João Pessoa: JRC, 2006.

_____. O homem e o meio na Paraíba. **Diário da Borborema**. Campina Grande: 21 mai 2008. A2.

BROCHADO, José Proenza. **Alimentação na floresta tropical**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1977.

BUCO, Cristiane. **A arte rupestre**. São Raimundo Nonato: FUNDHAM, 2005.

BUNGE, Mário. **La investigacion científica: su estratégia y su filosofía**. Barcelona: Ariel, 1985.

CAMACHO, Ramiro Gustavo Valera; BAPTISTA, Gustavo Macedo de Mello. Análise geográfica computadorizada aplicada à vegetação da Caatinga em unidades de conservação do Nordeste: a Estação Ecológica do Seridó-ESEC/RN/Brasil. **Anais do XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. 16-21 abr 2005. Goiânia: INPE, 2005. pp. 2611-2618.

CARDOSO, Hugo. Dentes indicam melhor a idade do que o esqueleto. **Revista Ciência Hoje**. Obtido em: <http://www.cienciahoje.pt/17481>. Acesso em: 20 nov 2008.

CHILDE, Gordon. *L'aube de la civilization européene*. Paris: Payot, 1949

_____. **A evolução cultural do homem**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1975.

CHMYZ, Igor; SGANZERLA, Eliane Maria. Ocupação humana nas áreas do complexo Jari. In: arqueologia - **Revista do centro de estudos e pesquisas arqueológicas**, v. G. Curitiba: CEPA/UFPR, 2006. PP. 129-149.

CLEROT, Leon, F. L. **30 anos na Paraíba**. Rio de Janeiro: PONGETTI, 1969.

CORIOLOANO DE MEDEIROS, José Rodrigues. **Dicionário corográfico do estado da Paraíba**. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

COSTA, Angyone. Das inscrições lapidares de fundo indígena, especialmente das de natureza petrográfica do ponto de vista da ideologia do selvagem. **Separata dos anais do terceiro congresso de História Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

COSTA, João Felipe G. da. A cerâmica entre os Morroquianos. In: **História: Revista da Associação dos pós-graduados em História** - PUC/RS, v. 1. Porto Alegre: PUC, 1996. pp. 85-92.

CRESSWELL, R. Técnica. In: **Enciclopédia Einaudi: Homo-domesticação, cultura material**, v. 16. Imprensa Nacional Casa da Moeda - Edição Portuguesa, 1989.

DE MASI, Marco Aurélio Nadal. Arqueologia das terras altas do sul do Brasil - o baixo vale do rio Canoas - SC. In: DE MASI, Marco Aurélio Nadal (Org.). **Xokleng 2860 a.C.** - As terras Altas do Sul do Brasil. Tubarão: Unisul, 2006. pp. 47-75.

DUARTE, Cidália. A necrópole neolítica do Algar do Bom Santo (contexto cronológico e espaço funerário). **Revista portuguesa de Arqueologia**, n. 2 , v. 1. Lisboa, 1998. pp. 107-118.

FACCAT. Obtido em: <http://professores.faccat.br/dias/arqueologia/alimentação>. doc. Acesso em: 25 ago 2008.

FORD, J. A. The type concept revised. **American Antropologist**, n. 56. 1954.

FRÈDÈRIC, Louis. **Manual prático de Arqueologia**. Coimbra: Livraria Almeida, 1980.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **Tratado da terra e história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil de 1576**. Recife: Massangano, 1995.

GASPAR, Madu. **A arte rupestre no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GEOPED Consultoria Geoambiental Ltda. **Zoneamento Ecológico- Econômico do Município de São João do Tigre - Paraíba**. João Pessoa, nov 2004.

GRUPIONI, Luís D. Benzé. Índios: passado, presente e futuro. In: **Índios do Brasil 1**. Brasília: MEC, 1999. pp. 7-27

HARTT, Carlos Frederico. Inscrições em rochedos do Brasil. In: **Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano**, n. 47, v. 8, Recife: Typographia F. P. Boulitreau, 1895.

HECKMANS, Elias. Descrição Geral da Capitania da Paraíba. In: **Revista do Instituto Archeológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. 8 n. 47, Recife: 1985.

HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry; GAARDER, Jostein. **O livro das religiões**. 8ª reimpressão. Tradução Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

HOUBERT, Fabiana. ET. Al. Bocas e Dentes - O estudo dos esqueletos escavados por Pe. João Alfredo Rohr S. J. no litoral de Santa Catarina. **Revista arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, documentos 09**. São Leopoldo: instituto Anchieta de pesquisas/Unisinos, 2004. pp. 7 -166.

JOFFILY, Irineu. O Fóssil de Campina Grande. In: MACHADO, Maximiliano Lopes; COSTA, João Baptista Regueira. **Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano**, n. 36, v. VI, Jan 1890. Recife: Typographia F. P. Boulitreau, 1890, pp. 23-29.

LAYTANO, Dante de. In: CERVO, Amado Luiz. **Contato entre civilizações: conquista e colonização espanholas da América**. São Paulo: Editora McGraw -Hill, 1975.

LAROCHE, Armando. Nota prévia sobre um abrigo funerário do Nordeste brasileiro. In: **Universitas - Separata**, n. 14, jan/abr 1973. Salvador 1973 pp 72-95.

_____. Ambiente e ecossistema da Pré-história do Nordeste brasileiro. **Revista Clio - série Histórica**, n. IV, 1981. Recife: UFPE, 1981. pp. 43-48.

LEAL, Inara R.; TABARELLI, Marcelo; SILVA, José Maria Cardoso da. **Ecologia e conservação da Caatinga**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

LEMONNIER, P. Elements for anthropology of technology. **Museun of anthropological research (88)**, University of Michigan. Michigan, 1992.

LEROI-GOURHAM. A. **O gesto e a palavra**. 1 - Técnica e linguagem. Lisboa: Edições 70, 1984 a, 251. pp [1ª edição francesa: Paris, Albin Michel, 1971].

- LIMA, Tânia Andrade. Cerâmica indígena Brasileira. In: RIBEIRO, Darcy. **Suma Etnológica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LINDOSO, Dírceu. Na aldeia de Ia-ti-Ihá: etnografia dos índios tapuias do Nordeste. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). **Resistência, memória, etnografia**. Maceió: EDUFAL, 2007. pp. 25-50.
- LOWIE, Robert. H. **The Tapuia, Handbook of South America Indians**. V.1. New York, 1963.
- MACHADO, L. C. tendências à continuidade e mudança em ritos funerários de populações pré-históricas do estado do Rio de Janeiro. In: BELTRÃO, Maria da Conceição. **Arqueologia do estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1995. pp. 111 – 118.
- _____. Os sepultamentos, contextos arqueológicos e dados bioesqueletais. **Documento de trabalho, série arqueologia, M. S, Museu Nacional**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2001. pp. 71 -79.
- MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste. 4. ed. Recife: UFPE, 2005.
- MEGGERS, Betty, J. **Amazônia**. Chicago: Aldine Publishing Co. 1973.
- MELLO, P. J. de C.; **Análise de sistemas de produção e da variabilidade tecnofuncional de instrumentos retocados. As indústrias líticas de sítios a céu aberto de Vale do Rio Mando** (Mato Grosso, Brasil). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.
- MIRANDA, José A. Bragança. O fim do espetáculo. In: **Traços** - ensaios de crítica da cultura. Lisboa: Vega, 1995.
- MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. **Pequena História da Paraíba**. João Pessoa: Editora da Universidade federal da Paraíba, 1980.
- MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Lisboa: Publicações Europa - América, 1988.
- MITHEN, Steven. J. **A Pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência**. Trad. Laura Cordellini B. de Oliveira. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
- MUTZENBERG, Démetrio da Silva. **Gênese e ocupação pré-histórica do sítio arqueológico Pedra do Alexandre: uma abordagem a partir da caracterização paleoambiental do vale do rio Carnaúba-RN**. 2007. 142 p. Dissertação. Mestrado em Arqueologia. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, 2007.
- NASCIMENTO, Ana. et alli. A aldeia Baião - Araripina - PE: um sítio pré-histórico cerâmica no sertão pernambucano. In: **Revista CLIO - Série Arqueológica**; v. 1, n. 7. Recife: UFPE, 1991. pp 143-210.
- NELSON, S. M.; ROSEN-AYALON, M. In: **Pursuit of Gender: World-wide Archaeological Approaches**. Walnut Creek: California: Altania Press. 2002.
- OLIVEIRA, Cláudia Alves. A cerâmica pré-histórica no Brasil: Avaliação e proposta. **Revista CLIO - Série Arqueológica**, v. 1; n. 7, Recife: UFPE, 1991. pp. 11-60.

OLIVEIRA, Madalena. **Olhando a morte dos outros. Livro de Actas - 4º SOPCOM.** Lisboa, 2006. pp. 1952 – 1962.

PADER-JÚNIOR, E. J. Symbalism, **Social Relations and the Interpretation of Mortuary Remains.** BAR International Series 130. Oxford: B. A. R., 1982.

PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da pré-história.** Parque Nacional Serra da Capivara. São Raimundo Nonato: FUNDHAM/PETROBRÁS, 2003.

_____. A memória da imagem. In: BUCO, Cristiane. **A arte rupestre.** São Raimundo Nonato: FUNDHAM, 2005: pp. 1-2.

PINTO, Estêvão, **Os indígenas do Nordeste.** São Paulo: Nacional, 1935.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba,** v. 1. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1977.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **A Guerra dos Bárbaros - Resistência e conflitos no Nordeste Colonial.** Recife: Editora da UFPE, 2002.

POMPEU SOBRINHO, Tomás. **Pré-história cearense.** Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1935.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira.** Brasília: Editora da UNB, 1992.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros.** Povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650 -1720. São Paulo: HICITEC/EDUSP, 2002.

QUEIROZ, Albérico Nogueira de. Fauna de vertebrados do Sítio Arqueológico Pedra do Alexandre, Canaúba dos Dantas, RN: uma abordagem Zooarqueológica e tofonômica. In: **Revista CLIO - série arqueológica,** n.15, v. 1. Recife: 2002. pp. 267-282.

RIBEIRO, Berta G. **O Índio na cultura brasileira.** Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1984.

RIBEIRO, Marily Simões. **Arqueologia das práticas mortuárias - Uma abordagem historiográfica.** São Paulo: Alameda, 2007.

ROCHA, Francisco Eugenio P. Gurgel da. **Caracterização Macroespacial de Sítios Arqueológicos no Alto Sertão Paraibano.** 1998. 125 p. Dissertação. (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE). Recife: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 1998.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Índios do Brasil das Cabaceiras do rio Xingú, dos rios Araguaia e Oiapoque.** Vol. II. Rio de Janeiro: Conselho de Proteção aos Índios/Ministério da Agricultura/Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

RYE, Owen S. **Pottery Technology: Principles and Reconstruction -** Washington: Taraxacum, 1988.

SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil: 1500 - 1627.** 3. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo: 1931.

- SCATAMACHIA, Maria Cristina Mineiro. Arqueologia e etno-história: os cronistas do século XVI. In: Dédalo. São Paulo, publicações Avulsas, I. **Anais da 4ª Reunião científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB**. 1989. pp. 135 -139.
- SANTOS, Adelson. **Tanatologia arqueologia**: Introdução à teoria pratica da exumação. Recife: Editora universitária da UFPE, 1999.
- SANTOS, A. Alterações pós-morte em esqueletos pré-históricos: contribuição à análise tafonômica de restos esqueléticos humanos do sítio Alcobaça, Buique, PE, Brasil. **Revista Clio – Série Arqueológica**, n. 14, v. 1. Recife: UFPE, 2000. pp. 93-99.
- SANTOS, Adelson. Paleopatologia de grupos humanos pré-históricos do Nordeste do Brasil - Epistemologia e técnica. In: **Revista Clio - série arqueologia**, n. 15. v. 1. Recife: UFPE, 2002. pp. 253-265.
- SANTOS, Juvandi de Souza. Universidade realiza escavação arqueológica no Cariri da PB. **Diário da Borborema**. João Pessoa: A UNIÃO, 2008a. EDUCAÇÃO 9.
- _____. Escavações do sítio Pinturas em São João do Tigre - PB. **SBE notícias**, ano 3, n. 87, 21 mai. 2008b. Campinas: SBE, 2008. p. 2.
- _____. O pico da Paula em São João do Tigre. **Diário da Borborema**. Campina Grande: 11 set 2008c. OPINIÃO A2.
- SAVER, Carl O. As plantas cultivadas na América do Sul Tropical. In: **Etnobiologia**. RIBEIRO, B. G. (Coord.), v. 1, da Suma etnológica brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. pp. 59-90.
- SCHWERHAGEN, Ludwig. **Antiga história do Brasil (de 1100 A.C. a 1500 D.C)**. Rio de Janeiro: Livro Editora Cátedra, 1970.
- SIGAUT, F. Technology. In: INGOLD, T. (Ed.). **Companion Encyclopedia of Anthropology. Humanity, Culture and Social Life**. Routledge, Londres, 1997, 16: 420-59.
- SILVA, Daniela Cisneiro. **Práticas funerárias pré-histórica do Nordeste do Brasil**. 2003. 153 p. Dissertação. (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE). Recife: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2003.
- SMITH, B. H. Patterns of molar wear in Hunter - gatherers and agriculturalists. **Amer. Journ. Of physical anthropology**, n. 63. 1984.
- SOUSA, Pero Lopes de. **Diário de Navegação**. São Paulo: Obelisco, 1964.
- SOUSA, Ana Cristina de. Mulheres do Jequitinhonha: um diálogo entre arqueologia, história e antropologia. In: **Revista de Arqueologia da SAB**. Vol. 19. Anual. São Paulo: SAB, 2006. pp. 09-28.
- SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1971.
- SOUZA, Sheila M. de. Variações da dentogênese em indivíduos do grupo pré-histórico de Santana do Riacho, Lagoa Santa, Minas Gerais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, Suppl. 1, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1993. pp. 1-5.

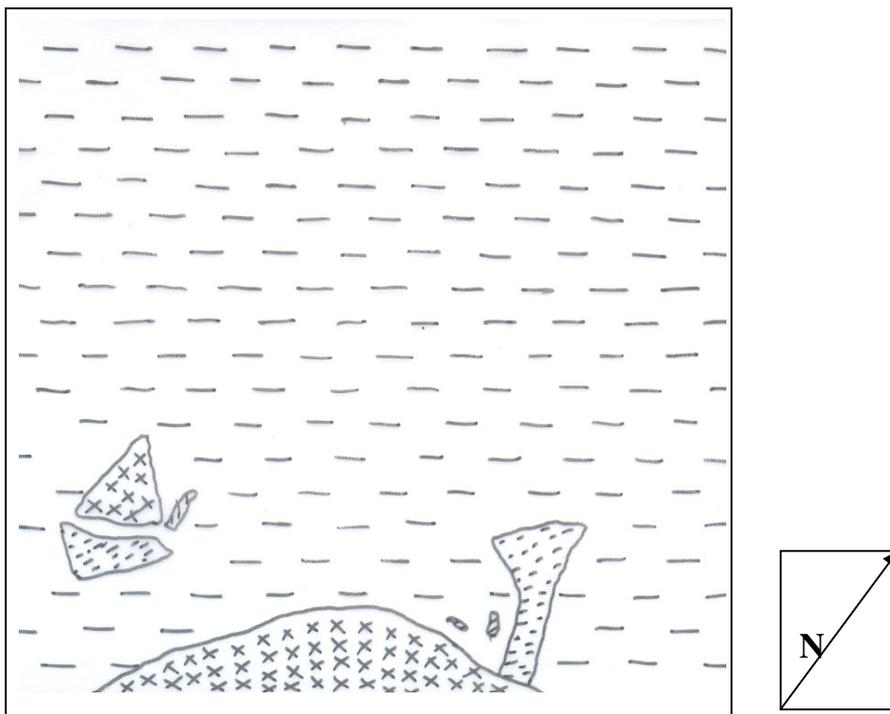
- TRIGGER, Bruce G. **A History of Archaeological thought**. Cambridge: C. U.P., 1989.
- TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Trad. De Sergio Coes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- TORRES, Ana Catarina. Rituais funerários pré-históricos - um estudo antropológico. In: **Revista CLIO - série Arqueológica**, v. 1, n. 12, Recife: 1997. pp. 169-175.
- URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: companhia das Letras/FAPESP, 1992.
- VASCONCELOS, Simão de. **Crônica da Campanha de Jesus (1663)**. Rio de Janeiro: Petrópolis, v.1, 1977.
- XIMENES, Sérgio. **Dicionário da língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- WAGNER, Peter. O Mundo das plantas nos quadros de Eckhout. In: Albert Eckhout - volta ao Brasil - 1644-2002. **Simpósio Internacional de Especialistas**. Recife: 2002. pp. 105-115.
- WILCOX, Robert W. World History: coisa de gringo ou uma oportunidade? Notas sobre a historiografia americana. In: **Fronteiras: Revista de História**. Campo Grande: UFMS, 2002. pp. 159-186.

8. ANEXOS

ANEXO A

Plantas baixas da quadrícula: 1A

Decapagem: 0 a 10 cm

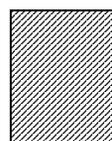


LEGENDA

Escala: 1-100



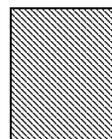
Bloco Granítico Fixo



Ossos Humanos



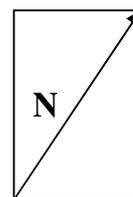
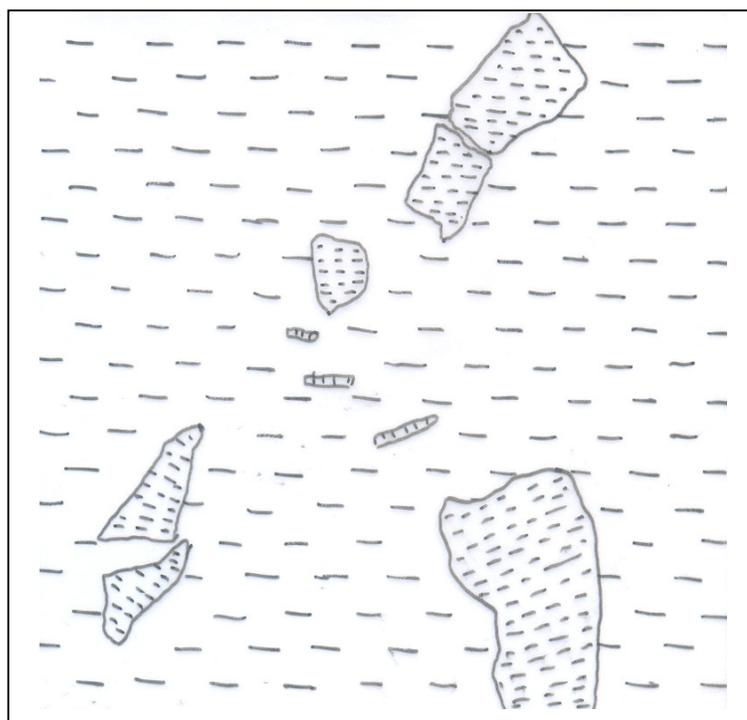
**Sedimentos/material
arqueológico**



Bloco Granítico Solto

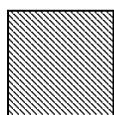
Figura 25 -

Decapagem: 10 a 20 cm

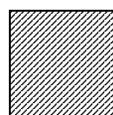


LEGENDA

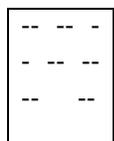
Escala: 1 - 100



Bloco Granítico Solto



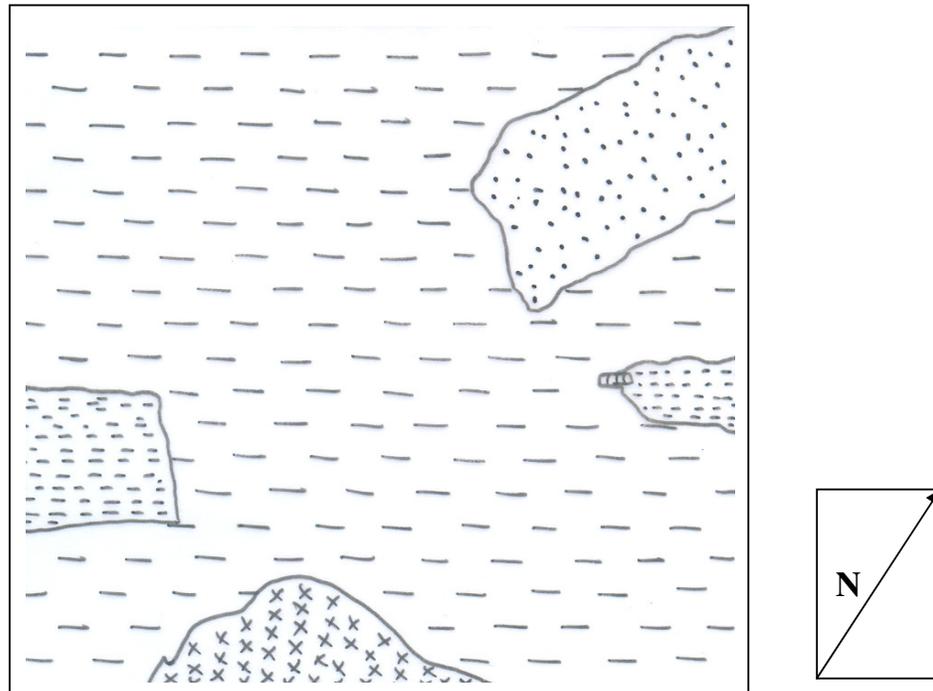
Ossos Humanos



**Sedimentos/Material
arqueológico**

Figura 26 -

Decapagem: 20 a 30 cm

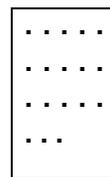


LEGENDA

Escala: 1 - 100



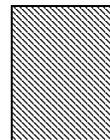
Bloco Granítico Fixo



Rocha Arenítica



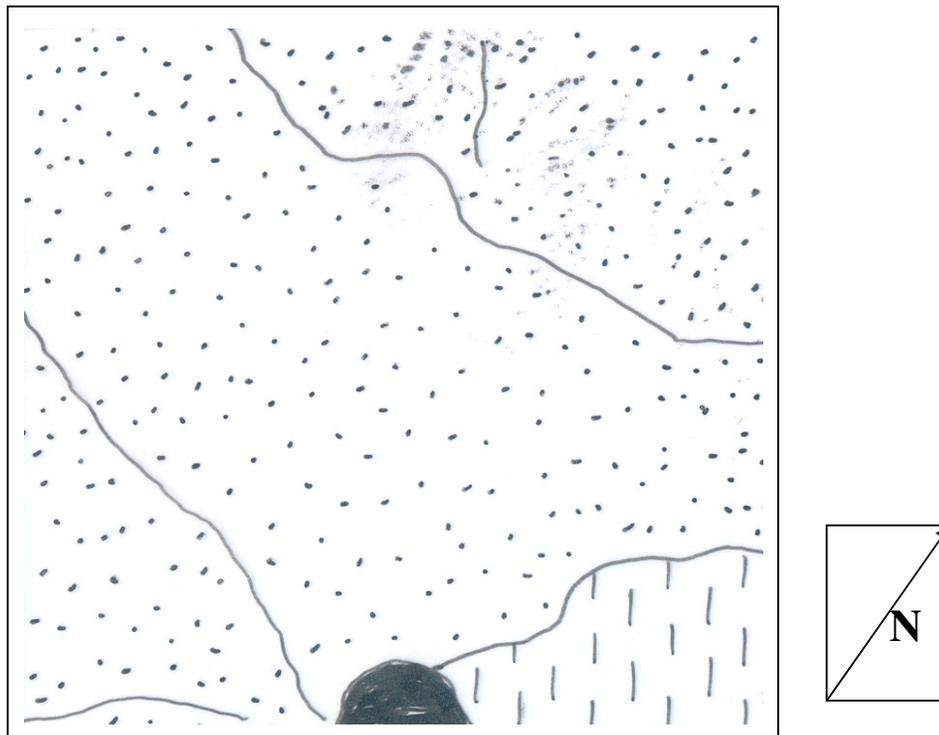
Sedimentos/material aqreológico



Bloco Granítico Solto

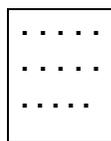
Figura 27 -

Decapagem: 30 a 40 cm



LEGENDA

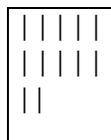
Escala: 1- 100



Rocha Arenítica



Orifício



**Sedimentos/material
arqueológico**

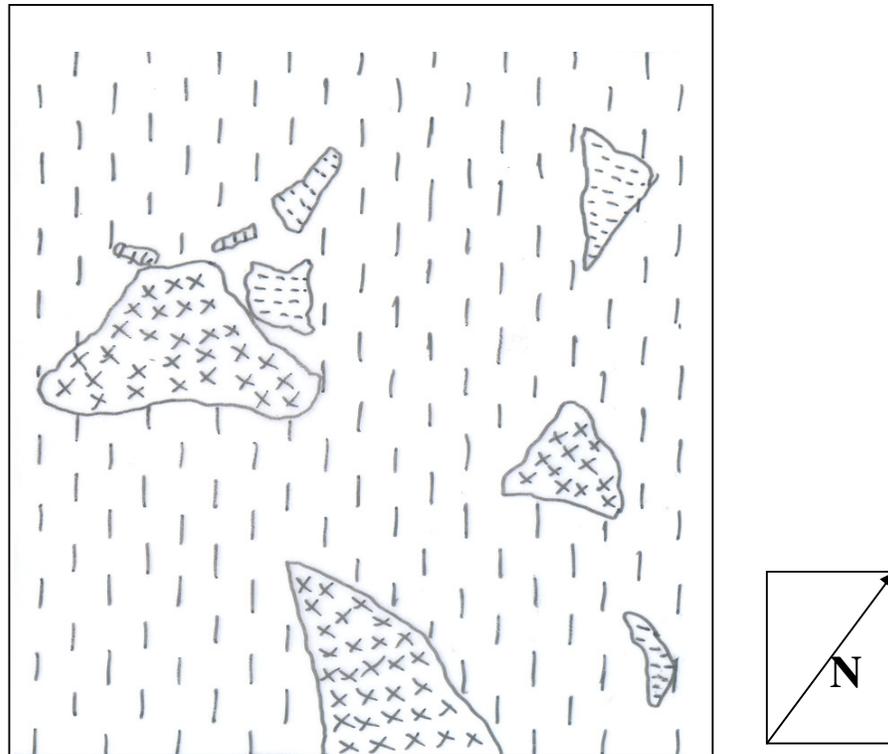
Figura 28

Figuras 25 a 28 – Plantas baixas das decapagens da quadrícula 1 A

ANEXO B

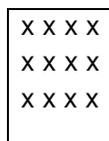
Plantas baixas da quadrícula 1B

Decapagem: 0 a 10 cm

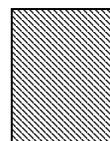


LEGENDA

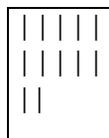
Escala: 1 - 100



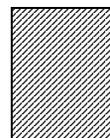
Bloco Granítico Fixo



Bloco Granítico Solto



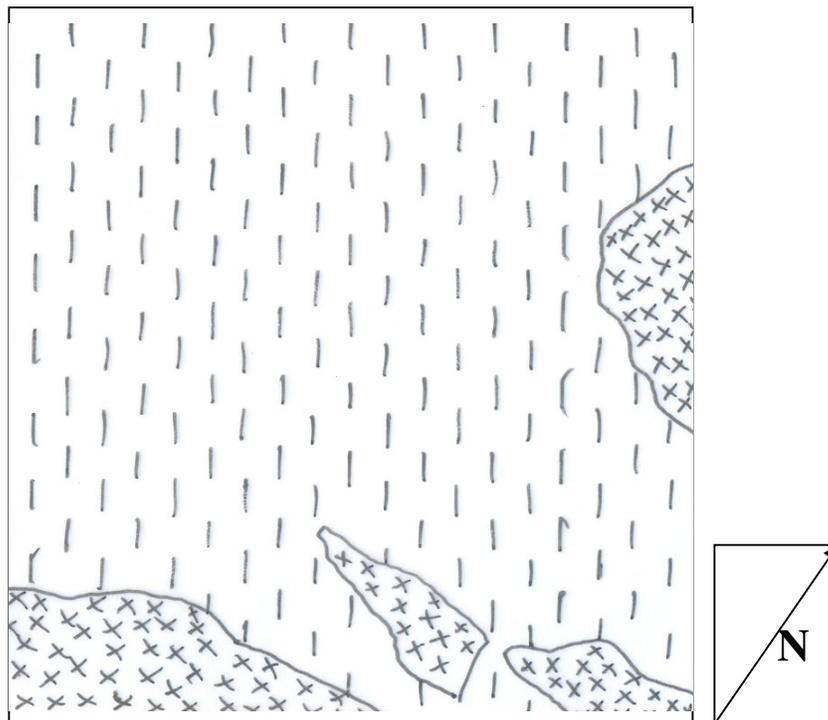
Sedimentos/material arqueológico



Ossos Humanos

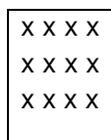
Figura 29 -

Decapagem: 10 a 20 cm

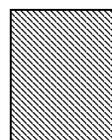


LEGENDA

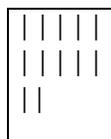
Escala: 1 – 100



Bloco Granítico Fixo



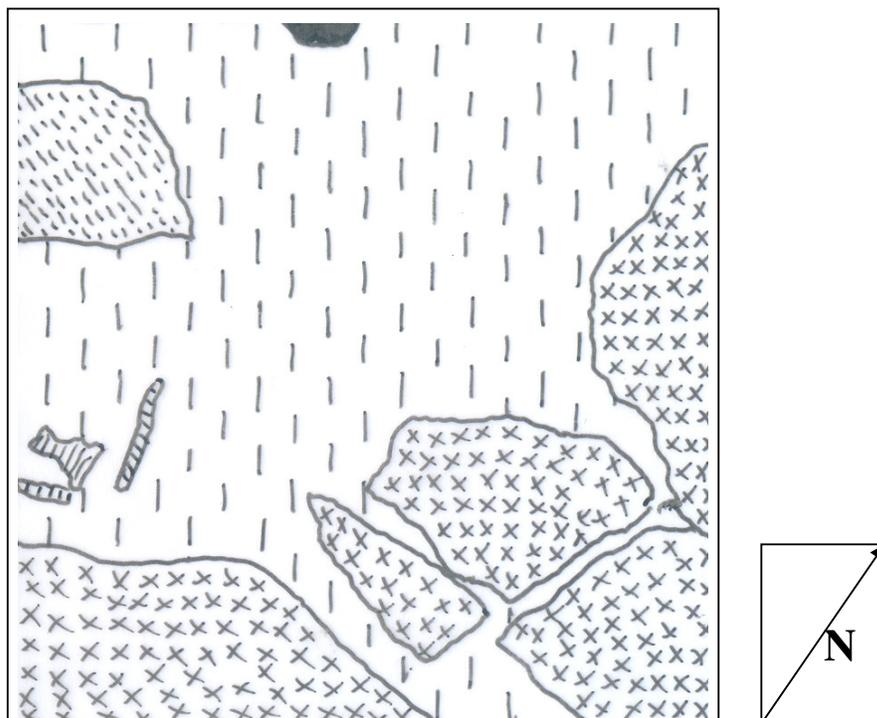
Ossos Humanos



**Sedimentos/material
arqueológico**

Figura 30 -

Decapagem: 20 a 30 cm

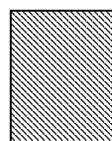


LEGENDA

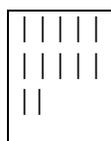
Escala: 1 - 100



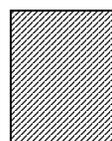
Bloco Granítico Fixo



Bloco Granítico Solto



**Sedimento/material
arqueológico**



Ossos Humanos

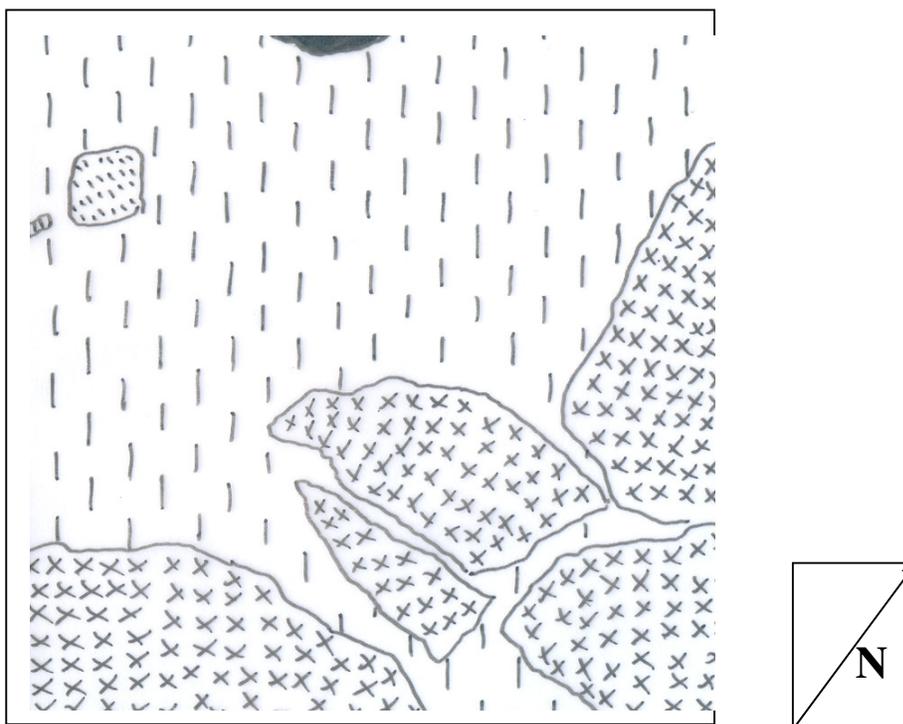


Espaço Vazio*

Figura 31 -

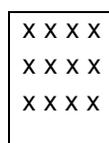
Obs: O Sedimento afundou abrindo um orifício de 40 cm de profundidade por 20 cm de diâmetro.

Decapagem: 30 a 40 cm

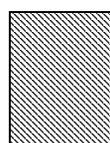


LEGENDA

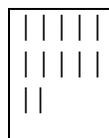
Escala: 1 – 100



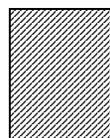
Bloco Granítico Fixo



Bloco Granítico Solto



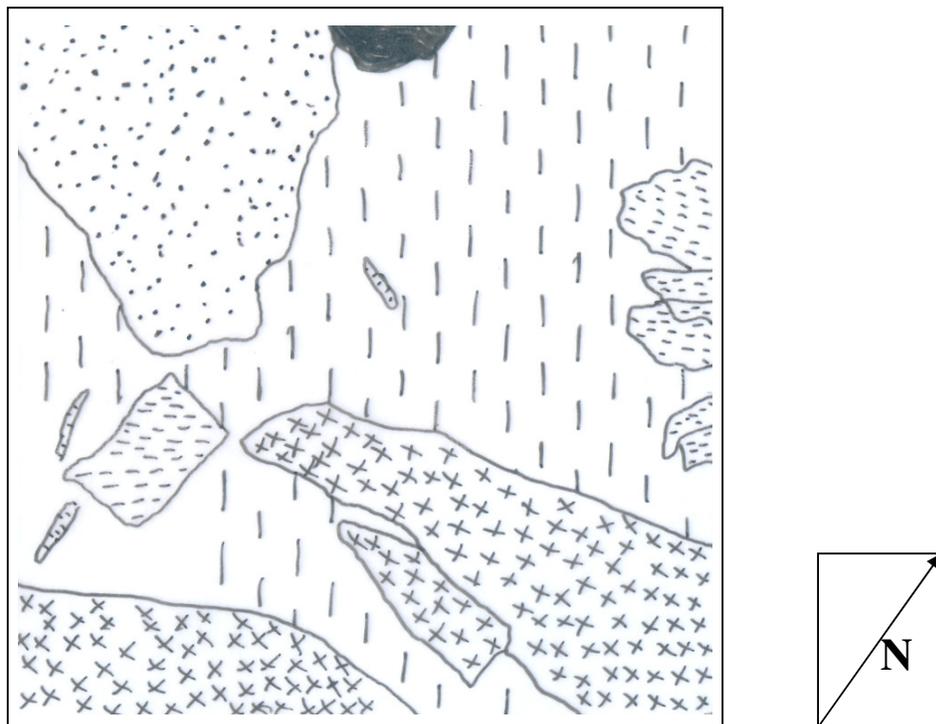
**Sedimentos/material
arqueológico**



Ossos Humanos

Figura 32 -

Decapagem: 40 a 50 cm

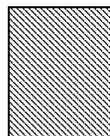


LEGENDA

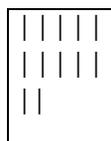
Escala: 1 – 100



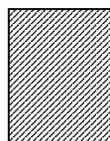
Bloco Granítico Fixo



Bloco Granítico Solto



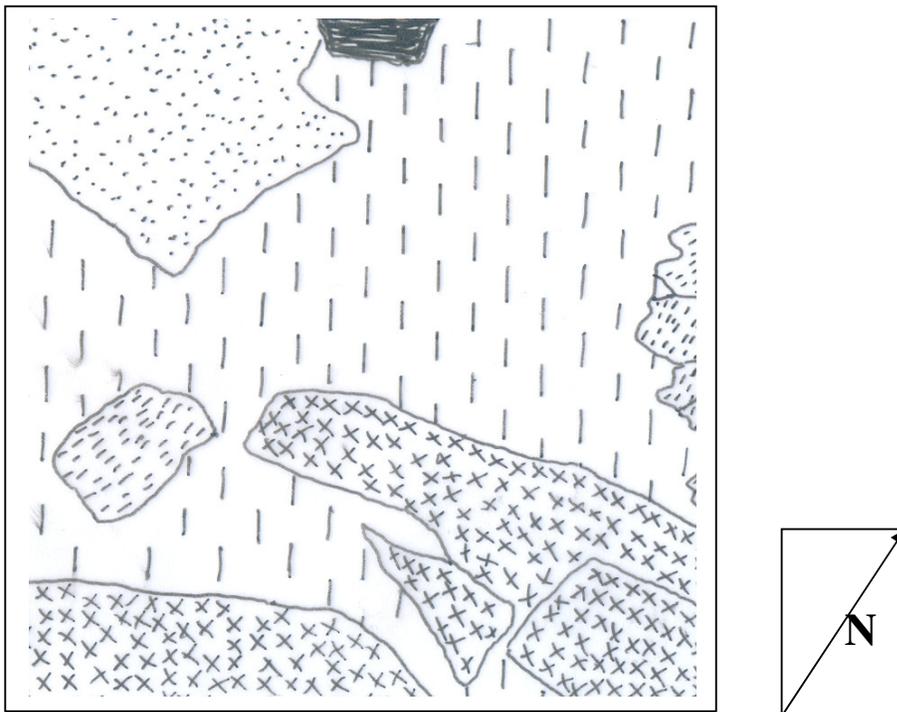
**Sedimentos/material
arqueológico**



Ossos Humanos

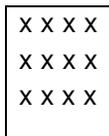
Figura 33 -

Decapagem: 50 a 60 cm

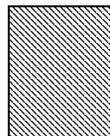


LEGENDA

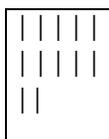
Escala: 1 - 100



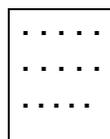
Bloco Granítico Fixo



Bloco Granítico Solto



Sedimentos/material arqueológico



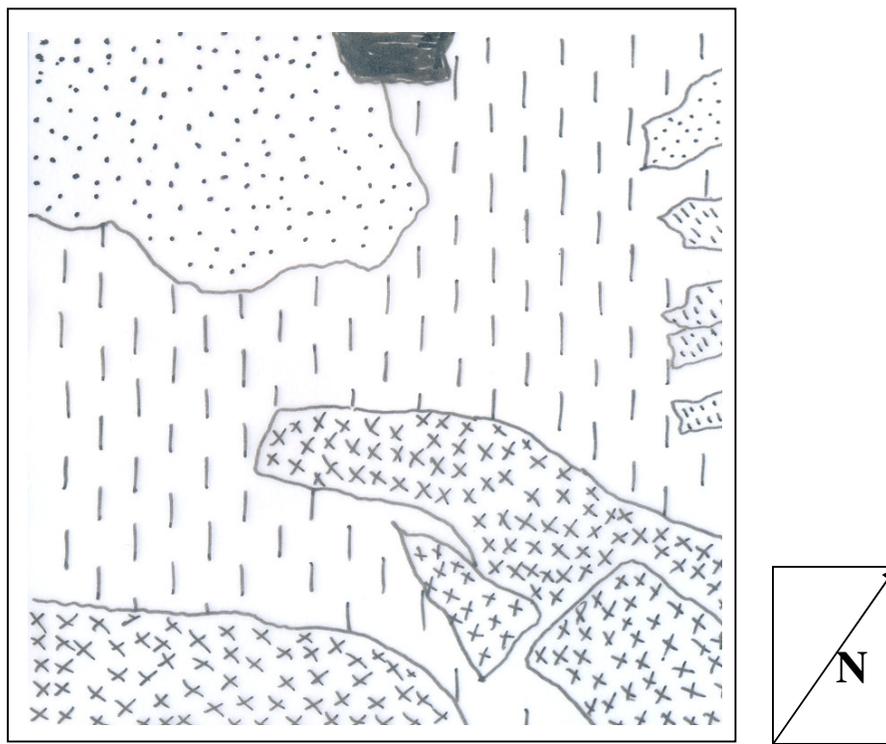
Rocha Arenítica



Orifício

Figura 34 -

Decapagem: 60 a 70 cm

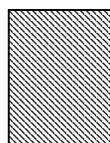


LEGENDA

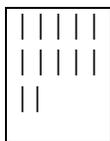
Escala: 1 – 100



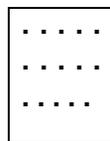
Bloco Granítico Fixo



Bloco Granítico Solto



**Sedimentos/material
arqueológico**



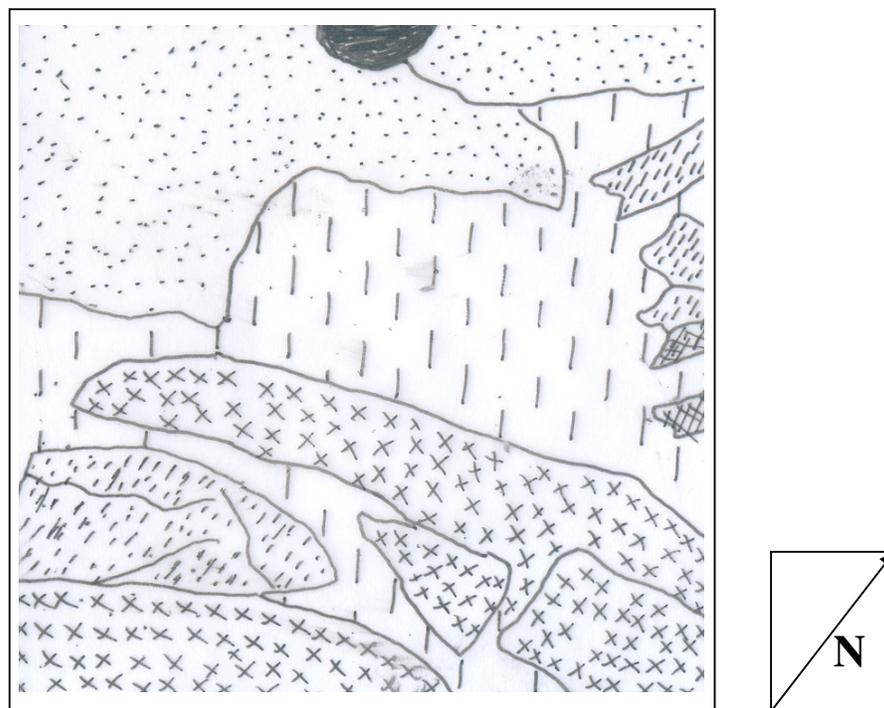
Rocha Arenítica



Orfício

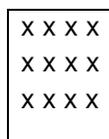
Figura 35 -

Decapagem: Final de Nº 7 - 60 a 70 cm

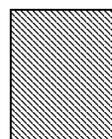


LEGENDA

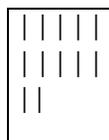
Escala: 1 – 100



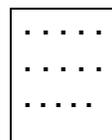
Bloco Granítico Fixo



Bloco Granítico Solto



**Sedimentos/material
arqueológico**



Rocha Arenítica



Orifício

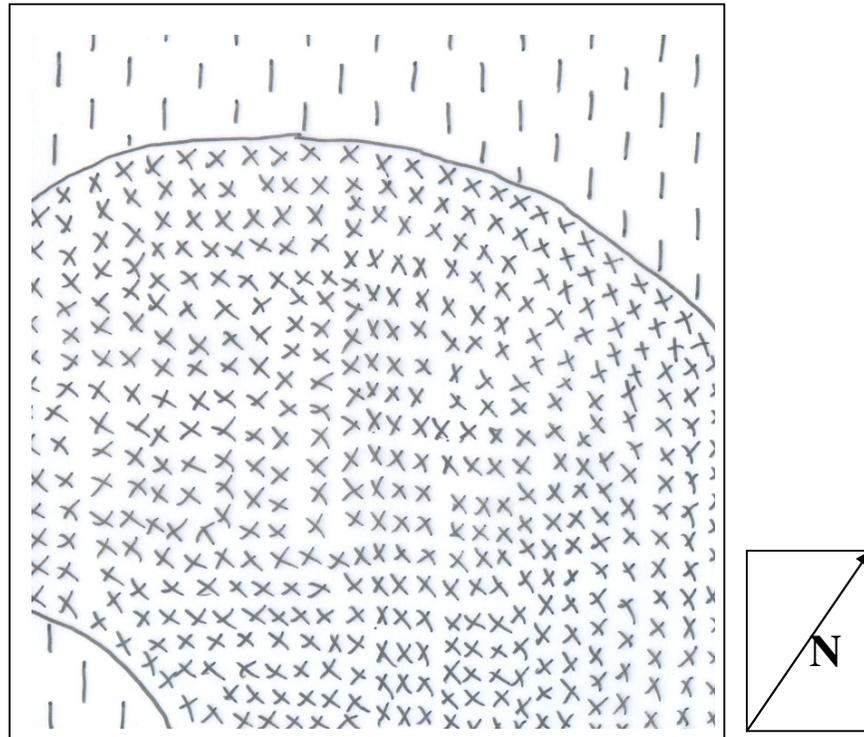
Figura 36 –

Figuras 29 a 36 – Plantas baixas das decapagens da quadrícula 1B.

ANEXO C

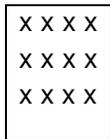
Plantas baixas da quadrícula: 2A

Decapagem: 0 a 10 cm



LEGENDA

Escala: 1 - 100

 **Bloco Granítico Fixo**

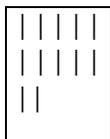
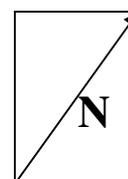
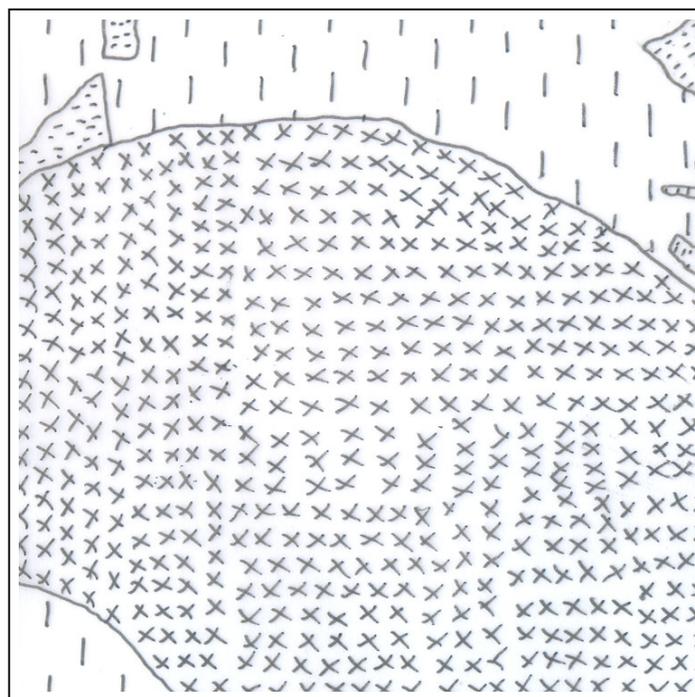
 **Sedimentos/material arqueológico**

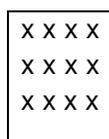
Figura 37 –

Decapagem: 10 a 20 cm

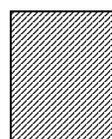


LEGENDA

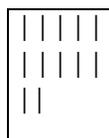
Escala: 1 - 100



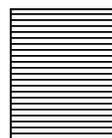
Bloco Granítico Fixo



Bloco Granítico Solto



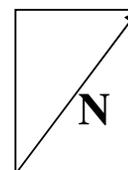
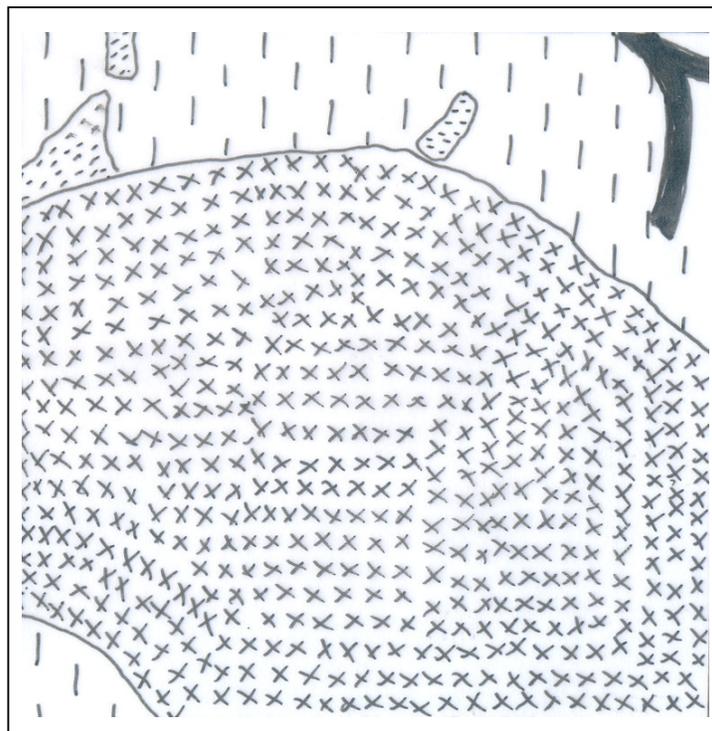
**Sedimentos/material
arqueológico**



Ossos Humanos

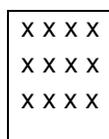
Figura 38 -

Decapagem: 20 a 30 cm

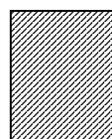


LEGENDA

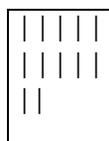
Escala: 1 - 100



Bloco Granítico Fixo



Bloco Granítico Solto



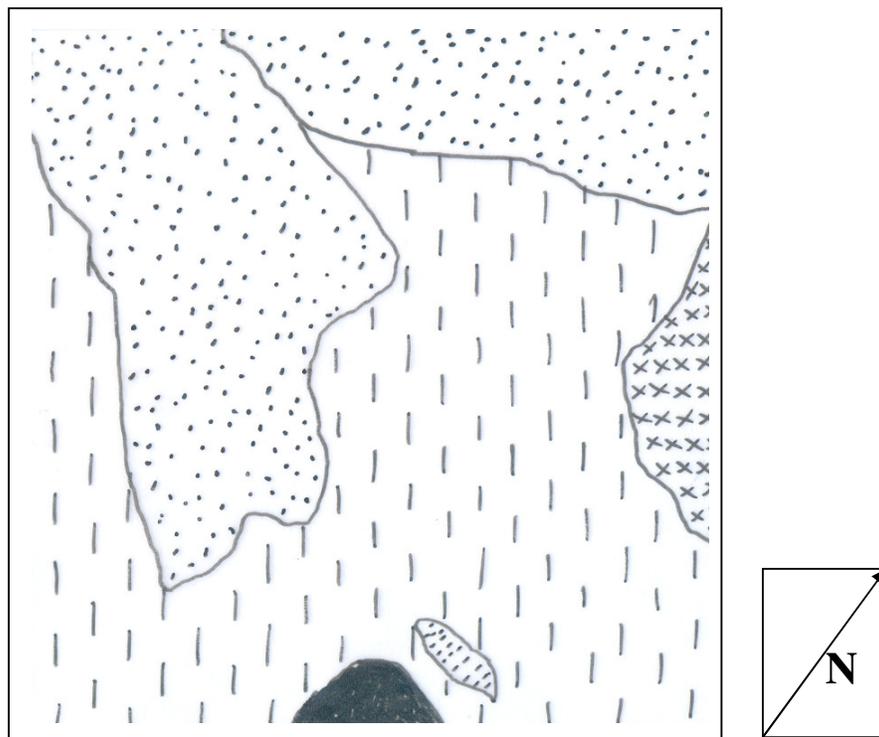
Sedimentos/material arqueológico



Raiz

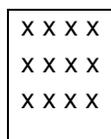
Figura 39 -

Decapagem: 30 a 40 cm

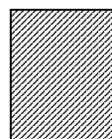


LEGENDA

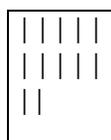
Escala: 1 - 100



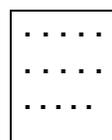
Bloco Granítico Fixo



Bloco Granítico Solto



**Sedimentos/material
arqueológico**



Raiz

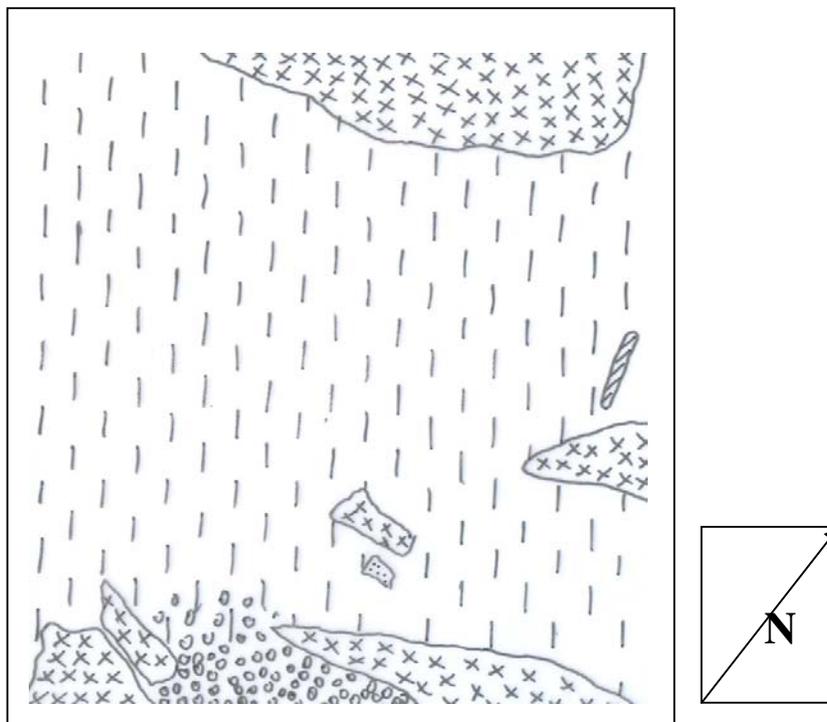
Figura 40 -

Figuras 37 a 40 – Plantas baixas das decapagens da quadrícula 2A

ANEXO D

Plantas baixas da quadrícula: 2B

Decapagem: 0 a 10 cm

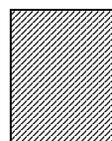


LEGENDA

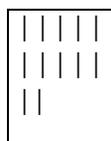
Escala: 1 - 100



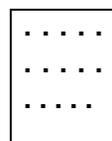
Bloco Granítico Fixo



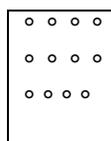
Ossos Humanos



**Sedimentos/material
arqueológico**



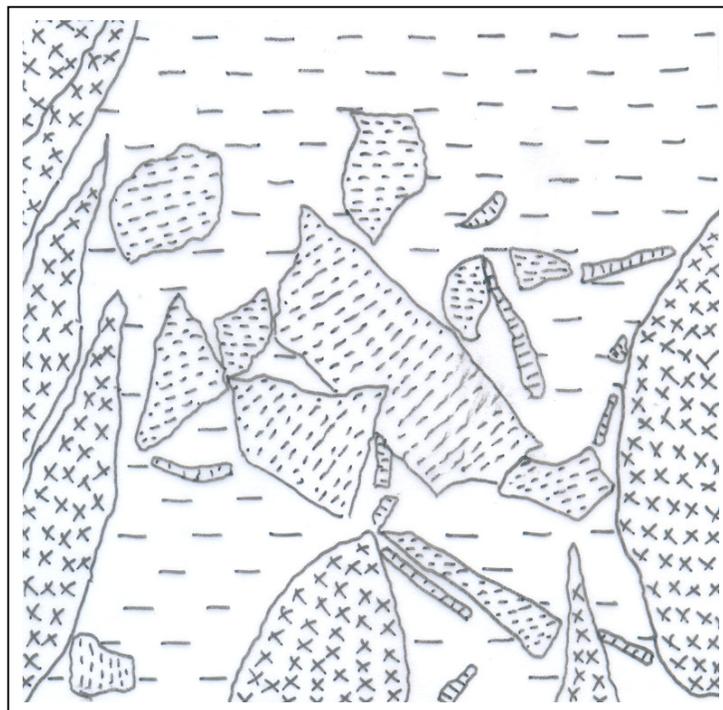
Material Lítico



Fezes de Caprinos

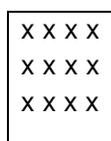
Figura 41 –

Decapagem:10 a 20 cm

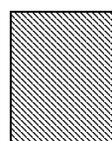


LEGENDA

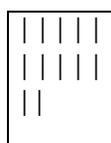
Escala: 1 - 100



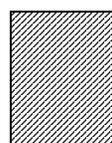
Bloco Granítico Fixo



Bloco Granítico Solto



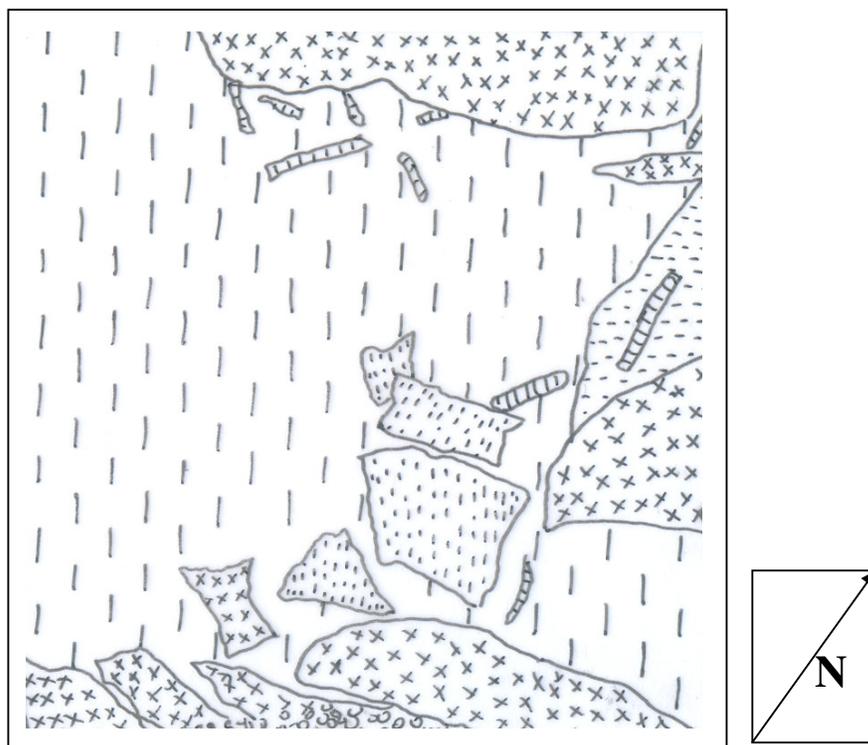
**Sedimentos/material
arqueológico**



Ossos Humanos

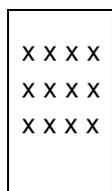
Figura 42 -

Decapagem: 20 a 30 cm

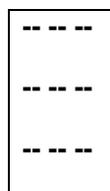


LEGENDA

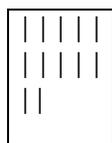
Escala: 1 - 100



Bloco Granítico Fixo



Bloco Granítico Solto



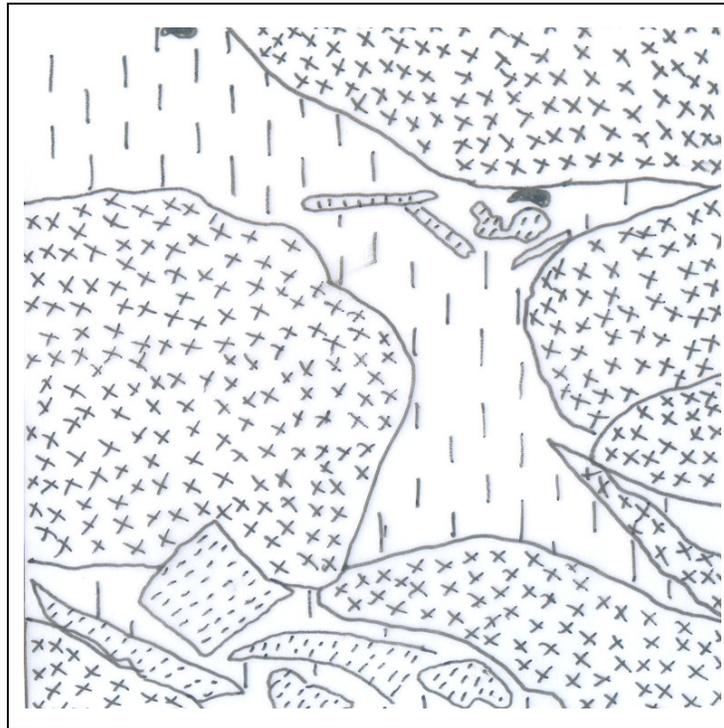
**Sedimentos/material
arqueológico**



Ossos Humanos

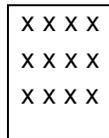
Figura 43 -

Decapagem:30 a 40 cm

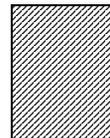


LEGENDA

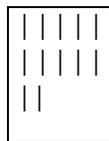
Escala: 1 - 100



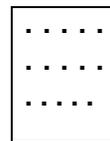
Bloco Granítico Fixo



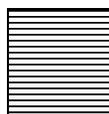
Bloco Granítico Solto



**Sedimentos/material
arqueológico**



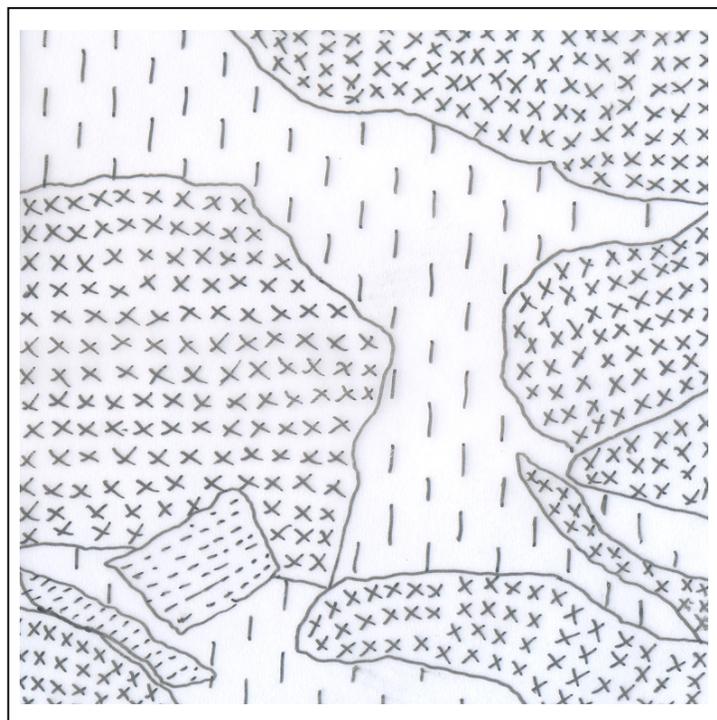
Material Lítico



Ossos Humanos

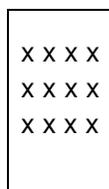
Figura 44 -

Decapagem:40 a 50 cm



LEGENDA

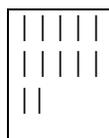
Escala: 1 - 100



Bloco Granítico Fixo



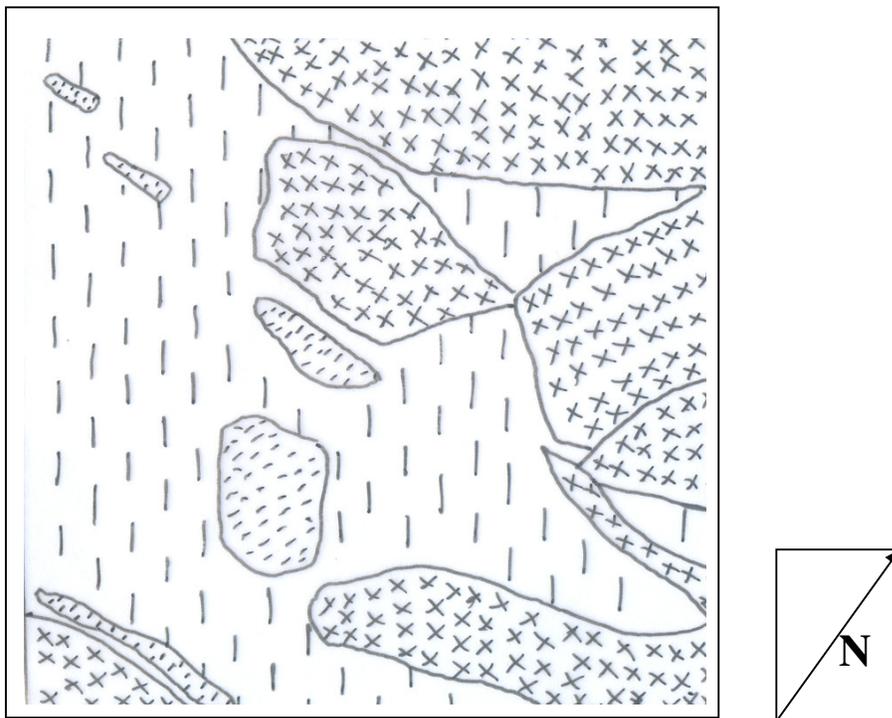
Bloco Granítico Solto



**Sedimentos/material
arqueológico**

Figura 45 -

Decapagem:50 a 60 cm



LEGENDA

Escala: 1 - 100

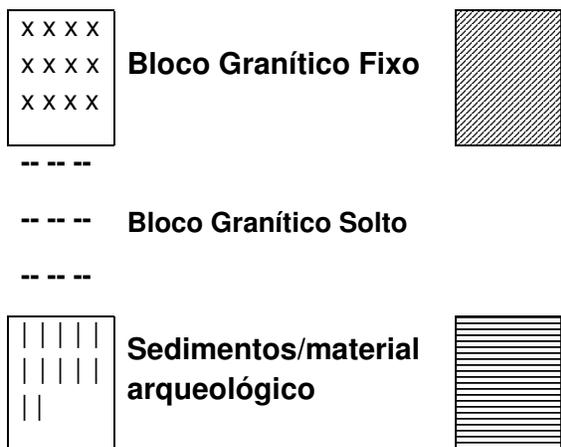
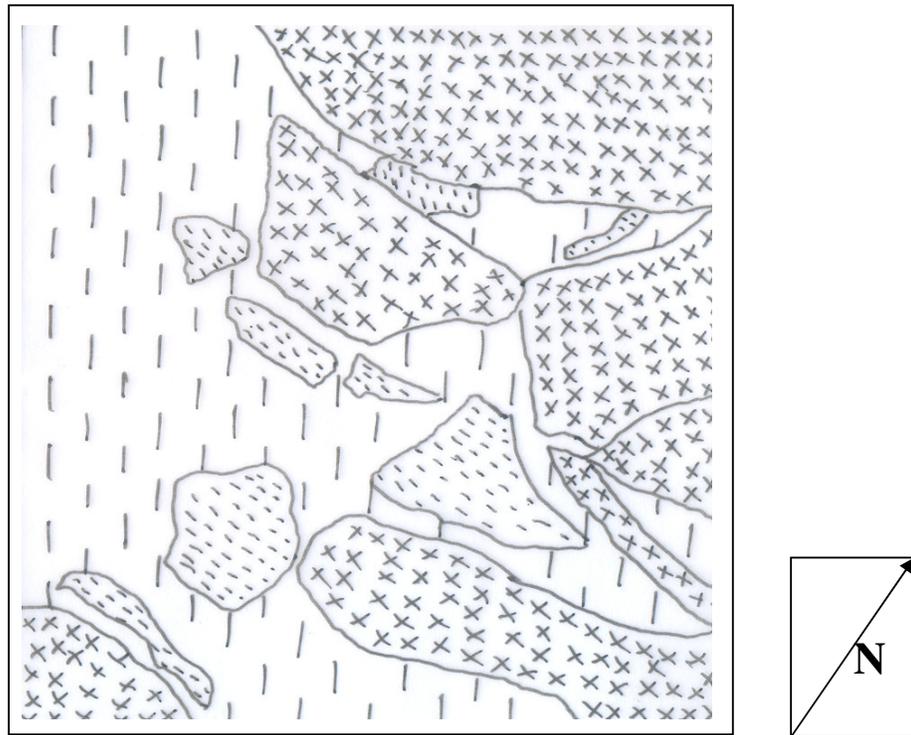


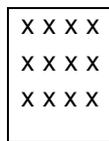
Figura 46 -

Decapagem:60 a 70 cm

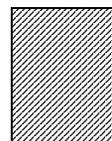


LEGENDA

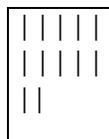
Escala: 1 - 100



Bloco Granítico Fixo



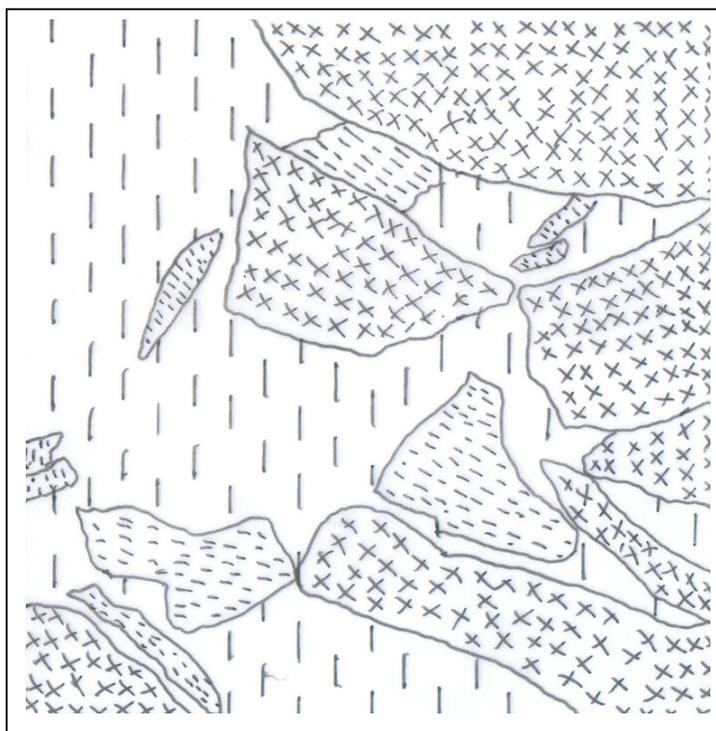
Bloco Granítico Solto



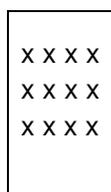
**Sedimentos/material
arqueológico**

Figura 47 -

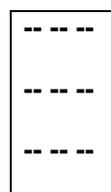
Decapagem:70 a 80 cm



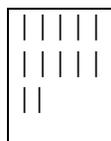
LEGENDA



Bloco Granítico Fixo



Bloco Granítico Solto



**Sedimentos/material
arqueológico**

Figura 48 -

Figuras 41 a 48 – Plantas baixas das decapagens quadrícula 2B.

Nota – Os dentes e ossos humanos, bem como outros materiais arqueológicos foram coletados, quase sempre, na área em que aparecem, nas quadrículas, o sedimento.

ANEXO E

FLORA		
VERNÁCULO	NOME CIENTÍFICO	UTILIDADE
Alastrado/Chique-Chique	<i>Pilosocereus spec</i>	Ração para o gado
Alecrim de cheiro	<i>Rosmarinus officinalis L</i>	Medicinal
Angico	<i>Anadenanthera colubrina (Vell.) Brenan</i>	Cerca/estaca
Angico de curtume	<i>Anadenanthera macrocarpa (Benth.) Brenan</i>	Curtimento de pele
Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva Fr. All.</i>	Medicinal/cerca/construção
Aveloz	<i>Euphorbia spec</i>	Cerca viva
Baraúna	<i>Schinopsis brasiliensis var. glabra Engl.</i>	Cerca/estaca
Barriguda/Paineira	<i>Ceiba glaziovii (Kuntze) K.Schum.,</i>	Sem utilidade definida
Bom-nome	<i>Maytenus rigida Mart.</i>	Mecicinal (Diarréia, desinteria e úlcera)
Cabraíba	<i>Cotyledon orbiculata L.</i>	Sem utilidade definida
Canafístula	<i>Cassia fistula L.</i>	Cerca/estaca
Capa garrote ou malva preta	<i>Pavonia cancellata</i>	Sem utilidade definida
Caruá	<i>Neoglaziovia spec</i>	Medicinal
Caatingueira	<i>Caesalpinia pyramidalis Tul.</i>	Combustão
Cauaçu	<i>Coccoloba laevis Casar.</i>	Sem utilidade definida
Cipó do rego	<i>Arrabidaea agnus-castus (Cham.) DC</i>	Sem utilidade definida
Coroa frade	<i>Melocactus spec</i>	Ração para o gado
Enxerto de favela	<i>Cnidosculus phyllacanthus Pax & K. Hoffm,</i>	Sem utilidade definida
Enxerto de passarinho	<i>Phoradendron piperoides (Kunth) Trel.,</i>	Sem utilidade definida
Facheiro	<i>Pilosocereus spec</i>	Ração para o gado
Favela	<i>Cnidosculus phyllacanthus</i>	Alimentação de caprinos
Feijão brabo	<i>Capparis flexuosa L.</i>	Ração para gado

Frejorge	<i>Cordia spec.</i>	Sem utilidade definida
Jaramataia	<i>Avicennia africana</i>	Sem utilidade definida
Juazeiro	<i>Ziziphus joazeiro Mart.</i>	Casca para higiene bucal
Jucá	<i>Caesalpineia ferrea Mart.</i>	Medicinal
Jurema de embira	<i>Mimosa ophthalmocentra Mart.</i>	Medicinal/cerca viva
Jurema preta	<i>Mimosa tenuiflora Willd.</i>	Construção de cercas
Macambira	<i>Encholirium spec</i>	Ração para o gado
Macambira de flecha	<i>Encholirium spec.</i>	Ração para o gado
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru D.C.</i>	Ração para o gado
Maniçoba	<i>Manihot spec</i>	Construção de cerca
Maria preta ou moleque duro	<i>Cordia leucocephala Moric.</i>	Construção de cerca
Marmeleiro	<i>Croton sonderianus Müll. Arg.</i>	Construção de cercas
Mela-bode	<i>Desmodium adscendens (Sw.) DC</i>	Sem utilidade definida
Mororó/pata de vaca/mão de vaca	<i>Bauhinia spec</i>	Medicinal (Tratamento de diabetes)
Muçambê	<i>Cleome spinosa L.</i>	Medicinal
Oliveira	<i>Eugenia jambolana</i>	Sem utilidade definida
Palmatória	<i>Opuntia spec</i>	Ração para o gado
Pau d'arco	<i>Tabebuia impetiginosa (Mart.) Standley</i>	Cerca/estaca/construção civil/dormentes
Pau de serrote	<i>Luetzelburgia auriculata Duck</i>	Construção civil/cerca/estaca
Pereiro	<i>Aspidosperma pyriforme Mart.</i>	Construção civil/combustão
Pinhão bravo	<i>Jatropha spec</i>	Medicinal (Extrato como cicatrizante e coagulante)
Quipá	<i>Opuntia spec</i>	Construção de cerca
Quixabeira	<i>Bumelia obtusifolia Roem et Schult. var. excelsa (DC)</i>	Medicinal (Remédio para hematomas)
Sassafrás	<i>Ocotea odorifera (Vellozo) Rohwer</i>	Medicinal
Umburana/ambuarana/amburana	<i>Amburana cearensis (Fr. All.) Smith</i>	Cerca viva

Quadro 13 - Vegetais identificados num raio de 1 km do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

Fontes: Leal, et alli (2003); SAVER (1986).

Obs.: Spec = spectabile = sem definição

ANEXO F

FAUNA	
VENÁRCULO	NOME CIENTÍFICO
MAMÍFEROS	
Punaré	<i>Trichomys sp.</i>
Mocó	<i>Kerodon rupestris</i>
Preá	<i>Cavia aperea</i>
Rato de palmatória	<i>Spec</i>
Onça suçuarana	<i>Felis concolor</i>
Onça preta (jaguaririca)	<i>Leopardus pardalis</i>
Gato vermelho/gato mourisco	<i>Herpailurus yaguaroundi</i>
Gato azul	<i>Spec</i>
Gato pintado	<i>Leopardus tigrinus</i>
Gato açu	<i>Spec</i>
Tatu galinha	<i>Dasypus septemcinctus</i>
Tatu peba	<i>Euphractus sexcinctus</i>
Tatu bola	<i>Tolypeutes tricinctus</i>
Macaco prego	<i>Cebus apella</i>
Macaco sagüi	<i>Callithrix sp.</i>
Guará	<i>Chrysocyon brachyurus</i>
Raposa	<i>Vulpes sp.</i>
Morcego	ordem: <i>Chiroptera</i>
Timbu (caçaco)	<i>Didelphis paraguayensis</i>
Ticaca	<i>Didelphis sp.</i>
Veado mateiro	<i>Mazama sp.</i>
Tamanduá mirim/Tamanduá de colete	<i>Tamandua tetradactyla</i>
Teiú	<i>Tupinambis sp.</i>
Aves	
Alma de gato (Andorinha de serrote)	<i>Piaya cayana</i>
Anum branco	<i>Guira guira</i>
Anum preto	<i>Crotophaga ani</i>
Asa branca	<i>Columba picazuro</i>

Azulão	<i>Passerina brissonii</i>
Bacural	<i>Família Caprimulgidae</i>
Beija-flor (Verde, Azul, Roxo)	<i>Trochilidae sp.</i>
Bem-te-vi	<i>Tyrannidae sp.</i>
Canário	<i>Spec</i>
Canção	<i>Spec</i>
Carcará	<i>Polyborus plancus</i>
Casaca-de-couro	<i>Pseudoseisura cristata</i>
Concris	<i>Icterus jamacaii</i>
Corro	<i>Taraba major</i>
Coruja de buraco	<i>Athene cunicularia</i>
Galo de campina	<i>Paroaria dominicana</i>
Gavião asa de foice	<i>Eleothreptus anomalus</i>
Gavião peneira	<i>Elanus leucurus</i>
Golado	<i>Spec</i>
Jacu	<i>Penelope sp.</i>
Juriti	<i>Leptotila sp.</i>
Lambu	<i>Crypturellus sp.</i>
Lavandeira	<i>Fluvicola spp.</i>
Maracanã	<i>Família: Psittacidae</i>
Maria-fita	<i>Coryphospingus pileatus</i>
Papa-capim	<i>Sporophila spp.</i>
Papagaio	<i>Família: Psittacidae</i>
Periquito gangarro	<i>Spec</i>
Rapa vento	<i>Spec</i>
Ribaçaã	<i>Zenaida auriculata</i>
Rolinha	<i>Columbidae sp.</i>
Sabiá	<i>Turdidae sp.</i>
Siriema	<i>Cariama cristata</i>
Tapacu	<i>Forpus crassirostris</i>
Urubu	<i>Cathartidae sp.</i>
Vem-vem (vivi)	<i>Euphonia chlorotica</i>

Xexéu – exu	<i>Icterus sp.</i>
Xexéu de bananeira	<i>Icterus jamacaii</i>
Répteis	
Briba	<i>Diploglossus lessonae</i>
Cágado d'água	família <i>Quelidae</i>
Calango	<i>Tropidurus sp.</i>
Camaleão	<i>Iguana iguana</i>
Caninana	<i>Spilotes pullatus</i>
Cascavel	<i>Crotalus durissus</i>
Cobra-cipó	<i>Chironius bicarinatus</i>
Coral	<i>Micrurus sp.</i>
Corre-campos	<i>Thamnodynastes pallidus</i>
Jabuti	<i>Gerochelone sp.</i>
Jararaca	<i>Bothrops jararaca</i>
Jararaca malha de fogo	<i>Lachesis muta</i>
Lagartixa	família <i>Gekkonidae</i>
Malha de cascavel	<i>Bothrops erythromelas</i>
Salamandra	família: <i>Salamandridae</i>
Anfíbios	
Caçote	<i>Physalaemus cuvieri</i>
Cururu	<i>Bufo sp.</i>
Jia boi	<i>Leptodactylus natalensis Lutz</i>
Râ pimenta	<i>Leptodactylus labyrinthicus</i>
Peixes	
Chupa-pedra	<i>Hypostomus sp.</i>
Curimatã	<i>Prochilodus sp.</i>
Jundiá	<i>Rhamdia sp.</i>
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>
Artrópodes	
Abelha africana	<i>Apis mellifera scutellata</i>
Abelha pimenta	<i>Apis sp.</i>
Aranha (diversas)	ordem: <i>Aranaea</i>

Aripuá	<i>Trigona spinipes</i>
Breu	<i>Spec</i>
Capa branca	<i>Spec</i>
Carrapato	<i>ordem: Acarina</i>
Cavalo do cão	<i>Pepsis sp.</i>
Cu de vaca	<i>Partamona gregária</i>
Cupira	<i>Partamona cupira</i>
Exu caboclo	<i>Spec</i>
Exu verdadeiro	<i>Spec</i>
Formiga (diversos)	<i>ordem: Hymenoptera</i>
Lagarta de fogo	<i>Megalopyge lanata</i>
Maribondo	<i>ordem: Hymenoptera</i>
Moça branca	<i>Bemisia tabaci</i>
Mosca de chifre	<i>Haematobia irritans</i>
Mosca de olho vermelho	<i>Drosophila melanogaster</i>
Mosca de sombra	<i>Spec</i>
Munduca	<i>Spec</i>
Mutuca	<i>Tabanus bovinus</i>
Pulga	<i>ordem Siphonaptera</i>
Tibiba Canudo de Cabeça branca	<i>Spec</i>
Urucu	<i>Melipona scutellaris</i>

Quadro 14 - Animais identificados nas proximidades do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.

Fonte: Leal, et aali. (2003).

ANEXO G

CERÂMICA – SÍTIO PINTURAS I – SÃO JOÃO DO TIGRE – PB		
QUADRICULA	DECAPAGEM	QUANTIDADE DE PEÇAS
- Diversas	Superfície	27 01-06-01 01-06-27
1ª	0 – 10	01 01-20-01 01-20-01
1B	0 – 10	04 01-55-01 01-55-05
1B	10 – 20	03 01-85-01 01-85-03
1B	20 – 30	05 01-104-01 01-104-05
2ª	10 – 20	05 01-57-01 01-57-05
2B	10 – 20	01 01-34-01 01-34-01
2B	20 – 30	04 01-76-01 01-76-04
2B	40 – 50	01 01-159-01 01-159-01

Quadro 15 - Fragmentos de cerâmica coletados na escavação arqueológica do sítio Pinturas I, São João do Tigre – PB.